

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento
Territorial Sustentável:
Um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí.

Tese de Doutorado

HUMBERTO LUÍS DE DEUS INÁCIO

Junho de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento
Territorial Sustentável:
Um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí.**

Por

HUMBERTO LUÍS DE DEUS INÁCIO

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira

Tese de Doutorado

Florianópolis, junho de 2007.

Resumo

Tomando como referência a problemática do meio ambiente, este estudo traça uma radiografia social, econômica e ecológica da região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, buscando identificar aspectos relacionados a um processo – em curso ou em germe – de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), no qual o ecoturismo assume papel significativo, ou mesmo determinante. No tratamento desta problemática, este estudo sustenta a hipótese de que o padrão de ecoturismo que vem sendo desenvolvido no Alto Vale do Itajaí configura-se como uma atividade travestida de “ecológica”, que reforça o processo de modernização conservadora e que pouco tem contribuído para a constituição de territórios sustentáveis em Santa Catarina. A partir da revisão de literatura, do objeto da pesquisa e da opção por uma abordagem qualitativa, estruturou-se um roteiro de entrevistas e observação para efetivar uma coleta de dados articulada em visitas técnicas, observações de campo, acesso a documentos e entrevistas com informantes-chaves da região em questão, mais especificamente, das cidades de Ibirama, Presidente Getúlio e Rio do Sul, as quais constituem o Pólo de Ecoturismo de Rio do Sul (EMBRATUR 2001). Os dados coletados foram analisados à luz dos princípios do DTS, sintetizados em cinco categorias: satisfação das necessidades básicas, prudência ecológica, autonomia ou *self-reliance*, viabilidade econômica e programas educacionais. A análise dos dados indicou que há um descompasso entre as políticas e proposições oriundas do setor público, da sociedade civil organizada e das iniciativas privadas, tanto entre estas instituições quanto em relação às categorias analíticas. De maneira geral, as políticas e proposições não se complementam, não se conectam, gerando sobreposição de projetos, desperdício de recursos financeiros, repetição de ações, encaminhamentos e empreendimentos. Observaram-se ainda contradições entre os discursos dos informantes e as ações executadas por eles ou por suas instituições. Nestes casos, os discursos se aproximam dos princípios do DTS, mas o conceito de sustentabilidade subjacente conserva a dimensão econômica no centro dos discursos. Por outra via, constatou-se a presença de uma tomada de consciência socioambiental, a qual se amplia – ou se dissemina – no bojo da construção de projetos ecoturísticos. Foram encontrados indícios de que o ecoturismo poderá se constituir como vetor de estratégias de DTS caso sejam tomadas algumas medidas pelo poder público e pelas iniciativas da sociedade civil, a exemplo da ampliação das conexões com outros setores, do planejamento para a implantação de um Pólo de Ecoturismo e da inclusão, neste projeto, do tema da reversibilidade, do planejamento e elaboração de projetos educacionais pautados no pensamento sistêmico, na educação formal e fora dela; da busca de alternativas para os grandes empreendimentos; da busca de representação da região em fóruns de níveis mais elevados, como o Comitê Gestor dos Pólos de Ecoturismo do Brasil, e da elaboração de um estudo de fluxo e demanda turística em função dos produtos e serviços que a região do Alto Vale do Itajaí quer/pode ofertar.

O posicionamento do pesquisador frente este contexto aparece ao final do trabalho, no esboço de cenários desejáveis para a instauração de uma dinâmica de DTS tendo o ecoturismo como vetor estratégico.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Ecodesenvolvimento, Ecoturismo, Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina.

Abstract

Taking as a reference the problem of the environment, this study traces a social, economic, and environmental X-ray of the region of the Alto Vale do Itajaí in Santa Catarina state, seeking to identify aspects related to a process - in course or in embryo- of a sustainable development of the territory (DTS), in which ecotourism assumes a significant, or even determining role.

In the treatment of this problem, this study supports the thesis that the standard of ecotourism which is being developed in the Alto Vale do Itajaí is represented as an activity disguised as 'ecology', which reinforces the process of conservative modernization which has contributed very little to the constitution of sustainable territories. Starting from the revision of the literature, the object of the research and the choice of a qualitative approach, an itinerary of interviews and observation was structured to make a collection of data realized through technical visits, field observation, access to documents and interviews with key informants in the region in question, specifically in the cities of Ibirama, Presidente Getulio and Rio do Sul, which constitute the Pole of Ecotourism of Rio do Sul (EMBRATUR 2001). The data collected was analyzed in the light of the principles of DTS synthesized in five categories: **satisfaction of basic necessities, ecological prudence, autonomy or self reliance, economical viability, and educational programs**. The analysis of the data indicated that there is a discord between the policies and proposals coming from the public sector, civil organizations and private initiatives, as much between these institutions as in relation to the analytical categories. In general, the policies and proposals do not complement each other, do not connect with each other, creating overlap of the projects, waste of financial resources, repeated actions, directions and realizations. Contradictions between the speeches of the informants and the actions realized by them or their institutions were also observed. In these cases, the speeches approached the principles of DTS, but the concept of sustainability which was presented was heading in the direction of maintaining an economic dimension at the center of the actions. On the other hand, the presence of a social environmental conscience, which is being amplified,- or being disseminated - by ecotourism projects was noticed. Signs were found that ecotourism can become a vector of strategies of DTS if some measures are taken by the public powers or initiatives are taken by the civil society, among them: enlargement of the connections with other sectors: planning for the implementation of the Center of Ecotourism and inclusion of this project in the theme of reversibility; planning and elaboration of educational projects guided by systemic thought, in education both formal and informal.; searching for alternatives for big projects; seeking the representation of the region in high level forums, such as the Planning Committee for the Centers of Ecotourism in Brazil; elaboration of a study of the touristic flow and demand in relation to the products and services which the Upper Valley of the Itajaí River wants to/ can offer. The position of the researcher in relation to this context appears at the end, in the sketch of the desirable future scenes for the setting up of a dynamic of DTS having ecotourism as a source.

Key-words: Sustainable territorial development, ecodevelopment, Ecotourism in the Alto Vale do Itajaí.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, TABELAS E MAPA	VIII
LISTA DE SIGLAS	IX
INTRODUÇÃO	1
Questões norteadoras, objetivos e hipótese de trabalho	12
Estruturação dos capítulos	15
1 O ECOTURISMO NA AGENDA DO DTS	18
1.1 DESENVOLVIMENTO: MODELOS EXÓGENOS E ENDÓGENOS	23
1.1.1 A Teoria da Base	25
1.1.2 A Teoria dos Pólos de Crescimento	27
1.2 DO ECODESENVOLVIMENTO AO DTS	34
1.2.1 O Território	39
1.2.2 O Capital Social	43
1.2.2.1 As redes	45
1.3 TURISMO, ECOTURISMO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE	53
1.3.1 O Turismo como Elemento de Preservação Ambiental: um mito?	57
1.3.2 O Território do Turismo	60
1.3.3 Ecoturismo e Ecodesenvolvimento: pontos convergentes	62
2 O ALTO VALE DO ITAJAÍ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E ECOLÓGICA	68
2.1 A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO	68
2.2 O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	72
2.2.1 As Atividades do Setor Primário: síntese diagnóstica	74
2.2.2 inventário de obstáculos	104
2.3 O TURISMO E SUAS CONEXÕES COM A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	108
2.3.1 Refletindo sobre o Alto Vale do Itajaí como um Território para o Turismo	115

3 O ECOTURISMO NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: ANÁLISE DOS DADOS	129
I - Satisfação das necessidades básicas; constituição de um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente degradadas; benefícios à comunidade local	129
II - Prudência ecológica ou harmonia nas relações sociedade-ambiente; Solidariedade com as gerações futuras, sustentabilidade	140
III - Self-reliance ou AUTONOMIA	148
IV - Viabilidade Econômica: Consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão descentralizado; elaboração de um novo sistema social	162
V - Programas e projetos educacionais	171
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 187
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS OBRAS VISITADAS	 196
 ANEXOS	 208
Pequeno relato da trajetória do pesquisador	209
Modelo de análise	213
Roteiro de entrevistas	222
Lista de Entrevistados	229
O <i>Software</i> ATLAS	230

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

QUADRO 1 - AGRUPAMENTOS PRODUTIVOS

QUADRO 2 - IMPACTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

QUADRO 3 - ETNIAS QUE COLONIZARAM O ALTO VALE DO ITAJAÍ

QUADRO 4 - FESTAS E FEIRAS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

QUADRO 5 - MATRIZ DE OPORTUNIDADES, AMEAÇAS, TRUNFOS E FRAGILIDADES

TABELA 1 - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DA LAVOURA TEMPORÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA AMAVI, 1999 E 2003

TABELA 2 - EFETIVO DOS REBANHOS BOVINO, SUÍNO E DE AVES SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA AMAVI -1999 E 2003

TABELA 3 - VACAS ORDENHADAS E QUANTIDADE DE LEITE PRODUZIDO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA AMAVI - 1999 E 2003

TABELA 4 - NÚMERO DE EMPRESAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA DO ALTO VALE

TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGO AGREGADO

TABELA 6 - ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA (DD) DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

TABELA 7 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL -1991/2000

TABELA 8 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA, ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇO DE COLETA DE LIXO

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DA INTENSIDADE DE POBREZA E PROPORÇÃO DE POBRES NOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - 1991 E 2000

TABELA 10 - UNIDADES LOCAIS, PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO EM 31/12 E SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES DAS FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS – REGIÃO DA AMAVI - 2002

FIGURA 1 - MAPA DE SANTA CATARINA E ALTO VALE DO ITAJAÍ

LISTA DE SIGLAS

ACADEMA – Associação Catarinense de Defesa do Meio Ambiente
ACIRS – Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul
ACIs – Associações Comerciais e Industriais
ADR Vale – Associação Desportiva Recreativa Vale
AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
AMMOTUR - Associação dos Monitores Municipais de Turismo do Alto Vale do Itajaí
APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CEMEAR - Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CRAVIL – Cooperativa Rural Agrícola do Alto Vale do Itajaí
CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FEDAVI – Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí
FLONA – Floresta Nacional (área federal de preservação)
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
ONG – Organização Não Governamental
ORT - Organização Regional do Turismo
PDA – Programa de Desenvolvimento Agrário
PRODETUR – Programa de Regionalização do Turismo
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TREMTUR – Fundação Tremtur

INTRODUÇÃO

Nosso planeta vem passando por rápidas transformações sociais, especialmente nos dois últimos séculos. Os avanços científicos e tecnológicos permitiram ao ser humano empreender um ritmo de produção de bens e serviços sem precedentes, exigindo uma quantidade cada vez maior de recursos naturais na forma de matérias-primas. Na base dessa tendência pode ser encontrada uma visão de crescimento ilimitado e de inesgotabilidade dos recursos naturais que vem provocando um ritmo altamente predatório e degradante da natureza, originando uma série de problemas socioambientais, tais como a poluição de rios, mar e ar, o desmatamento, a extinção de inúmeras espécies animais e vegetais. Estes problemas, antes vistos como ambientais, adquiriram o *status*, principalmente na segunda metade do século XX, de problemas socioambientais; isto porque se passou a observar que os mesmos atingiam não só as espécies animais e vegetais, mas também a própria espécie humana.

Todavia, o debate sobre as condicionantes estruturais da crise é complexo e controvertido. Goldblatt (1998) indaga se a origem dos problemas sócioambientais não seria o processo produtivo industrial moderno ou algum sistema político específico (capitalismo ou socialismo). Por sua vez, Hannigan (1995) mobiliza o enfoque do construcionismo social, e refere-se a um processo que englobaria os sistemas produtivo e político, além das relações sociais e da própria cultura. De forma geral, os autores acabam se situando neste espectro ao analisarem questões ou problemas socioambientais. Entretanto, está se formando um consenso geral sobre a necessidade de uma visão sistêmica na caracterização da etiologia da crise.

Leff (2001) acentua a colonização sofrida pela América Latina como fato significativo no processo de deterioração do meio ambiente, bem como, nos últimos anos, o modelo de desenvolvimento através do qual os países subdesenvolvidos buscam alcançar níveis de produção e consumo similares aos dos países do hemisfério norte, numa dinâmica mimética perversa. Desta forma, a questão socioeconômica vem se colocando no centro das discussões.

As alternativas à crise compõem um vasto escopo de ações que vêm sendo testadas ao longo das últimas décadas em diversas partes do globo. Estas vêm sendo testadas mediante políticas públicas e setoriais, e em iniciativas de organizações não-governamentais, desde associações comunitárias de bairro até instituições de esferas transnacionais, como a ONU.

Unem-se a estes níveis os esforços acadêmicos no sentido da crítica aos modelos tradicionais e hegemônicos, e na indicação de outras vias, socialmente mais justas e ambientalmente mais equilibradas (VIEIRA 1995, VIEIRA E WEBER 1997, HANNIGAM 1995, LEFF 2000, CARRIERE 2005).

Uma destas proposições vem sendo veiculada sob o rótulo de *ecodesenvolvimento*, o qual se caracteriza por um questionamento contundente e radical dos modelos tradicionais de desenvolvimento, e do mimetismo dependente adotado pelas nações menos favorecidas.

Foi Maurice Strong, em 1973, quem cunhou esta expressão, referindo-se a uma nova concepção de desenvolvimento que internaliza a dimensão socioambiental. Este conceito surgiu sob a influência das análises sistêmicas sobre os “limites externos do crescimento material”, desenvolvidas pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), além dos trabalhos preparatórios da Conferência de Estocolmo (VIEIRA, 1995). A idéia principal deste novo conceito que então surgia era sensibilizar os projetos e as iniciativas de crescimento e desenvolvimento econômicos para as dinâmicas de degradação ambiental e marginalização social deles decorrentes, especialmente nas áreas rurais.

Contudo, foi Ignacy Sachs, em 1974, que apresentou uma primeira elaboração desta idéia, ampliando sua abrangência para todos os espaços e não apenas as zonas rurais.

O pensamento deste autor se inscreve nas abordagens territoriais do desenvolvimento do final dos anos 70, as quais foram julgadas como desatentas à dimensão dos conflitos sociais. Apesar disto, “o vocábulo *ecodesenvolvimento* não foi adotado pelas organizações da ONU em razão de seu conteúdo demais restritivo no tocante ao crescimento econômico” (CAZELLA, 2002, p.9)², ou seja, recebeu críticas de todas as tendências. Por um lado, os movimentos sociais e a esquerda acadêmica julgaram o *ecodesenvolvimento* desprovido de projetos socialistas; por outro, foi considerado transgressor demais para os economicistas. Os críticos do relatório Brundtland³ afirmam que o conceito de “desenvolvimento sustentável” surgiu como uma contraposição (conservadora) ao conceito e aos princípios do *ecodesenvolvimento*.

² As citações referem-se ao capítulo 1 da tese de doutorado de Cazella (2002), traduzido do francês para o português. A paginação apontada nas citações é a da tradução.

³ O conceito de desenvolvimento sustentável enunciado pelo relatório Brundtland preconiza a satisfação das necessidades da geração atual, levando em conta as necessidades das gerações futuras. Essa definição foi/é suficientemente ampla para acolher tanto os adeptos de uma abordagem menos restritiva do desenvolvimento, como aqueles que defendem uma conservação mais estrita da natureza e outros modelos de desenvolvimento que não os tradicionais; ou seja, naquele momento, atendeu satisfatoriamente a todos os críticos do *ecodesenvolvimento*.

Em seu formato original, este enfoque incorporou alguns conceitos até então marginalizados no debate precedente sobre o fenômeno do desenvolvimento, a saber: a endogeneidade, a auto-confiança (*self-reliance*) e a prudência ecológica. Mais recentemente, novas dimensões foram incorporadas ao enfoque: patrimonialidade e territorialidade. Este processo refletiu-se na maturação dos princípios do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

Ampliando os conceitos do ecodesenvolvimento, o DTS aponta as noções de “atores” e de “território” como indispensáveis na reflexão sobre o desenvolvimento. Mas não se trata de uma formulação modelo a ser copiada, mas um rol de princípios a serem utilizados de forma criativa e experimental na construção de estratégias territoriais de desenvolvimento sistêmico.

Nessas estratégias, as quais buscam responder aos desafios da globalização econômica e cultural, o fenômeno do lazer ganha destaque neste último século.

Fruto de uma dicotomia instaurada com a Revolução Industrial, o tempo “fora do trabalho” – seja por um avanço nas tecnologias de administração e gestão de recursos humanos, seja pelas conquistas históricas dos trabalhadores – passa paulatinamente a ser considerado como um direito dos cidadãos. Segundo a lógica capitalista de consumo ilimitado de bens e serviços, o mercado se apropria deste tempo, ditando o que deve e o que não deve ser feito durante o mesmo, oferecendo uma lista sempre crescente de serviços e acessórios a serem consumidos no lazer; um destes serviços é o turismo.

O desenvolvimento do turismo está intimamente relacionado com o desenvolvimento tecnológico, o surgimento da “Era das Ferrovias” e o advento da aviação, responsável pelo impulso para o desenvolvimento do fenômeno turístico, uma vez que tornou as viagens mais rápidas e possibilitou um grande intercâmbio turístico (IGNARRA, 1999).

Durante muito tempo, ele foi reverenciado como sendo uma alternativa ao modelo dominante (e degradante) de produção e consumo de bens. Em tese, seria uma atividade “limpa”, ou seja, não-poluidora, não-degradante e capaz de desvelar a perspectiva de novas relações entre os seres humanos e destes com o planeta e com as outras espécies (RODRIGUES, 2001).

Todavia, os efeitos nefastos do turismo vêm sendo cada vez mais denunciados. Estes efeitos vão desde a ampliação da distância entre as classes sociais, pela diversidade dos

serviços turísticos (quanto melhor mais caro, portanto acessível a poucos), até a instalação de toda uma infra-estrutura de transporte, comunicação, hospedagem, gastronomia, etc., necessária à oferta dos serviços turísticos. O chavão “indústria sem chaminés” ilustra bem dois aspectos: a) o turismo é uma indústria e segue a mesma lógica secular do desenvolvimento industrial; b) aponta claramente a intenção de classificar esta atividade como não-degradante.

Dentro de um quadro mais amplo de crise ambiental, proliferam-se pelo mundo iniciativas de atividades, bens e serviços classificados – ou anunciados – como “ecológicos”. Os países delimitam áreas a serem protegidas sob diversas caracterizações (parques, áreas de recuperação, áreas de manejo sustentável, etc.); estatutos indicam percentuais mínimos de superfícies a serem mantidas intactas nas cidades; zonas rurais e acidentes geográficos ganham *status* de atrativos turísticos. A crítica ao modelo turístico hegemônico gera alternativas, entre elas o turismo rural, o turismo cultural, o ecoturismo, entre outras.

Nos últimos anos, olhares como os da Geografia e da Sociologia avaliam e desnudam, nestas alternativas, aspectos predatórios remanescentes do modelo global de turismo – não tanto pelos princípios que deveriam reger tais atividades, mas pelo uso indiscriminado e incorreto das mesmas, fetichizando e camuflando sob rótulos ecológicos, mercadorias e serviços perigosos⁴ para o planeta, especialmente por se reproduzirem e espalharem tão rapidamente (RODRIGUES 2001, BARRETO e TAMANINI 2002, LUCHIARI 2002).

Cordovil e Souza (2006) alertam que, para se consolidar como campo de estudo relevante para a ciência, os estudos sobre o turismo foram significativamente influenciados pela área econômica, uma vez que se objetivava demonstrar sua importância por meio de números, como no conceito da OMT acerca da atividade, o qual objetiva quantificá-lo para respaldar a elaboração de políticas e investimentos para a iniciativa privada:

El turismo se describe como las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros motivos, no relacionados con el ejercicio de una actividad remunerada en el lugar visitado. Es una actividad que ha crecido sustancialmente durante el último cuarto de siglo como un fenómeno económico y social. La información estadística sobre la naturaleza, desarrollo y consecuencias del turismo está basada fundamentalmente en las estadísticas de entrada de viajeros y pernoctaciones así como en la

⁴ Exemplo: a “pesca esportiva”. A diferença em relação à pesca tradicional é a devolução do peixe à água após sua captura. Entretanto, o óleo diesel dos motores – que polui a água –, o som dos mesmos – que afasta os animais das margens –, o lixo produzido pelos pescadores, entre outros aspectos, mostram que uma atividade rotulada como “ecológica” está distante de parâmetros mínimos de sustentabilidade. Isto sem falar em toda a infra-estrutura (transporte, hospedagem, comunicações, etc.) requisitada por milhares de “pescadores esportivos” que se dirigem aos locais de pesca todos os anos.

información de la Balanza de Pagos, que no abarca en su conjunto el fenómeno económico del turismo. En consecuencia, los gobiernos, empresarios y ciudadanos, pueden no disponer de la información necesaria precisa para la efectividad de las políticas públicas y el desarrollo de negocios eficientes. La información sobre el papel que el turismo juega en las economías nacionales de todo el mundo es particularmente deficiente, y son necesarios datos fiables relativos a la importancia y magnitud del turismo. (OMT, 2006)

Noutra direção, novos estudos buscam desvelar o que está por trás da “sustentabilidade turística”. Ao mesmo tempo em que são criados mais cursos de formação profissional na área do turismo e da gestão do lazer, seguindo uma lógica enraizadamente mercadológica, também surgem laboratórios e centros de estudos críticos, os quais abordam esta atividade por um prisma multidisciplinar, apontando problemas no seu desenvolvimento e possibilidades de mudanças de rumo.

No Brasil, programas institucionais, iniciativas da sociedade civil organizada e empreendimentos privados representam o turismo, especialmente em sua versão ecológica, como uma das melhores propostas de compatibilizar a promoção de renda e da qualidade de vida com princípios de sustentabilidade ambiental. Nosso país é considerado excepcional para esta atividade, dadas suas características em termos de biodiversidade, recursos naturais (paisagens) de alto potencial atrativo, além de sua sociodiversidade refletida num povo “alegre”, “receptivo” e com um “caldo cultural” rico e diferenciado.⁵ Além disso, dados numéricos apontam para uma alta geração de divisas com a atividade turística, posicionando-a entre as primeiras fontes de renda em nível mundial. Alardeia-se, ainda, que no Brasil o turismo e o ecoturismo estão apenas em fase germinal e que esta será uma das “grandes saídas” para as mazelas sociais que assolam sua população ao longo do último século, uma vez que é considerada como a “atividade do século XXI”.

Contudo, Neil & Wearing (2000) questionam este avanço do modelo atual de ecoturismo: Seria uma moda, uma coqueluche? Ou uma grande jogada de marketing da indústria do turismo, a qual “‘embala a natureza’ para indivíduos urbanos abastados convidando-os a ‘viver’ em um mundo romântico, perdido para nós, os modernos?”(p.xv). Ou refletiria uma tática do ambientalismo para permanecer à vista num mundo econômico racionalista que tratou de refutá-lo ? Pode-se falar em retorno, pelo ecoturismo, à natureza, se esta só vem sendo lembrada a partir de sua quantificação e valoração enquanto um recurso (matéria-prima ou espetáculo) a ser explorado?

⁵ Cf. site do Ministério do Turismo: www.turismo.gov.br

Estas questões, quando colocadas de forma afirmativa, chocam-se com o discurso dominante sobre o tema, em especial, na sua vertente conservacionista. Berger (2000) comparou o discurso e a prática de operadoras ecoturísticas do Paraná e constatou uma grande distância entre o discurso e a ação. O autor aponta que, à margem de um discurso sobre conservação e ecologia, presente nos anúncios e material publicitário das operadoras, suas atividades demonstram uma relação utilitarista com a natureza, onde esta se traduz tão somente num cenário para as práticas e serviços oferecidos.

Por sua vez, Coriolano (2002, p.36) assevera que o turismo, ao assumir como *marketing* um caráter conservacionista, mas que, de fato não segue este princípio, acaba gerando “uma contradição típica da ética capitalista, burguesa e individualista que pensa evitar ou mitigar os efeitos destrutivos sem eliminar as causas”.

Temos então uma situação que vem se configurando frequentemente nas sociedades contemporâneas: bens e serviços são revestidos de uma roupagem ecológica, conservacionista ou preservacionista, agregando valor, mas não correspondem a esta perspectiva quando saltam do plano da publicidade para o consumo propriamente dito do produto ou serviço.

Soma-se a isto o discurso de que o ecoturismo contribui para o “desenvolvimento sustentável” de comunidades.⁶ Por isso, é necessário vê-lo não somente como um elemento constituinte de uma rede de serviços, bens e produtos, e espaço de (re)construção de relações sociais, mas também como uma atividade que surge no âmbito das sociedades de ordem socioeconômica capitalista, portanto, dentro da lógica de produção e consumo de bens e serviços.

Em todo o país podemos constatar um assombroso aumento das ofertas de serviços ecoturísticos sob as mais diversas formas: lazer de aventura, *resorts* de florestas, pesca esportiva, lazer cultural etc. O Ministério do Turismo, em estudo realizado entre 2000 e 2002,⁷ indicou lugares, espalhados pelo país, onde há condições potenciais para que o ecoturismo se constitua em importante fonte de geração de emprego e renda. Na mesma linha, o governo de Santa Catarina, tanto nas gestões passadas, mas com especial ênfase na administração atual,

⁶ “Comunidades”, neste momento, entendidas como um termo de largo espectro, abrangendo desde pequenos agrupamentos, por exemplo, um assentamento rural, até cidades ou ainda regiões que ultrapassam os limites político-administrativos oficiais.

⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Pólos de Ecoturismo do Brasil*. Organização de Guilherme Wendell de Magalhães. TERRAGRAH ARTES E INFORMÁTICA, 2001.

vem investindo fortemente na imagem de um “paraíso turístico”, onde a diversidade de opções – que vão do litoral à serra, que perpassam as inúmeras culturas européias presentes no estado, das atividades artísticas aos esportes de aventura – é o principal cartão de visitas.

Por ocasião do VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local, cerca de 25 trabalhos apresentados diziam respeito ao estado de Santa Catarina, discutindo aspectos, em sua maioria, pontuais do turismo: cultura étnica, turismo religioso, festas tradicionais, patrimônio histórico, turismo em áreas naturais, turismo rural, políticas públicas para o turismo. Estes trabalhos, ainda que apontando alguns “cuidados” a serem tomados na atividade turística, primam por evidenciar o turismo como uma alternativa econômica. Apenas três artigos apresentados debatem de forma mais rigorosa o papel do turismo no desenvolvimento de comunidades e as bases para sua constituição.⁸ Com relação aos “roteiros” turísticos apresentados pelo governo do estado como orientação para o turismo em Santa Catarina, nenhum dos trabalhos faz referências aos mesmos. Isto aponta para um distanciamento entre as políticas do estado e a produção acadêmica.

De qualquer forma, fica explícita a necessidade de estudos que não se restrinjam a aspectos pontuais do turismo, mas que ampliem seu olhar para esta atividade enquanto componente de um contexto mais amplo, do qual fazem parte a cultura, a economia e as ações políticas.

A confluência da necessidade de reflexão e propostas de modelos de desenvolvimento não-tradicionais com a perspectiva do ecoturismo enquanto possível vetor destes novos modelos caracteriza, de forma sintética, a problemática desta tese. Buscou-se analisar uma realidade apontada oficialmente como relevante para o desenvolvimento do ecoturismo, e identificar as variáveis envolvidas, bem como as condições necessárias e possíveis para sua consecução, mas ampliando o olhar para abranger diversos aspectos que se relacionam não só com o turismo, mas também com as dimensões cultural, política, social, econômica e ambiental do território escolhido como objeto de investigação.

Esta situação-problema foi-se constituindo como objeto de pesquisa quando passamos a integrar, em 2004, a equipe do projeto de pesquisa “Desenvolvimento Territorial Sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa

⁸ Cf. VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. *Anais*. Curitiba, 2005. cd-rom.

Catarina”.⁹ Este projeto, cuja equipe envolve pesquisadores dos estados de Santa Catarina e Paraíba, além da colaboração de pesquisadores franceses ligados à *Université François Rabelais de Tours*,

objetiva, fundamentalmente, estudar a temática do desenvolvimento territorial integrado e sustentável, tanto em termos de produção de conhecimento teórico-metodológico, quanto da realização de pesquisas aplicadas e orientadas no sentido de subsidiar o esforço de planejamento e gestão das dinâmicas locais e regionais consideradas mais promissoras. Trata-se de identificar e caracterizar iniciativas exemplares em curso em diferentes regiões do Estado, avaliando comparativamente as potencialidades e os obstáculos que cercam o esforço de consolidação institucional e dinamização destas iniciativas. (Cazella e Vieira, 2004, s/p).

Como reflexo deste trabalho coletivo, somado a um levantamento preliminar de dados empíricos, elegeu-se, preliminarmente, a região do Alto Vale do Itajaí como um *território-dado* (cf. PECQUER, 2004) para o estudo, pois esta região vem se constituindo em um significativo espaço para a prática ecoturística em Santa Catarina.

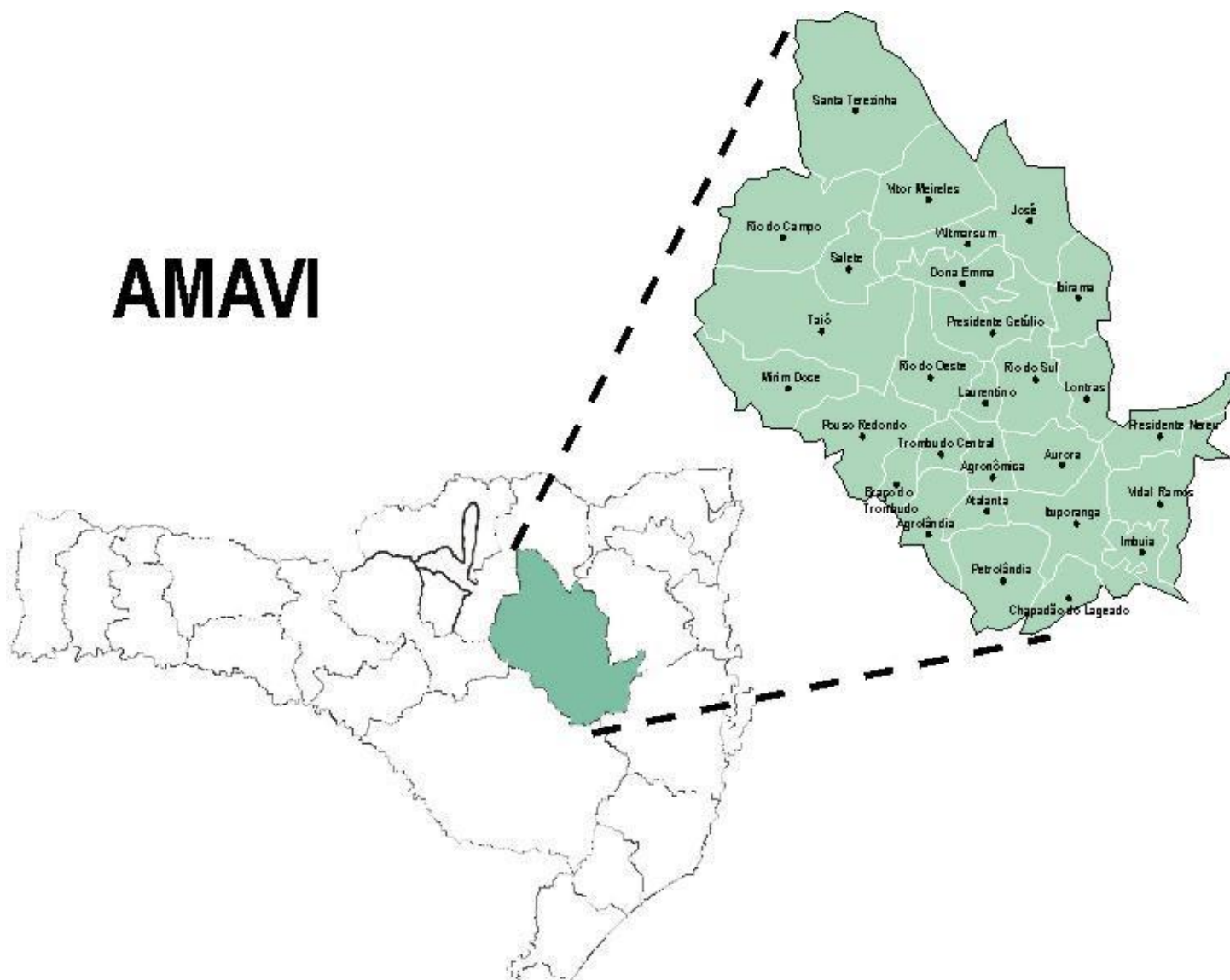
A partir deste contexto, apresentou-se o projeto de tese intitulado “Ecodesenvolvimento e Ecoturismo: limites e possibilidades de convergência no Pólo de Desenvolvimento de Ecoturismo do Alto Vale do Itajaí”, o qual passou pela qualificação em fevereiro de 2005.

Importa destacar que, apesar de eleger o Alto Vale do Itajaí, o foco do estudo recaiu sobre os municípios de Rio do Sul, Ibirama e Presidente Getúlio, por terem sido apontados pela Embratur como um “Pólo de Ecoturismo do Brasil”, centralizador das atividades turísticas na região. Entretanto, procurou-se elucidar as conexões com outros municípios próximos, pois os mesmos apresentam características similares aos municípios-pólo, e ainda outros atrativos turísticos não presentes no pólo, tais como cavernas e águas sulfurosas, colonização de outras etnias e produção de bens e serviços diferenciados.

A figura 1 apresenta a localização da região no Estado e as divisões administrativas dos municípios membros.

⁹ Este projeto será identificado, doravante, como “projeto base”.

FIGURA 1 - SANTA CATARINA E ALTO VALE DO ITAJAÍ (região abrangida pela AMAVI).



FONTE: AMAVI (2004)

Outra questão relevante para a escolha do Alto Vale do Itajaí foi “olhar” para aquele espaço como um território – dado, mas em construção - de elevado potencial para um processo de desenvolvimento endógeno. Tal opção foi alicerçada nos estudos exploratórios elaborados no âmbito do projeto base, os quais indicaram níveis de empreendedorismo, qualidade de vida, infra-estrutura, entre outros itens, acima da média do estado. Enfim, o objeto do estudo, ou

unidade de análise, de fato, é o Alto Vale do Itajaí, mas com um olhar focado nos três municípios que compõem o pólo de ecoturismo. Dados obtidos mais adiante confirmam esta opção pois indicam que não se pode perder o Alto Vale como um território em construção, ao mesmo tempo que reafirmam o destaque que as três cidades assumem em termos turísticos.

Assim, foi enunciada uma questão inicial nos seguintes termos: *Quais as possibilidades de contribuição do ecoturismo (limites e potencialidades) para um processo de DTS na região do Alto Vale do Itajaí?*

Foram realizadas três visitas exploratórias à região, sendo duas delas em equipe, com duas outras pesquisadoras¹⁰ associadas ao projeto base. Nestas visitas foram realizadas conversas informais com informantes-chave que ocupavam postos importantes nas esferas pública e privada. Este processo possibilitou elencar instituições, fóruns, associações, lideranças, operadoras ecoturísticas e outros setores turísticos, considerados como sujeitos sociais privilegiados para a coleta de dados.

Estas visitas exploratórias seguiram um roteiro definido pelo modelo de análise (Anexo 1) de regiões com potencial para o DTS, construído no âmbito do projeto base.

Em visitas posteriores, foram contatados os sujeitos e convidados a participar da pesquisa como informantes. Estes representaram as administrações dos três municípios do pólo de ecoturismo, seus conselhos municipais de turismo; as instituições interescolares como a Amavi e as SDR's; a Unidavi; as empresas de ecoturismo; organizações não-governamentais. Além destes, outros informantes, não ligados ao tema do turismo em si, também participaram.

O próximo passo foi a elaboração de um instrumento para a coleta de informações com os atores-chave disponíveis. Este caracterizou-se num questionário semi-estruturado (Anexo 2); as questões abrangeram aspectos relacionados com os princípios do DTS. Isto feito, iniciou-se o processo de entrevistas, alinhavado com outras observações de campo (Cf. QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992), onde intensificou-se a presença em comitês, associações de moradores, prefeituras e ONGs, nos quais a temática em questão fazia parte das agendas de discussão. Os debates e encaminhamentos observados nestes espaços foram gravados por meio eletrônico ou escrito.

¹⁰ Elaine Menezes e Luciana Butzke.

Destaca-se que este período serviu ainda à coleta de documentos, planos e projetos, e outros registros que tinham relação com a situação-problema. Algumas vezes, tais dados eram fornecidos diretamente pelos informantes; em outras, eram indicados por eles e buscados posteriormente.

A etapa de análise dos dados foi realizada com o apoio do *software* ATLAS, um programa especialmente desenvolvido para auxiliar no tratamento de dados qualitativos e quantitativos e na criação de diagramas multiníveis, de forma que, partindo de todos os dados levantados na pesquisa, se pudesse ir afunilando os mesmos em elementos de síntese, mobilizando, neste sentido, os eixos incorporados ao modelo analítico de ecoturismo como um vetor de DTS.¹¹

O uso do programa possibilitou assinalar 908 destaques numa primeira fase de análise. Em seguida, estes foram agrupados por afinidades, o que resultou em 30 novos grupos, e, finalmente, estes 30 foram agrupados nos seguintes cinco eixos analíticos¹²:

- a) Satisfação das necessidades básicas; constituição de um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente degradadas; benefícios à comunidade local;
- b) Solidariedade com as gerações futuras, sustentabilidade;
- c) Participação da população envolvida; iniciativas dos atores locais; valorização dos recursos naturais, arquitetônicos e culturais; valorização do conhecimento local; autonomia da população local em relação a oscilações externas; avaliação das diversas dimensões envolvidas na dinâmica no turismo;
- d) Viabilidade econômica; consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão descentralizado; elaboração de um novo sistema social;
- e) Programas de educação; educação do visitante.

Importa ressaltar que o uso deste programa não exige o pesquisador de se apropriar rigorosamente dos dados, tampouco é apenas uma ferramenta para transformar dados

¹¹ Nos anexos deste texto há uma demonstração sobre este *software*.

¹² Estes eixos analíticos não derivaram da análise dos dados, mas já estavam apontados preliminarmente, sendo constituídos (ou construídos) por uma justaposição entre os princípios do ecodesenvolvimento, DTS e ecoturismo, permitindo focar os dados analisados à luz destas teorias.

qualitativos em numéricos. O *software* foi um apoio importante na síntese dos dados, e os resultados gerados com seu uso são definidos pela interpretação e pelos destaques efetuados pelo pesquisador enquanto portador de uma visão de mundo, de ciência e de sociedade.

Questões norteadoras, objetivos e hipótese de trabalho

Tendo como ponto de partida a questão relacionada aos limites e potencialidades do ecoturismo ser um vetor para uma estratégia de DTS na região do Alto Vale do Itajaí, algumas inquietações afloraram no período das observações preliminares e se transformaram em questões norteadoras para o estudo:

- 1) Como reproduzir, de forma sintética, a trajetória de desenvolvimento da região em pauta?
- 2) Quais têm sido as lógicas de intervenção dos setores governamental, não-governamental e privado na criação de um pólo de ecoturismo na região? Como essas ações têm sido articuladas aos espaços superiores de planejamento e gestão de estratégias de desenvolvimento regional? Como explicar as tendências em curso, os conflitos de percepção e interesse, e as lógicas de cooperação e formação de parcerias?
- 3) Como avaliar o desenvolvimento deste pólo de ecoturismo à luz dos princípios de DTS?

Destas questões derivaram objetivos, os quais são caminhos para desvendar a trajetória do desenvolvimento na região, a emergência de um pólo ecoturístico (o contexto gerador) e a evolução do pólo, além de elaborar uma avaliação dos dados coletados a partir do ponto de vista do DTS.

Por implicação, o **objetivo geral** consistiu em avaliar, no bojo de um projeto de longo fôlego de desenvolvimento territorial sustentável para Santa Catarina, a formação de um pólo de ecoturismo na região de Rio do Sul. Em termos mais precisos, objetivou-se identificar e analisar:

- As conexões necessárias com outras atividades turísticas (turismo rural, agroturismo, hotelaria, gastronomia, turismo cultural, etc.), que potencializem o ecoturismo na região;
- As conexões necessárias com outros setores da atividade econômica (artesanato, agricultura familiar, agroindústrias, pesca), espaços de gestão ambiental, além da questão do desemprego;

- As contribuições do ecoturismo para a conservação, recuperação e manutenção de áreas naturais na região;
- As contribuições do ecoturismo para a formação de um capital social ligado às questões socioambientais; e, finalmente,
- As contribuições do ecoturismo para a formação de uma imagem positiva do território (região) tanto para os *locais* quanto para os *visitantes*, o que potencializa a própria constituição do território e mesmo do pólo.

Após as visitas técnicas à região, as leituras de documentos, estudos e periódicos, e mais os encaminhamentos oriundos do projeto base e do processo de orientação de tese, apresentou-se a seguinte conjectura como hipótese de trabalho: *O padrão de Ecoturismo desenvolvido no Pólo de Rio do Sul configura-se como uma atividade travestida de “ecológica”, que reforça o processo de modernização conservadora e que pouco tem contribuído para a constituição de territórios sustentáveis em Santa Catarina.*

No tange às justificativas para este estudo, destaca-se inicialmente o fato de que a crise socioambiental aponta a necessidade de estudos que busquem novas formas de relacionamento entre seres humanos e natureza. No decorrer do processo civilizatório, diversos formatos de desenvolvimento foram sendo experimentados. A crise socioambiental incorporou neste debate elementos sociais, culturais, econômicos, geográficos, etc. (FERREIRA, 2003). Nesta direção, esta tese oferece subsídios para o debate sobre novos conceitos de desenvolvimento baseados numa visão sistêmica do nexo desenvolvimento e meio ambiente.

Pela via metodológica, esta tese contribui para avançar os enfoques de avaliação das políticas, projetos e planos voltados à implementação da atividade ecoturística para o DTS. Com isto, espera-se produzir um material significativo para embasar políticas públicas e setoriais de turismo no Alto Vale do Itajaí e em outros territórios.

De um ponto de vista acadêmico, este estudo se justifica por seu ineditismo em duas dimensões: a do estudo de um território alçado à condição de excepcionalidade para a implantação da atividade ecoturística, mas sem dispor de uma reflexão criteriosa sobre a rede de aspectos sociais, culturais, territoriais e econômicos envolvidos; e a da justaposição de

marcos teóricos como o ecodesenvolvimento, o DTS e os princípios do ecoturismo, o que constituiu um olhar ampliado e ao mesmo tempo profundo do objeto de estudo.

De um ponto de vista mais “socioprático”, este estudo aponta algumas lacunas ou limites presentes no atual processo de implantação e desenvolvimento da atividade ecoturística no nível regional, almejando, assim, que cenários indesejados ocorram; bem como, afirmar ações que pareçam estar no caminho de um processo de DTS.

É importante ressaltar que, a cada dia, se dissemina pelos meios midiáticos e também com a implementação de políticas públicas e setoriais, a idéia consensual de que o turismo, e especialmente o ecoturismo, é uma atividade econômica desprovida de impactos negativos do ponto de vista socioambiental. A análise desenvolvida neste estudo estimula uma reflexão mais crítica sobre esta premissa, principalmente nas instituições imbuídas da missão de projetar e implementar projetos ecoturísticos no estado e no na região.

Por um viés teórico e metodológico, esta pesquisa comporá com outros estudos um arcabouço de análises e proposições que respondem aos objetivos do projeto base. As ferramentas metodológicas elegidas, o modelo de análise construído pelo coletivo do projeto base e utilizado nas visitas técnicas, o instrumento de coleta de dados dos informantes, bem como o uso do *software* ATLAS, são referências significativas para novos estudos ou para os demais estudos do coletivo focados em outros territórios.

Entretanto, toda pesquisa encontra algumas barreiras, obstáculos. Como um primeiro limite, tem-se o distanciamento do pesquisador face ao território estudado. Ainda que, de certa forma, isto esteja se tornando uma prática mais freqüente no meio acadêmico,¹³ este distanciamento não se configurou apenas pelo não-conhecimento do território em si mas por diversas de suas dimensões, como as expressões culturais, sua(s) identidade(s), seus atores e sua dinâmica político-administrativa.

Neste item, as visitas técnicas exploratórias, especialmente aquelas realizadas em equipe, foram cruciais para estabelecer um vínculo mais próximo com o território, tomados os

¹³ É freqüente que pesquisadores caminhem na direção de estudos em lugares-espacos estranhos ao seu cotidiano e à sua própria história de vida. Isto não é estranho nem indesejado, à medida que se observa a necessidade social de focar determinadas situações-problema, independentemente de seu estabelecimento geográfico ou administrativo. Ao revés, esta “distância” permite olhar para o lugar sem paixões arraigadas, sem vícios, sem bairrismos, que são características que podem estar presentes nas pessoas locais.

cuidados metodológicos para manter o distanciamento científico requerido à consecução do estudo; também a disposição e disponibilidade dos diversos atores-chave, bem como de outras pessoas do círculo social do pesquisador, moradores do território.

A distância entre o lugar estudado e a cidade de Florianópolis, cerca de 200 quilômetros, afetou o estudo à medida que o deslocamento exigia disponibilidades financeira e temporal, nem sempre possíveis. Por isso, alguns dados poderiam ter sido coletados mais detidamente, algumas situações poderiam ter sido observadas com mais calma, algumas informações poderiam ter sido mais exploradas ou confirmadas, e não foram.

A falta de projetos e planos documentados, com uma organização de planejamento, elaboração, implementação e gestão mais detalhada, refletida e representativa dos interesses locais é também um dos limites deste estudo e denota um dos prováveis obstáculos ao desenvolvimento turístico da região. Apenas para exemplificar, o plano de metas da prefeitura de Presidente Getúlio para o ano de 2005 constituía-se de uma lista de atividades, mais de caráter administrativo que propositivo. Na mesma direção vão outros documentos observados na pesquisa.

Entende-se, entretanto, que houve avanços significativos ao longo dos estudos doutorais. Estes se refletem nesta tese, mas também em ações voltadas à área de formação do pesquisador, agora com um olhar balizado pelo Ecodesenvolvimento. Tais ações estão relatadas no apêndice deste texto.

Estruturação dos capítulos

No primeiro capítulo, buscou-se identificar os modelos hegemônicos de desenvolvimento que vêm sendo adotados pelas sociedades modernas, e que têm sido sistematicamente criticados por induzirem a um padrão intensivo de produção e consumo, típicos dos países desenvolvidos; por serem introduzidos sem a devida reflexão em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos; e por caminharem na direção de uso ilimitado dos recursos naturais, entre outras denúncias.

A partir daí, apresentou-se algumas alternativas, desenvolvidas em algumas regiões do planeta, com as devidas considerações e apontando a necessidade de uma revisão do modelo

hegemônico se o que se quer são processos de desenvolvimento mais justos socialmente e equilibrados ambientalmente.

Ainda neste capítulo, discutiu-se a atividade turística: suas características intrínsecas, seu uso indiscriminado reproduzindo os mesmos modelos de desenvolvimento que estão levando o planeta a um processo de deterioração, os discursos entusiasmados sobre seu caráter ecológico e sustentável, e as críticas disto derivadas. Também empreendemos uma tentativa de conceituar o tipo de turismo que está sendo projetado e implementado na região estudada.

O terceiro, apresentou uma contextualização da dinâmica desenvolvimentista da região do Alto Vale do Itajaí: sua trajetória de desenvolvimento, as características geográficas e político-administrativas, indicadores socioeconômicos e dados mais específicos sobre a atividade turística na região, entre outros. Configurou-se assim uma imagem mais nítida das tendências em curso na região, o que nos possibilitou uma apropriação intelectual sobre a mesma, condição indispensável para a análise que se seguiu.

O capítulo seguinte oferece uma análise dos dados obtidos em campo à luz do enfoque do DTS. Foi dado amplo destaque nestas análises para as falas dos sujeitos entrevistados ao longo do processo, o que nos permitiu observar, por exemplo, que dados documentais, de fontes oficiais ou não, estão distantes das práticas cotidianas e do que pensam exatamente as pessoas que têm a responsabilidade de refletir, planejar e elaborar a atividade turística na região. Ainda neste capítulo, buscou-se responder, de forma propositiva, às questões norteadoras da pesquisa com o uso das análises descritiva/explicativa, com a confirmação da hipótese de trabalho. Finalizando este item, apontou-se pistas para novas pesquisas sobre a problemática em pauta.

Contudo, entendemos que há alguns aspectos do contexto esta pesquisa que devem ser levados em conta na leitura deste relato. Ressaltamos, aqui, em primeiro lugar, que apesar da tese ser um estudo de caso sobre os três municípios que compõem o pólo de ecoturismo apontado pelo Ministério do Turismo, as observações e análises se ampliaram para o entorno destes e, em alguns momentos, para todo o AVI, buscando identificar aspectos que caracterizem esta região como um território.

Também ressalta-se – novamente - que as mudanças de projetos ao longo do curso e, especialmente, o contato tardio com a bibliografia sobre modelos de desenvolvimento e sobre o

DTS, basilares para esta tese, estão refletidos no texto. Destaca-se isto não para “justificar” falhas e lacunas, mas para explicitar a dinâmica processual cujo fruto se apresenta agora.

1 O ECOTURISMO NA AGENDA DO DTS

A crise socioambiental que assola o planeta nas últimas décadas aponta um cenário assustador e desafiador à medida em que parecem se esgotar sem resultados os apelos de cientistas, organizações, universidades, governos e nações, para reverter tal crise.

É um contexto delicado e complexo, com todas as suas dimensões ou sistemas, de rápidas transformações tecnológicas, globalização econômica assimétrica, ampliação do capital especulativo, alargamento das fronteiras urbanas em detrimento das áreas rurais, violência e conflitos urbanos, rurais e inter-étnicos, deterioração de valores morais e éticos etc. Estudos diversos demonstram a inviabilidade de manutenção dos atuais padrões de produção e consumo. Além disso, a crise atual atinge todas as dimensões da vida. Segundo Capra (1996, p.19), "(...) uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes na história da humanidade. Pela primeira vez, temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e da vida no planeta". Mas, juntamente com a percepção da crise, cresce a consciência da necessidade de mudança profunda de comportamentos e políticas públicas.

Buscando apurar os condicionantes desta crise, encontram-se: a poluição (uma das origens do efeito estufa e de mudanças climáticas); os modos de apropriação de recursos naturais renováveis, refletida na extinção de espécies, desmatamento, degradação do solo e da água e na exploração desenfreada de recursos pesqueiros; o esgotamento de recursos não-renováveis; a evolução irrefletida das técnicas; a explosão demográfica e o fortalecimento de um estilo de vida herdeiro de uma visão cartesiana de mundo. Importa ressaltar que estas causas não são geradas apenas por grandes fábricas, indústrias e automóveis, mas também por diversas ações cotidianas presentes em todas as nações, nos grupos sociais, nas famílias... Fala-se assim, do mau desenvolvimento das sociedades humanas, com base numa interpretação sistêmica do fenômeno do desenvolvimento.

Esse conjunto de questões, tidas como ambientais, vem recebendo atenção cada vez mais apurada da humanidade, tornando-se parte da agenda cotidiana em todos os níveis da sociedade global, inclusive nos veículos de comunicação em massa, formadores de opinião.¹⁴

¹⁴ No Brasil, são inúmeras as listas de apoio a programas que combatem, por exemplo, o desmatamento na Amazônia. No entanto, uma única matéria veiculada na maior rede de televisão do país, em 2007, promovendo uma campanha neste sentido (Amazônia para Sempre), recebeu milhares de assinaturas em tempo recorde.

De maneira em geral, desta “tomada de consciência” da questão socioambiental surgiram várias correntes interpretativas. Dupuy (1980) chega a falar de uma “nebulosa ecológica”, insistindo nas controvérsias envolvendo os termos de referência do debate em curso. O autor fala do início deste processo, com o movimento da contracultura dos anos 60-70, passando por associações civis com interesses comuns, partidos políticos “verdes”, equipes acadêmicas e, até mesmo, grupos empresariais que vislumbraram a necessidade de se adequar às novas exigências ou, pelo menos, de reproduzir um discurso que tomava consistência e importância nos cenários político e econômico em nível mundial.

Antes disso, porém, já na primeira metade do século XX, emergiram ações pioneiras que contribuíram para forjar o pensamento ambientalista contemporâneo. Souza (2000, p.51) caracteriza este período como a “fase seminal”, “por ser um período em que se formam os movimentos conservacionistas e ecologistas”. O autor diz que, apesar da pouca visibilidade social das questões ambientais, as primeiras percepções sobre a problemática ambiental foram surgindo e algumas políticas ambientais surgiram, versando, principalmente, na criação de parques e áreas protegidas, e na proteção de espécies em extinção, da água e de reservas minerais.

No curto período que vai dos anos 1950 ao início dos anos 1970, emerge a “fase de massificação” (Souza, 2000, p.54). Neste período a degradação socioambiental começa a afetar mais diretamente o bem-estar das pessoas (ou quando a percepção sobre a problemática se amplia), e a preocupação agora recai sobre os impactos sociais da poluição, mas reflete a ausência de uma visão sobre os efeitos globais e/ou futuros da degradação ambiental. As ações são “curativas” e não “preventivas”.

Ainda que existam iniciativas anteriores e posteriores aos movimentos citados, é partir da década de 1970, com especial destaque para a Conferência de Estocolmo (1972), como gênese desta nova fase, que o movimento ambientalista ganha fôlego e projeção internacional. Aponta-se que esta fase abriu definitivamente o debate sobre os problemas advindos do crescimento econômico a qualquer custo e do desenvolvimento tecnológico. Para Souza (2000, p. 56), “a década de 1970 representa um marco na forma do mundo compreender a relação do meio ambiente com o desenvolvimento (...). Há, nessa década, a percepção de que a degradação ambiental, e fundamentalmente a degradação dos recursos naturais, seria responsável por impor limites ao crescimento econômico”. Este momento é chamado de “fase de globalização I”.

Apesar dos avanços oriundos desta etapa, não seria exagerada a afirmação de que a crise ainda é encarada de maneira parcelar e pontual, como se suas causas não tivessem profundas raízes na lógica da organização das sociedades modernas (BERKES, VIEIRA & SEIXAS, 2005).

Mas surge um quarto momento, que seria o contemporâneo, onde a humanidade se dá conta de que os problemas ambientais podem afetar a sua própria sobrevivência, intitulado “fase de globalização II”. O diferencial desta fase é que correntes antes marginalizadas, como o sistemismo, ganham maior expressão, especialmente no meio acadêmico.

Destacando o caso da América Latina, Sachs (1995) indica que a busca, nesta região, por um crescimento pautado nas desigualdades sociais é um modelo esgotado, e que este também colaborou para a crise ambiental através do endividamento, dos termos desfavoráveis do comércio e do neoprotecionismo estimulados pelos países industrializados.

Na mesma linha de raciocínio, Vieira e Weber (1997, p.18) ressaltaram que “as modalidades de desenvolvimento predominantes nas sociedades de corte liberal ou estatista (...) não estariam favorecendo uma internalização efetiva das várias dimensões do meio ambiente”. Esta assertiva coloca no debate o conceito/processo hegemônico de desenvolvimento, o qual traduz-se, entre outras formas, na permanente busca por inovações tecnológicas, habitacionais, de transporte, lazer etc., insensíveis aos custos sociais e ambientais implicados. Eles apontam a necessidade de se enfrentar a crise ambiental com uma perspectiva analítica centrada na identificação de “interdependências complexas”, o que permitirá “a identificação dos fatores condicionantes, da dinâmica de evolução e das alternativas possíveis de confrontação política dos problemas ambientais”. (VIEIRA e WEBER, 1997, p.18).

São inúmeras as possibilidades de caracterização do conceito de desenvolvimento. Seu uso em diversas áreas do conhecimento contribuiu para que uma verdadeira polissemia se instaurasse.¹⁵ No campo da psicologia e da biologia, temos os desenvolvimentos infantil e cognitivo; no campo da educação física, debate-se o desenvolvimento motor; na antropologia descobrimos o desenvolvimento das culturas, e, na sociologia, o desenvolvimento social, entre outros. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico de um país ou região, este conceito

¹⁵ Segundo Vieira e Weber, sobre o termo desenvolvimento, reside uma limitação “na polissemia que cerca a utilização desta categoria nos campos científico e político (...) Em vez de um esforço de construção cumulativa de uma estrutura teórica cada vez mais consistente e alimentada pela coleta e análise de dados empíricos comensurados à complexidade dos problemas sócio-ambientais, critica-se (...) a insistência na comunicação de variações estilísticas (...) essencialmente ético-normativas...” (VIEIRA e WEBER, 1997, p.20).

pode representar desde o simples aumento do Produto Interno Bruto (PIB), passando por melhoras nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs), até os níveis de industrialização e alcance tecnológico. Como ressalta (SANTOS, 2005, s/n),

A priori é necessário destacar que o desenvolvimento tornou-se o grande *slogan* do século XX, sendo tanto uma ideologia quanto objeto de políticas de governo. Aliás, fundiu-se, secularmente, à idéia de progresso e de desenvolvimento, de modo que esse último passou a ser utilizado de forma corrente quando se viu que o “crescimento”, o “progresso” e a “expansão” não eram, na verdade, virtudes intrínsecas a todos os países.

Na trajetória de evolução da humanidade, desenvolvimento, crescimento econômico e progresso são conceitos que andam lado a lado, e têm sido freqüentemente confundidos, o que contribui para a dinâmica de degradação socioambiental.

Pode-se dizer que houve uma evolução do conceito de desenvolvimento, desde a Revolução Francesa, com a ampliação do conhecimento científico e seu reconhecimento como mola propulsora do progresso, até a expansão e disseminação do capitalismo em escala planetária, passando desde então pelo crivo de estudiosos das mais diversas áreas.

Sem ir muito fundo na evolução deste conceito, voltamos nosso olhar para os anos 1940, quando a Declaração Interaliada (1941) e a Carta das Nações Unidas (1945) apontavam para a necessidade de paz e segurança socioeconômica, principalmente pelo contexto originado da Segunda Grande Guerra. Em 1948, é criada a CEPAL, organismo voltado às necessidades de crescimento da América Latina; e os países do “Terceiro Mundo” começam a reivindicar seus direitos e cobram dos países ricos a sua parte no bolo da riqueza, uma vez que serviram, fornecendo matéria-prima e mão-de-obra baratas – através de um processo nebuloso de colonização e dependência –, para o enriquecimento e fortalecimento destes países. De qualquer forma, progresso e crescimento econômico têm sido veiculados como símbolos de desenvolvimento.

Projetos industriais e ajuda financeira internacional marcam os anos 1960; o modelo de desenvolvimento é o das sociedades ocidentais ricas. A CEPAL continua com suas análises sobre o subdesenvolvimento, denunciando, entre outras, a desigualdade nos termos de troca entre países ricos e pobres, e as dependências econômica e tecnológica. Apesar de alguns esforços, a pobreza permanece (e se amplia), e as desigualdades e a capacidade de competir internacionalmente, também.

A crise socioambiental, identificada e denunciada por muitos, passou a ser enfrentada, de fato, em escala global, a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972. Neste encontro, admitiu-se que o planeta passava por problemas graves, os quais seriam ampliados se não fossem tomadas medidas urgentes para reprimir o forte processo de degradação ambiental em curso, recuperar os danos ambientais e prevenir futuros danos; isto além de manter níveis aceitáveis de extração, poluição e degradação ambientais, os quais não colocassem em risco a vida humana e o próprio planeta. Para além das questões ambientais, esta fase incorporou as questões relacionadas à pobreza, ao subdesenvolvimento e à dependência tecnológica dos países do Hemisfério Sul ao debate sobre a degradação do meio biofísico.

O Relatório Meadows alertou para os limites do crescimento material, prevendo os riscos de irreversibilidade da crise caso os modelos dominantes de produção e consumo em curso fossem mantidos ao longo das próximas décadas. Desenvolvimento, crescimento econômico e progresso deixaram de ser vistos como sinônimos; ao contrário, em alguns casos, observa-se que a ampliação de um destes aspectos pode levar à restrição dos outros.

Seguindo os passos iniciados em Estocolmo, a Reunião do Clube de Roma, em 1984, a Rio-92 e a Rio+10 promoveram encontros de representantes dos países em busca de soluções para os problemas socioambientais, abandonando a idéia de que a degradação ambiental seria consequência apenas do uso incorreto dos recursos naturais: o trinômio economia-sociedade-política passou a ser visto como a base concreta dos problemas ambientais – agora denominados socioambientais –, e debates calorosos sobre pobreza, subdesenvolvimento, saúde, ciência, política, etc., somaram-se aos estudos biológicos, geográficos, entre outros indicadores, na busca de ações efetivas para conter a destruição planetária. Em meio a este debate, surgem as teorias do desenvolvimento endógeno, focalizando as regiões e suas desigualdades.

Nas modernas sociedades industriais, o processo de desenvolvimento sempre esteve, num primeiro momento, relacionado à produção agrícola e, num momento posterior, diretamente atrelado ao produtivismo e à acumulação de capital. No Brasil não foi diferente: as ações sociopolíticas para o desenvolvimento do país após o período de acumulação de capital por meio da produção rural, passaram por diversos formatos, especialmente a partir do governo de Getúlio Vargas. Estes formatos são conhecidos como teorias ou modelos de desenvolvimento. O que aconteceu, contudo, é que não só o Brasil mas a maioria dos países chamados “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” adotou o padrão de consumo e

produção dos países ricos como patamar a ser atingido; além disso, sempre se manteve a idéia de que “o caminho a ser percorrido é o mesmo para todos, de ser orientado de cima para baixo, isto é, de pressupor que o desenvolvimento é impulsionado ou impellido pelas condições globais” (RAUD, 1999, p.73).

Em *paper*¹⁶ discorrendo sobre a situação dos pequenos produtores rurais da França e do Brasil, Carrière (2005) destaca com clareza aquilo que os diferencia. Ele diz que, na França, o desenvolvimento local diz respeito à diminuição de disparidades entre algumas zonas, mais e menos avançadas. Já, no Brasil, diz respeito à satisfação de necessidades básicas, como alimentação, moradia, saneamento e educação, entre outras.

Enquanto na França os pequenos agricultores dispõem de energia elétrica, rodovias asfaltadas, água corrente e saneamento básico, no Brasil, falta-lhes inclusive comida, dependendo da região.¹⁷

Tudo isto remete-nos à necessidade de uma utilização criteriosa do conceito de desenvolvimento local, especialmente no caso de proposição de projetos para as mais diversas regiões do Brasil.

1.1 DESENVOLVIMENTO: MODELOS EXÓGENOS E ENDÓGENOS

Carrière e Cazella (2006) distinguem duas categorias básicas de desenvolvimento: o modelo centralizado e estatal, caracterizado como “exógeno” e o modelo descentralizado, por sua vez, é chamado de “endógeno”. No primeiro caso, têm-se duas grandes vertentes: a teoria da base e os pólos de crescimento. No segundo, são reconhecidas a teoria do desenvolvimento endógeno e a teoria do desenvolvimento sustentável.

Há várias décadas, as teorias de desenvolvimento centralizado vêm recebendo inúmeras críticas. Dentre elas, destaca-se aquela que aponta a influência das concepções newtonianas, cartesianas e comtianas, as quais “conduziram o pensamento científico segundo uma visão linear e reducionista (...) que deram ênfase ao crescimento econômico em detrimento da defesa

¹⁶ **As Bases Teóricas das Estratégias de Desenvolvimento Local.** *Paper* apresentado em formato *mimeo* em seminário interno do projeto base.

¹⁷ Mais à frente, durante a análise dos dados obtidos nas entrevistas, observar-se-á que o território estudado é dado como uma zona sem pobreza (com algumas necessidades, mas sem pobreza). Este dado será analisado com bastante cuidado, especialmente pelo aspecto da infra-estrutura básica.

dos interesses sociais e da conservação dos recursos naturais” (SILVA, 1995, p.15). Desta forma, num contexto de interferências recíprocas, a ciência, a tecnologia e a industrialização sustentaram a tese do crescimento econômico (descoordenado) à custa do agravamento da crise socioambiental.

Por outro lado, as teorias do desenvolvimento endógeno carecem de aplicações que demonstrem sua efetividade produtiva e regenerativa, ao menos nos países em fase de desenvolvimento tardio. Como se sabe, a importação pura e simples de modelos implantados em outras realidades não faz sentido do ponto de vista socioambiental. Já se observou que este “mimetismo cultural” não produz os mesmos efeitos positivos encontrados nas origens; pelo contrário, ao ignorar especificidades e interesses tão variados, a implementação de modelos prontos acaba por gerar dependência tecnológica, estranhamento e evasão de divisas.

De qualquer forma, entre as principais teorias atualmente em voga, entende-se que aquelas que mobilizam o conceito de desenvolvimento endógeno, planejadas e implementadas de “baixo para cima”, indicam um caminho profícuo para o crescimento econômico, com justiça social e prudência ecológica tão necessárias aos países pobres ou em desenvolvimento.

Neste capítulo, serão apresentados os modelos de desenvolvimento acima destacados, para, em seguida, se explicitar o paradigma desenvolvimentista que se entende estar, neste momento, mais próximo das necessidades e exigências de um desenvolvimento mais justo e equilibrado, pensado à luz do novo paradigma científico.

Para tanto, pressupomos que o processo de industrialização no Brasil vem respondendo, historicamente, a um grande número de transformações no nível mundial, a saber, conforme Garcia e Palmeira (2001): queda da exportação agrícola, elaboração de planos nacionais de desenvolvimento em épocas diferentes atendendo interesses diversos, modernização da lavoura, caprichos da classe burguesa buscando um nível de consumo similar aos dos países desenvolvidos, abundância de recursos naturais renováveis, vinculação ao capital internacional, etc. No início do século XIX, a indústria brasileira era bastante incipiente:

(...) o espaço físico e o poder social encontravam-se concentrados nas mãos dos detentores das grandes plantações voltados para cultivos destinados aos mercados internacionais, particularmente à Europa e aos Estados Unidos da América. Lavouras com café, cana-de-açúcar, algodão, borracha, cacau, fumo eram responsáveis por mais de 85% das exportações brasileiras. (GARCIA e PALMEIRA, 2001, p.40)

Havia, no campo, uma pequena rede industrial: descaroçadoras de algodão, desfiadoras de sisal, terreiros de secagem de café, ou seja, havia uma agroindústria, muito antes do conceito hoje utilizado (GARCIA e PALMEIRA, 2000). Contudo, não era uma rede suficientemente forte para ser considerada como determinante do crescimento econômico e para o desenvolvimento do país, muito menos para ser considerada, de fato, uma rede industrial. Assim, alguns projetos de desenvolvimento foram empreendidos pelo Estado e pela iniciativa privada, na busca pela “ordem e pelo progresso” anunciados no pavilhão nacional. Duas grandes vertentes teóricas de desenvolvimento foram pilares de alguns destes projetos: a Teoria da Base e a Teoria dos Pólos de Crescimento.

1.1.1 A Teoria da Base

A teoria da base aponta para uma produção voltada à exportação e depende, fundamentalmente, da aptidão do território para a exportação, o que muda, evidentemente, de uma região para outra. Este modelo foi bastante utilizado no final do século XIX, e matérias-primas como carvão e aço eram os principais produtos exportados entre as regiões e países. Apesar de ter tido sua época, as análises posteriores demonstraram sua fragilidade e falta de retorno em termos de desenvolvimento para o território exportador, principalmente pela necessidade de este mesmo território ter que adquirir os produtos manufaturados com a matéria exportada, com óbvio desequilíbrio econômico, posto que os produtos manufaturados possuem valores intrínsecos maior que as matérias-primas.

Contudo, há autores que defendem este modelo argumentando que a base de exportação “tem sido o fator determinante de taxa de crescimento das regiões” (PIACENTI et al, 2002). Este modelo sustenta que a exportação de produtos básicos incrementa a produção de produtos não-básicos para consumo interno da região.

As teorias deste modelo enfatizam que as exportações exercem um efeito multiplicador sobre o setor do mercado interno, ou seja, que a dinâmica da exportação propicia uma ampliação da produção das empresas locais, redução de custos médios e aumento da taxa de lucro; este processo gera mais investimentos e acumula crescimento (SOUZA, 2003).

Os argumentos mais importantes desta corrente colocam em destaque:

- a complementação do mercado interno: se há produção ociosa, a exportação pode desafogar este estoque;

- a geração de economias de escala: redução de custos fixos, com conseqüente aumento da margem de lucro. Com isto, estimulam-se os investimentos e a ampliação de ofertas de emprego;

- o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis: seja de recursos ociosos ou de partes de recursos em uso, sendo que a exportação dinamiza sua utilização;

- a melhora da eficiência interna: havendo competição no setor exportador, deve haver melhor especialização e qualificação do produto exportado elevando os padrões tecnológicos, os quais, depois, são transferidos para o mercado interno; e

- a interdependência econômica e tecnológica: a produção e a exportação de um determinado bem, especialmente se for um produto manufaturado (ao invés da exportação de matéria-prima), multiplica renda e emprego, propiciando conexões entre setores diversos.

No Brasil, nos anos 60 e 70, discutia-se sobre o(s) modelo(s) de desenvolvimento a ser(em) implementado(s). A opção por um modelo exportador, em certo estágio, produziu efeito perverso, uma vez que, ao exportar matéria-prima, o país tornava-se dependente da importação dos produtos manufaturados.

Para Souza (2000), o problema principal das exportações brasileiras situava-se na baixa diversidade de produtos (algodão, café, açúcar e minérios); com isto, as variações de preços no mercado internacional acentuavam períodos de abundância ou crise. As indústrias relacionadas a estes produtos seguiam os mesmos movimentos.¹⁸

Entretanto, parece que esta teoria pode ser bem-sucedida em regiões de pequeno ou médio porte – a partir de sua especialização –, mas não pode ser estendida, por exemplo, como modelo de desenvolvimento de uma nação. Simões (2003, p.29) chama a atenção para o fato de que “as estratégias adotadas para a promoção do desenvolvimento econômico devem se diferenciar quando modificamos as escalas espaciais”.

¹⁸ Sobre o processo de industrialização, no modelo da Teoria de Base, Celso Furtado aponta que a política de compra e destruição de estoques invendáveis de café, “provocou de maneira não intencional a industrialização por substituição de importações” (Garcia e Palmeira, 2000, p.54), ou seja, não foi um processo de industrialização por si só, mas também o reflexo de uma série de outras variáveis que, no contexto do início do século XIX, levaram, gradativamente, o país a substituir a economia do campo pela indústria.

Oliveira & Lima (2003) ressaltam que este modelo pode produzir efeitos positivos e negativos, cuja qualidade, em última escala, define o nível de desenvolvimento possível para uma região e depende de uma série de variáveis, como por exemplo, a capacidade competitiva e a presença de matéria-prima na região. De qualquer forma, apenas casos isolados podem hoje se desenvolver de forma sustentada neste paradigma: pequenos países produtores de petróleo, a África do Sul com seus diamantes, etc. Neste momento de economia globalizada, é um equilíbrio na balança exportação-importação que pode dar credibilidade a um país diante do cenário mais global, afirmam estes autores.

Para Carrière e Cazella (2006) é um modelo defasado, posto que as análises demonstraram-no muito mais perverso que o contrário; muito mais economicista que social; mais benéfico aos países ricos – detentores das tecnologias de manufatura – que aos países pobres, exportadores da matéria-prima.

Um dos diversos efeitos da crise deste modelo foi a emergência de alternativas ligadas ao pensamento sobre as dinâmicas de desenvolvimento territorial, o qual está ligado a fenômenos socioeconômicos, políticos e ambientais, desencadeados, especialmente, no final dos anos 1980.

1.1.2 A Teoria dos Pólos de Crescimento

As proposições relacionadas ao enfoque do DTS, baseadas em estudos de caso espalhados pelo globo, tematizam a forma de produção de bens ou serviço que vai além do empreendedorismo. Torna-se necessário que tais empreendimentos estejam conectados numa rede colaborativa, com já mencionado anteriormente.

Didaticamente, pode-se distinguir duas vertentes nessa abordagem: a primeira constitui o fortalecimento da idéia de que os atores locais devem assumir os rumos do desenvolvimento de sua região; e a segunda, apresenta facetas nitidamente mais socioeconômicas, cuja gênese está relacionada com a formação de “sistemas produtivos locais” (SPL).

Marques (2001) salienta que este conceito aparece na literatura confundido com outras noções similares, entre as quais o Sistema Territorial de Produção (CREVOISIER e MAILLAT, 1991), o Sistema Industrial Localizado (COURLET e PECQUER, 1992), o Sistema de Produção Local (GAROFOLI, 1992; COURLET e SOULANGE, 1993), o Distrito

Tecnológico (MAILLAT, LECOQ, NEMETI e PFISTER, 1995), o conceito de Distrito Industrial (BECATTINI, 1992), entre outros.

A autora destaca que tal variedade de conceitos revela, por um lado, o interesse renovado dedicado às novas formas de organização industrial; por outro, ilustra a dificuldade em definir, através de um único conceito, a diversidade de situações encontradas, fruto de diferentes passados históricos, estruturas socioeconômicas específicas e diversidades de sistemas locais existentes.

À medida que se observava a ampliação das desigualdades regionais (especialmente em países mais avançados), surgiram proposições visando equilibrar tais discrepâncias. O atraso relativo entre regiões era visto como fruto de obstáculos colocados às “etapas de decolagem” (passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna). Assim, buscando superar estes atrasos, surge uma teoria preocupada com as trocas inter-regionais. Experiências como a Terza Itália, o Vale do Silício, etc., indicam um outro caminho para pensar o desenvolvimento, não apenas em bases globais, mas centrados em territórios.

Cazella destaca a contribuição de François PERROUX como o principal teórico dos Pólos de Crescimento. Constituindo a base da escola chamada estruturalista do desenvolvimento, “muito influenciadas pelo pensamento econômico de Schumpeter, as análises e proposições de Perroux não se limitam aos aspectos econômicos positivos da inovação” (CAZELLA, 2002). Contudo, adverte que o pensamento de Perroux se inscreve no modelo *top down*, descaracterizando-o, então, como uma alternativa endógena de desenvolvimento.

A idéia central desta teoria é que o desenvolvimento não acontece de forma isolada, mas requerendo a existência de “unidades motrizes” localizadas em pontos estratégicos de uma região, as quais propiciam o surgimento de “unidades movidas”¹⁹ no seu entorno. As unidades motrizes devem ser grandes indústrias ou conjuntos industriais produzindo uma série de impactos sobre as unidades dominadas. A teoria dos pólos de crescimento sustenta que as unidades dominadas serão favorecidas criando empregos e gerando renda, de forma direta e indireta. Contudo, deve haver uma forte interação entre as unidades motrizes e movidas para que a dinâmica ocorra conforme o que está previsto na teoria. Este processo expressa-se no

¹⁹ Em alguns textos encontram-se as expressões “unidade dominante” e “unidades dominadas” com a mesma representação de “unidade motriz” e “unidades movidas”, respectivamente. Contudo, há claramente uma relação de poder diferenciada entre as unidades quando se utiliza um ou outro conceito.

conceito de redes: “as *redes* reforçam a capacidade inovadora dos sistemas produtivos localizados, através da aceleração dos processos de aprendizagem colectivos” (MARQUES, 2001, p.6).

Para Matos (1995, s/n), “a teoria dos pólos disseminou a crença de que qualquer grande investimento, ou expansão da atividade central, levaria a uma concentração dos multiplicadores do emprego e a efeitos dispersivos dentro do pólo e de sua área de influência”.

Perroux inova ao apontar a necessidade de se entender a noção de espaço econômico para a compreensão do significado dos pólos de crescimento. O espaço, em Perroux, é integrado *a priori* nas análises econômicas, o que lhe possibilita elaborar uma “abordagem original dos efeitos de cadeias ou de freios que esses pólos exercem sobre o desenvolvimento” (CAZELLA, 2002, p.4). Para este teórico, o conceito de espaço econômico corresponde “(...) à noção abstrata do espaço matemático, definido por um conjunto de propriedades, independentes de um sistema de coordenadas cartesianas, por exemplo, o espaço monetário seria definido por um complexo de relações monetárias” (citado por SIMÕES, 2003, p.31-32); assim, espaço econômico seria determinado por um conjunto de relações econômicas. Estas relações, em última análise, são o foco central da teoria dos pólos de crescimento, pois se faz necessário que a dinâmica entre as unidades motrizes e as unidades dominadas seja balizada por um equilíbrio na produção e distribuição da riqueza produzida na região.

Ainda segundo Matos (1995), a partir da idéia de que o crescimento, pela teoria dos pólos, não se daria de forma equilibrada, mas sim heterogeneamente, em torno da unidade motriz, “os núcleos de expansão organizariam a distribuição espacial da população num sistema hierárquico de nódulos e ligações funcionais”. Com isto, o espaço passa a ser visto como um conceito importante e gerador de um campo de forças na concentração e/ou desconcentração de atividades.

Uma contribuição deste modelo é a superação de uma visão restrita de espaço, tal como colocava a geografia tradicional. Assim, numa via de mão dupla, a geografia chamada “crítica”, de um lado, e as experiências de desenvolvimento territorial baseadas nos SPLs, de outro, foram contribuindo mutuamente para a concretização do conceito de *espaço construído* ou, melhor, do território construído; representativo de um largo processo onde as barreiras administrativas e legais do espaço (os municípios, os estados, etc.) são substituídas por uma

configuração mutável, provisória e inacabada, cuja consistência pressupõe e depende da existência de uma relação de proximidade dos atores (PECQUEUR, 1996).

Para Perroux, o que define, essencialmente, a condição de um desenvolvimento territorial através dos pólos não é a existência pura e simples de uma unidade motriz, mas sua “capacidade de arrastamento”, ou seja, a possibilidade de adicionar unidades movidas e de distribuir o desenvolvimento gerado pela unidade motriz a estas unidades movidas, criando assim, efetivamente, um território.

Mas um efeito perverso desta dinâmica em países como o Brasil foi a formação de grandes metrópoles (concentrações urbanas), com as mazelas e características que já se conhecem. Assim, ao invés da formação de pólos de desenvolvimento se beneficiando mutuamente, num processo equilibrado, o que se viu foi a formação desordenada de núcleos populacionais inchando o centro, quando deveria, ao contrário, constituir certo espaço em torno deste, promovendo a hierarquia de nódulos e ligações funcionais.

Apesar da extrema relevância que o conceito de espaço econômico assume na teoria de Perroux, Cazella (2002) reconhece que sua principal inovação está na introdução dos conceitos de cultura e de processo histórico no debate sobre desenvolvimento. Perroux destaca em sua obra que parâmetros não-econômicos (e mesmo de foco e amplitude microrregionais) são tão importantes quanto os econômicos, pois provocam efeitos significativos nos processos macroeconômicos.

A possibilidade da instalação de um pólo de crescimento depende (ou dependia), contudo, não apenas de decisões e investimentos externos, mas também de uma série de condições locais. Por exemplo, a instalação de um conjunto de grandes indústrias em uma região onde não há tradição do trabalho operário e tampouco de capital social que possibilite o surgimento das indústrias movidas, no formato de pequenas e médias empresas, não trará os efeitos positivos que a teoria sustenta. Também uma distribuição desigual, ou injusta, da riqueza produzida, na forma de baixos salários, deixa de propiciar um mercado consumidor para estas mesmas unidades, fato este que, em último caso, leva tais unidades ao fracasso. Carrière (2004) salienta assim que o desenvolvimento de uma região, sob o prisma dos pólos de crescimento, só pode se dar se a unidade dominante tiver condições de originar unidades dominadas, ampliar e manter seus efeitos positivos.

Novamente, Oliveira & Lima (2003) chamam atenção para a possibilidade de que os efeitos negativos sejam mais amplos que os positivos, gerando desemprego e exclusão social. Estes autores também frisam criticamente que este modelo está baseado no paradigma autoritário “de cima para baixo”, ou seja, as decisões sobre o que, como e quando vai ser produzido em uma determinada região são tomadas por decisores exógenos, alheios às necessidades e peculiaridades regionais.

À margem das críticas, é importante frisar que os novos paradigmas de desenvolvimento, sustentados nas decisões “de baixo para cima”, não excluem a necessidade de uma polarização de serviços ou produtos. O que se quer destacar é que estes produtos ou serviços devam atender – ou surgir – de demandas locais, de acordo com suas especificidades e peculiaridades históricas. Por outra via, sempre que se fala em território, pressupõe-se a noção de polarização como um dos seus elementos constituintes.

Atualmente, falar em pólos de crescimento, ou desenvolvimento, requer pensar além do setor produtivo. As transformações pelas quais vem passando o mundo do trabalho e, conseqüentemente, do lazer, apontam para uma série de outras atividades, situadas especialmente nos âmbitos da comunicação e dos serviços, as quais crescem exponencialmente em número e importância para as economias das mais diversas regiões; entre estas, encontra-se o turismo.

No caso deste estudo, devemos recordar que o território em análise foi considerado oficialmente, pelo Estado brasileiro, como um pólo de ecoturismo. Disto emerge a necessidade de nos apropriarmos do conceito de pólo, neste contexto.

Os diversos formatos de agrupamentos que se visualizam num processo produtivo ou de serviços podem se configurar diferentemente. Da mesma forma, configuram aspectos e características próprias para os territórios. Utilizando termos próprios da economia e da administração, estes agrupamentos são chamados, entre outras designações, dependendo de sua configuração, de aglomerados, pólos, *clusters* e arranjos produtivos locais (APLs); este último também é chamado de Sistema Produtivo local (SPL).

O quadro 1 ilustra as características de cada um destes agrupamentos.

QUADRO 1 - AGRUPAMENTOS PRODUTIVOS

EMPRESAS SEM LIGAÇÃO	AGLOMERADO PRODUTIVO	PÓLO	<i>CLUSTER</i>	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
Empresas sem Nenhuma ligação	Empresas que possuem alguma relação, mas que não pertencem ao mesmo setor produtivo	Concentração regional (informal) de empresas voltadas para o mesmo setor	Pólo consolidado com forte integração entre as empresas, estendendo-se verticalmente a jusante e a montante, e comportando entidades de suporte privadas e governamentais	Região fortemente estruturada, contendo um ou mais <i>clusters</i> com um planejamento territorial

FONTE: CASAROTTO, Nelson. Notas de Aula. Disciplina – “Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local” - Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção – PPGEP, 2002

A visualização deste quadro demonstra que a Teoria dos Pólos estaria mais bem representada, por suas características e princípios, numa aglomeração do tipo *cluster*.

Importa destacar que não são apenas as condições produtivas objetivas que caracterizam estes agrupamentos; há outras variáveis tão significativas quanto as primeiras para a conformação de um território: são as condições institucionais, as subjetivas, as de infra-

estrutura, as condições ambientais, etc. Santos (1997, p.51) ressalta que “a configuração territorial tem, pois, uma existência material própria, mas sua (...) existência real somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”. Estes outros aspectos, decorrentes das relações entre as instituições, entre as pessoas, entre as diversas organizações e entre uma e outra(s), estão listados no modelo de análise proposto neste projeto para iluminar a trajetória da pesquisa.

Para as finalidades desta tese, e em referência ao setor turístico, pode-se dizer que *um pólo turístico é uma localidade ou região que atrai grande fluxo de demanda turística, onde empresas ligadas a esta área disputam a conquista da clientela*. Neste caso, a função polarizadora do local é a atratividade. Contudo, com atenção à premissa de que “tanto os pólos turísticos quanto as regiões, precisam estar inseridos nos conceitos de desenvolvimento sustentável” (Santos, 2005, p.5)

A rivalidade típica das sociedades capitalistas, onde as oportunidades, em geral, se mostram para poucos em detrimento de muitos, não condiz com os princípios do DTS. No entanto, um aglomerado ou um pólo, mesmo que baseado numa competição capitalista, pode ser visto como o germe de um processo de territorialização, especialmente se levada em conta a contribuição do capital social para tanto. Este é o caso particular da região estudada.

Além disso, Lins recorda que é preciso que tais empreendimentos sejam beneficiados “por atividades de apoio e pela presença de instituições [que] geralmente atuam de forma especializada e complementar” (2000, p.56).

Novos pólos podem surgir a partir de uma ou mais empresas inovadoras que estimulem a formação de outras na região. Esta é uma observação relevante quando se está analisando uma atividade ainda incipiente, como é o caso do ecoturismo.

Esta atividade do setor turístico surge, entre outros fatores, por uma provável ligação entre a necessidade de trabalho, emprego e geração de renda, e um capital social que tem na relação com o meio natural um de seus principais elementos constituintes. Com isto, se constitui um cenário propício à busca da “harmonização dos objetivos (interdependentes) ligados ao crescimento econômico, à equidade social, à democratização dos processos decisórios e ao cultivo da prudência ecológica (...) permitindo avanços que guardam sintonia com as raízes históricas e culturais das dinâmicas de crescimento” (VIEIRA e CUNHA, 2002, p.297-99).

Assim, aceita-se a idéia de que um pólo, ou *cluster*, ou ainda um APL, possa se formar a partir de uma atividade nova no território (ou na região), uma vez que a dinâmica social está sempre fornecendo elementos inovadores, criativos e surpreendentes.

Aqui, ganham força os argumentos de Milton Santos sobre a constituição de territórios baseados numa trama de relações espaciais, técnicas, econômicas, políticas, sociais e ambientais, onde o território é o reflexo momentâneo destas relações, sempre em movimento, sempre em transformação.

Vários autores (SAMPAIO, 2004, CORIOLANO, 2003, BARRETO e TAMANINI, 2002, e LINS, 2002, FARIA, 2001, FARIA, 2001b) mostram que são poucos os casos em que o turismo, e menos ainda o ecoturismo, constitui a base de um processo de desenvolvimento territorial sustentável. Mesmo nos casos onde o turismo aparece como “carro-chefe” da economia (por exemplo, o Balneário Camboriu), o modelo de desenvolvimento vigente não apresenta uma base de equilíbrio entre economia, política e cultura, privilegiando sobremaneira a dimensão econômica, o que contribui para a não-instauração de um processo de gestão partilhada – condição de um processo de DTS.

Por outro lado, há iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento local baseado no chamado ecoturismo – o projeto em andamento na Reserva Extrativista de Mimarauá, no Amazonas, e projetos com diversas aldeias indígenas, no Nordeste e Centro-Oeste. Há que se destacar o caso do turismo em Bonito (MS), cujos frutos, paralelamente a alguns aspectos degradantes denunciados em diversos trabalhos, têm se espalhado por todo um território, contabilizando benefícios para uma parcela significativa da população, inclusive para a capital, Campo Grande, situada a quase 300 km, a qual recebe turistas “de passagem” para Bonito, numa demonstração do alcance das relações estabelecidas a partir da atividade turística em si.

Um dos objetivos do estudo ora relatado foi verificar a possibilidade de este equilíbrio estar presente em uma região que tenha diversas combinações de fatores favoráveis, podendo, assim, ser uma referência para outras experiências.

1.2 DO ECODESENVOLVIMENTO AO DTS

O DTS, visto como uma alternativa aos modelos exógenos de desenvolvimento, não constitui apenas uma mudança dos níveis decisórios sobre o que, como e quando fazer;

tampouco é uma solução *standard* para os problemas socioambientais. Antes de tudo, é preciso pensá-lo à luz de uma nova visão de mundo e de humanidade. Dessa forma, o DTS – que é uma teoria do desenvolvimento endógeno – expressa-se como um movimento de complexificação do enfoque clássico de “ecodesenvolvimento”.

Foi Maurice Strong, em 1973, quem cunhou o termo ecodesenvolvimento, buscando resumir numa palavra uma proposta de desenvolvimento orientado de forma ecológica. O conceito surgiu sob a influência das análises sistêmicas sobre os limites externos do crescimento material, além dos trabalhos preparatórios da Conferência de Estocolmo (VIEIRA, 1995). A idéia principal do novo conceito era sensibilizar os planejadores e gestores para o imbricamento das dinâmicas de degradação ambiental, marginalização socioeconômica e autoritarismo político. Mas como já foi ressaltado na introdução, devemos a Ignacy Sachs o esforço de disseminação e complexificação do enfoque.

Contudo, as idéias apresentadas por Sachs, circunscritas nas abordagens territoriais do desenvolvimento do final dos anos 70, foram julgadas como desprovidas da dimensão dos conflitos sociais. Ainda assim, “o vocábulo *ecodesenvolvimento* não foi adotado pelas organizações da ONU em razão de seu conteúdo demais restritivo no tocante ao crescimento econômico” (CAZELLA, 2002, p.9); ou seja, recebeu críticas de todas as tendências. Por um lado, os movimentos sociais e a esquerda acadêmica julgaram o ecodesenvolvimento desprovido de projetos socialistas; por outro, foi considerado transgressor demais para os economicistas. Os críticos do relatório Brundtland²⁰ afirmam que o conceito de “desenvolvimento sustentável” surgiu como uma contraposição conservadora ao conceito e aos princípios do ecodesenvolvimento.²¹

Os adeptos do ecodesenvolvimento enfatizam as limitações “analítico-reducionistas” no campo das políticas de desenvolvimento sustentável, uma vez que estas apontam tão-somente soluções paliativas. Para superar isto, propõem um enfoque alternativo de planejamento e

²⁰ O conceito de desenvolvimento sustentável enunciado pelo relatório Brundtland preconiza a satisfação das necessidades da geração atual, levando em conta as necessidades das gerações futuras. Essa definição foi/é suficientemente ampla para acolher tanto os adeptos de uma abordagem menos restritiva do desenvolvimento, como aqueles que defendem uma conservação mais estrita da natureza e outro modelo de desenvolvimento que não os tradicionais; ou seja, naquele momento, atendeu satisfatoriamente a todos os críticos do ecodesenvolvimento.

²¹ Paulo Rogério Vargas, em seu *paper O insustentável discurso da sustentabilidade*, realiza uma crítica contumaz à expressão “desenvolvimento sustentável” e seus desdobramentos; ele aponta para o fato de que a crise ambiental é fruto de um determinado padrão de consumo dos países ricos, e que não bastam as propostas de mudanças presentes no desenvolvimento sustentável para reverter/alterar esta situação; ou seja, Vargas diz que precisamos discutir a própria sustentabilidade do desenvolvimento capitalista. Também Vieira (1995) e Leis (2000) apontam elementos reducionistas no conceito de desenvolvimento sustentável.

gestão, equidistante tanto da visão *economicista* quanto da visão *estatista*, que têm comandado a dinâmica evolutiva das sociedades contemporâneas liberais e socialistas (VIEIRA e WEBER, 1997).

Para os propositores deste enfoque, há a necessidade de focar a categoria de desenvolvimento sob um olhar sistêmico; isto possibilita a integração das várias dimensões associadas às origens da degradação socioambiental.

Observa-se, com isto, que os modelos hegemônicos de desenvolvimento não favorecem a internalização da problemática socioambiental nas estratégias de planejamento e gestão. Neste caso, o enfoque aponta para a adoção de diretrizes preventivo-proativas, as quais seriam capazes de se ajustar às múltiplas dimensões dos contextos socioecológicos (VIEIRA, 1992, 1995 e 1998).

Contudo, importa ressaltar que o conceito de ecodesenvolvimento remete a um campo de pesquisas voltadas, de um lado, à análise dos impactos socioambientais de projetos e políticas de desenvolvimento; e, por outro lado, à reflexão sobre estratégias alternativas aos modelos desenvolvimentistas dominantes, o que pode gerar novas tecnologias sociais para o enfrentamento da crise socioambiental.

O enfoque propõe a socialização das informações científicas e sua conexão com os conhecimentos ecológicos tradicionais, sustentada num amplo diálogo entre cientistas e comunidades locais. Soma-se a isto a experimentação de dinâmicas de soluções negociadas entre cientistas e comunidades para os problemas locais.

Em sua formulação, o enfoque indica a necessidade de agir sobre as causas estruturais dos problemas e não apenas sobre seus sintomas mais visíveis. Apresenta um conjunto de critérios ou princípios: 1) prioridade ao alcance de finalidades sociais (**satisfação de necessidades básicas** – materiais e intangíveis – e promoção da equidade); 2) **prudência ecológica**; 3) **autonomia** (ou *self-reliance*) e 4) **viabilidade econômica**.

O primeiro princípio – satisfação das necessidades básicas – indica o redirecionamento dos processos de crescimento para a solução emergencial e perene dos índices de desigualdade social (miséria, desigualdade de oportunidades, dependência tecnológica e financeira dos estados-nações etc.). Neste enfoque, o termo necessidade deve ser visto sob um olhar sistêmico, o qual inclui as dimensões material, psicológica, espiritual e

outras.

O segundo princípio – prudência ecológica – que também pode ser apresentado como “harmonia nas relações sociedade-ambiente”, resgata a necessidade de superação da dicotomia sociedade – natureza, através de um aprendizado que se pauta numa relação simbiótica entre as partes. O critério baseia-se na premissa de que o processo civilizatório, de pensamento cartesiano, levou a humanidade a um “afastamento” da natureza, preconizado pelo domínio da primeira sobre a segunda.

Neste segundo critério – ou princípio – acrescentamos ainda como um de seus aspectos fundamentais, a “reversibilidade”, entendida como a possibilidade de reversão dos processos de uso e/ou transformação de recursos renováveis ou não. Possibilidade esta planejada e admitida como um processo humano e também como uma capacidade natural do meio utilizado.

O terceiro critério - autonomia ou *self-reliance* – traduz-se como uma busca por um maior grau de interferência da sociedade civil nos processos de gestão e planejamento, o que pode gerar uma ampliação de seu poder de decisão. Neste sentido, a responsabilidade pelas estratégias de desenvolvimento socioeconômico é compartilhada entre as partes envolvidas, rompendo um histórico ciclo de dependência, seja entre comunidades e seus gestores, seja entre nações.

O critério não nega o diálogo com atores e estratégias externos, mas propõe uma reação aos modelos hegemônicos, voltada à busca de soluções alternativas próprias que não imitam padrões e dinâmicas dos países ricos. Até porque, o alcance destes padrões poderia significar sérios e irreversíveis danos ao planeta.

Não há dúvidas de que o conceito de *self-reliance* está diretamente atrelado ao capital social; o estabelecimento de redes cooperativas, baseadas em relações de confiança, o qual pode impulsionar o desenvolvimento endógeno de um território, passa também pela possibilidade de uma construção original, específica, de um arcabouço de necessidades e ações, pelas comunidades locais, sem a determinação de padrões externos.

Finalmente, o critério de viabilidade econômica, situa a necessidade de uma revisão dos indicadores de crescimento e desenvolvimento, com a inclusão dos custos socioambientais envolvidos no processo. Um dos objetivos, aqui, é situar a dimensão econômica nos mesmos

níveis das dimensões política, social e ambiental, usurpando a lógica dominante na qual o mercado ocupa o topo de uma pirâmide cuja base é formada pelas outras dimensões da vida.

Este princípio ressalta o significativo papel do Estado, posto que suas políticas podem impulsionar processos locais de demanda e produção de bens e serviços, na direção de estratégias simbióticas.

Uma vez apontados estes critérios,

O enfoque deve ser visto assim como uma construção intelectual ainda em processo de elaboração, ou ainda como um conjunto de hipóteses de trabalho extraídas de um novo campo de pesquisa inter e transdisciplinar, que busca enfrentar, numa abordagem preventiva-proativa, os problemas socioambientais, e passíveis de serem submetidas ao crivo da crítica das comunidades científicas (Relatório CAPES-COFECUB 449/04, 2005, 06-10).

No entanto, “apesar da potencialidade embutida no esforço de elaboração do enfoque de ecodesenvolvimento (ou de desenvolvimento sustentável), suas limitações têm sido assinaladas por um volume significativo de autores” (VIEIRA e WEBER, 1997, p.20), e outras experiências e aportes teórico-metodológicos têm sido produzidos.

Nesta direção, pode-se afirmar que o enfoque de ecodesenvolvimento constituiu-se como um precursor no debate sobre a endogeneidade dos processos de desenvolvimento:

No transcurso dos anos 1990, novos aportes conceituais, teóricos e metodológicos a esta discussão vieram à tona e vem sendo testados em vários países – nos mais diversos contextos regionais. As categorias conexas de (i) *desenvolvimento viável*, (ii) de *gestão patrimonial de recursos de uso comum* e, mais recentemente, (iii) *desenvolvimento territorial sustentável* tem contribuído para dotar o enfoque de ecodesenvolvimento de fundamentos científicos e éticos cada vez mais sólidos (VIEIRA, 2006, p. 257).

Antes de avançar em busca de uma contextualização do significado atual de desenvolvimento territorial²² – sustentável –, faz-se necessário esclarecer dois pontos, os quais podem conduzir a uma visão equivocada sobre o termo:

- 1) Apesar de sua denominação “territorial”, não é um processo fechado a outros espaços e atores. A articulação conhecida sob o jargão “pensar globalmente, agir localmente” é desejada e fértil;

²² Sobre o conceito de desenvolvimento territorial, esclarecemos que neste texto aparece também o conceito de desenvolvimento local, com o mesmo significado.

- 2) O centro do processo se desloca, necessariamente, do viés econômico para o bem-estar e a qualidade de vida da população.

Para Carrière, existem três noções ou conceitos que são essenciais para se pensar o desenvolvimento endógeno: o território, a sociocultura, a qual preferimos identificar como Capital Social, e as redes.

Estes conceitos serão apresentados ao longo das próximas páginas.

1.2.1 O Território

Pensar em termos de desenvolvimento local requer, necessariamente, pensar sobre o território visto não como um lugar de concentração dos setores (produtivo ou de serviços), mas como um elemento constituinte e constituído do desenvolvimento; ele é “uma unidade ativa do desenvolvimento” (CARRIERE, 20004, s/n).

Mas introduzir tal noção nas reflexões sobre desenvolvimento não foi um processo simples. Segundo Lacour (1985), as análises espaciais e do desenvolvimento se ignoraram mutuamente até a crise econômica dos anos 1970. Após quase um quarto de século de interesses separados, as reflexões que procuram reler e religar esses temas ganharam mais importância. Lipietz (1988) aponta que a ausência desta reflexão é um retrato da própria dinâmica da divisão social e territorial do trabalho (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006. Relatório Capes-Cofecub 449/04, 2004).

Assim, com a relevância que este debate vai adquirindo, o espaço-lugar de desenvolvimento, ou seja, o simples suporte das atividades econômicas, é substituído pela idéia de espaço-território, portador de vida e de cultura, além de potencialidades de desenvolvimento. Pode-se dizer que, com o declínio das regiões tradicionais (industriais), surgem novas regiões, detentoras de novos paradigmas.

A natureza desses espaços foi aprofundada por Pecqueur (1987), para quem o espaço-território se diferencia do espaço-lugar pela sua “construção” a partir do dinamismo dos indivíduos que o habitam. A noção de território é aqui o resultado da confrontação dos espaços

individuais dos atores nas suas dimensões econômicas e sociais. O território não se opõe ao espaço-lugar mas o complementa, tal como uma variável explicativa complementar.²³

A criação (coletiva e institucional) de territórios remete a duas propriedades fundamentais dos mesmos: “a) é uma realidade em evolução; b) é o resultado simultâneo dos ‘jogos de poder’ e dos ‘compromissos estáveis’ estabelecidos entre os principais atores sociais” (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p.35). Destaca-se que estas propriedades apontam para uma ampliação das propriedades apresentadas pela noção de ecodesenvolvimento, possibilitando um alargamento das análises.

A interpretação realizada por Brunet (1990) sobre o assunto reforça e aprofunda essa dicotomia do espaço. O território representa, ao mesmo tempo, o espaço banal e o espaço vivido pelos indivíduos. O primeiro não é outra coisa que a superfície de terra facilmente quantificada, enquanto o segundo contém a idéia de criação do espaço pela apropriação, pertencimento e uso coletivo.

No âmbito dos debates sobre o desenvolvimento, a dimensão espacial ganha relevância, pois “se preocupa com a distribuição territorial da população e das atividades econômicas, onde os espaços rurais se tornam estratégicos” (CAZELLA, 2002, p.9).

A criação coletiva e institucional de territórios está associada à idéia de que a transformação das propriedades do espaço banal pode gerar e maximizar o processo de valorização dos diversos recursos desse espaço. A “densidade institucional” de um espaço explica a construção e as características de um território. Com isso, emergem as características fundamentais de um dado território: sua dinâmica evolutiva e o papel determinante que nela desempenham os “jogos de poder” e os “compromissos estabilizados”. (ABDELMALKI apud Relatório Capes-Cofecub 449/04, 2004, p.4).

Outro aspecto importante para a materialização de territórios é a relação meio-técnica. Santos (2002, p.140), dissertando sobre a técnica, salienta que “Não é possível entender uma técnica plenamente fora do todo a que pertence”, a mesma não existe em si mesma, isolada; a técnica só é possível quando vista como constituinte de um sistema. O autor segue apontando que a técnica, ou os sistemas técnicos – como prefere chamar – são as formas de produção de

²³ Sobre as diferenças entre as noções de ‘local’ e ‘territorial’, Carrière e Cazella (2006, p.23) vão nos dizer que, mesmo sendo passíveis de serem todas como sinônimos, a noção de território parece ser mais adequada pois ultrapassa a idéia de uma “pequena dimensão, ou de menor escala”, presente na noção de local.

energia, de bens, de serviços; são as formas de informação, as formas de discurso e interlocução; estes sistemas técnicos são ainda “formas de relacionar os homens entre eles” (2002, p.141), o que nos leva a observar que a técnica influencia as maneiras de agir e pensar.

Ampliando sua reflexão sobre a técnica, Santos vai olhar para o território e apontar que este vem sendo agido, conformado e transformado a partir de sistemas técnicos antigos, atuais e novos. As análises sobre o território, que levam em conta os sistemas técnicos, permitem superar as visões de território rural, território agrícola, industrial, urbano, etc. Podemos dizer, então, que os territórios são formados por conjuntos de sistemas técnicos (entre eles, as relações sociais), os quais configuram, nos nexos que estabelecem entre si, um cenário diverso e dinâmico. “A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade (...) a configuração territorial tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência real somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (2002, p.51). Nesta direção, podemos usar uma outra expressão apresentada por Santos: o espaço-sujeito, o qual, ao mesmo tempo em que necessita das relações sociais para ter forma, de alguma maneira interfere e configura estas relações através de seus atributos e características próprias.

No Brasil, o conceito de território e suas relações com o desenvolvimento vêm se construindo já há algum tempo, inclusive com importante espaço no meio estatal. Como exemplo, Oliveira ²⁴ (apud BRASIL, 2003), considera o DTS como uma nova ótica, que busca soluções de sustentabilidade através de políticas públicas capazes de impulsionar projetos locais e regionais de desenvolvimento, sempre refletindo a capacidade de articulação e conexão entre as forças dinâmicas constituintes de tal território. Para ele, é preciso estabelecer e fomentar políticas públicas, nos níveis municipais, estaduais e federal, que apontem para uma regionalização do desenvolvimento, com a participação da sociedade organizada de outros setores.

As políticas públicas devem ser regionalizadas, as ações públicas devem ser territorializadas, segundo os diversos contextos onde devem atuar. Para tanto, nada melhor do que o ordenamento das políticas nacionais, estabelecer diretrizes que permitam a sua aplicação nos diversos contextos regionais e instrumentos que se ajustem às demandas provenientes dos territórios. (BRASIL, 2003, p.29).

²⁴ Humberto Oliveira. Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Destacou-se sua fala por representar uma posição oficial do Estado brasileiro sobre o tema.

Entretanto, falar e apontar o território – construído –, como espaço-sujeito de um outro formato de desenvolvimento, requer pensarmos que, no mundo contemporâneo, são as coisas novas as que chamam atenção; não apenas por serem novas mas por possuírem atributos ligados à inovação tecnológica, qualidade, preços e uma relação socioambiental desejada. Pecqueur destaca que “a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar os recursos inéditos e é por isso que ela se constitui numa inovação” (citado por CAZELLA, 2005, p.3).

Paralelamente à euforia pelo desenvolvimento territorial, surge um movimento de análise e crítica do mesmo. Cazella (2005) aponta que houve/há uma incoerência entre os discursos e as práticas nos processos locais de desenvolvimento, sobretudo, em zonas rurais desfavorecidas do ponto de vista geográfico e socioeconômico, reforçando a necessidade de uso do conceito de “jogo de atores” em suas reflexões:

Este mesmo autor destaca:

(...) a solidariedade se expressa, concretamente, tanto ou mais no seio da sociedade global a favor de um território em crise ou carente, do que no interior desses territórios e entre indivíduos e grupos sociais portadores de interesses divergentes: a tendência dominante não é, como em outras áreas, **o fortalecimento do individualismo e do corporativismo, a busca de proteções e a defesa do que foi adquirido?**²⁵

Outra crítica ao desenvolvimento territorial é que sua valorização cega desconsidera, normalmente, as exclusões sociais nele presentes. Assim, esta alternativa pode adquirir uma configuração conservadora, cujas ações são destinadas àqueles que já se encontram integrados na sociedade local.

Além disso, há toda uma dinâmica envolvendo a cultura política local, em diversos níveis, a qual leva a um emaranhado de competências e responsabilidades; formulação e apresentação de projetos paralelos, mas sem conexão; financiamentos repetidos, falta de cultura solidária, entre outros, que acabam por contaminar “e minar” o desenvolvimento territorial almejado.

Também se deve levar em conta, assinalam as críticas, a “inexperiência da maioria” (CAZELLA, 2005, p.6) dos agentes de desenvolvimento territorial, os quais não concebem os

²⁵ (KAYSER, 1990 citado por CAZELLA, 2005). Grifos de Cazella.

conflitos como elementos constitutivos das sociedades. Nas palavras de Olivier de Sardan, “a implementação local de um projeto de desenvolvimento pode ser comparada a um vasto processo de ‘negociação informal’, no seio da qual se encontra o agente de desenvolvimento que deve necessariamente gerenciar (bem ou mal, consciente ou não, com domínio ou sem) as relações de força, os golpes baixos e os compromissos” (citado por CAZELLA, 2005, p.6).

Acontece que a capacidade de articulação entre os diversos atores que compõem um território (institucionais ou não) está diretamente subsumida pelas possibilidades (culturais, econômicas, relacionais, etc.) que os atores possuem. Há regiões no Brasil, por exemplo, em que um alto índice de analfabetismo pode ser o maior fator limitante de um processo de desenvolvimento endógeno; em outros “lugares”, as diferenças étnicas e culturais podem ser a restrição. Aqui entra, no contexto do desenvolvimento territorial, a noção intitulada por Carrière de “sociocultura” e que, neste texto, é apresentada como Capital Social.

1.2.2 O Capital Social

Perroux, apesar da formulação de uma teoria considerada exógena, teve o mérito de introduzir a cultura e as relações sociais no âmbito de uma teoria desenvolvimentista. Com isto, enriqueceram-se as análises econômicas e a complexidade da temática do desenvolvimento foi colocada em primeiro plano.

As atuais teorias do desenvolvimento endógeno apontam e insistem no importante papel que desempenham a memória, a cultura, a identidade e as instituições locais no processo de desenvolvimento. Como característica comum, estes fatores são “não-transferíveis e não-mercantis” (CARRIERE, 2004, s/n).

Também Tonneau e Vieira (2006, p.317) ressaltam o papel decisivo do capital social nos esforços de planejamento e gestão de desenvolvimento territorial, haja vista a grande deficiência “das políticas macroeconômicas tradicionais para dar resposta efetiva aos impasses sentidos nos níveis local e territorial”.

Ainda que o termo “capital social” pareça, à primeira vista, excessivamente economicista – apenas e tão-somente pelo uso da expressão “capital” –, ele não é um indicativo da riqueza monetária de um determinado território; tampouco significa que os moradores deste mesmo território sejam todos pessoas cultas, tituladas. Pode-se ampliar o olhar sobre este

termo, a partir do resgate da contribuição de Pierre Bourdieu, que define o capital social como um

(...) conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p.67).

Em síntese, o capital social seria o somatório dos recursos inscritos nos modos de organização da vida social de uma população. É um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de comportamento social em vigor.

Em *paper* do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (NEPOL, 2004), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, apontam-se três níveis na definição de capital social, incluindo:

- Associações horizontais entre pessoas e normas associadas a redes associativas que afetam a produtividade e o bem-estar da comunidade; redes sociais que podem aumentar a produtividade ao reduzir, por exemplo, os custos relacionados com o estabelecimento de empresas ou com a definição de acordos entre particulares;
- Redes horizontais e redes verticais entre pessoas e organizações, bem como os comportamentos entre e dentro das organizações. Vai mais além das divisões sociais existentes (mesmas classes sociais, pessoas da mesma religião, membros do mesmo grupo étnico, redes socioprofissionais). Sair da própria classe ou divisão social implica poder ter acesso a informação e recursos materiais fundamentais para a comunidade ou grupo de origem;
- O ambiente social e político em que se situa a estrutura social. Abrange as normas, as formas de governo, o regime político, a eficácia social do direito, o sistema judiciário (a justiça e sua aplicação), o respeito das liberdades civis e políticas. A forma de organização e as instituições sociais (no sentido amplo) têm, assim, grande importância na qualidade e na quantidade de capital social em uma sociedade dada.

Neste texto, quer-se ainda acrescentar que a maneira como uma determinada população se relaciona com o meio ambiente físico, ou seja, suas formas de apropriação dos recursos naturais, renováveis ou não, também é um elemento que constitui o capital social. A relação sociedade/natureza é fundamental na análise de um processo de desenvolvimento territorial baseado, ou pelo menos que envolva o ecoturismo.²⁶

Importa destacar que o capital social, uma vez compartilhado por um coletivo, pressupõe confiança. Assim, as pessoas de um dado território não precisam se conhecer ou serem amigas para constituir capital social. A rede que se estabelece entre elas, baseada em cooperação e não em antagonismos, é que permite sua construção, seu acúmulo, sua ampliação e apropriação.²⁷ Chega-se então à terceira noção essencial do desenvolvimento endógeno: as redes.

1.2.2.1 As redes

Se o capital social é um conjunto de recursos inscritos no modo de vida de uma população, as redes serão constituídas pelos sistemas de relações entre os diversos atores sociais. A intensidade destas relações é que pode potencializar ou reduzir uma dinâmica de desenvolvimento local.

Segundo Camagni (citado por Marques, op.cit., p.6), uma “*rede* pode ser definida como um conjunto de ligações seleccionadas e explícitas com parceiros preferenciais no espaço constituído pelas relações de mercado da empresa e tendo como objectivo atrair activos complementares que permitem reduzir as incertezas estática e dinâmica intrínsecas ao processo de *inovação*”.

²⁶ Cazella, Cerdan e Vieira (2006, p.15)) nos apresentam a noção de “*recurso patrimonial de escopo territorial*, que agrega, ao mesmo tempo, o conjunto de bens e serviços mercadológicos, além dos sistemas de valores compartilhados pelos habitantes”. Parece que esta é uma apresentação evoluída do conceito de capital social, mas que requer ainda um aprofundamento teórico-prático para sua afirmação.

²⁷ Apesar de não ser aqui apresentada, a categoria do conflito é indicada como importante aspecto a ser aprofundado nos estudos de desenvolvimento territorial. Sobre isto, Cazella (2005, p.6) cita Hirschman (1996), o qual nos sugere “cuidar com carinho” dos conflitos sociais, para tornar mais efetivas as operações de desenvolvimento. Ele defende a idéia de que os conflitos bem negociados e/ou mediados agem como um fator de socialização, integração e coesão social.

Autor importante no debate sobre capital social, Putnam diz que um aspecto fundamental do capital social é o processo cooperativo. O autor debate com outros autores, os quais afirmam que associações fortes e colaborativas podem impedir ações estatais – ou direcioná-las –, uma vez que os interesses de pequenos grupos, mais organizados, pode ser forte o bastante para tal.

Putnam (1996) aponta o caminho oposto, ou seja, de que uma sociedade forte leva a um Estado também forte, fato este que, em última análise, fortalece a democracia. Para isto, faz as seguintes afirmações:

1 - “O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições” (p.191);

2 - “Mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política” (p.193);

3 - “A história institucional costuma evoluir lentamente” (p.193).

Putnam quer afirmar que o capital social, construído ao longo de décadas e/ou séculos, pode definir a disposição de um povo em agir colaborativamente. Ele entende que as estruturas não definem isto e posiciona-se contrário aos que dizem que não há o que fazer em regiões onde a cultura da cooperação ainda não está alavancada. Para ele, não só é possível como desejável que este “espírito cooperativo” seja semeado em tais regiões, pois “criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar” (idem, p.194).

Voltando a refletir sobre o conceito de DTS, parece claro que as condições para a implementação de projetos de desenvolvimento territorial requerem um mínimo de capital social que permita o estabelecimento de redes colaborativas. Deve-se ter em vista que, em algumas regiões, o capital social pode ser o resultado de aspectos culturais e sociais ainda latentes, em germe, bastando um *start* para que o mesmo se materialize.

A noção de rede aponta para outros fatores, tais como concorrência e cooperação entre os atores, ou mais especificamente, entre as empresas. Cabe dizer aqui que a concorrência desejada não é a mesma da ordem capitalista ou liberal. A diferença é que nesta concorrência não há a intenção de “eliminar” o concorrente, mas apenas de superá-lo, por exemplo, em qualidade e preço. Isto gera uma dinâmica de busca destes atributos por todas as empresas do setor, ampliando e redimensionando a qualidade e a redução dos custos no território. É o que se pode chamar de concorrência colaborativa, que acaba por avançar na direção da cooperação.

Mais concretamente, uma rede envolve formas de cooperação entre as empresas, que podem ser obtidas através de alianças estratégicas, de cooperação técnica, etc., permitindo à empresa ter acesso a tecnologias ou ativos complementares importantes, sem incorrer em custos organizacionais.

Em relação à cooperação, a concorrência colaborativa difere porque não há um processo estabelecido entre as partes de apoio e colaboração. A cooperação pressupõe um acordo entre as partes, entre os atores. Cazella (2002, p.19) destaca que a “circulação das informações constitui, aqui, um elemento-chave desse processo que amalgama a **concorrência** e a **cooperação** das empresas”.

Um ator destacado na composição destas relações de cooperação são as associações, cooperativas e organizações não-governamentais: o desenvolvimento local só tem sentido com a participação direta da sociedade civil organizada. Tal organização pode bem cumprir o papel de intermediar o diálogo entre a população em geral e os governantes. Ademais, será parceira importante para inovar e agilizar o desenvolvimento local.

Nas análises deste modelo, contudo, destaca-se que, quando uma dinâmica de desenvolvimento local é institucionalizada, os atores representados pelas associações civis perdem força, especialmente pelo enfrentamento com a história ortodoxa e pragmática da cultura política.

Coulmin (apud CAZELLA, op.cit.) acrescenta outros elementos constituintes do desenvolvimento local:

- é endógeno, pois que empreendido (num sentido amplo) de “baixo para cima”, valorizando potencialidades e especificidades locais, e equilibrando a distribuição dos frutos deste processo entre seus atores;

- é interdependente através de redes, as quais se articulam entre si e com atores externos;

- é um processo coletivo, o qual se remete a interesses mais amplos que a busca imediata dos lucros econômicos e dos benefícios individuais.

Estas características são auto-explicativas, mas mesmo que não fossem, se situariam, de uma forma ou de outra, no espectro das três noções já comentadas.

Esta tese busca apreender se tal dinâmica, ao menos em germe, está presente num dado território; isto se, de fato, se verificar a existência de um território conforme os termos aqui apresentados.

O principal desafio, para elaborar uma análise socioinstitucional deste território, diz respeito à necessidade de superar o nível da descrição empírica, sobretudo das instituições formais, abordando as lógicas de funcionamento e as condições de sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento do território em questão. Além disso, é evidente que os aparatos institucionais que estão a favor do desenvolvimento não são os mesmos em todos os territórios; são variáveis e alguns aparecem como exceção, o que torna mostra ser impossível pensar um modelo geral passível de ser aplicado indistintamente a todo e qualquer contexto socioambiental.

Assim, para organizar e sistematizar a análise, o desenvolvimento territorial será situado nas seguintes bases:

- 1 - repousa nas iniciativas de atores locais, valorizando os recursos naturais, o patrimônio cultural e arquitetônico, e o conhecimento local disponível na área;
- 2 - constitui um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas;
- 3 - estimula relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades produtivas, implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada;
- 4 - entende e leva em conta as relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental);
- 5 - busca alcançar ao máximo a autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional;
- 6 - não se reduz a uma simples justaposição de iniciativas locais (ainda que bem-sucedidas), exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política.

Há diversas formulações relacionadas às formas e conteúdos dos projetos de desenvolvimento territorial; também são diversas as características, os produtos e serviços, as inovações que estes podem apresentar. Um destes “quadros” avança em relação às críticas que o modelo geral recebeu e descortina novas possibilidades de concretização de um plano local de desenvolvimento voltado às necessidades pessoais e socioambientais. Além disso, é uma referência que vem sendo estudada e apreendida no seio do grupo de pesquisa do projeto base. Visualiza-se que esta pode/poderia ser uma alternativa para a concretização do turismo como o bem principal da “cesta de bens” de um território construído ou em construção (PECQUEUR, 2001).

Antes de proceder a uma digressão sobre a cesta de bens, devem-se apontar alguns aspectos que Pecqueur considera significativos para vislumbrar uma dinâmica de desenvolvimento territorial em países (ou economias) em processo de industrialização.

Para este autor, trata-se de um renascimento de relações de produção comunitárias (pré-capitalistas, baseadas na reciprocidade), revalidadas por práticas e renovadas por dinâmicas territoriais, e por ser preexistente nestas sociedades a reciprocidade ou as relações de dom e contra-dom entre os atores sociais. Considera ainda o processo de desenvolvimento territorial como estratégia adaptativa do local ante as interferências do global ou o avanço do processo de globalização, expressando-se por arranjos como *clusters*, distritos industriais e outras formas possíveis. No contexto desta proposta de Pecqueur, importa apreender minimamente alguns conceitos.

O autor define “recursos” e “ativos”, considerando que um lugar pode vir a oferecer recursos “dados” (meio natural, paisagem) e “recursos construídos” (resultado de longo processo de acumulação por construção social; por exemplo, mão-de-obra qualificada).

Recursos são definidos como potencialidades latentes de um lugar, as quais podem ou não se tornar ativas ou atividades e assim serem consideradas “ativos”.

Utilizando uma tipologia, os recursos e os ativos são classificados segundo sua natureza como genéricos e específicos (G. COLLESTI e PECQUER, 1993): **genéricos**, quando seu valor independe do processo de produção; são totalmente transferíveis, seu valor é um valor de troca, o qual é determinado por uma oferta e uma demanda a ser caracterizada pela

quantificação. Um fator genérico é independente do “gênio do lugar”²⁸ ou de seus produtos; e **específicos**, quando seu valor está relacionado ao seu valor de uso; nascem de processos de aprendizado dos atores engajados em competências diferentes e produzem um conhecimento para o meio comum. São recursos que não possuem um ritmo comensurável; são absolutamente não-transferíveis e a eles não se pode dar um preço.

O autor caracteriza o processo de ativação de recursos como um processo de metamorfose, onde os recursos são ativados de duas formas distintas:

a) quando os recursos são genéricos quem os ativa é o mercado pela demanda;

b) quando são específicos, então são inventados²⁹ (ou construídos) e ativados posteriormente, em um processo particular de engajamento coletivo entre os atores numa atuação estratégica e adaptativa no seio de um processo de produção, o que acaba por produzir conhecimento para o meio comum. Esta é uma forma bastante peculiar que pode caracterizar o surgimento de uma cesta de bens, e, agora sim, em referência específica a este conceito, tem-se: *“un ensemble de biens et de services complémentaires qui se renforcent sur les marchés locaux; une combinaison de biens privés et publics qui concourent à élaborer l’image et la réputation de qualité du territoire; une coordination interactive entre les producteurs du panier (club) afin d’internaliser la RQT”*. (BERARD, HIRCZAK, MARCHENAY, MOLLARD, PECQUEUR, 2005, p.2)^{30, 31}

Pecqueur acentua este conceito diferenciando-o de outras opções de mercado como o pacote de bens e serviços, e a Denominação de Origem Controlada (DOC). Demonstra que se trata de uma forma de integração de ações públicas e privadas, num processo de construção coletiva, onde um conjunto de bens é apresentado numa relação direta com a imagem de um território.

A hipótese central da proposta da Cesta de Bens é a de que, quando um consumidor adquire um produto de qualidade territorial, descobre a especificidade de outros produtos

²⁸ A expressão refere-se às características estabelecidas do lugar.

²⁹ Ao falar em invenção, o autor se refere, indiretamente, ao processo de inovação referido mais acima.

³⁰ “um conjunto de bens e serviços complementares que se reforçam sobre mercados locais; uma combinação de bens privados e públicos que concorrem para elaborar a imagem e a reputação da qualidade do território; uma coordenação interativa entre os produtores da cesta (club) a fim de internalizar a RQT” (tradução nossa).

³¹ RQT é a Renda de Qualidade Territorial: quando produtos e serviços passam a agregar ao seu valor também o valor do território construído.

provenientes do mesmo local e determina sua utilização no conjunto dos produtos ofertados. Em muitos casos, talvez na maioria deles, a cesta de bens possui um produto líder que atrai o consumidor para a compra de outros bens ou serviços que reforçam a imagem do território. O que ocorre com as cestas de bens é que os produtores conseguem internalizar as externalidades positivas do território, diferenciando com isso a cesta de produtos no mercado.

De maneira geral, e salientando que o autor a chama de “uma estratégia de desenvolvimento em construção”, a cesta de bens está ancorada em três componentes fundamentais:

1. Uma oferta de bens e serviços privados ancorados sobre o território - bens complementares e específicos com uma origem territorial comum e uma imagem coerente, ligados ao comércio e às possibilidades de mercado que facilitam o acesso à cesta;
2. Uma demanda específica - a demanda de produtos está ligada à qualidade, à reputação e ao conhecimento do território e de suas tradições, via um mercado do tipo *shopping*, para consumidores externos (p. ex. turistas) e, conseqüentemente, oposta ao mercado de exportação externo ao território de origem;
3. Bens (recursos) públicos (ambiente, paisagem, biodiversidade) valorizam a cesta fazendo um papel de fundo (*écrim*), incrementando também o valor do produto; cumprem o mesmo papel os recursos do tipo patrimônio, cultura, história e tradições.

Os produtos considerados nesta estratégia devem, então, ser o fruto de uma ancoragem situada no lugar e com uma longa história. O fundamento da imagem e da reputação da cesta repousa sobre uma realidade cultural construída pelos atores.

Além disso, em adição à constituição da cesta de bens, existem mecanismos complexos que estão em construção na sociedade local. Várias fases estão presentes antes da valorização que é materializada pela cesta de bens.

Como base dessa construção, por exemplo, há um conjunto de atributos (mecanismos) que contribui para integrar bens e serviços numa mesma percepção pelo consumidor. Não se trata de um conjunto de bens privados justapostos (caso do pacote de bens e serviços), mas de

uma combinação de bens privados e públicos que permite a associação do conjunto da cesta de bens a uma imagem territorial, embasada numa forte interdependência entre os produtores, criando-se um “clube” de atores.

O primeiro mecanismo é a aparição da tradição: uma leitura seletiva do passado faz emergir certas produções como tradicionais. O produto pode se distinguir pelo seu gosto e/ou pela legibilidade/especificidade local de suas práticas de fabricação. A partir daí, o produto pode ou não passar do estado tradicional ao patrimonial. Com efeito, uma segunda leitura dessas produções torna algumas delas patrimoniais, as quais são então adiantadas (como uma vitrine) e estreitamente associadas ao território nos quais se originam.

O produto participa da construção territorial; ele se torna parte impregnada/indissolúvel da imagem global e complexa que fabrica o território. Isto pode se acompanhar de uma terceira etapa que é aquela da passagem do objeto patrimonial à sua valorização econômica no quadro de um processo de ativação comercial; uma renda de qualidade territorial é desencadeada. Neste caso, pode-se reagrupar sob o vocabulário geral de “governança territorial” o conjunto dos elementos do regime de emergência do produto patrimonial em ativo específico: existência de produto líder, jogo institucional para a obtenção do rótulo, conflitos de interesse, etc. Enfim, a última etapa concerne à combinação eventual dos produtos para formar a cesta de bens.

Importa destacar o conceito de governança que surge aqui.

A governança territorial se caracteriza por um processo dinâmico que visa à formulação e resolução de problemas produtivos, amparada pela existência de um compromisso institucional que envolve em parte os atores econômicos e em parte os atores públicos. Para o autor, cada território se constitui em um caso único, porém há um número restrito de situações que permitiria definir a seguinte tipologia de governança:

a) o caso onde a governança é privada porque uma organização de produtores é o ator-chave do território; ou seja, trata-se de uma governança privada coletiva quando o ator dominante não é uma estrutura estritamente privada;

b) o caso onde há uma governança institucional porque uma ou mais organizações públicas são os atores-chave;

c) o caso da governança em parceria, quando há uma mistura de atores públicos e privados que atuam de forma cooperada.

Resta destacar a importância que o conceito – e a dinâmica –, em construção, de cesta de bens, assume nesta pesquisa. Sendo o território estudado um espaço-sujeito no qual várias atividades se desenvolvem, com uma saliente produção de confecções e de produtos metal-mecânicos, pensar o turismo como desencadeador da formação de um pólo requer refletir sobre as opções para tornar este processo viável e exequível. A proposta da cesta de bens é uma delas.

Contudo, em nenhum momento foi possível visualizar uma constituição neste formato no território estudado, ainda que seja possível observar alguns territórios onde esta dinâmica ‘parece estar’ em curso.³²

Os princípios do DTS vistos até aqui dão mostras de que este se apresenta como uma opção interessante e promissora de desenvolvimento. O território-objeto deste estudo reúne características importantes que poderão contribuir para a implementação de uma dinâmica neste sentido. Entretanto, cabe agora refletir sobre estas possibilidades a partir de uma atividade econômica específica, a qual se configura como uma alternativa de geração de emprego e renda sem comprometimento da prudência ecológica.

1.3 TURISMO, ECOTURISMO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Turismo é um termo permeado de significações diferenciadas, dependendo da amplitude da análise que se deseja empreender; assim, ele pode ser visto de um ângulo bastante simplista e representar apenas viagens a lugares distantes do cotidiano. Por outro lado, há análises que exigem um olhar mais ampliado, apontando que a atividade turística se expressa num conjunto de ações que vão desde a escolha de um lugar a ser visitado, passando pelo planejamento do turista e dos receptores, até as políticas públicas e privadas para o setor. De uma idéia inicial, resumida, de simples ocupação do tempo disponível,³³ o turismo passa a ser uma atividade-mercadoria, perfeitamente encaixada na lógica de produção capitalista, seja para

³² São exemplos: O Vale do Loire, na França, e o Vale de Aran, na região pirineica da Espanha, regiões observadas no âmbito do estágio doutoral realizado na Europa em 2006.

³³ Tempo disponível: expressão cunhada por Marcellino (1996) em substituição ao termo “tempo livre”. Este autor assim o faz por entender que não há tempo livre algum, uma vez que sempre estão presentes algumas formas de coerção no uso deste tempo, nem que sejam normas de comportamento social.

seu consumo ou sua venda.³⁴ Desta forma, entende-se que o turismo é uma atividade econômica em que o produto comercializado é, principalmente, uma ilusão; ilusão esta que se baseia na contraposição ao trabalho, uma vez que este último vem assumindo ao longo da história características embrutecedoras do “ser que vive do trabalho”.³⁵ O turismo, uma das facetas do lazer moderno, cumpre muito bem a função de propiciar uma satisfação ausente no cotidiano.

Uma das dimensões do turismo socialmente reconhecida, é “Ecoturismo”. Concordamos com alguns autores que afirmam não existir o ecoturismo, enquanto uma dimensão do turismo. A idéia, aqui, é que toda atividade turística que seguir princípios de sustentabilidade socioambiental pode ser caracterizada como ecoturismo. Contudo, neste texto, o uso da expressão “ecoturismo” estará se referindo às atividades desenvolvidas no Alto Vale do Itajaí, especialmente àquelas realizadas no meio rural, em áreas naturais mais conservadas e em acidentes geográficos, com cachoeiras e vales.

Ainda assim, entendemos ser necessário apresentar uma revisão dos conceitos que vem sendo veiculados para apresentarmos um conceito nosso, o qual baliza nossas investigações. Tal conceito aparece com um recurso semântico para abranger as atividades anteriormente citadas.

Schneider e Fialho (2000) utilizam a expressão “turismo rural” para explicitar atividades de lazer realizadas no meio rural. Para os autores, há a união da exploração econômica com a valorização do ambiente e da cultura local; apontam ainda as versões ecológica, de aventura, cultural, de negócios, de saúde e esportiva como elementos constituintes desse tipo de turismo.

Já, para Rodrigues (2000, p.55), é “bastante difícil distinguir turismo rural de ecoturismo”. Segundo a autora, o que se tem verificado é uma mistura, um hibridismo acentuado destas atividades, podendo-se então falar em “turismo eco-rural”.

Outro autor, Froehlich (2000, p.182), diz que “(...) para o que é considerado turismo em espaço rural, proliferam modalidades diversas (agroturismo, ecoturismo, turismo esportivo, turismo cultural)”, apontando que há diferenças entre agroturismo e ecoturismo, mas sem

³⁴ Lins et all (2002, p.209) afirmam que a expansão do turismo se dá devido à “contínua ampliação de uma formidável engrenagem de lazer e entretenimento (...) que funciona como um poderoso lubrificante para deslocamentos motivados pelo desejo de evasão do cotidiano”.

³⁵ ANTUNES, 1995.

expor os aspectos que os distinguem. Contudo, este autor traz um alerta interessante, qual seja, o de que há uma diferença conceitual entre “rural” e “natureza”, e isto é importante na organização e desenvolvimento de atividades turísticas. Isto remete a uma compreensão de turismo rural como aquele realizado em ambientes rurais, com a presença e a marca do trabalho humano, enquanto que o ecoturismo estaria mais ligado às atividades realizadas em espaços pouco ou nada modificados pela ação humana. Esta distinção também se destaca quando a análise recai sobre um território construído: se rural ou natural, pode atribuir significados e valores bastante diversos ao território, os quais requerem serem levados em conta na análise de suas dinâmicas.

Salvati (2001) aponta outros elementos para a compreensão dos termos. Este autor diz que o turismo rural, bastante desenvolvido na Europa, caracterizou-se lá, especialmente, “a partir da adaptação de fazendas agropecuárias em um produto turístico”, onde os serviços oferecidos são amplos e variados, e contemplam hospedagem, alimentação, atividades recreativas e de lazer - incluindo o ecoturismo³⁶, e a comercialização de produtos típicos da fazenda, tais como doces e artesanato.

A expressão ecoturismo poderia ser entendida, então, como uma atividade de lazer³⁷ realizada em espaço não-urbano, onde a natureza como paisagem ou agente de interação, é um atrativo potencial.

Na proposição oficial brasileira, o termo ecoturismo é definido como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR citada por WWF, 2003, p. 12).

Salvati vai dizer, entretanto, que esta conceituação, baseada nos movimentos ambientalistas da década de 1970, passou a ser reelaborada com o advento do conceito de desenvolvimento sustentável; então, o conceito brasileiro de ecoturismo passou a ser

³⁶ Como se vê, os autores percebem que a dimensão ecoturística pode estar inserida num projeto de agroturismo ou de turismo rural, ou seja, algumas atividades ecoturísticas podem ser oferecidas, também, dentro de uma propriedade preparada/transformada para o tal tipo de turismo.

³⁷ Entendemos o lazer, uma vez que é expressão da dicotomia “tempo de trabalho - tempo de não-trabalho” própria das sociedades industriais modernas, como um espaço-tempo potencializador da (re)significação de identidades individuais e coletivas, na direção de fazer emergirem valores esquecidos ou marginalizados, como solidariedade, justiça social e cooperação (INÁCIO, 1997).

sustentado em três grandes eixos: “a sustentabilidade, a educação do visitante e os benefícios às comunidades locais” (SALVATI citado por WWF, op.cit. p.13).

Entende-se que não é possível esquecer – ou camuflar – que o ecoturismo, assim como o próprio turismo, se insere em uma lógica capitalista. Contudo, por estar este mesmo ecoturismo situado em um plano das atividades humanas (o lazer), o que, de certa forma, se contrapõe à reprodução dos valores cotidianos da vida moderna, vislumbramos aí um espaço de recuperação, de retorno a uma união perdida; e união não apenas no sentido de estar junto, mas de serem uno, ser humano e natureza. Esta possibilidade de uma convivência coevolutiva entre sociedade e natureza é um dos princípios do ecodesenvolvimento, como já vimos anteriormente.

Meirelles Filho (2002, p.27), um defensor entusiasta do ecoturismo, diz que a beleza desta atividade “está em seu caráter multifacetado, multiadaptável. (...) É o conjunto de ferramentas aceitável na aliança entre conservação da natureza, valorização da cultura local e promoção do desenvolvimento econômico”. Em *paper* apresentado no IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local, realizado em Curitiba, este autor chega a parecer tão empolgado com as possibilidades do ecoturismo acima listadas que acaba por deixar de lado outras variáveis significativas, como, por exemplo, a possibilidade de degradação ambiental por turistas desajeitados ou mesmo mal intencionados.

Neste texto, buscou-se incluir o conceito de ecologia de Guattari (1993); assim, teríamos a seguinte primeira proposição para este conceito: “Dimensão do lazer ordenada por uma articulação ético-política entre as dimensões do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana, desenvolvida, via de regra, em espaços naturais,³⁸ que aponta para uma nova ordem na relação ser humano/natureza, não mais pela lógica da dominação, mas pela via da interação”.

No entanto, se o ecoturismo é uma atividade econômica, então ele se insere num contexto de desenvolvimento, tal qual todas as outras formas de produção e reprodução do capital. Assim, para além de uma visão romântica de “retorno à natureza” promovida neste âmbito, o outro lado da atividade, ou seja, a sua comercialização, enquanto um serviço, deve

³⁸ Chamamos de *espaços naturais* aqueles distantes dos centros urbanos, com seus aspectos biogeográficos aparente ou relativamente intocados pela ação humana, os quais constituem, em geral, eventos ou acidentes geográficos (*canyons*, grutas, cavernas, cachoeiras, etc.), montanhas, matas, rios e o espaço aéreo. Importa, entretanto, destacar que estes “espaços naturais” podem ser traduzidos sob o conceito de território, o que amplia nossas possibilidades de análise.

ser considerada na sua conceituação. O ecoturismo, por seus princípios ou características, apresenta-se como elemento passível de ser mobilizado na criação de estratégias de DTS. Neste sentido, o conceito deve ser ampliado na seguinte direção: *“Uma dimensão do lazer ordenada por uma articulação ético-política entre as dimensões do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana, desenvolvida, via de regra, em espaços naturais, que aponta para uma nova ordem na relação ser humano/natureza, não mais pela lógica da dominação, mas pela via da interação, constituinte de um processo de desenvolvimento endógeno, com sustentabilidade e voltado para a autonomia das populações envolvidas”*.

De qualquer forma, não há turismo desvinculado das outras dimensões das relações humanas, sejam elas benéficas ou degradantes; por isso, uma observação bastante criteriosa e crítica precisa ser focada sobre o mesmo, a fim de que não se perca de vista o fato de que o turismo é uma atividade capitalista, com todos os seus componentes, inclusive sua capacidade destruidora e, dialeticamente, seu potencial criativo e regenerador.

1.3.1 O Turismo como Elemento de Conservação Ambiental: um mito?

Vem se tornando um lugar-comum admitir que o turismo, especialmente aquele que leva em conta restrições ecológicas, como o turismo rural, o agroturismo ou o ecoturismo, constitui, por si mesmo, uma atividade conservacionista. Tal entendimento está centrado numa percepção do senso comum, que, ao olhar apenas e tão-somente para a atividade em si, não percebe toda a sorte de relações e inter-relações que se estabelecem a partir dela. Para Rodrigues (2000, p.31), é necessária atenção para não cair em simplificações. Esta autora chama atenção para o fato de o turismo ser chamado de “indústria sem chaminés”. Esta expressão é importante indicador de que a atividade turística está incluída na mesma lógica de acumulação de riquezas através da venda/compra de um determinado produto. Este produto não é manufaturado ou transformado numa fábrica, mas situa-se no setor de prestação de serviços. Luchiari (2002) destaca que a história do turismo mostra que ele se desenvolve segundo a mesma lógica de desenvolvimento das sociedades de ordem socioeconômica capitalista, através de algumas semelhanças como: a evolução das técnicas com a evolução dos transportes e da infra-estrutura, principalmente a urbana; as trocas mercantis se assemelham às viagens, o Fordismo à comercialização de pacotes padronizados, o desenvolvimento

sustentável e a *descoberta* do turismo de natureza ao mercado; e a acumulação flexível ao turismo segmentado.

Coriolano (2002, p.36) afirma que o turismo que assume um caráter conservacionista como *marketing*, mas que de fato não segue este princípio, acaba gerando “uma contradição típica da ética capitalista, burguesa e individualista que pensa evitar ou mitigar os efeitos destrutivos, sem eliminar as causas”.

Mas, como afirmam Lins et all (op.cit. p.209), na base da contínua expansão e ampliação de sua abrangência, o turismo provoca “modificações de cunho social e organizacional importantes, as quais tornaram as viagens e o ócio elementos-chave daquilo que Krippendorf (1998) denomina ‘ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade industrial’”.

Coriolano e Lins convergem no reconhecimento de que o turismo vai muito além do consumo de serviços – e no caso do ecoturismo, da visita à natureza; ambos destacam que o crescimento do turismo vem requerendo uma série de ações dos setores público e privado, a fim de evitar que esta atividade reproduza os mesmos danos ao meio ambiente historicamente causados por outros setores.

Cabe aqui, ressaltar a importância do conceito de sustentabilidade, essencial para tal debate. Sustentabilidade é entendida aqui como expressão de uma dinâmica socioambiental de longo prazo, cujos princípios balizadores não são estritamente econômicos, mas possuem uma percepção mais lúcida dos custos socioambientais envolvidos e do fato de que a economia constitui apenas um meio ou instrumento. Assim, esta expressão ressoa como a possibilidade de um processo de desenvolvimento voltado às necessidades não apenas dos seres humanos, mas de toda a forma de vida aí inserida – além disso, que seja um processo flexível, em mutação, mas perene, significativo.

No que diz respeito à infra-estrutura, aeroportos, rodoviárias, estradas, entre outros, são construídos para permitir o acesso e propiciar conforto aos turistas. Transitando por estas vias, aviões, navios, automóveis e trens despejam na atmosfera seus resíduos. Hotéis, pousadas, *resorts*, *spas* e restaurantes são edificadas todos os dias a fim de acomodar o turista: o custo ambiental destas construções é tanto maior quanto mais conforto se quer proporcionar. Nestes locais, aparelhos eletro-eletrônicos (condicionadores de ar, banheiras de hidromassagem, computadores, TVs, aparelhos telefônicos, etc.) são requeridos tanto para a prestação do serviço como para uso do próprio turista. Estudos diversos já trataram de calcular a enorme

quantidade de CFC produzida por esta aparelhagem. Toda esta estrutura altera a fisionomia do lugar, transforma a paisagem e influencia a fauna e a flora do meio ambiente local. Quanto a isto, Neil & Wearing (2000, p.37) chamam à atenção para o fato de que o ecoturismo depende de “ambientes naturais intactos, concentrando-se em áreas ecologicamente sensíveis”.

Indo mais além, Rodrigues e Lins também destacam as transformações nas relações socioculturais provenientes do turismo: transformações nas relações entre os moradores locais, transformações nas relações de trabalho, alteração da paisagem característica, perda de identidades culturais e, em alguns casos, como afirmam Lins et al (2002, p.210), populações inteiras “têm sua cultura e seu modo de vida irremediavelmente afetados”.

Finalmente, Rodrigues (2001) ressalta que em algumas situações do chamado turismo local, ele é apontado como local apenas geograficamente; desta forma, “...fica difícil pensar em turismo com equilíbrio ambiental num modelo de desenvolvimento altamente contraditório como o nosso” (CORIOLANO, 2002, p.42).

Outros autores, ainda, vêm apontando os efeitos perversos do ecoturismo, tanto social quanto ambientalmente (CORIOLANO e SILVA, 2005; KINKER, 2002; AOUN, 2001; DE FARIA e CARNEIRO, 2001; DIEGUES e NOGARA, 1999).

Apesar das colocações acima, as quais situam o turismo em uma posição bastante constrangedora dadas as suas possibilidades degradantes, Coriolano acredita que, no estágio atual do turismo, algumas mudanças estão acontecendo, não porque tenha se ampliado a consciência ambiental dos empresários, mas porque se intensificou a busca, por parte dos turistas, de ambientes mais preservados, mais rústicos, mais “naturais”. Esta nova exigência mercadológica, mesmo com uma série de aspectos negativos, como a migração em massa dos turistas comuns para programas ecoturísticos, o que pode gerar nova degradação ambiental, aponta para uma possível nova postura e, assim, “o turismo tende a passar de vilão a protagonista do meio ambiente” (2002, p.48).

Pode-se então observar, a partir das afirmativas que fazem os estudiosos mencionados, que o caráter conservacionista do turismo é muito mais um “enfeite”, a fim de torná-lo mais atrativo, do que uma realidade. Mesmo apresentando-se de forma diferenciada, esta atividade insere-se na mesma lógica desenvolvimentista que tem sustentado o modo de vida e a lógica capitalistas. Pensá-lo como um elemento significativo para o DTS requer buscar as conexões necessárias com outras dimensões. O que se tem visto, especialmente nos projetos de turismo

apresentados em coletâneas e congressos da área, são proposições desconectadas do todo, como se fosse possível instaurar um outro modelo de desenvolvimento a partir de uma atividade deslocada da realidade e alçada à condição de solução para as mazelas decorrentes de todo um processo histórico mais amplo.

1.3.2 O Território do Turismo

Lemos (2004, p.5) afirma que “a região turística constitui-se da combinação das atividades turísticas existentes num local específico, seus recursos naturais e culturais e sua influência sobre o entorno. Assim, admite-se a região como um espaço geográfico polarizador, de modo que uma região pode constituir-se, também, em um pólo turístico”. Esta afirmativa, que se repete em outros autores, reflete uma visão restrita do fenômeno turístico e do lugar-território onde ele ocorre.

No início do capítulo 1 afirmou-se que as análises sobre o espaço e sobre o desenvolvimento demoraram a se cruzar, possibilitando a institucionalização de paradigmas desenvolvimentistas baseados apenas em parâmetros econômicos. O turismo, enquanto atividade econômica, acompanhou a mesma lógica. Uma reflexão mais profunda sobre o fenômeno do turismo, requer compreender o processo de apropriação/consumo dos atrativos turísticos a partir de um olhar centrado na dimensão territorial.

Após um período onde se viam as localidades turísticas apenas como um *point*, isolado do seu entorno e cujas relações com o exterior se davam apenas no sentido de atrair mais turistas, algumas disciplinas, em especial a Geografia, vieram contribuir para uma compreensão mais crítica dos *points* turísticos.

Uma das primeiras observações feitas a partir deste “olhar geográfico” é, justamente, de que não há um *point*, mas sim uma região, onde há toda uma trama social, cultural, política e econômica. Para Rodrigues (2001), a região turística comporta uma densidade de freqüentação, equipamentos e serviços turísticos e, especialmente, uma imagem que lhe caracteriza. Aí estão envolvidas a produção, o consumo e a circulação de bens e serviços ligados ao turismo.

Sendo não mais um ponto isolado, como um produto em exposição numa vitrine à espera de seu comprador, a região turística ganha outro *status*: o de espaço. Nas palavras de Milton Santos (2002, p.61), este espaço constitui-se de um “(...) conjunto de fixos e fluxos. Os

elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar...”.

Este espaço-lugar, tendo uma certa população constituinte, apresenta aspectos peculiares, distintos, singulares, os quais acabam por caracterizar uma identidade para o lugar. Essa identidade, apesar de marcante, não é estática; as transformações pelas quais passa o mundo também atingem os lugares, modificando as relações entre os elementos que o constituem. Para Ramalho Filho & Sarmiento (2004, p.2), estas transformações refletem-se, sobremaneira, em três dimensões: a tecnológica, a econômica e a cultural. Estas dimensões transformadas é que possibilitam que a “indústria turística” assuma um papel relevante na economia mundial e em alguns espaços-lugares, “facilitando a ampliação de fronteiras, consumindo lugares, meros objetos do processo de acumulação e reprodução do capital”. Estes autores falam que além do lugar – um espaço com identidade própria, relacional e histórica – surge, pelo turismo, o não-lugar, que é o lugar visitado, consumido superficialmente. Lugar e não-lugar são dimensões complementares, mas enquanto economia e tecnologia tiverem papel mais importante que cultura e política na conformação dos espaços-lugares, podem caminhar paralelamente, sem se encontrar num ponto convergente e superador desta dicotomia.

Refletindo sobre estas questões e tendo o ecoturismo como foco, questiona-se como esta atividade pode se contrapor a um processo de homogeneização cultural, destacando as culturas locais, regionais e até a nacional, com um papel mais significativo que os valores de uma cultura mundial. Em outras palavras, como o ecoturismo, num dado contexto, pode se diferenciar do ecoturismo em outro, refletindo os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos correspondentes? Afinal, como diz Braga (2004, p.2), “o turismo se afirma como um fenômeno estruturante de territorialidades, prática social e econômica que produz modos de vida dependendo da intensidade e forma como se reorganiza, se recria”.

Outra característica do turismo que não pode ser marginalizada neste debate é a constituição de um consumidor ora *local* ora *visitante*. No DTS, o capital social necessário à estruturação das condições é criado através de vários caminhos. Um deles pode ser o olhar do *local* sobre seu lugar, seu espaço, seu território; outro seria o olhar do *turista* sobre um espaço, lugar, território, diferente dos seu, o que pode criar uma imagem paradisíaca do espaço turístico, incrementando seu potencial atrativo e, conseqüentemente, potencializando a instauração de APLs baseados nesta atividade.

O debate sobre o papel do turismo para o DTS, em que este assume a adjetivação de “turismo de base local”, requer entender e avaliar como estão se dando as relações entre o local e o global, entre a identidade histórica e as transformações mundiais, a economia e a política, os interesses individualizados e as necessidades sociais concretas; sem a compreensão destas relações, qualquer análise ficará limitada.

Além disso, tal debate exige refletir sobre ações inovadoras que possam ser objeto de um processo de construção coletiva. Tais ações, apoiadas nos dados observados durante o trabalho de campo, estão apontadas ao final deste texto, com o objetivo de contribuir para a elaboração e consecução de políticas públicas voltadas a um processo de DTS.

1.3.3 Ecoturismo e Ecodesenvolvimento: pontos convergentes

As leituras e debates desenvolvidos no âmbito desta pesquisa levam a observar que ecoturismo e ecodesenvolvimento possuem pontos em comum em seus princípios e proposições. Uma das etapas mais significativas desta pesquisa foi identificar, no território estudado, se as atividades rotuladas como ecoturísticas se aproximavam ou espelhavam os princípios do ecoturismo e, mais ainda, se se aproximavam ou espelhavam os pressupostos do ecodesenvolvimento.

Contudo, busca-se uma análise mais abrangente que a possível pelo ecodesenvolvimento. Nesta direção, incorporamos os pressupostos do DTS. Assim, será realizado um exercício de síntese entre Ecoturismo e Desenvolvimento Territorial Sustentável, mostrando alguns elementos que balizaram o trabalho de campo.

Já foram vistos os princípios do Desenvolvimento Territorial Sustentável, e os mesmos serão repetidos aqui para facilitar a tarefa de realizar a síntese proposta. Assim, o DTS:

- 1 - repousa nas iniciativas de atores locais, valorizando os recursos naturais, o patrimônio cultural e arquitetônico, e o conhecimento local disponível na área;
- 2 - constitui um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas;

3 - estimula relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades produtivas ou não-implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada;

4 - entende e leva em conta as relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental);

5 - busca alcançar ao máximo a autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional;

6 - não se reduz a uma simples justaposição de iniciativas locais (mesmo que bem-sucedidas), exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política.

Por sua vez, o ecoturismo, cuja conceituação também já foi apresentada, pode ser detalhado, em termos de princípios, incluindo:

1 - sustentabilidade - “refere-se primordialmente à conservação do ambiente natural como pré-requisito para a manutenção do Ecoturismo a longo prazo” (WWF, 13), mas, no caso desta pesquisa, refere-se também a um processo de desenvolvimento endógeno;

2 - educação do visitante - relacionada à superação da dicotomia ser humano \times natureza, base para uma outra relação com o planeta;

3 - benefícios à comunidade local - relacionados não apenas com o encaminhamento de novas fontes de renda, mas com a melhoria da qualidade de vida e, principalmente, com a conquista (ou construção) da autonomia.

A idéia aqui é demonstrar que uma atividade turística, para ser considerada como ecoturística, além de responder a princípios internos, deve também se apresentar como ferramenta para um outro modelo de desenvolvimento, sem o que seus pressupostos se perdem.

Em trabalhos anteriores (INÁCIO, 2004, 2002), apresentamos de forma exploratória uma síntese dos princípios comuns aos dois enfoques. Naqueles momentos, utilizamos os seis princípios éticos do ecodesenvolvimento apontados por Sachs (1995), quais sejam: a satisfação

das necessidades básicas, a solidariedade com as gerações futuras, a participação da população envolvida, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral, a elaboração de um novo sistema social e a criação de programas de educação.

Aqui, o esforço vai no sentido de introduzir também os princípios do DTS, exercitando algumas aproximações entre os três enfoques (ecodesenvolvimento, ecoturismo e DTS), os quais apontam para outra forma de conceber a atividade turística e sua relação com um modelo de desenvolvimento endógeno:

- ❖ Satisfação das necessidades básicas; constituição de um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente degradadas; benefícios à comunidade local: a busca do ecoturismo como alternativa de renda para comunidades, aldeias, pequenos produtores rurais e até mesmo para cidades ou territórios tem, mais do que qualquer outro objetivo, a finalidade de viabilizar uma complementação dos rendimentos oriundos de suas atividades cotidianas, cada vez mais limitadas pelas nuances de um mercado mundializado. Não há o propósito de “enriquecer” estas comunidades, mas sim de lhes garantir ganhos mínimos necessários para alimentar-se, vestir-se, morar dignamente, educar-se, bem como prover as necessidades materiais de seu próprio trabalho. Uma vez que aconteçam ajustes nos níveis individual e familiar, também se ajustam os níveis comunitário e territorial; estes ajustes permitem e aceleram dinâmicas de recuperação social e, conseqüentemente, ambiental. O resultado desse processo como um todo, pode ser uma condição de bem-estar social, econômico e ambiental, mais positiva do que a situação anterior. Além da conservação importa pensarmos que um projeto ecoturístico deve ter como uma de suas metas a recuperação de áreas depredadas ou destruídas, bem como sua preservação, sejam estas patrimônios naturais, sociais ou culturais.
- ❖ Solidariedade com as gerações futuras/sustentabilidade: vemos dois aspectos significativos nestes princípios: a) o ecoturismo tem como uma de suas premissas conservar o ambiente onde se desenvolve, como condição *sine qua non* para continuar sendo viável. Isto implica em não depredar/deteriorar o meio ambiente, não só para a execução da atividade, mas, e principalmente, conservá-lo e preservá-lo para as novas gerações, seja dos descendentes dos locais seja de toda a humanidade; b) o ecoturismo pode viabilizar a permanência das pessoas em seus lugares de origem, evitando o êxodo para as grandes cidades. Isto aponta para a fixação nestes lugares também de seus descendentes, pois a conquista de condições

de satisfação das necessidades no próprio meio não lhes obrigará à busca disto no meio urbano. Quase sempre, no meio rural ou em aldeias ou pequenas comunidades, as pessoas acabam por dividir suas terras com seus filhos, onde estes podem construir suas casas e constituir uma família. Isto pode ser considerado um tipo de solidariedade com as gerações futuras, a qual seria praticamente impossível de existir fora do campo. A sustentabilidade buscada no ecoturismo passa, irremediavelmente, por aqui.

- ❖ Participação da população envolvida; iniciativas dos atores locais; valorização dos recursos naturais, arquitetônicos e culturais; valorização do conhecimento local; autonomia da população local em relação às oscilações externas; avaliação das diversas dimensões envolvidas na dinâmica do ecoturismo: a maior parte dos projetos de ecoturismo está localizada e é desenvolvida em pequenas áreas, onde, em geral, todos os moradores se conhecem e possuem algumas identidades comuns. Mesmo que haja contradições de interesses entre os locais, fato normal em sociedades democráticas, tal população deve ser envolvida no processo de planejamento, elaboração, organização e execução das atividades ecoturísticas, de forma que seus frutos sejam distribuídos equanimente entre todos, bem como os riscos e as responsabilidades. Além disso, sempre que for possível planejar assim, as atividades ecoturísticas devem partir de iniciativas dos próprios moradores locais, e isto pode resultar, então, em uma ampla e mais autêntica valorização dos patrimônios naturais, culturais e arquitetônicos, porque fazem parte da vida dos locais. Esta valorização reconhece e incentiva o uso do conhecimento local (que, em alguns casos, pode ser um conhecimento ecológico tradicional). Neste contexto, tece-se uma trama que empodera e confere autonomia à comunidade, ampliando as redes de auto-ajuda, protegendo assim a mesma das oscilações externas. O envolvimento da população local, o reconhecimento e valorização do patrimônio e do conhecimento tradicional possibilitam ainda que projetos de ecoturismo sejam planejados e desenvolvidos sob a ótica da comunidade, de suas necessidades e desejos, e das relações de simbiose e troca entre ser humano e meio ambiente.
- ❖ Consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão descentralizado; elaboração de um novo sistema social: O DTS, já em sua própria conceituação, nos faz refletir sobre o fato de que a base de um modelo de desenvolvimento voltado aos interesses e necessidades locais deve ser planejada em nível local. Os modelos descendentes de desenvolvimento (*top down*), tecnocratas ou autoritários, não levam em conta as peculiaridades regionais. A implantação de sistemas de auto-gestão, que não desconhece os

outros níveis (acima e abaixo de seu próprio nível), pode ser alavancada por projetos de ecoturismo, pois estes, se planejados e desenvolvidos sob os princípios aqui debatidos, podem gerar um processo positivo de auto-organização e de ampliação da consciência (social, política e ambiental) que permite a concretização dos desejos da comunidade e assegura a integração articulada com outros níveis de organização social, ultrapassando assim as indesejadas iniciativas individuais, descoladas do contexto e fadadas ao fracasso. A auto-organização gera, ainda, o intercâmbio, as trocas e a solidariedade entre iniciativas locais, não se limitando a simples justaposições de iniciativas, mas caracterizando a formação de redes, as quais, no linguajar econômico, podem constituir pólos, *clusters*, ou arranjos produtivos locais.

- ❖ Programas educacionais; educação do visitante: Podemos pensar que os programas de educação vão desde a educação escolar formal, passando pela educação ambiental, educação para o lazer, para a cidadania, educação cívica (o direito ao voto e à representatividade), formação profissional, até a educação para repensar modelos de desenvolvimento e delimitação das necessidades. Isto implica dizer, por exemplo, que um programa de educação importante para países em desenvolvimento deveria mostrar que o modelo de desenvolvimento dos países mais ricos não se adapta a outros países; deveria mostrar que as necessidades dos habitantes mais abastados do planeta são aberrações (em termos de produção, consumo, resíduos e desperdícios) se comparadas às necessidades básicas às quais todos temos direito. Mas não numa ótica de denúncia vazia ou conformista, e sim indicando a necessidade de uma revisão global dos modelos de produção e consumo, que pode ter nos países em desenvolvimento sua gênese. Os projetos ecoturísticos contribuem também para a educação do turista (além do trabalhador do/no ramo). Seja de forma planejada e elaborada, seja pela experiência estética vivida na própria atividade ecoturística, alguma transformação acontece no indivíduo, a qual pode desembocar em comportamentos mais éticos, mais centrados em uma relação de respeito e diálogo com os outros seres humanos ou com o que nos cerca. A educação do visitante traz ainda elementos de valorização do patrimônio local, reconhecimento de suas especificidades, e apropriação de conceitos e valores diferentes daqueles vividos cotidianamente.

As convergências apontadas são referências importantes para as análises dos dados de campo coletados. Também foram imprescindíveis na elaboração dos instrumentos de coleta, especialmente o questionário.

No início deste capítulo, foram apresentados os padrões dominantes de desenvolvimento das sociedades ocidentais modernas, e também um formato alternativo, não apenas prático, mas firmemente balizado por princípios éticos e pela busca incessante da equidade social e da prudência ambiental. Isto feito, foram listadas algumas possibilidades de uma atividade como o turismo contribuir para um processo de desenvolvimento territorial sustentável.

Para isto, apresentou-se uma revisão da literatura sobre o turismo, com destaque para as produções brasileiras, posto que estas já explicitam a necessidade de uma reflexão mais criteriosa sobre um turismo ajustado à realidade do nosso país, em termos de geração de emprego e renda, estilo de dinamização cultural e promoção da prudência ecológica

Na seqüência, foi desenvolvida uma síntese dos pontos comuns entre a atividade turística e o DTS, fazendo coro com aqueles que apontam esta atividade como grande potencial para um processo de desenvolvimento endógeno. Esta síntese, no que diz respeito ao tempo cronológico, foi efetivada antes de nosso trabalho de campo, possibilitando assim uma apreensão da realidade estudada bastante centrada neste arcabouço teórico.

2 O ALTO VALE DO ITAJAÍ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E ECOLÓGICA³⁹

2.1 O ALTO VALE DO ITAJAÍ: situando o leitor

O Alto Vale do Itajaí é uma das três partes constituintes do Vale do Itajaí, que é uma mesorregião de Santa Catarina. Estas três partes iniciam no litoral e avançam em direção ao planalto serrano. A porção litorânea tem as cidades de Itajaí e Balneário Camború como principais expressões. De colonizações portuguesa e açoriana, apresenta arquitetura, gastronomia e expressões culturais bastante típicas.

À medida que se afasta da franja litorânea, o vale assume outros contornos, os quais anunciam outras origens colonizadoras, marcadamente a germânica. Esta porção é chamada Médio Vale do Itajaí. A principal cidade é Blumenau, com amplo destaque nacional em termos turísticos, especialmente pela realização anual da *Oktoberfest*.

A região do vale continua se distanciando em direção ao planalto. Mudanças geográficas, com grandes vales e rios caudalosos caracterizam esta porção. A principal cidade é Rio do Sul. Chegamos ao Alto Vale do Itajaí. A figura 1, apresentada anteriormente, situa a região.

2.2 A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO

A região do Alto Vale do Itajaí foi colonizada predominantemente por europeus na década de 1890. A ocupação se deu pelo estabelecimento de pequenas propriedades (a maioria minifúndio com até 20 ha). Houve o estabelecimento de unidades agrícolas familiares, e muitos imigrantes eram artesãos e operários, o que colaborou com o processo de industrialização. O isolamento geográfico e econômico das frentes de colonização fez com que as pessoas que ali habitavam produzissem o que necessitavam para sobreviver. A auto-sustentação fez com que a região tivesse uma grande diversidade de produção.

Uma das atividades que impulsionou o desenvolvimento econômico da região foi a extração da madeira a partir da década de 30 com a Estrada de Ferro Santa Catarina. A partir de 1989, com a adoção de uma legislação mais rígida para preservar a Mata Atlântica essa atividade entrou em declínio. Atualmente a região apresenta uma atividade econômica baseada na agricultura familiar e na industrialização descentralizada (MAGALHÃES, s/r).

³⁹ Como se disse, as visitas exploratórias foram realizadas conjuntamente com duas pesquisadoras associadas ao projeto base: Elaine Menezes e Luciana Butzke. Este capítulo reflete este trabalho coletivo.

A colonização da região, como mencionado, se dá no final do século XIX, porém a instalação dos municípios conta com uma história recente. Os municípios do Alto Vale do Itajaí foram instituídos a partir de 1930, e a maior parte tem origem em outros municípios da própria região.

Ainda quanto à colonização, esta se inicia com a chegada de imigrantes alemães, em sua maioria. Tais imigrantes foram trazidos pela Sociedade Colonizadora Hanseática, com sede em Hamburgo (Alemanha) e chegaram à região com o intuito de ocupar as terras concedidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Dedicaram-se na sua grande maioria à agricultura, tornando a agropecuária de subsistência e a extração vegetal (madeira) representativas para o encaminhamento da economia da região. Assim, as atividades primárias impulsionaram o surgimento de uma base industrial de produtos alimentares e madeireiros presentes até hoje em muitos municípios (IEL, 2001).

À época da chegada do imigrante europeu, o Vale do Itajaí era povoado pelos índios Xokleng. Estes dependiam da caça e da coleta, o que os obrigava a dominar um enorme território. Eles teciam suas roupas utilizando fibras de urtiga, eram habilidosos construtores de arcos e flechas e não possuíam tradição agrícola. O contato entre os índios Xokleng e os europeus se deu a partir da colonização do Vale, o qual não foi harmonioso e sim marcado por conflitos e insegurança de ambas as partes. Segundo Muller (1987), estima-se que dois terços da população indígena foram dizimados nos primeiros anos de convívio.

A história Xokleng foi, e ainda é, invisibilizada através dos escritos governamentais, de autoridades colonizadoras, de imigrantes alemães e de obras regionais, em detrimento de uma história do sucesso da colonização que, quando se remete aos índios, o faz apenas para incluí-los como um dos obstáculos a serem combatidos ou, mais tarde, comemorando a vitória de sua exclusão definitiva. (WITTMANN, 2005, p.8).

A Reserva Duque de Caxias foi criada para agrupar os Xokleng após a pacificação em 1914. Esta se localiza nos municípios de Ibirama, José Boiteux, Vitor Meireles, Itaiópolis e Doutor Pedrinho e compreende uma área de 14.156 hectares. A adaptação dos Xokleng ao aldeamento envolveu uma série de dificuldades: a recusa do trabalho na agricultura, a proibição da saída para além dos limites do posto indígena, as doenças trazidas pelos brancos, a recusa do tratamento da medicina convencional e o abandono de diversos costumes. Para fixá-los ao território da reserva, os indigenistas ofereceram-lhes alimento gratuitamente procurando dispensá-los da necessidade da caça. O produto disto, no decorrer dos anos, foi o

desenraizamento cultural dos Xokleng, forçando-os a abandonar suas tradições e reduzindo-os à condição de dependentes da “caridade” do Estado. Perdida a integração com o meio ambiente, chegaram a desmatar completamente suas áreas, motivados pelas madeiras. Devastada a cobertura florestal, secaram-se alguns rios. Não havia mais madeira, não havia mais dinheiro nem o subsídio do Estado. Muitos indígenas caíram na marginalidade. O Censo de 1997 apontou uma população de 1009 pessoas na Reserva Duque de Caxias e 20 famílias (cerca de 86 pessoas) morando nas periferias da cidade de Blumenau (HENRIQUES, 2000).

Na década de 1970 ocorreu a construção da barragem para contenção de cheias, inviabilizando a utilização de 870 hectares de terras férteis (ribeirinhas e de várzea). Isto obrigou a comunidade Xokleng a ocupar áreas montanhosas e irregulares para obtenção de alimento e moradia (SIEGEL, 2005). Atualmente, uma das principais reivindicações dos Xokleng é a ampliação da Reserva, de 14.156 para 37 mil hectares. Essa questão continua indefinida, causando conflitos e tensões entre índios e agricultores nas proximidades da Reserva.

Com o passar dos anos, a região cresceu e se desenvolveu. As indústrias metal-mecânica e têxtil foram altamente significativas neste movimento, assim como o setor madeireiro, até meados dos anos 70. Os últimos censos demográficos do IBGE mostram que havia na década de 70 uma predominância da população rural em relação à urbana. Essa relação foi diminuindo até ser ultrapassada em 1996. Em muitas regiões do Brasil, essa diferença entre população rural e urbana inverteu-se de maneira a ocasionar uma diminuição drástica da população rural. Em se tratando da região estudada, é possível perceber que houve certa diminuição da população rural, mas ela continua sendo bastante expressiva em relação à população urbana.

Evidencia-se que a população urbana ultrapassa a rural, em virtude de a cidade de Rio do Sul concentrar grande número de residentes na área urbana. Porém, de maneira geral o rural sobressai-se sobre o urbano, o que o distingue de algumas regiões do Brasil, da região Sul e até de Santa Catarina. Pelos dados pesquisados observa-se que a cidade de Rio do Sul concentra a maior população urbana dentre os municípios do Alto Vale do Itajaí, mas, por outro lado, muitos municípios, como é o caso de Chapadão do Lageado, apresentam maior número de pessoas residentes em área rural.

Conforme Poleza (2003), entre os 28 municípios que compõem o Alto Vale do Itajaí, dez possuem maior concentração de população rural em relação à urbana, o que significa cerca de 36%. Todos os dez municípios apresentam percentuais de concentração rural entre 70% e praticamente 90%, números bastante significativos. Sabendo-se que esses municípios têm uma história de colonização e povoamento comuns, é preciso atentar para o fato de que as articulações intermunicipais possibilitam diagnósticos das atuais e potenciais vocações do território. Tais articulações deverão agir no compartilhamento da formulação de planos de desenvolvimento microrregional, bem como oportunizar financiamentos com o apoio governamental (VEIGA, 2003). Nesta direção também vai o presente estudo, destacando a importância de se reconhecer suas potencialidades e suas características.

Dentro da trajetória de desenvolvimento da região, destaca-se o papel da AMAVI, cuja região, na divisão administrativa do governo do Estado, corresponde a três SDRs: SDR Rio do Sul,⁴⁰ SDR Ibirama⁴¹ e SDR Ituporanga,⁴² sendo que os municípios de Apiúna e Ascurra, vinculados à SDR de Ibirama, e Alfredo Wagner e Leoberto Leal, vinculados à SDR de Ituporanga, não estão contemplados no recorte da AMAVI. De qualquer forma, importa destacar que os estudos sobre economia e turismo nesta região estão mais centrados em torno do município de Rio do Sul e da SDR que tem como sede essa cidade. Também destaca-se o fato de o município de Rio do Sul sediar a SDR de Rio do Sul e a AMAVI. Além disso, Rio do Sul também é claramente o maior município da região em termos de representatividade econômica, com a maior população urbana, o maior pólo industrial, bem como a cidade sede de hospitais, instituições de ensino e demais entidades que proporcionam certa infra-estrutura à região como um todo. Constata-se pelos dados e informações do IEL (2001) que o município de Rio do Sul é classificado como um Centro Sub-regional, e Ibirama, Taió e Ituporanga são Centros de Zonas, que exercem influência localizada na distribuição de bens e serviços.

O Estado de Santa Catarina possui quatro divisões regionais diferentes: a divisão do IBGE, que divide o Estado em 6 mesorregiões e 20 microrregiões homogêneas; a divisão das

⁴⁰ Fazem parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Microrregião de Rio do Sul os seguintes municípios: Agronômica, Trombudo Central, Braço do Trombudo, Laurentino, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Taió, Mirim Doce, Salete, Rio do Campo e Santa Terezinha.

⁴¹ Fazem parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Microrregião de Ibirama os seguintes municípios: Vitor Meirelles, José Boiteux, Witmarsun, Dona Emma, Presidente Getúlio, Lontras, Apiúna, Ascurra e Presidente Nereu.

⁴² Fazem parte da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Microrregião de Ituporanga os seguintes municípios: Alfredo Wagner, Atalanta, Chapadão do Lageado, Imbuia, Petrolândia, Leoberto Leal, Vidal Ramos, Aurora e Agrolândia.

Associações de Municípios, em 21 regiões espontâneas; as 10 regiões hidrográficas; e as 30 Secretarias Regionais de Desenvolvimento.⁴³ A opção pelo recorte das Associações de Municípios se justifica principalmente pelo fato de serem regiões denominadas de “espontâneas”, ou seja, associações que começaram a ser criadas a partir de 1961 pelos municípios interessados, sem a influência direta do Governo do Estado. Como já vimos, o território pode ser resultante de um processo de construção por parte dos atores, no caso, o “território construído”; por isso, a escolha desta delimitação.

A Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) foi fundada em 1964, por iniciativa da Câmara Junior de Rio do Sul, como resultado do 1.º Encontro de Prefeitos do Alto Vale do Itajaí. A região da AMAVI pode ser considerada inicialmente como “território construído” e posteriormente como “território dado”. Observou-se através das entrevistas exploratórias que a AMAVI representa uma importante instituição para os municípios membros, e a regionalização por ela apropriada é aceita e reafirmada se observados os aspectos históricos, socioecológicos, culturais, identitários, políticos e econômicos do Alto Vale do Itajaí.

A região da AMAVI compreende o Alto Vale do Itajaí, que corresponde a 7,68% da área total do Estado de Santa Catarina. É composta por 28 municípios totalizando 242.610 habitantes, sendo eles: Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meirelles, Witmarsum. A localização desta região está apresentada na figura 1, na Introdução.

2.2 O CENÁRIO CONTEMPORANEO

Em Santa Catarina há uma constatação e uma tendência – conforme Raud (1999) e Veiga (2002) –, pelas características históricas do Estado, no que tange à forma de ocupação e povoamento, e ao processo de industrialização pautados no “empreendedorismo”, à formação

⁴³ Na primeira semana de abril de 2007, foi anunciada uma nova reforma administrativa, através da qual as 30 SDRs existentes até então reduziram-se a 22 com uma nova titulação: Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional das Microrregiões; porém foram criadas 8 novas secretarias, agora chamadas de Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional das Mesorregiões.

de pólos setoriais, vinculados a cidades de porte médio. Ou seja, diferentemente da grande maioria dos estados brasileiros, sua indústria não está concentrada na capital, mas, ao contrário, distribuída em seis eixos setorialmente especializados, organizados no entorno de cidades de médio porte. Em se tratando dos diversos setores da economia catarinense há larga possibilidade de as aglomerações apontadas na atualidade contribuírem com a perspectiva do desenvolvimento territorial integrado e sustentável. No entanto, também, com a crise econômica⁴⁴ que assolou as empresas do segmento têxtil do Estado, em virtude da especialização das cidades nesse segmento, passou-se a pensar que a diversificação poderia ser a alternativa para a saída da crise, apontando para um novo rumo do modelo de desenvolvimento catarinense.

Em se tratando do território aqui apresentado, contempla uma região diversa, que compreende 28 municípios. Os dados do IBGE (2002) revelam a grande heterogeneidade da região, onde se encontram municípios com alta atividade produtiva e uma população urbana significativa. Existem também municípios que possuem pouca representatividade no setor de transformação e uma população rural, muitas vezes, com o dobro ou mais da população urbana. A cidade de Rio do Sul é a maior e mais “desenvolvida economicamente”. Observa-se nesta região, num primeiro momento, um largo potencial para o ecoturismo, municípios que possuem atividades ligadas ao setor têxtil/confecções com grande representatividade no segmento, além de uma grande área rural. No que diz respeito ao DTS, a partir das características dessa região, é possível vislumbrá-la mais próxima do conceito de “território construído”, já que a AMAVI foi a segunda associação de municípios do Estado, criada em 1964.

Também, no que se refere à economia do Alto Vale, de acordo com Triches (2003), esta não nasce desvinculada das características e do desenvolvimento socioeconômico do Vale do Itajaí, bem como do Estado de Santa Catarina e da região Sul. A colonização que teve início no século XIX se intensificou no século XX, em especial nas duas primeiras décadas. Na sua grande maioria, como já exposto anteriormente, os imigrantes do Alto Vale dedicaram-se à agricultura e à agropecuária de subsistência, além da extração vegetal (madeira), bastante representativa para o encaminhamento da economia da região.

⁴⁴ Crise que assolou as empresas catarinenses em meados e fins dos anos 90, pela dificuldade de reestruturação produtiva do setor no Estado, aumento das exportações asiáticas com preços mais atrativos ao mercado, etc.

2.2.1 As Atividades do Setor Primário: síntese diagnóstica

Uma das atividades que impulsionaram o desenvolvimento econômico da região foi a extração da madeira a partir da década de 1930, fortalecida pela instalação da Estrada de Ferro Santa Catarina. A partir de 1989, com a adoção de uma legislação mais rígida para preservar a Mata Atlântica, essa atividade entrou em declínio. Atualmente, a região apresenta uma atividade econômica baseada na agricultura familiar e na industrialização diversificada.

Nas décadas de 1960 e 1970, a atividade de extração da madeira foi relevante para a economia do Alto Vale do Itajaí (SOUZA, 2003). Até meados dos anos 80, conforme Triches, Poleza e Casarotto Filho (2006), a extração da madeira ainda possuía alguma expressão. Essa atividade cessa com significativo impacto para a economia da região a partir do governo Collor. Esse fato é confirmado pela APREMAVI (2005). Realmente, até a década de 1980, a indústria madeireira exercia um papel relevante na economia local; no entanto, era a principal responsável pelo desmatamento e devastação das florestas. A partir desse momento, verificam-se migrações das áreas rurais e cidades pequenas rumo aos grandes centros urbanos.

Entrevistas junto a especialistas mostraram que as culturas da mandioca (fécula) eram tidas como a segunda cultura na grande maioria das propriedades rurais.⁴⁵ Isso permitia que todo agricultor pudesse comercializar e valer-se dela em virtude de essa cultura aceitar a espera por manutenção/colheita; ou seja, não existia um prazo de colheita fixo (mandioca passava a ser renda líquida – não estava sujeita às intempéries). No entanto, esta atividade praticamente cessou e há dificuldade de encontrá-la nas propriedades rurais.

Uma parcela significativa da população, cerca de 49%, segundo um entrevistado (funcionário da AMAVI), reside no campo, em cerca de 24.000 pequenas propriedades. Para o entrevistado, a agroindústria e a agricultura são fatores de desenvolvimento e de geração de emprego. A agricultura local não supre a demanda da agroindústria – por isso, importa-se o que falta. Um exemplo típico é a produção de leite: grande parte do leite segue para ser beneficiado em outras regiões. Na atualidade, estão surgindo pequenos laticínios, mas em pequena escala; ou seja, existe ainda grande potencialidade nessa atividade de transformação.

⁴⁵ A cultura da mandioca era flexível, proporcionava aos agricultores várias épocas de plantio. Quanto aos tratos de limpeza, era um produto resistente e tinha ciclo de dois anos.

Quanto às atividades, os dados estatísticos do IBGE demonstram a evolução da agricultura e pecuária na região. A tabela 1 é ilustrativa no que tange à área colhida e à quantidade produzida da lavoura temporária nos municípios da AMAVI segundo IBGE.

TABELA 1 - ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DA LAVOURA TEMPORÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA AMAVI, 1999 E 2003

MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA (ha)		QUANTIDADE PRODUZIDA TOTAL (tonelada) ¹	
	1999	2003	1999	2003
Agrolândia	4.384	4.487	27.582	30.011
Agrolândia	4.622	5.786	28.412	34.888
Atalanta	2.916	2.823	17.923	17.309
Aurora	5.522	6.000	43.942	49.188
Braço do Trompudo	1.031	1.249	8.968	13.907
Chapadão do Lageado	2.639	3.002	21.060	23.489
Dona Emma	2.237	2.582	7.929	9.821
Ibirama	1.471	1.270	6.895	7.158
Imbuia	5.051	5.245	33.876	43.974
Ituporanga	15.326	18.205	152.583	165.120
José Boiteux	2.411	1.773	6.950	5.582
Laurentino	1.633	1.880	9.102	9.427
Lontras	2.741	2.863	17.158	21.611
Mirim Doce	2.298	2.180	16.342	16.898
Petrolândia	7.097	6.502	45.628	40.674
Pouso Redondo	6.916	7.731	35.427	40.586
Presidente Getúlio	3.940	4.351	12.858	17.060
Presidente Nereu	2.243	1.731	5.725	4.997
Rio do Campo	5.514	5.188	19.360	21.225
Rio do Sul	2.162	2.216	11.405	12.979
Rio d'Oeste	5.038	5.621	25.025	29.512
Salete	2.765	2.159	10.382	7.409
Santa Teresina	10.863	11.663	31.978	35.198
Taió	7.174	8.449	37.636	50.387
Trompudo Central	2.450	2.819	26.762	38.341
Vidal Ramos	6.483	6.880	31.275	35.007
Vitor Meireles	3.929	4.556	14.997	17.268
Witmarsum	2.215	2.547	8.350	10.298

FONTE: PAM/IBGE

(1) Somadas as culturas do arroz, cebola, mandioca e milho, respondem por cerca de 86% da produção agrícola da AMAVI.

Observa-se que a região de maior área e maior produção é a de Ituporanga, em especial pela cultura da cebola, seguida por Trombudo Central e Aurora. Os municípios de Ituporanga, Santa Terezinha e Taió são os que possuem maior intensidade na produção agrícola. Ituporanga possui a maior área colhida, com 15.326 ha em 1999 e 18.205 ha em

2003. No que tange à diversidade da agricultura, vê-se que as atividades agrícolas da região são diversificadas, cerca de 500 itens; além disso, predominam as pequenas propriedades agrícolas.

De acordo com um dos entrevistados, da AMAVI, na região existem cerca de 45.000 agricultores e existe uma grande dependência de combustível fóssil; por isso, o entrevistado considera interessante a produção de biodiesel com o objetivo de obter autonomia na agricultura. Antigamente, a energia era própria, mas com a entrada do governo Geisel houve a proibição da utilização de energias alternativas à energia elétrica.

Quanto à agropecuária, observe-se a tabela 2_

TABELA 2 - EFETIVO DOS REBANHOS BOVINO, SUÍNO E DE AVES SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA AMAVI -1999 E 2003

MUNICÍPIO	REBANHO BOVINO		REBANHO DE SUÍNOS (c)		REBANHO DE AVES ¹ (c)	
	(cabeças)		1999	2003	1999	2003
	1999	2003	1999	2003	1999	2003
Agrolândia	8.700	8.500	20.500	16.000	55.500	50.000
Agrolândia	3.550	3.550	4.900	5.570	10.500	10.500
Atalanta	5.100	5.100	8.000	7.950	49.500	48.500
Aurora	8.500	8.100	7.950	7.500	47.000	44.000
Braço do Trombudo	4.800	5.200	1.460	1.850	6.000	40.000
Chapadão do Lageado	4.130	5.000	2.800	3.000	11.700	11.500
Dona Emma	7.500	7.300	2.450	2.600	8.500	9.000
Ibirama	5.100	5.000	2.600	3.350	7.800	8.000
Imbuia	6.400	5.850	3.600	3.350	21.000	21.000
Ituporanga	12.800	11.800	15.700	17.700	54.500	55.000
José Boiteux	3.950	3.800	2.400	2.400	11.000	10.000
Laurentino	3.500	3.950	2.900	5.550	150.000	35.500
Lontras	7.200	6.200	2.750	2.520	28.000	23.750
Mirim Doce	5.200	6.208	5.800	9.108	168.000	125.000
Petrolândia	11.600	12.000	5.800	6.200	28.500	28.500
Pouso Redondo	13.630	15.515	4.750	7.300	125.477	464.000
Presidente Getúlio	15.500	14.300	9.600	16.550	22.000	22.000
Presidente Nereu	4.750	5.000	4.340	3.760	11.600	17.000
Rio do Campo	12.500	11.000	5.600	6.200	200.000	120.000
Rio do Sul	6.200	7.500	8.200	10.550	8.500	11.000
Rio d'Oeste	12.500	11.900	11.500	12.000	20.000	18.000
Salete	8.600	8.200	9.700	7.400	615.000	425.000
Santa Terezinha	12.500	11.000	15.250	10.850	65.000	55.000
Taió	22.000	22.000	21.500	24.400	1.150.000	795.000
trombudo Central	4.000	4.200	8.700	13.100	18.000	21.000
Vidal Ramos	8.850	8.500	4.880	5.000	22.000	21.500

Vitor Meireles	7.500	6.200	4.350	4.150	17.000	16.000
Witmarsum	8.200	8.100	2.550	3.350	24.000	25.000

FONTE: PPM/IBGE (2003)

(1) Este efetivo compõe-se de galos, frangos e pintos.

A tabela 2 demonstra, sobre os rebanhos de bovinos, que a cidade de Taió é a maior produtora, sem grandes alterações desde 1999 a 2003. Seguida por Pouso Redondo, onde se verifica um acréscimo de 13.630 para 15.515, e em seguida pelo município de Presidente Getúlio, que no mesmo período apresentou uma queda de 15.500 para 14.300. Quanto ao rebanho de suínos, nota-se que este é maior também na cidade de Taió, apresentando um acréscimo, entre 1999 e 2003, de 21.500 para 24.400, seguido por Ituporanga, com um acréscimo de 15.700 para 17.700. Já, em Presidente Getúlio, há um acréscimo significativo: de 9.600 para 16.550. Quanto ao rebanho de aves, verifica-se que em proporções é maior do que o bovino e o suíno, e as cidades que contemplam o maior rebanho são: Taió, mas com um decréscimo entre 1999 e 2003 de 1.150.000 para 795.000, seguido por Pouso Redondo, que teve um acréscimo de 125.477 para 464.000, e por Salete, com um decréscimo de 615.000 para 425.000, sempre no período de 1999 a 2003.

Na pecuária, no que se refere às vacas ordenhadas e à quantidade de leite produzido nos municípios da AMAVI, veja-se a tabela 3:

TABELA 3 - VACAS ORDENHADAS E QUANTIDADE DE LEITE PRODUZIDO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA AMAVI - 1999 E 2003

MUNICÍPIO	VACAS ORDENHADA		QUANTIDADE PRODUZIDA	
	(cabeças)		(mil litros)	
	1999	2003	1999	2003
Agrolândia	2.350	2.400	4.079	4.272
Agronômica	1.050	1.400	1.470	2.100
Atalanta	1.500	1.600	2.730	3.011
Aurora	2.250	2.450	3.600	4.121
Braço do Trombudo	1.750	1.900	2.625	3.325
Chapadão do Lageado	1.150	1.300	1.782	2.184
Dona Emma	1.600	1.960	2.880	3.620
Ibirama	1.790	2.000	3.528	3.940
Imbuia	1.800	1.950	2.790	3.218
Ituporanga	3.650	4.070	5.840	6.919
José Boiteux	1.150	1.500	2.012	2.775
Laurentino	1.100	1.530	2.035	2.816
Lontras	2.050	2.400	3.045	3.960

Mirim Doce	1.300	1.320	2.021	2.001
Petrolândia	2.800	3.500	5.404	6.475
Pouso Redondo	4.300	4.360	5.750	3.815
Presidente Getúlio	4.950	5.300	9.702	10.385
Presidente Nereu	650	800	942	1.152
Rio do Campo	3.100	3.000	4.650	3.600
Rio do Sul	1.900	2.100	3.040	3.675
Rio d'Oeste	5.000	6.000	8.500	10.440
Salete	2.800	2.700	5.600	5.400
Santa Teresina	1.800	1.900	3.200	3.308
Taió	6.050	6.100	10.300	10.382
Trombudo Central	1.100	1.300	1.980	2.340
Vidal Ramos	1.600	1.850	2.320	3.110
Vitor Meireles	1.650	1.900	2.723	3.230
Witmarsum	2.500	2.700	4.375	4.850

FONTE: PPM/IBGE

Pela tabela 3 verifica-se, novamente, a expressão do município de Taió, no qual está concentrada a maior quantidade de vacas ordenhadas em 2003, com 6.100, produzindo 10.383 mil litros, havendo um pequeno aumento no número de vacas ordenhadas e quantidade produzida em relação a 1999. Rio d'Oeste possui a maior quantidade produzida, 10.440 mil litros em 2003 com 6.000 vacas ordenhadas, enquanto que em 1999 possuía 5.000 vacas ordenhadas e produzia 8.500 mil litros de leite. E, por fim, Presidente Getúlio apresenta um crescimento no número de vacas ordenhadas, de 4.950 para 5.300, e quantidade produzida de 9.702 para 10.385.

A região do Alto Vale possui forte vocação agrícola, como apresentado na retrospectiva histórica da área e nos dados apontados. No entanto, é preciso alertar para o fato de que, em geral, as propriedades agrícolas são pequenas e acidentadas; com baixa produtividade, perdem em escala e em termos de custos para os grandes produtores nacionais. Uma solução para esse problema estaria relacionada com o associativismo e o cooperativismo. Sabe-se que o cooperativismo deu-se na região de maneira problemática e causou descrédito, porém é preciso reconhecer de que maneira essa atividade poderia ser gerida pelo território. Outra alternativa seria a pluratividade, por meio da qual se vislumbra a inserção do setor turístico nas atividades rurais tradicionais.

2.2.2 As atividades de transformação e serviços

O desenvolvimento econômico da região iniciou-se com a agroindústria e uma agricultura de subsistência, e com as indústrias madeireiras-extrativistas (madeira nativas, como a canela, etc.) que ainda possuem certa tradição. Logo, assiste-se ao surgimento da indústria metalúrgica de produção de equipamentos para proporcionar a sustentação da atividade da madeira e da agroindústria. A extração de madeira foi proibida, a partir da década de 1980, com a fiscalização e legislações ambientais cada vez mais sofisticadas. Assim, os empresários do setor madeireiro migraram para outros segmentos, e com isso a atividade metalúrgica passou a produzir equipamentos para outros setores. Atualmente, a indústria da região vem-se diversificando, em especial com o crescimento do setor têxtil-confecções.

O setor metal-mecânico destaca-se nos cenários estadual e nacional. Observa-se a influência das regiões tradicionalmente dedicadas a esse segmento sobre o crescimento do setor no Alto Vale do Itajaí. Comenta um entrevistado da AMAVI que havia um fluxo de pessoas indo a Joinville (cidade especializada no segmento metal-mecânico) para estudar, e que a maioria não retornava. O território acabava por se constituir em moradia da população não ativa (crianças, adolescentes e idosos). Os jovens e adultos (população ativa), não permaneciam na região. Atualmente, isto continua acontecendo, mas em proporções muito menores e é um quadro em franco processo de reversão.

Outro segmento de destaque é o têxtil-confecções: composto por empresas formais, em geral de pequeno porte, mas também por atividades informais, como as sacoleiras, facções (*jeans* e malha). Por fim, alguns entrevistados vêm apontando para o ressurgimento da indústria madeireira com o reflorestamento voltado à exportação (100% exportação).

Conclui Souza (2003) que a região tem certa singularidade em virtude de seu parque industrial diversificado, com predomínio dos setores eletro-metal-mecânico, confecções, agroindústria, madeireiro, comércio e prestação de serviços – com destaque para Rio do Sul, cidade de médio porte que vem irradiando o desenvolvimento junto ao território, em especial pelo crescimento dos referidos setores. Porém, é preciso destacar a verdadeira vocação local – a agricultura – e avaliar se vale a pena conduzir o desenvolvimento com base na indústria pesada, ou mesmo em setores tradicionais, como é o caso do têxtil-confecções.

No que se refere aos sistemas produtivos, é possível identificar duas grandes frentes: o pólo têxtil, em Rio do Sul, e uma associação de produtores orgânicos em Aurora (em outras regiões também se verifica essa tendência, como em Agrolândia e Atalanta). Em relação ao pólo têxtil, encontram-se informações divergentes que apontam para a necessidade de um estudo mais aprofundado. É importante destacar que Rio do Sul está se consolidando como um importante pólo têxtil. Segundo dados obtidos na visita à região, os centros de vendas de *jeans* recebem de 15 a 20 ônibus de “sacoleiros” todos os dias (incluindo o período noturno, pois os grandes centros de venda atacadistas funcionam das 18h às 4h). Além disso, há inúmeras lojas de fábricas situadas às margens da rodovia SC 470, arrebatando uma clientela que está de passagem.

Quanto ao número de empresas por setor, verifica-se na tabela 4 o detalhamento das atividades da região por município. As informações apresentadas contemplam os setores: indústria de transformação; agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; construção; transporte, armazenagem e comunicações; pesca; intermediação financeira; educação; atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas; indústria extrativa; e saúde.

TABELA 4 - NÚMERO DE EMPRESAS POR ATIVIDADE ECONÔMICA DO ALTO VALE

MUNICÍPIO	INDUSTRIA	AGRICULTURA	COMERCIO	CONSTRUÇÃO	TRANSPORTES	PESCA	FINANCEIRA	EDUCAÇÃO	IMOBILIARIO	EXTRATIVA	SAUDE	TOTAL
Agrolândia	98	7	152	9	8		1	13	17		4	309
Agronômica	27	3	80	5	1		3	14	13		2	148
Atalanta	17		34	1	1				2	1		56
Aurora	32	2	67	5	18			10	5		1	140
Braço Trombudo	25	1	43	1				1	9		2	82
Chapadão do Lageado			13		1							14
Dona Emma	47	1	44	2	6		1	5	5		1	112
Ibirama	204	4	268	9	31		6	31	41	2	9	605
Imbuia	11	2	123	5	3			10	2		1	157
Ituporanga	113	1	472	23	20		7	11	44	1	11	703
José Boiteux	39	2	45	4	12			2	4	1	3	112
Laurentino	89	1	110	3	10		1	2	18		1	235
Lontras	79	3	108	4	13			1	14			222
Mirim Doce	18		32		2			1	3			56
Petrolândia	24	1	92	3	5	1		7	1		1	135
Pouso Redondo	98	8	152	8	20			3	12	1	4	306
Pres. Getúlio	113	1	205	8	40		2	17	22	1	5	414
Presidente Nereu	6	1	25	2					3	1		38
Rio do Campo	35	7	92	8	5	1		2	8		1	159
Rio do Oeste	83	1	88	5	6			19	12	1	1	216
Rio do Sul	590	10	1363	46	79		25	32	283	5	47	2480
Salete	56	8	143	5	35			3	31		2	283
Santa Terezinha	17	1	72	5	4			11	2			112
Taió	159	11	263	8	47		5	11	45	1	11	561
Trombudo Central	37	2	102	8	9		1	4	29	42	4	238
Vidal Ramos	18	1	78	3	7			18	6		3	134
Vitor Meireles	30	11	74	3	15			13	4		1	151
Witmarsum	28		40	1	3			3	5			80
Total	2093	90	4380	184	401	2	52	244	640	57	115	8258

FONTE: Adaptado do IBGE (2002)

No conjunto de dados destacados na tabela 4, chama a atenção a ausência do setor turístico. Uma observação sobre este fato, ainda que prematura, pode apontar para a falta de profissionalização no setor, mesmo que já existam, há bastante tempo, algumas operadoras de turismo de aventura devidamente registradas nas juntas comerciais. De qualquer forma, mesmo tendo falhado o Cadastro Central de Empresas do IBGE ao desconsiderar este setor, ou mesmo ter incluído tais empresas em outra categoria, dados mais recentes, obtidos a partir das visitas técnicas realizadas no âmbito do projeto integrado, mostram que grande parte das iniciativas vinculadas ao setor turístico são informais; por isso, ficam à margem das pesquisas oficiais. Não foram encontrados dados específicos sobre a movimentação econômica com o turismo. No Portal Turístico de Ibirama, por exemplo, são realizados apenas alguns questionários com turistas de passagem que param no Portal. Além disso, os dados ali obtidos são enviados à Secretaria Estadual responsável pelo setor turístico, a qual os adiciona aos dados obtidos em outros portais do Vale do Itajaí, socializando números e dados de maneira mais geral. Nas secretarias dos municípios e nas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) também não há registros destes dados.

No que se refere ao setor de transformação, conforme a tabela 4, a cidade de Rio do Sul possui a maior incidência de empresas, 590 estabelecimentos, o que a coloca em uma posição de pólo industrial ante as outras cidades. Porém, o comércio de Rio do Sul também é significativo, contemplando 1.363 estabelecimentos. Na posição oposta, Chapadão do Lageado não tem representação significativa de estabelecimentos em nenhuma das áreas apontadas.

Ainda quanto à economia da região e o nível de emprego, verifica-se na tabela 5 o número de estabelecimentos e emprego dos últimos anos.

TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGO AGREGADO

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS								EMPREGADOS							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agrolândia	39	55	57	55	58	56	58	60	615	767	700	733	785	857	1.062	1.039
Agronômica	14	19	18	21	20	21	24	22	114	124	149	147	176	186	222	224
Atalanta	12	13	15	14	16	15	14	17	71	121	161	158	178	181	195	196
Aurora	22	23	21	23	18	17	13	15	52	60	101	72	100	81	41	2.068
Braço do Trombudo	16	17	16	15	15	13	15	18	362	366	368	356	397	402	482	503
Chapadão do Lageado	1	1	1	1	1	-	1	2
Dona Emma	19	19	21	24	27	26	27	26	231	205	191	269	230	253	254	250
Ibirama	95	109	120	128	140	153	141	132	2.741	2.529	2.510	2.768	2.948	2.712	2.829	17.200
Imbuia	5	4	6	6	6	7	9	9	4	5	7	9	12	12	13	7
Ituporanga	69	70	78	76	80	81	85	87	448	505	568	650	688	769	586	950
José Boiteux	12	10	8	9	16	23	21	21	109	114	124	127	148	171	154	4.185
Laurentino	41	49	56	62	59	67	65	71	241	259	264	297	504	533	556	613
Lontras	38	46	54	56	54	64	66	72	521	560	648	762	844	885	659	776
Mirim Doce	8	9	8	9	7	9	10	10	213	217	98	89	148	148	144	122
Petrolândia	11	14	14	14	15	15	17	16	47	69	35	34	72	108	97	92
Presidente Getúlio	57	71	70	76	81	91	93	104	1.566	1.755	1.711	1.930	1.907	2.152	2.183	2.207
Presidente Nereu	-	1	1	1	3	6	6	5	1	2	5
Rio do Campo	17	21	24	23	25	26	26	31	214	215	343	309	372	479	447	440
Rio do Oeste	50	50	48	54	56	56	58	66	299	321	316	475	614	575	573	486
Rio do Sul	344	371	390	406	427	447	452	463	4.189	4.290	3.968	4.429	5.029	5.148	5.647	10.388
Salete	24	30	31	37	39	47	50	53	828	863	822	1.041	1.054	1.025	1.172	1.099
Santa Terezinha	6	8	10	7	7	11	10	10	26	22	33	17	26	39	32	35
Taió	85	96	99	109	102	102	99	108	1.122	1.222	1.234	1.167	1.213	1.190	1.260	3.517
Trombudo Central	51	56	52	59	58	59	64	66	571	499	451	511	549	622	638	697
Vidal Ramos	13	10	11	12	13	14	11	10	122	35	41	116	146	145	62	50
Vítor Meireles	17	19	16	16	16	17	15	15	65	86	98	135	144	189	160	190
Witmarsum	10	10	12	16	19	24	24	24	57	89	90	113	158	200	218	212
Total	1.076	1.201	1.257	1.329	1.378	1.467	1.474	1.533	14.828	15.298	15.031	16.714	18.442	19.063	19.688	47.551

FONTE: Adaptado da Secretaria de Estado da Fazenda/Declaração de Informações Econômico-Fiscais/DIEF 1996-2003

Quanto ao número de estabelecimentos e emprego, verifica-se que Rio do Sul e Ibirama têm uma trajetória importante de crescimento. Rio do Sul passa de 344 em 1996 para 463 em 2003, e Ibirama de 95 estabelecimentos para 141. Verifica-se que o município que possui maior número de estabelecimentos é Rio do Sul, porém no que se refere ao número de empregos tem-se Rio do Sul com 10.388 em 2003, e Ibirama com 17.200 no mesmo ano; assim, Ibirama supera Rio do Sul no número de empregos por estabelecimento. Ambos tiveram um forte impulso no número de empregos no ano de 2003, assim como, de maneira geral, todo o Alto Vale do Itajaí, com 47.551 empregos. Num primeiro momento, poder-se-ia concluir que

esses municípios, bem como todos os outros municípios integrantes do Alto Vale, estão trilhando uma “trajetória de crescimento”, do ponto de vista econômico. Porém esses dados devem ser cruzados com os indicadores de qualidade de vida e meio ambiente, já que crescimento econômico não implica necessariamente melhoria da qualidade de vida para todos, ainda mais em se tratando do Brasil, onde apenas 10% da população concentra cerca de 45% da riqueza do país.

A tabela 6 apresenta dados populacionais, superfície e densidade demográfica dos municípios que integram a AMAVI.

TABELA 6 - ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA (DD) DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

MUNICÍPIO	ÁREA (K)	DENSIDADE POP./ÁREA	
		1991	2000
Agrolândia	192.3	44.5	40.6
Agronômica	116.7	37.0	36.5
Atalanta	98.1	37.7	35.0
Aurora	226.4	23.2	24.2
Braço do Trompudo	90	23.5	35.4
Chapadão do Lageado	113.9	24.8	22.5
Dona Emma	146.6	27.0	22.6
Ibirama	268.5	50.2	58.8
Imbuia	124.1	40.3	42.2
Ituporanga	335.7	56.5	58.0
José Boiteux	358.6	13.3	12.8
Laurentino	67.9	83.4	74.6
Lontras	197.5	38.4	42.4
Mirim Doce	333.9	11.7	8.2
Petrolândia	251.6	26.0	25.5
Pouso Redondo	363.9	33.6	33.3
Presidente Getúlio	322.4	35.3	38.2
Presidente Nereu	224.9	12.3	10.2
Rio d'Oeste	244.7	23.9	27.5
Rio do Campo	496.9	14.1	13.1
Rio do Sul	261.2	174.8	197.7
Salete	167.4	48.3	42.6
Santa Terezinha	722.2	11.9	12.2
Taió	715.2	18.5	22.7
Trombudo Central	101.6	52.9	56.8
Vidal Ramos	343.8	18.3	18.2
Vitor Meireles	423.8	11.5	13.0
Witmarsum	129.9	37.9	25.0

FONTE: AMAVI, 2004

O município que apresenta maior densidade demográfica em 1991 e 2000 é Rio do Sul, seguido de Laurentino, Ituporanga, Trombudo Central e Ibirama. Sendo os municípios de maior área: Santa Terezinha, seguido de Taió, Rio do Campo, Pouso Redondo e José Boiteux.

2.3 VISÃO PROSPECTIVA

A visão prospectiva aqui apontada baseia-se nos diagnósticos desenvolvidos; assim, ao mesmo tempo em que novos dados são apresentados, também se desenvolve uma visão de contextos favoráveis ou não à construção de uma estratégia de planejamento voltado ao DTS.⁴⁷

2.3.1 Fatores Favoráveis

Uma vez levantados os aspectos socioeconômicos que demarcam este território, trata-se agora de aplicar o modelo de análise elaborado no âmbito do projeto base. Tal modelo aponta para a investigação de aspectos e fatores peculiares do território que possam ser, minimamente, favoráveis a um projeto de desenvolvimento territorial sustentável. Estes aspectos estão reunidos em quatro grandes grupos: político-institucional, socioeconômico e técnico, ecológico e cultural. Para facilitar o tratamento dos dados, há ainda outras subdivisões.

A) Político-institucional

De maneira geral, percebe-se que a AMAVI vem sendo a entidade responsável por encaminhar ações conjuntas de planejamento e gestão do território a médio e longo prazos. A atuação da AMAVI tem caminhado no sentido da promoção de um modelo de desenvolvimento voltado aos municípios associados, ainda que este modelo mereça um estudo mais minucioso.⁴⁸

Destaca-se também o processo de descentralização do governo do Estado, com a atual estrutura das SDRs, em que as ações de planejamento acabaram por ganhar um braço regional.

⁴⁷ A expressão “prospectiva” é utilizada no modelo de análise construído no âmbito do Projeto Base. O principal destaque nesta parte do modelo é a busca de indicadores de possíveis mudanças na realidade socioambiental a partir dos dados encontrados. Os sub-itens que vão desde o 2.3.1, passando pelas letras A até B, até o 2.3.2, reproduzem o mesmo esquema produzido no referido modelo.

⁴⁸ O estudo de Luciana Butzke, no bojo do Projeto Base, sobre o papel da AMAVI na dinâmica do planejamento regional e urbano (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política - UFSC, 2007), caminha nesta direção.

Nesse estudo, as ações do processo de descentralização do Estado, que se referem ao turismo na região, serão aprofundadas.

Vale a pena salientar ainda que o planejamento e a gestão assumem características diferenciadas entre a AMAVI e as SDRs, posto que a AMAVI tem autonomia e se constitui individualmente enquanto pessoa jurídica, e as SDRs estão vinculadas ao governo do Estado; ainda que sua criação aponte para uma descentralização administrativa, possuem poderes limitados e direcionados por um plano de governo mais geral (*top down*).

De qualquer forma, respeitadas as devidas críticas que vêm sendo efetuadas a este processo de descentralização, não se pode deixar de mencionar que houve uma ampliação das formas de participação dos diferentes grupos sociais; nas SDRs, foram criados conselhos em várias áreas, nos quais participam representantes de diversos setores civis.

É possível observar, tanto na AMAVI quanto nas SDRs, alguns projetos que incorporam programas de fomento de ação coletiva – formação de associações, de cooperativas, instalação de fóruns de participação popular, entre outros, apontam nesta direção. Nas SDRs, no que diz respeito, por exemplo, ao turismo, estão sendo implementados dois projetos: Meu Lugar, programa elaborado pelo PNUD-ONU, voltado ao desenvolvimento do turismo local, e Acolhida na Colônia, programa de turismo rural desenvolvido primeiramente na região Sul de Santa Catarina, sem vínculo com o Estado, e agora difundido e ampliado, através de uma ação estatal, para outras regiões. Pela AMAVI estão sendo constituídos e encaminhados os projetos Balcão de Negócios, Projeto TREMTUR e Plano Diretor Regional, além de algumas parcerias com municípios.

Com relação ao processo de construção de Agendas 21 em nível municipal, até o momento, tem-se conhecimento de que poucos municípios se encontram em fase de elaboração da mesma. A própria AMAVI planeja iniciar tal construção em breve. Faltam-nos informações mais fiéis referentes aos municípios.

B) Socioeconômicos e técnicos

B.1) Aspectos econômicos

De maneira geral, o comércio é o segmento do Alto Vale do Itajaí de maior representatividade, com cerca de 4.380 estabelecimentos contra 2.093 estabelecimentos do

segmento da indústria de transformação. Há também iniciativas locais preocupadas com a perpetuação das empresas e o empreendedorismo local, como é o caso da incubadora de empresas sediada na região de Rio do Sul. No que se refere às articulações entre setores, verifica-se que esta ocorre mais significativamente junto à ACI,⁴⁹ de acordo com entrevista do representante da seção econômica da AMAVI.

No *cluster* de *jeans*,⁵⁰ aponta-se para o baixo grau de intercâmbio entre as empresas. Observam-se, como espaços de articulação e representação, a Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul, o sindicato do setor metal-mecânico (que é, entre os sindicatos, o mais estruturado e articulado) e mesmo a própria AMAVI.

Junto ao setor industrial, existem muitas ações isoladas, faltando integração entre os setores, ações coordenadas e alianças. Segundo entrevistado da AMAVI, a indústria de alimentos poderia integrar-se com a agricultura, sugerindo-se a construção de câmeras setoriais, onde o papel de articulador seria dos governantes ou órgãos públicos. Contudo, atualmente, os fóruns de discussão locais, em muitos casos, são orientados pelos interesses de determinados governantes. O grande problema, segundo o mesmo entrevistado, está na governança: as pessoas aqui “não vêem resultado, falta motivação e cooperação”, e os empresários então desanimam.

O setor do turismo vem tomando espaço em virtude da abundância de recursos hídricos e faunísticos. Suas características ambientais são importantes já que o Alto Vale do Itajaí se situa sobre uma área formada por um dos mais extensos derramamentos vulcânicos do período mesozóico (cerca de 250 milhões de anos) e faz parte do complexo da Serra do Mar. Também se observa que a Mata Atlântica desenvolve-se sobre um substrato rochoso de ardósia, de fácil fratura, o que propicia o aparecimento de penhascos onde, em muitos casos, existem magníficas cachoeiras, algumas com mais de 100 metros de altura. (BRASIL NATURE, 2006). A atividade está presente na região em suas diversas dimensões e apresenta algumas iniciativas localizadas que podem ser vistas como “germe” de um sistema maior e integrado, com destaque para os municípios de Presidente Getúlio e Ibirama. O ecoturismo, apesar da indicação oficial da EMBRATUR, acontece de forma fragmentada e dispersa, ainda que haja, em algumas localidades, algumas conexões com pequenas pousadas, campings e outros

⁴⁹ Associação Comercial e Industrial (em especial a de Rio do Sul).

⁵⁰ A idéia de que o setor de *jeans* compõe um *cluster* não ficou muito explícita nas coletas de dados. Contudo, como este relatório é fruto de um esforço conjunto, preferimos manter a formatação sugerida por Elaine Menezes, por sua formação especializada.

serviços, mas que não configuram um plano estratégico e prudente de desenvolvimento. Outro dado significativo é que a região, mais especificamente o município de Ibirama, é conhecida nos circuitos do turismo nacional como espaço de turismo de aventura. O Alto Vale do Itajaí oferece bons atrativos como os esportivos *rafting*, *rapel*, canoagem e *canyoning*.

No que se refere ao nível de valorização dos recursos locais pelas ações produtivas, percebe-se importante conexão com o ecoturismo; a própria proposta da “Acolhida na Colônia” pode proporcionar uma valorização dos recursos naturais e da cultura local. O projeto de reativação da estrada de ferro e do trem poderá dinamizar a região, do ponto de vista da economia industrial e também do ponto de vista do turismo. Por exemplo, em Ibirama, percebeu-se certa preocupação em evitar a disseminação do turismo de massa.

Também, quanto à existência de circuitos econômicos locais, tem-se duas indicações, segundo entrevista com representantes da AMAVI: a) o frigorífico Pamplona integra o “colono” e a indústria ao propiciar condições de produção e garantir a compra; o setor têxtil também produz um circuito ao implementar a criação de centenas de “fácções”⁵¹ nas propriedades rurais familiares, agregando produção agrícola e industrial; b) em Rio do Sul há dois roteiros de turismo rural étnico: A Valada Bela Aliança (colonização alemã) e a Valada São Paulo (colonização italiana); em ambas, é possível desfrutar de um belo passeio com compras de produtos típicos (bebidas, pães, biscoitos, geléias, defumados, etc.). Na Bela Aliança, localidade em que os moradores criaram recentemente uma associação voltada ao desenvolvimento do turismo rural, o passeio culmina com uma cachoeira onde se realiza o “pêndulo humano”.⁵²

Ainda na direção da criação de novos circuitos ou roteiros, a Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), através de seu curso de Turismo, vem desenvolvendo estudos e projetos para implementar novos circuitos na cidade de Rio do Sul.⁵³ Em Ibirama, a prefeitura tem um projeto para implementar o roteiro de turismo rural do Rio

⁵¹ Apesar dos aspectos positivos destas fácções caseiras, não se pode deixar de dizer que, muitas vezes, funcionam na informalidade e em condições degradantes. Remete-se ao que propõe Sachs (2003), quanto à renovação da legislação para as micro e pequenas empresas, bem como os impostos e tributações que incidem sobre elas.

⁵² Prática de aventura que consiste em um balanço gigante, a partir de uma plataforma construída sobre uma cachoeira e de outra plataforma instalada algumas dezenas de metros adiante. A altura do pêndulo gira em torno de 45 metros.

⁵³ Logo após a defesa pública desta tese, a Prefeitura de Rio do Sul inaugurou o “Projeto 4 Cantos”, instituindo, a partir do estudo realizado pela Unidavi, quatro opções de roteiros turísticos étnicos por comunidades do município.

Selim, e na cidade de Atalanta é a APREMAVI, organização não-governamental, que elaborou e implementou com produtores rurais um roteiro turístico rural associado ao plantio orgânico. Ademais, há o projeto desenvolvido pelas SDRs Rio do Sul, Ibirama e Ituporanga, intitulado “Meu lugar”, em parceria com o PNUD, o qual abrange o setor turístico em suas ações.

Quanto ao grau e qualidade de empreendedorismo econômico (existência de *clusters* ou sistemas produtivos locais e níveis de integração da agricultura familiar aos mercados), não foi possível identificar a qualidade das iniciativas da região. Quanto à inovação tecnológica, é preocupação local a iniciativa de incentivar a inovação tecnológica, em especial com a formação de uma incubadora de empresas. Tal incubadora foi reativada pela UNIDAVI, com o intuito de fortalecer as empresas que estão adentrando o mercado. Também com o incentivo do representante da AMAVI nas questões econômicas, existe um projeto de encaminhamento de uma cooperativa para a produção de biomassa junto aos pequenos agricultores da região; trata-se de uma iniciativa que ainda está no papel, mas que segundo entrevistado será estudada e viabilizada.

Sobre as formas de organização da sociedade civil, já foram citadas a CRESOL e a CRAVIL. Tais cooperativas aglutinam, mais do que qualquer outro setor, os produtores agropecuários. Ainda que sejam instituições significativamente importantes para a economia local, em especial a CRAVIL, que trata do fomento à produção em si, é possível inferir que suas ações não caminham totalmente na direção de um desenvolvimento socioambiental equilibrado: há, por exemplo, distribuição de insumos químicos e agrotóxicos. Também a região conta com a APREMAVI, a qual tem relações em âmbito municipal (prefeituras) e federal (através dos projetos PDA e FNMA). O público da APREMAVI está concentrado nos 28 municípios que compõem o Alto Vale do Itajaí, junto às famílias de pequenos produtores; no entanto, de acordo com Souza (2003) apenas 140 famílias estão sendo beneficiadas com programas de recuperação de áreas degradadas e do solo, investimentos e implantação da agricultura orgânica ou ecológica, e manejo florestal.

Com relação à existência de modalidades específicas de economia social e solidária (grau de associativismo e cooperativismo), além de instituições capazes de organizar a poupança local e suprir as necessidades de crédito dos agentes locais, tem-se: Associação de microcrédito (CRESOL), associações de produtores de mel e de produtos orgânicos, além da Cooperativa Regional Agrícola do Alto Vale do Itajaí (CRAVIL).

O levantamento de dados apontou ainda que as micro e pequenas empresas são predominantes na região, cerca de 8.000 estabelecimentos que na maioria das vezes atendem o mercado regional. Contudo, por não serem “grandes”, perdem espaço junto ao mercado, já que trabalham de forma legalizada. A ausência de fiscalização, com a conseqüente sonegação, é um grande problema da região. Assim, alguns empreendimentos cooperativos, mais vulneráveis às contingências do mercado sofrem com a economia informal e ações ilícitas. A cultura da região, segundo o entrevistado, é de sonegação do fisco, pela falta de capital. Por outro lado, um entrevistado (da AMAVI) também acredita na baixa incidência de capital social.

B.2) Aspectos sociais e técnicos

No que se refere às informações sobre educação, em especial aos estabelecimentos de ensino de Rio do Sul,⁵⁴ primeiramente destacam-se as informações sobre o número de estabelecimentos de ensino em 2004. Conforme o IBGE (2006), tem-se: 30 escolas de ensino fundamental (11 públicas estaduais, 13 públicas municipais e 6 privadas); 14 escolas de ensino médio (7 estaduais, 1 federal, 6 privadas); 50 pré-escolas (5 estaduais, 29 municipais e 16 privadas); 2 escolas de ensino superior, ambas privadas. A comparação dessas informações de Rio do Sul com qualquer outro município da própria SDR de Rio do Sul ou da AMAVI ressalta o fato de Rio do Sul ser um município-pólo da região. Por exemplo, tomando o município de Agronômica, quanto ao número de estabelecimento de ensino, em 2004, conforme o IBGE (2006), tem-se: 6 estabelecimentos de ensino fundamental (2 estaduais e 4 municipais); 2 escolas de ensino médio (ambas estaduais); 9 pré-escolas (2 estaduais, 6 municipais e um estabelecimento privado); e quanto ao ensino superior não consta nenhuma escola nos dados do IBGE.

Em relação ao que poderíamos chamar de principais estabelecimentos educacionais do Alto Vale do Itajaí, temos: a Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI),⁵⁵ com *campi* em Ituporanga, Rio do Sul, Presidente Getúlio e Taió; e a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, a qual proporciona a formação de técnicos agrícolas

⁵⁴ Justifica-se aqui o maior detalhamento da cidade de Rio do Sul pelo fato de sediar a Universidade, a Escola Agrotécnica e outros estabelecimentos de ensino que são freqüentados por cidadãos de outros municípios da região.

⁵⁵ Conforme a UNIDAVI (2006), a história do ensino superior do Alto Vale do Itajaí se inicia em Rio do Sul com a criação da Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí (FAEAVI), pela Lei Municipal n.º 613 de 07/07/66. De 1979 em diante, firmaram-se convênios com a FURB os quais possibilitaram a oferta de outros cursos. Também foram firmadas parcerias com a UNOESC e a UNISUL. A partir de 1986, foram implantados os cursos de Pós-Graduação, em Nível de Especialização. Assim, a atividade educacional de ensino superior consolida-se na região, hoje contando também com Curso de Mestrado.

beneficiando os municípios circunvizinhos de Rio do Sul e a região como um todo. A Escola Agrotécnica passou a ser idealizada a partir de agosto de 1972, em razão da importância da agricultura no contexto da atividade econômica na região do Alto Vale do Itajaí e das reivindicações das comunidades rurais da região através da Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí. Conforme dados da Escola Agrotécnica Federal de Santa Catarina (2006), a FEDAVI foi o organismo que liderou o estudo de viabilidade de uma escola agrotécnica federal para o Alto Vale. Assim, em 1986, foi adquirido o imóvel, com área de 192 hectares, onde colaboraram 147 doadores, entre instituições públicas, empresas comerciais, industriais, bancárias e pessoas físicas de todo o Alto Vale. E foi em 1989 que se iniciaram as obras. A empresa responsável pela construção foi a ENGEPASA S.A., sendo que, no início, o convênio junto ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) foi assumido pela FEDAVI, mas após quatro meses, devido à nova Constituição Federal, este foi assumido pela Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

Então, foi somente em dezembro de 1994 que a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul foi inaugurada pelo Ministro da Educação e do Desporto iniciando suas atividades letivas em 1995.⁵⁶ A atual estrutura da escola agrotécnica conta com 89 servidores ativos, 12 funcionários terceirizados e 577 alunos matriculados regularmente, desenvolvendo três cursos – Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia e Técnico em Agricultura –, além de possuir uma Casa Familiar Rural, um Jardim de Infância e ainda os alunos classificados no teste de seleção com ingresso em fevereiro de 1998 na instituição (ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2006).

No que diz respeito à educação, está claro que Rio do Sul possui um papel bastante destacado no Alto Vale do Itajaí. Já na região da SDR Ibirama, os municípios apresentam números bastante próximos em termos de estabelecimentos por habitantes, aprovação escolar e taxa de alfabetização de adultos, estando estes índices sempre acima dos 90% para todos eles (SANTA CATARINA, 2003).

A UNIDAVI possui *campus* avançado em Presidente Getúlio, atendendo de maneira mais próxima as necessidades da SDR Ibirama. Destaque-se a previsão de um curso de bacharelado em Turismo com habilitação em Meio Ambiente, já para o ano de 2007.

⁵⁶ O primeiro curso dessa escola foi o de Técnico em Agropecuária, com duração de três anos, no sistema de escola-fazenda, onde atualmente são desenvolvidos projetos agrícolas e zootécnicos para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, integrando a teoria à prática (ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2006).

Conforme dados do IBGE (2006), no que se refere ao total dos estabelecimentos de saúde do município de Rio do Sul, verificam-se 41. Desse total, 17 são estabelecimentos públicos e 24 são privados. Se comparados os dados de Rio do Sul com um outro município que faz parte da SDR Rio do Sul, como Agronômica, tem-se como total de estabelecimentos de saúde apenas 7, sendo que dois são públicos e cinco privados. Conclui-se então que o município de Rio do Sul, avaliando dados como equipamentos para a área de saúde, entre outros, proporciona a toda a região da SDR Rio do Sul serviços na área da saúde.

Ainda na área da saúde, segundo o levantamento realizado por Andion (2005), no interior deste projeto de pesquisa não há um consórcio de saúde na região. Tampouco encontramos algo em nossas visitas.

Por outra via, na região da SDR Ibirama, são exatamente os dois municípios-membros desta SDR que estamos estudando que possuem melhor estrutura na área da saúde.

Ibirama possui 55 leitos hospitalares e Presidente Getúlio 45; os outros 8 municípios juntos possuem 69 leitos. Também em número de médicos por habitante estes dois municípios se destacam em relação aos outros, tendo um percentual médio de 1.700 habitantes por médico, enquanto os outros municípios têm uma média de 1.500; acrescente-se a isto o fato de que os municípios de Apiúna, José Boiteux, Presidente Nereu e Lontras não possuíam nenhum médico por habitante (SANTA CATARINA, 2003).

No que se refere aos dados sobre o índice de desenvolvimento humanos da área no período 1991-2000, veja-se a tabela 7.

TABELA 7 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL -1991/2000

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (1991)	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (2000)
Agrolândia	0,711	0,775
Agronômica	0,715	0,811
Atalanta	0,715	0,81
Aurora	0,732	0,812
Braço do Trombudo	0,706	0,799
Chapadão do Lageado	0,714	0,774
Dona Emma	0,692	0,794
Ibirama	0,748	0,826
Imbuia	0,702	0,777

Ituporanga	0,757	0,825
José Boiteux	0,688	0,771
Laurentino	0,737	0,825
Lontras	0,721	0,777
Mirim Doce	0,709	0,79
Petrolândia	0,706	0,783
Pouso Redondo	0,701	0,786
Presidente Getúlio	0,742	0,81
Presidente Nereu	0,692	0,774
Rio d'Oeste	0,728	0,799
Rio do Campos	0,72	0,797
Rio do Sul	0,76	0,827
Salete	0,718	0,8
Santa Terezinha	0,653	0,738
Taió	0,723	0,809
Trombudo Central	0,743	0,818
Vidal Ramos	0,683	0,766
Vitor Meireles	0,694	0,77
Witmarsum	0,71	0,807

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD/2000

Observa-se que, em 1991, Ituporanga detinha o maior índice de desenvolvimento humano municipal, perdendo esta posição para Rio do Sul na década seguinte; entretanto, manteve um alto índice (0,826). Já, os menores índices ficaram com o município de Santa Terezinha, nas duas datas apontadas, mas, ao menos, há uma melhora relativa de uma década para outra. De forma geral, estes índices destacam um bom nível de desenvolvimento socioeconômico da região, o qual se distingue de várias outras regiões.

Ainda, em se tratando dos níveis de qualidade de vida do território destacam-se as informações sobre água encanada, energia elétrica e serviços de coleta de lixo (tabela 8).

TABELA 8 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM ÁGUA ENCANADA, ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇO DE COLETA DE LIXO

MUNICÍPIO	ÁGUA ENCANADA		ENERGIA ELÉTRICA		COLETA DE LIXO	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Agrolândia	87,3	97,4	96,21	99,42	75,59	96,1
Agronômica	96,24	98,91	99,04	99,77	63,36	96,06
Atalanta	93,93	100	98,5	99,54	18,97	95,65
Aurora	90,6	98,88	98,95	99,4	58,57	96,2
Braço do Trompudo	86,11	97,83	97,25	99,83	49,91	95,86
Chapadão do Lageado	88,11	98,34	96,22	98,93	15,69	75,56
Dona Emma	90,45	98,97	96,72	99,84	33,66	94,18
Ibirama	94,74	98,23	97,09	99,67	80,17	95,58
Imbuia	90,46	98,16	97,33	99,87	71,78	95,59
Ituporanga	92,63	99,11	98,86	99,73	73,17	92,12
José Boiteux	83,79	97,19	92,36	98,96	51,06	87,42

Laurentino	98,06	99,17	99,44	99,91	44,41	96,6
Lontras	91,88	98,75	98,57	99,55	61,8	95,38
Mirim Doce	89,99	97,36	91,82	98,83	11,66	94,64
Petrolândia	89,87	98,13	96,02	99,51	55,91	95,96
Pouso Redondo	91,47	94,99	96,77	98,11	77,46	91,3
Presidente Getúlio	98,26	98,41	99,46	99,93	84,16	97,54
Presidente Nereu	84,41	98,9	94,83	99,02	7,99	93,81
Rio d'Oeste	95,95	99,02	98,94	99,82	79,06	98,53
Rio do Campo	89,83	94,23	91,99	98,34	49,39	93,27
Rio do Sul	97,3	99,4	99,89	99,94	79,29	98,12
Salete	97,96	98,73	98,37	99,9	89,4	93,88
Santa Terezinha	54,26	71,32	67,4	89,47	1,64	87,46
Taió	95,58	97,41	97,1	99,61	77,86	97,87
Trombudo Central	94,81	93,86	99,03	99,72	80,63	99,17
Vidal Ramos	77,52	98,96	95,63	98,38	54,09	95,65
Vitor Meireles	82,37	96,94	90	97,32	57,51	84,06
Witmarsum	90,34	97,66	97,48	99,8	22,55	89,95

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD/2000

A tabela 8 explicita a existência de uma melhora significativa, do início dos anos 90 até o ano 2000, quanto à água encanada, energia elétrica e serviço de coleta de lixo. Especialmente no que diz respeito à água encanada e coleta de lixo, é interessante verificar que esses dois fatores têm relação direta com a questão ambiental; conclui-se então, quantitativamente, que houve avanços em todos os municípios. Em alguns casos, como Atalanta e Laurentino, o número de domicílios com água encanada chegou à sua totalidade absoluta. No caso de Santa Terezinha, que possui os mais baixos índices de desenvolvimento humano, verifica-se uma melhora significativa nos três aspectos citados. Por sua vez, Rio do Sul apresenta também altos índices, destacando-se um avanço junto ao serviço de coleta de lixo. Esses dados, tomando seus limites por serem quantitativos, nos levam a crer que a região do Alto Vale demonstra níveis significativos de qualidade vida (quando representada por estes indicadores), reforçando sua situação de destaque no contexto estadual.

Sobre a pobreza, a tabela 9 apresenta os dados sobre distribuição da intensidade de pobreza e proporção de pobres nos municípios da AMAVI no intervalo de 1991/2000.

está sem emprego ou renda é por outros motivos que não a falta de emprego. No entanto, estas informações não correspondem aos dados da tabela 9.⁵⁷

Quanto às ações de alívio à pobreza, diferenciando-se aquelas de cunho assistencialista das que visam à promoção social das famílias carentes, dados do ICEPA e da CIDASC também apontam um baixo nível de pobreza na região. Para estas instituições, ainda que as pequenas propriedades rurais enfrentem dificuldades cotidianas, conseguem satisfazer suas necessidades básicas como alimentação e moradia. Os sistemas educacionais e de saúde também são apontados como satisfatórios se relacionados ao número de pessoas atendidas. Por outra via, há uma relação direta do grau de empreendedorismo com o índice de desenvolvimento humano, a qual aponta para números elevados nos dois índices. Parece-nos, então, que deve haver algum equívoco nas pesquisas que originaram, ou as tabelas 8 e 9, ou as demais informações. De fato, há muito que se criticam os indicadores oficiais, e diversas fontes buscam outras formas de apontar os níveis de qualidade de vida de uma determinada população.

No que diz respeito à participação comunitária nos processos decisórios, importa lembrar que o ecodesenvolvimento pressupõe, entre outros itens, a constituição de uma autoridade horizontal que tenha visão complexa, a participação das comunidades locais e a educação preparatória complementar das estruturas participativas de planejamento e gestão. Para Sachs (1986, p.67), “em vez de voltar as costas ao mercado e ao Estado, a sociedade civil deverá procurar, através da luta e negociação, uma distribuição de poder diferente”.

Assim, as associações civis sem fins lucrativos adquirem importância vital ao possibilitar uma reunião ampliada e sistematizada de determinados grupos, os quais podem então se organizar e reivindicar sobre aspectos que lhes digam respeito (tabela 10).

⁵⁷ Uma lacuna neste estudo diz respeito à falta de informações mais detalhadas sobre a pobreza na região. Não foram consultadas as Secretarias Municipais de Assistência Social, tampouco outras fontes significativas sobre o tema. As análises limitam-se às tabelas apresentadas e aos dados obtidos com as entrevistas e outros documentos.

TABELA 10 - UNIDADES LOCAIS, PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO EM 31/12 E SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES DAS FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS – REGIÃO DA AMAVI - 2002

MUNICÍPIO	UNIDADES LOCAIS	PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO EM 31/12	SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES (1 000 R\$)
Agrolândia	41	23	265
Agronômica	16	17	78
Atalanta	30	11	34
Aurora	46	10	44
Braço do Trompudo	16	49	247
Chapadão do Lageado	10	12	155
Dona Emma	10	3	15
Ibirama	80	103	589
Imbuia	13	24	186
Ituporanga	89	223	1 194
José Boiteux	26	8	38
Laurentino	20	17	56
Lontras	31	34	189
Mirim Doce	13	2	7
Petrolândia	20	28	214
Pouso Redondo	30	71	458
Presidente Getúlio	56	65	445
Presidente Nereu	8	1	1
Rio do Campo	18	35	134
Rio do Oeste	17	42	239
Rio do Sul	198	733	5 253
Salete	26	59	314
Santa Terezinha	13	0	1
Taió	72	148	690
Trombudo Central	22	49	156
Vidal Ramos	25	44	221
Vitor Meireles	24	16	69
Witmarsum	15	11	48
	985	1 838	11 337

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas, 2002

C) Ecológicos

Esta é uma região que tem sido largamente anunciada como detentora de um vasto e rico manancial de recursos naturais. Desde uma flora bastante diversificada, devido à presença de Mata Atlântica e florestas de araucárias, até uma fauna, da mesma forma numerosa, com aves, felinos, mamíferos e roedores de várias espécies. Sua localização, justamente entre o litoral e a serra, lhe confere um ambiente híbrido e diferenciado, apresentando características tanto de um quanto de outro bioma.

Por outra via, possui ainda um vasto manancial hídrico, o qual, além de sua importância no abastecimento para consumo humano e atividades econômicas, ganha valor quando associado ao ecoturismo. Na mesma direção, sua geografia acidentada, tão limitadora para a agricultura, assume significado para as práticas de turismo de aventura.

Apesar disto, é também uma região onde problemas de degradação ambiental continuam surgindo ou se perenizando. Segundo o Comitê da Bacia do Itajaí, os problemas ambientais da região têm uma relação causal com o processo de ocupação do solo e de sua utilização econômica. As primeiras áreas ocupadas foram na região da foz do rio Itajaí, seguindo-se pela região do Médio Vale; posteriormente, a pressão do crescimento urbano e a falta de terras agriculturáveis provocaram o uso inadequado das encostas, ameaçando áreas de preservação – os rios sofrem com o assoreamento e poluição por resíduos de agrotóxicos. O deslocamento de parte da população rural em direção às cidades e seu estabelecimento não planejado faz com que haja um aumento de famílias ocupando áreas de risco. Aos problemas mais amplos relativos ao uso do solo somam-se os problemas ambientais urbanos e industriais.

As enchentes, problemática histórica do Vale do Itajaí, constituem uma das questões ambientais de maior abrangência e prejuízos contabilizados. A partir de 1850, foram registradas 67 enchentes em Blumenau. Tem aumentado também o número de pequenas enchentes, sobretudo a partir da década de 1920, quando aumentou a ocupação do Alto Vale do Itajaí. A partir de 1972, três barragens foram construídas para a contenção e minimização dos efeitos das chuvas: em Taió (1972), Ituporanga (1975) e José Boiteux (1992). Em análise do regime hídrico, Frank & Vibrans (2003) assinalam um aumento do coeficiente de escoamento que indicaria uma maior velocidade de escoamento da bacia. Existe uma correlação entre o aumento do coeficiente de escoamento e o número crescente das enchentes.

Apesar da problemática apresentada, percebe-se, segundo estes autores, que o total de áreas ocupadas pela agropecuária não está mais aumentando e sim decrescendo. Imagens de satélite de 1986 e 2000 demonstram que a cobertura vegetal está aumentando em toda a Bacia do Itajaí. Percebe-se também que a frequência das cheias nas duas últimas décadas é de apenas 4 em 13 anos, contra 16 e 18 nas décadas de 1950 a 1970, e de 1970 a 1990 (FRANK & VIBRANS, 2003, p.217). Essas informações podem apontar uma utilização mais sustentável dos recursos naturais.

A partir da ação, especialmente, da sociedade civil organizada, diversos planos de desenvolvimento social e ambiental equilibrados vêm sendo apresentados. No Alto Vale do Itajaí, há três grandes ONGs atuando nesta direção (ainda que haja outras menores, de atuação localizada): a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (APREMAVI), a Associação Catarinense de Defesa do Meio Ambiente (ACADEMA) e o Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais (CEMEAR).

Nos últimos anos, em função do projeto de construção de uma barragem (Salto Pilão, em Ibirama), estas organizações atuaram de forma significativa, com destaque para as duas primeiras, na defesa e manutenção de uma grande biodiversidade presente na região.

De forma mais ampla, alguns projetos de implantação de roteiros de Turismo Rural também caminham nesta direção, posto que visam possibilitar uma alternativa não só econômica para os produtores rurais, mas também um câmbio no estilo de vida, que se ajuste às necessidades planetárias de gestão dos recursos comuns, renováveis ou não.

Outro aspecto importante é que a legislação de proteção ao meio ambiente, ainda que insuficiente, tem obrigado a população a uma mudança de hábitos e atitudes: nas indústrias, equipamentos antipoluentes têm sido instalados; a mata nativa está protegida de extração; algumas áreas oficiais de proteção ambiental foram criadas (FLONA, Parque Municipal de Atalanta, Parque Estadual Serra das Abelhas); entre outros.

Infelizmente, à margem da legislação, abusos são cometidos e uma fiscalização estatal insípida corrobora o fato: matadouros clandestinos, extração de madeira nativa, derrame de dejetos industriais sem tratamento, entre outras, são ações que mantêm acesa a idéia de que o meio ambiente é uma grande lixeira a céu aberto, e que é capaz de suportar e assimilar de forma positiva tudo que o ser humano entender que possa ou deva nele despejar.

No que se refere ao impacto das atividades econômicas sobre a região do Alto Vale do Itajaí, verifica-se o exposto no quadro 2.

QUADRO 2 - IMPACTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

ATIVIDADES DE MAIOR POTENCIAL DE IMPACTO AMBIENTAL	ÁREA DE OCORRÊNCIA	TIPO DE DEGRADAÇÃO
Até a década de 1980 a indústria madeireira	Alto Vale do Itajaí	Desmatamento
A fumicultura foi e continua sendo grande responsável pela destruição florestas.	Alto Vale do Itajaí	Desmatamento e degradação Adubos químicos;

FONTE: Adaptado de APREMAVI (2005)

Em menos de 100 anos, segundo a APREMAVI (2005), com o processo de crescimento econômico e desenvolvimento sob um modelo hegemônico, foram destruídas cerca de 80% das florestas da região, bem como verifica-se a extinção de inúmeras espécies animais. Além disso, passam a ocorrer mais enchentes, em virtude da baixa infiltração da água no solo e assoreamento dos rios, dadas pela diminuição da cobertura vegetal. A degradação ambiental também trouxe o aparecimento de pragas, como borrachudos (*Similium pertinax*) e insetos hematófagos. Apesar do quadro acima descrito, o Alto Vale do Itajaí continua apresentando belas paisagens e um forte potencial relacionado ao meio ambiente e ao ecoturismo. Refosco (2005) fez um estudo comparativo sobre o uso da terra na bacia do Itajaí através de imagens de sensoriamento remoto de 1986 e 2000. Este estudo aponta para um aumento de 11% da vegetação natural, passando de 51,20% para 62,24% da área total da bacia. Ele afirma que no Alto Vale do Itajaí, a transição da agropecuária para a vegetação natural é mais expressiva.

D) Culturais

Em função das colonizações que caracterizam esta região, há uma forte referência às mesmas nos patrimônios artístico e arquitetônico dos diversos municípios que compõem o território. Um grande destaque são as casas estilo “enxaimel”, originadas da cultura alemã. Por outra via, museus, hospitais, estações ferroviárias, escolas, prédios administrativos, entre outros, persistem apresentando a história, a cultura e a identidade dos povos colonizadores.

O quadro 3 mostra a predominância das etnias que colonizaram a região, sendo que em sua maioria destaca-se a colonização alemã e italiana.

QUADRO 3 - ETNIAS QUE COLONIZARAM O ALTO VALE DO ITAJAÍ

CIDADE	COLONIZAÇÃO	CIDADE	COLONIZAÇÃO
Rio do Sul	Alemã e italiana	Mirim Doce	Alemã e açoriana
Agrolândia	Alemã	Petrolândia	Alemã e italiana
Agronômica	Alemã e italiana	Pouso Redondo	Alemã e italiana
Atalanta	Alemã e italiana	Presidente Getúlio	Suíça e alemã
Aurora	Alemã	Presidente Nereu	Alemã e italiana
Braço do Trompudo	Alemã	Rio do Campo	Alemã e italiana
Chapadão do Lageado	Alemã	Rio do Oeste	Italiana
Dona Emma	Alemã e italiana	Salete	Alemã e italiana
Ibirama	Alemã	Santa Terezinha	Polonesa e ucraniana
Imbuia	Alemã	Taió	Alemã e italiana
Ituporanga	Alemã	Trombudo Central	Alemã e italiana
José Boiteux	Alemã	Vidal Ramos	Alemã e italiana
Laurentino	Alemã e italiana	Vitor Meireles	Alemã e italiana
Lontras	Alemã	Witmarsum	Russa

FONTE: Jornal de Santa Catarina (2001)

Este aspecto da cultura nos leva a observar o importante significado das ferrovias na trajetória do desenvolvimento da região. Atualmente, praticamente abandonada, a malha ferroviária carece de investimentos que a retomem como importante forma de transporte dos produtos da região, bem como de passageiros, uma vez que segue desde o Alto Vale até o litoral, em Itajaí.

A AMAVI iniciou alguns anos atrás o projeto intitulado TREMTUR - Ferrovia das Bromélias, o qual busca instalar uma linha ferroviária turística, com a revitalização socioambiental do entorno da malha. Este projeto ora ganha mais notoriedade ora caminha mais devagar, dependendo do interesse das administrações municipais e das diretorias da AMAVI. Contudo, é um projeto que, quando completamente instalado, deve gerar férteis resultados ao incremento do turismo cultural, com os devidos efeitos sociais e ambientais positivos.

Por outro lado, assim como em diversas regiões catarinenses, este território é conhecido e identificado por suas festas e feiras temáticas. Uma das vocações culturais da região relaciona-se à forte presença de elementos culturais de diversas etnias, como a alemã, italiana, suíça, polonesa e ucraniana, além da cultura cabocla e das tradições gaúchas. Tal influência pode ser vista na gastronomia e na arquitetura, ou ainda através de eventos típicos e de grupos folclóricos que mantêm vivas as tradições e costumes dos imigrantes, como o *WEIHNACHISMARKT* ou Mercado de Natal. Também está presente nas atividades culturais, em especial na área da música, com a existência de diversos corais, e do artesanato, principalmente com palha e de temática indígena e natalina.

Mas as festas e feiras e/ou exposições não visam apenas à manutenção da identidade cultural; a idéia das feiras é organizar o mercado e melhorar a qualidade dos produtos, além de aumentar a arrecadação municipal de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) via a emissão de notas do produtor em cada transação efetuada.

Outro fator importante é a presença de associações e clubes que valorizam e incentivam a prática de atividades culturais relacionadas a esta diversidade cultural, tais como o Círculo Trentino, os Clubes de Caça e Tiro e os CTGs. Também são fortes as festas religiosas e comunitárias, presentes em todos os municípios, promovendo a integração entre as comunidades e valorizando a cultura local. O quadro 4 apresenta algumas das festas/feiras mais tradicionais e conhecidas da região.

QUADRO 4 - FESTAS E FEIRAS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

MUNICÍPIO	RODEIOS / TORNEIOS DE LAÇO	FESTAS, FEIRAS, EXPOSIÇÕES	FESTAS RELIGIOSAS
Agronômica		Festa da Colheita do Arroz irrigado do Alto Vale do Itajaí / Ferroz (Festa do Arroz Campeão Mundial em Produção) / Festa do Rei e da Rainha do Tiro / Festa do Rei da Rainha do Bolão / Festa do Colono e do Motorista	Festa Nossa Senhora do Caravágio Festa Capela Santa Apolônia
Braço do Trompudo		Festa do colono	
Ituporanga		Festa Nacional da Cebola	
Laurentino		Festa Estadual do Queijo	Festa de Santo Antônio
Pouso Redondo		Pouso Fest	
Presidente Getúlio		Festa Estadual do Leite	
Rio do Oeste		Festa Estadual da Polenta / Festa da Padroeira	Festa de Nossa Senhora Aparecida
Rio do Sul	Rodeio Amigos da Tradição	KEGELFEST - Festa Nacional do Bolão Festa do Agricultor Festa da Colheita da Comunidade Evangélica de Bela Aliança	Festa de São João
Trombudo Central		Festa de Reis e Rainhas do Tiro e Bolão / Festa de Reis e Rainhas / I.º Festobata (corrida de microtratores) / Festa Estadual da Mandioca / Festa do Colono / Festa da Colheita / Festa de Reis Rainhas e Bochas	Festa de São Domingo Sávio / Festa Nossa Senhora Auxiliadora / Festa de Santo Antônio / Festa Nossa Senhora Aparecida ¹
TOTAL	1	20	9

FONTE: ANDION, Carolina, 2004. Inventário realizado no âmbito do projeto base.

Há que se ressaltar que as festas, feiras e comemorações religiosas acontecem em, praticamente, todos os municípios – o quadro 4 apresenta apenas algumas delas.

Outro destaque é a ausência de uma grande festa no município de Ibirama. O Mercado de Natal, já citado, apesar de suas proporções, é um evento mais citadino que regional. Contudo, Ibirama possui outro vetor que lhe confere destaque estadual: o futebol. Com uma equipe na primeira divisão do Campeonato Catarinense, e boas campanhas sempre, nivelando-se às equipes mais tradicionais (Figueirense, Avaí, Joinville e Criciúma), o time do Clube Atlético Hermann Aichinger é importante fonte de visibilidade estadual para a cidade. Além disso, contribui de forma indireta com a cidade de Presidente Getúlio, posto que as equipes visitantes se hospedam, em geral, no Hotel Cayorá,⁵⁸ desta cidade.

Todas as pessoas contatadas nas visitas realizadas destacaram que a posição da região, “entre a praia e a serra”, é significativa para o seu desenvolvimento. Apesar de se constituir em espaço de passagem dos viajantes, espera-se, com as ações que venham a se originar do Conselho Regional de Turismo, que esta “passagem” leve um tempo a mais, de um a dois dias, pelo menos, assegurando importante impulso ao turismo da região.

Há algumas indicações de que a rodovia SC-470 deve ser duplicada a médio prazo, o que aumentaria o fluxo de viajantes. Em uma revista publicada pela AMAVI, em comemoração aos seus 40 anos de fundação, diz-se que a região tem “uma localização privilegiada no cenário estadual (...) por onde passa a rodovia BR-470, considerada importante corredor turístico do Mercosul” (AMAVI, 2004: 7 e 9), destacando positivamente sua posição.

No que diz respeito ao território como “paisagem”, característica determinante para uma região que almeja ser um centro turístico, a geografia contribui de forma privilegiada: rios caudalosos, ideais para práticas de aventura como o *rafting*, centenas de cachoeiras para serem visitadas ou para a prática de rapel e outras atividades de aventura, cavernas, grutas, montanhas, vales, um bom percentual, ainda, de Mata Atlântica. O que atrapalha um pouco este tipo de turismo é o clima, que afasta os praticantes menos tradicionais destas atividades, pelas baixas temperaturas fora do verão. Sem dúvida, há que se aprender com outras experiências e estruturar-se melhor a fim de manter um fluxo mínimo durante todo o ano, que

⁵⁸ A proprietária deste hotel faz parte do Conselho Municipal de Turismo de Presidente Getúlio e foi uma das entrevistadas em nossa coleta de dados.

permita a ampliação e o incremento destas atividades, mas também do turismo rural e ecológico.

2.2.2 Inventário de obstáculos

A aplicação do modelo de análise elaborado pelo coletivo do projeto integrado, para além de buscar elementos e dados ligados à história do desenvolvimento da região, e ainda de configurar os aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e técnicos que podem favorecer uma dinâmica de DTS na região, preocupa-se com a identificação de obstáculos possíveis a este processo. São estes obstáculos que apresentamos a seguir.

As iniciativas formais de desenvolvimento regional promovidas em especial pelo governo estadual, mas também pelo governo federal, a exemplo da indicação de um pólo de ecoturismo na região, não têm conseguido combater a pobreza e promover um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado na região. As políticas e os projetos das SDRs, em geral, seguem uma linha diretriz ditada pelo poder central (*top down*), como é o caso da implementação do projeto Meu Lugar.

Na área ambiental, as paisagens naturais da região poderão sofrer mudanças significativas por meio da construção da usina de Salto Pilão e ainda pela ampliação do setor madeireiro, mesmo que se anuncie que apenas as áreas já afetadas (extrações antigas e áreas de agropecuária) serão destinadas a esta atividade. Sem dúvida constata-se abundância de recursos naturais (hídricos, faunísticos, etc.). Porém alguns são utilizados de maneira desordenada e inadequada. Por exemplo, a riqueza dos recursos faunísticos, que durante muito tempo alimentaram a indústria madeireira, atualmente reforça a indústria do reflorestamento, com produção direcionada à exportação.

Um descompasso relacionado às ações de órgãos públicos, às práticas agrícolas e à preservação ambiental diz respeito à atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA). A falta de coerência entre as políticas públicas de preservação ambiental e o cotidiano dos produtores rurais pode ser observada pela preocupação que esses últimos apresentam em relação às Áreas de Preservação Permanente.

Apesar disso, parece que o desafio maior reside – e assim se repete em outras regiões – na aproximação e articulação das ações dos dispersos e fragmentados universos das ONGs e organizações populares com o também isolado universo do mundo empresarial, somado às instituições correlatas atuantes na região (SEBRAE, IEL, AMAVI, SENAI, SDRs e administrações municipais).

Há uma tendência de a região dedicar-se à produção de matéria-prima, que é processada e manufaturada fora do território. Sendo assim, o volume de importações de bens e serviços, conforme um especialista econômico da AMAVI, é relativamente maior que o de exportações, com exceção do município de Rio do Sul – pólo industrial da região.

Quanto à economia da região, percebe-se uma dinâmica singular, na medida em que foge à tendência estadual da especialização. Apesar de o território ser eminentemente agrícola, pode-se encontrar nele uma indústria crescente e diversificada, em especial junto ao pólo de Rio do Sul, que se ramifica inclusive nas zonas rurais, como é o caso do segmento de confecções.

Um dos maiores desafios a serem enfrentados reside na necessidade de se colocar em consonância a dinâmica tradicional vinculada à agricultura e à pequena propriedade com as demais atividades; por vezes, existem conflitos entre a indústria e a agricultura/turismo.

Além disso, destacam-se os problemas da agricultura da região em termos de representatividade setorial, o descrédito da Cooperativa Agrícola (CRAVIL) e as dificuldades de inserção no mercado em virtude da pequena produção. A indústria vestuarista também encontra entraves, em especial com a economia informal, as facções e produção em domicílio, que vem precarizando as condições e relações de trabalho. A falta de integração intra e intersetorial efetivamente vem colocando obstáculos ao desenvolvimento da região. Segundo entrevistas com a AMAVI e a Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul (ACIRS), não existem espaços para integração e discussão sobre os problemas comuns entre as diversas atividades econômicas da região.

A grande fragilidade do sistema de planejamento para o desenvolvimento na região situa-se no fato das várias instituições que representam a sociedade e o setor público ainda não conseguirem se articular de maneira eficiente. As várias instituições que poderiam buscar a promoção de instâncias e fóruns de planejamento participativo já apareceram neste texto:

AMAVI (organização de cunho intermunicipal), SDRs Ibirama, Ituporanga e Rio do Sul (cunho governamental), ACIs – Associações Comerciais e Industriais (cunho econômico), APREMAVI (cunho ecológico), e de cunho social, a Igreja. No entanto, essas entidades não se articulam para a promoção do desenvolvimento da região de maneira formal e sistematizada. Há em algumas situações ações conjuntas isoladas, como a busca de melhoria da estrutura rodoviária da região, etc. No entanto, faz-se necessária uma articulação planejada territorialmente, sendo a falta desta um dos obstáculos ao desenvolvimento da região.

A cultura política da região imita a característica brasileira, do clientelismo e paternalismo, conforme entrevistado da AMAVI. Assim, os projetos municipais e mesmo no nível estadual, quando apresentado ao Legislativo por representantes da região, espelham interesses pessoais, corporativistas ou de grupos diversos, mas não a sociedade no seu conjunto.

Também conforme um representante da ACIRS, durante muitos anos viu-se a mobilização da comunidade na promoção de maior infra-estrutura na região; mas esta mobilização vem decaindo. Isso significa que há inexistência de organização da poupança local, em especial para encaminhar ações conjuntas ao desenvolvimento regional na atualidade.

Finalmente, levando-se em conta os dados obtidos, o quadro 5 é representativo dos fatores favoráveis (trunfos e oportunidades) e dos principais obstáculos (fragilidades e ameaças) à dinamização das experiências de planejamento e implementação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

QUADRO 5 - MATRIZ DE OPORTUNIDADES, AMEAÇAS, TRUNFOS E FRAGILIDADES

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do turismo em âmbito nacional e mundial - Iniciativa de descentralização do planejamento estadual e incentivo ao turismo rural (Projetos Meu Lugar e Acolhida na Colônia - Expansão do turismo de aventura 	<ul style="list-style-type: none"> - Precariedade na infra-estrutura de transporte - Aspectos climáticos (enchentes, sazonalidade etc.) - Construção da Usina Salto Pilão - Exportação de bens e serviços excessiva - Fragmentação institucional no sistema de planejamento do desenvolvimento
TRUNFOS	FRAGILIDADES

<ul style="list-style-type: none"> - Abundância de recursos naturais - Ascensão do segmento de confecções - aumento do nível de emprego - Potencialidades para o ecoturismo - Vocação agrícola, busca de programas de valorização da agricultura – Acolhida na Colônia - Diversidade cultural em nível local - População rural bem distribuída em pequenas propriedades agrícolas - Diversificação das atividades econômicas - Estrada de ferro e possibilidade de alavancar o turismo, geração de trabalho e renda, e qualidade de vida - Rede de associativismo municipal (AMAVI) - Desenvolvimento e ocupação de espaços de participação pelas coletividades territoriais a fim de planejar o desenvolvimento do território (AMAVI) Valorização da cultura indígena 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa integração entre os diversos níveis de organização social - Atividades informais e sonegação crescente junto ao setor de confecções (degradação do trabalho) - Descrédito de instituições cooperativas Do setor agrícola - Destruição dos recursos hídricos e faunísticos, apesar de um decréscimo nos últimos anos - Conflitos na Reserva Indígena Duque de Caxias referente à demarcação de terras
---	---

FONTE: Elaborado no âmbito desta pesquisa.

Os dados obtidos em campo demonstram que a região é dotada de inúmeras riquezas naturais e culturais. Levando-se em conta o estágio já alcançado nas pesquisas (no Brasil e na França) sobre o binômio desenvolvimento local/territorial & meio ambiente, é possível visualizar a dificuldade da formação de *espaços de desenvolvimento microrregional sustentável*. Apesar de o âmbito governamental estar orientando ações descentralizadas para gestão mais autônoma do território, organizações como a AMAVI, a APREMAVI, entre outras, demonstram historicamente certa organização da comunidade na busca de autonomia e orientação de ações para a resolução de problemas na região, e essas experiências não podem ser desprezadas.

Na área aqui estudada, quanto às lógicas de intervenção dos setores governamental, não-governamental e privado na dinâmica do desenvolvimento territorial e nas condições de articulação dos espaços locais de desenvolvimento aos espaços superiores de planejamento e gestão, nota-se que as instituições de cunho governamental ainda têm bastante poder no momento da negociação. No entanto, do ponto de vista econômico, há pressões políticas em busca da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico, e também por iniciativa da comunidade empresarial, como, por exemplo, nas ações para melhorias na malha rodoviária da região. Destacam-se também as experiências de planejamento do projeto TREMTUR, encaminhado pela AMAVI ao Ministério da Cultura. Esse projeto tem como principal objetivo

fomentar a atividade turística na região considerando os fatores histórico, cultural, social, religioso, natural e público visando à geração de trabalho e renda, e à qualidade de vida (AMAVI, 2002).

Os espaços de manobra para o fortalecimento institucional dessas experiências, incluindo-se aí a integração de núcleos de pesquisa inter e transdisciplinares e a formação de agentes de desenvolvimento territorial, efetivamente não foram observados. No entanto, durante as pesquisas exploratórias, identificamos instituições importantes que são espaços de manobra para ações vinculadas à região, são elas: A AMAVI, que tem sua trajetória ligada às experiências governamentais de planejamento do desenvolvimento regional e vem atualmente promovendo iniciativas de planejamento com metodologia participativa (Projeto TREMTUR e Plano Diretor Regional); A Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul (ACIRS), junto aos empresários locais; os Clubes de Caça e Tiro, que durante as entrevistas foram citados como espaços de integração e comunicação social que engendram ações para a comunidade; e a APREMAVI, mobilizando a sociedade para as questões ambientais e o fortalecimento da agricultura ecológica.

2.3 O TURISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

O Estado de Santa Catarina tem sido destacado, há muito tempo, pelos órgãos oficiais, pela iniciativa privada e pela mídia como detentor de um alto e diversificado potencial turístico. Pelo menos, no que diz respeito aos aspectos “naturais”, isto fica bastante evidente. Veja-se esta matéria de 10 anos atrás como exemplo:

A indústria do turismo em Santa Catarina destaca-se pela diversidade dos atrativos turísticos. Poucos estados, e até mesmo países, poderiam igualar-se a Santa Catarina em termos de atrativos naturais. Em um espaço de 95 mil quilômetros quadrados podem-se encontrar os mais variados contrastes da natureza. São serras que se elevam a uma altitude de 1.400 metros, um litoral pontilhado com belas praias, baías, enseadas e ilhas, passando por planaltos e vales de colonização européia. São inúmeras as fontes termais no Estado, onde a temperatura varia de 35 graus centígrados no verão a zero grau negativo no inverno, é quando acontece o espetáculo da neve no planalto serrano. (Gazeta MERCANTIL de 29/07/97)

Esta ampla e diversificada base de recursos naturais, aliada a fatores relacionados às várias culturas dos grupos sociais que colonizaram o território, possibilita a oferta de diversos

circuitos turísticos: Caminho da Fé ou Circuito Religioso; Circuito de Cultura Açoriana, Alemã, Italiana, Austríaca, Japonesa e Polonesa; Circuito Litorâneo; Circuito Ferroviário; Ecoturismo; Agroturismo e Turismo Rural; Circuito da Neve; Circuito das Águas Termais; Circuito de Compras; Aventuras; Museus; Parques; Circuito das Festas; entre outros dispersos nas diversas microrregiões geográficas que integram o território catarinense.

Os aspectos geográficos e históricos do Estado também são destacados, por este ocupar uma

posição geográfica do Estado é estratégica em relação ao turismo. Está próximo dos principais pólos emissivos nacionais (Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e internacionais (Argentina, Uruguai e Paraguai). Também, por ter sido historicamente um ponto de passagem para os colonizadores do país, quando do transporte de gado de São Paulo para o Rio Grande do Sul, assim como o fluxo de mercadorias provenientes do Rio Grande do Sul e dos países vizinhos para os grandes centros brasileiros, o Estado privilegiou-se com o desenvolvimento de acessos à região, dispondo de grande variedade e qualidade de rodovias, aeroportos, portos e ferrovias (SANTA CATARINA, 2004, p.2).

Documentos de propaganda, oficiais ou privados, divulgam também que o Estado possui alto índice de desenvolvimento humano com uma das melhores distribuições de renda do país, renda *per capita* acima da média nacional, bons níveis de segurança, além de condições climáticas agradáveis o ano todo. Todos estes fatores, em conjunto, segundo os anúncios, fariam do Estado um local “fantástico e paradisíaco”, ideal para receber turistas interessados nos mais diferentes temas e destinos.

Por sua vez, Lins (2002, p.211) observa com mais cautela estas afirmações e nos adverte que Santa Catarina participa “com certo destaque” da progressão do turismo brasileiro, sendo que nos últimos 25 anos “o território catarinense passou a constar, de modo cada vez mais saliente, no mapa da ‘indústria’ turística nacional”. Esta assertiva pode ser confirmada na fala do presidente da EMBRATUR, Eduardo Sanovicz, em visita ao Estado no dia 31/03/2005: “Santa Catarina através da Secretaria da Cultura, Turismo e Esporte, tem feito sua parte no enriquecimento do turismo no Brasil” (SANTA CATARINA, 2005a). Sanovicz destacou ainda a participação massiva de Santa Catarina na promoção do turismo internacional em nível de Brasil, especialmente pela via do Mercosul, mas também pelo crescimento gradual de visitantes europeus: “A Alemanha passou de 0,79% para 1,73% na emissão de estrangeiros para o Estado. A Itália, por sua vez, pulou de 0,63% para 1,33%. Em ambos os casos, o aumento quase que dobrou” (SANTA CATARINA, 2005a).

De fato, a observação pura e simples de dados estatísticos aponta para uma ampliação do turismo no Estado. Entretanto, há muito se sabe que dados numéricos podem ser lidos e interpretados de acordo com a conveniência do leitor, podendo facilmente ser manipulados para apontar situações que contradizem a observação direta. Mas, ainda que isso não implique concretamente em mudanças, no diagnóstico dos aspectos turísticos elaborado pelo PRODETUR-SUL, foi elencado o fato de que as pesquisas públicas têm privilegiado dados quantitativos, sendo isto definido como um fator negativo para o desenvolvimento do turismo no Estado.

Na gestão do governo estadual de 2003-06, foi criada uma secretaria específica para o desenvolvimento do lazer:

a Secretaria da Organização do Lazer que considera a identificação, proteção e valorização dos recursos naturais e culturais; e a implementação de programas de investimentos na infra-estrutura e equipamentos para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e das viagens para uma melhor qualidade nas relações sociais de sua comunidade (SANTA CATARINA, 2004, p.3).

O fato de o Estado ter criado esta secretaria aponta a tendência de ampliar os esforços para tornar-se competitivo em termos turísticos, mas os resultados desta política têm sido mais visíveis em relação a dois aspectos bem claros: grandes investimentos voltados a um público seletivo (hotéis de *golf*, por exemplo) e a continuidade do turismo em massa do tipo sol e praia – esta política se contrapõe ao desenvolvimento de ações regionalizadas, com efeitos mais justos e duradouros.⁵⁹ Assim como acontece em várias partes do globo, também em Santa Catarina vislumbra-se um processo no qual o turismo contribua para a revitalização econômica em diferentes regiões, mas “muitas experiências suscitaram críticas pelo que se deixou de alcançar e, sobretudo, por tudo aquilo que a expansão do turismo realmente implicou. Está se falando de reflexos sócio-ambientais e culturais que, inclusive, comprometem a própria manutenção da atratividade turística” (LINS, 2002, p.210).

É claro, porém, que – usando a figura de uma loja – na vitrine são colocados os melhores produtos, os mais chamativos, enquanto que tudo o mais fica nas prateleiras ou escondido sob os balcões. A situação do Estado, tanto em termos de desenvolvimento e

⁵⁹ Entre o período de coleta de dados e de leituras para esta pesquisa e a escrita propriamente dita da tese, houve uma reestruturação administrativa no Estado e a secretaria citada deixou de existir. As ações e projetos turísticos de Santa Catarina passaram a ser de responsabilidade da nova secretaria, a qual abrange as áreas de Cultura, Esporte e Lazer. Destacamos ainda que, a partir das eleições para o governo do Estado, realizadas em outubro de 2006, isto possa se modificar novamente.

distribuição de renda, como em relação ao turismo, deve ser contextualizada e criticamente analisada.

O órgão oficial de turismo no Estado, a SANTUR, numa tentativa de agrupar as diferentes opções em nível de *marketing*, vem estabelecendo a cada novo governo algumas rotas turísticas oficiais. Em 1997, por exemplo, eram: a Rota do Sol, localizada no litoral norte do Estado; a Rota Caminho dos Príncipes, na região Norte; a Rota República Juliana, na região Sul; a rota Vale Europeu, no Vale do Itajaí; a Rota Serras Catarinenses, na região serrana; a Rota do Contestado, no Vale do Rio do Peixe; a Nova Rota das Termas, na região Oeste; e a Rota Capital da Natureza, no litoral centro. Atualmente, são sete as rotas, chamadas agora de roteiros: Litoral Norte, Ilha de Santa Catarina, Litoral Sul e Surfê, Caminho dos Príncipes, Vale Europeu, Planalto Serrano, e Encantos do Oeste e Termas. Além destes roteiros oficiais, o Estado ainda aponta outras alternativas temáticas: o Caminho das Neves, o Circuito das Festas, as Águas que Curam e as Aventuras Naturais.

Contudo, à margem dos objetivos político-partidários, os quais sempre acabam por modificar projetos e programas dos governos anteriores, seja para marcar sua identidade seja para, efetivamente, transformar os projetos/programas, as distinções entre as regiões turísticas no Estado têm assumido, basicamente, sempre as mesmas divisões: Litoral Norte, Planalto Norte, Capital, Vale do Itajaí, Sul (litoral e interior), Planalto Serrano e Região Oeste.

Ao longo dos últimos anos, vem crescendo paulatinamente o número de turistas que visitam o Estado. O motivo da viagem a Santa Catarina é predominantemente o turismo, “sendo que os atrativos naturais são o ponto fundamental da escolha do destino, haja vista os recantos paradisíacos que o Estado oferece” (LANZER et all, 1998, p.46).

O crescimento do turismo no Estado tem sido apontado pelo aumento do número de visitantes ano a ano e pela ampliação da estrutura de apoio (hotelaria, restaurantes, etc.). O número estimado de pessoas que visitaram o Estado em 2004 foi de 2.959.000, sendo que 92% deste montante eram turistas (SANTUR, 2004). A previsão é de que sejam 3.500.000 em 2015 (SANTA CATARINA, 2005b, p.xxvi).

O número de hotéis, pousadas, *campings*, restaurantes, entre outros, também cresce ano após ano. Há uma clara relação entre os lugares mais procurados e o nível de oferta de hospedagem, ou seja, o destino mais visitado é a praia (cerca de 63% em 2004), e a maior

oferta de hospedagem encontra-se justamente na região litorânea, com destaque para as regiões de Florianópolis e Itajaí. Lins (2002, p. 214) já havia alertado para uma massificação do turismo na franja litorânea do Estado, o que “espelha tanto a atratividade das praias catarinenses, quanto denota a prevalecente orientação dos investimentos realizados pelo setor turístico em Santa Catarina”.

As dez cidades catarinenses mais visitadas são: Balneário Camboriú, Florianópolis, Blumenau, Joinville, Laguna, Lages, Porto Belo, São Francisco do Sul, Brusque e Chapecó. Os principais mercados emissores são Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina (turismo interno) e São Paulo. Destas dez cidades, cinco são do litoral (Balneário Camboriú, Florianópolis, São Francisco do Sul, Laguna e Porto Belo) e três outras (Blumenau, Brusque e Joinville) estão muito próximas das praias, recebendo assim boa parte dos turistas praianos, os quais se deslocam a estes municípios para compras. O município de Lages concentra os investimentos estaduais no turismo rural, enquanto Chapecó se destaca por sua importância na economia do Oeste, recebendo mais visitantes que chegam a negócio do que a turismo de lazer.

Atualmente, a partir das políticas implementadas em nível nacional pelo Ministério do Turismo, o Estado se vê impelido a participar do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL), o qual “tem como premissa básica a integração dos estados beneficiários pelo Programa – Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – por meio do estabelecimento de corredores regionais, que irão nortear a formatação de roteiros turísticos integrados” (SANTA CATARINA, 2005b, p.xi).

A partir da inserção neste programa, foi eleito um destino turístico no Estado para servir como piloto do projeto de integração previsto no PRODETUR. Confirmando dados apresentados anteriormente, o litoral foi o destino escolhido, tendo sido caracterizados quatro núcleos-base, a partir dos quais devem se dar as ações de implementação do programa:

- 1 - Ilha de Santa Catarina, compreendendo atrativos múltiplos como praias, lagoas, parques, história, cultura e negócios;
- 2 - Natureza e Aventura, caracterizado pelos promontórios de Porto Belo e Bombinhas, e Governador Celso Ramos;
- 3 - Sol e Praia, onde se concentram importantes balneários como Camboriú e Itapema;
- 4 - Centro de Apoio e Distribuição, composto pelo aeroporto de Navegantes, o porto de Itajaí e a cidade da Penha.

Contudo, foram formadas ainda mais duas nucleações, não exatamente litorâneas, que ampliam a área de abrangência do programa:

5 - Vale Europeu, caracterizada pela cultura européia, principalmente a germânica;

6 - Centro de Negócios, caracterizado pela região intensamente industrializada, compreendendo Joinville e seu entorno.

Fruto de um trabalho extenso, o relatório do diagnóstico desenvolvido através do PRODETUR-SUL aponta uma série de pontos frágeis e fortes, e encaminha ações para atingir os objetivos do programa. Contudo, o que mais chama a atenção são as conclusões contraditórias com o que alardeiam o poder público e a iniciativa privada, ao dizerem que Santa Catarina é um paraíso turístico, como se pode observar na reprodução de parte do documento:

SÍNTESE DA SITUAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL CATARINENSE

De maneira geral, pode-se observar um problema de agravamento econômico e social ocasionado pelo turismo no Litoral Catarinense devido à diminuição significativa da demanda de turismo, sobretudo a internacional.⁶⁰

A pouca articulação institucional e a inadequação de uma base de dados que possibilitasse uma análise estratégica do mercado dificultaram uma reação da iniciativa privada em curto prazo através de ações como a diversificação de produtos e mercados ou a readequação do marketing realizado.

Como o turismo apresenta grande aspecto de sazonalidade, existem evidências acentuadas de superutilização dos recursos turísticos como os naturais, com maior percepção nas áreas litorâneas nos meses de dezembro a fevereiro, e culturais, sobretudo na região de Blumenau, com as festas originalmente típicas e que hoje atraem centenas de milhares de turistas durante o ano, mas com acúmulo no mês de outubro.

A participação da comunidade no turismo ainda é bastante reduzida, podendo ser explicada de duas maneiras, a primeira devido à falta de conhecimento sobre os efeitos do turismo sobre elas próprias e a segunda pelo governo não buscar o engajamento da comunidade no processo de planejamento do turismo.

O Marketing Turístico do Estado está embasado na promoção através de folheteria ou poucas participações em eventos de turismo como forma de divulgar os atrativos e alguns Destinos do Estado. Não há uma determinação estratégica focada em uma atuação de mercado com base na competitividade nacional ou internacional (SANTA CATARINA, 2005b, p.cxxvi).

⁶⁰ Este dado relativo à diminuição do fluxo de turistas internacionais é de 2003, diretamente relacionado com os problemas socioeconômicos enfrentados pelos países vizinhos do Cone Sul. Atualmente, percebe-se uma reversão neste quadro, conforme se mostrou no início deste capítulo.

Além destes, há outros problemas apontados no PRODETUR-SUL:

De maneira geral, em toda a região, a inadequação de planejamento urbano, agregada à dificuldade de fiscalização quanto à especulação imobiliária e uso irregular do solo urbano causou vários transtornos relativos à degradação ambiental, como verificado, mais acentuadamente, em Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas. Estes transtornos podem ser exemplificados, sobretudo, como ocupação irregular em áreas de preservação ambiental e na orla marítima (reduzindo a insolação das praias), poluição com resíduos sólidos deixados nos ambientes naturais (areia das praias, água do mar, trilhas, entre outros locais) (SANTA CATARINA, 2005b, p.cxxvi).

Como se vê, o turismo na franja litorânea, ainda que seja o carro-chefe do turismo no Estado, apresenta uma expressiva quantidade de problemas causados por um crescimento não ou mal planejado, sem a implementação de políticas públicas adequadas, e sustentado numa lógica de competição desenfreada entre os diversos atores que compõem este contexto.

Contudo, nos últimos anos, o turismo fora deste circuito, especialmente aquele denominado de turismo rural, ou ainda, de turismo no espaço rural, vem ganhando relevância chamando a atenção tanto da iniciativa privada quanto do poder público. Mesmo na faixa litorânea eleita pela SANTUR para ser piloto do PRODETUR-SUL, há nucleações que se afastam da costa, com é o caso de Joinville, município que recebe um número significativo de viajantes à negócios, mas que aproveitam a estadia para fazer turismo, e Blumenau, importante centro de compras no setor têxtil. Também nesta cidade, observa-se que os visitantes compradores realizam atividades turísticas. Mas não somente por estas especificidades: nestes núcleos também são apontadas alternativas especificamente turísticas, como a Estrada Bonita, em Joinville, e o Roteiro Enxaimel, em Blumenau e Pomerode.

No ano 2000 e seguintes, observou-se um incremento significativo de novos empreendimentos nas áreas rurais, bem como uma disposição do governo estadual em promover turisticamente as outras regiões do território. O Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA) elaborou dois estudos expressivos sobre o turismo no espaço rural catarinense. Um deles (TORESAN et al., 2002a) tratou do diagnóstico desta atividade e o outro (TORESAN, 2002b) apontou novas possibilidades e potencialidades para o seu desenvolvimento.

Este tipo de turismo apresenta, assim como outras modalidades, duas grandes possibilidades de ação: um turismo marcadamente empresarial, baseado em pesque-pagues, parques aquáticos e na transformação de fazendas em hotéis; e um turismo baseado em

pequenos empreendimentos familiares e/ou cooperativos, que cria novas oportunidades para as pessoas do campo e contribui para uma distribuição de renda mais equilibrada. As duas vertentes vêm-se consolidando no Estado, com destaque para a região de Lages (planalto serrano), no primeiro caso, e para várias outras partes do Estado, no segundo caso, onde “estão se multiplicando as iniciativas planejadas e organizadas, individual e espontaneamente, de implantação de circuitos e de empreendimentos turísticos” (TORESAN, 2002a, p.10), como, por exemplo, alguns circuitos integrados no Alto Vale do Itajaí, nas Encostas da Serra Geral, na Serra Dona Francisca, etc.

2.3.1 Refletindo sobre o Alto Vale do Itajaí como um Território para o Turismo

Está cada vez mais claro que o desenvolvimento turístico de um lugar depende de uma série de relações construídas entre os diversos atores institucionais e a sociedade civil, que ultrapassam as barreiras político-administrativas. Assim, o grande tema na área do turismo, hoje, diz respeito à sua regionalização, descartando a idéia de destinos únicos, polarizadores do fluxo e dos investimentos.

A região do Alto Vale do Itajaí segue esta mesma tendência – conforme a formatação dada pelo governo do Estado, pertence ao roteiro “Vale Europeu”, e as microrregiões de Rio do Sul e de Ibirama estão aí inseridas.⁶¹ Entretanto, como uma região não pode, toda ela, oferecer o mesmo produto ou serviço, observa-se uma predominância do turismo rural e de compras em Rio do Sul e arredores, e uma presença significativa do turismo de aventura em Ibirama e entorno. É interessante destacar nesta questão que estas cidades estão muito próximas; assim, a oferta de produtos e serviços variados, de uma cidade para a outra, ajuda a criar uma rede que confere ao lugar vantagens que o turista pode não encontrar em outras regiões do país. Além disso, as divisões de atividades turísticas pela região se transformam em ferramenta de marketing que provoca o deslocamento do turista por toda a área.⁶²

Sobre a regionalização do turismo, outro aspecto deve ser levado em conta: a EMBRATUR e o Ministério do Turismo estão incentivando os projetos territorializados, que ultrapassam barreiras geográficas e administrativas. A própria política de incentivo ao turismo

⁶¹ O roteiro Vale Europeu abrange boa parte dos médio e alto vales do Itajaí.

⁶² As atividades observadas se dão ora no espaço rural do município, ora em regiões urbanas, ora perpassando de um espaço a outro. Tais espaços determinam os conceitos de cidade e município. Neste texto, como recurso semântico, e porque não se consegue distinguir, às vezes, em qual espaço as atividades se dão, usamos as expressões município e cidade como sinônimos.

nacional, pelo Ministério, destaca que esta deve ser a meta a ser alcançada pelos gestores estaduais e municipais; inclusive, os financiamentos deste ministério estão voltados a projetos territoriais, em detrimento de propostas localizadas e unilaterais.

No caso do Alto Vale do Itajaí, como já dito anteriormente, a EMBRATUR elegeu as cidades de Rio do Sul, Ibirama e Presidente Getúlio, como sendo, no conjunto do que oferecem ou podem oferecer em termos turísticos, um pólo de ecoturismo do Brasil. De fato, quem está próximo do “mundo do turismo” de Santa Catarina, seja pela via que for, identifica o Alto Vale como espaço de turismo de aventura, mas não ignora as possibilidades de compra e festas, bastante típicas da região, o que incrementa a possibilidade de criação de uma vasta rede de produtos e serviços turísticos, adequados a projetos de desenvolvimento territorial com bases sustentáveis.

O processo de regionalização do turismo no Alto Vale ganhou força e valor nos últimos meses com as ações do Programa de Regionalização do Turismo no Vale Europeu. Em dezembro de 2004, foi realizada a primeira Oficina Instância de Gestão do Turismo Regional - Região Vale Europeu, com o objetivo “de iniciar o processo de elaboração do modelo de gestão do turismo para Região Turística Vale Europeu, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil em Santa Catarina” (ESPÍNDOLA, 2004, p.2).

O Programa de Regionalização do Turismo, por sua vez, “é um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação inter-setorial e na sinergia de decisões” (ESPINDOLA, op.cit. p.11).

Dos 48 municípios que fazem parte da região chamada de Vale Europeu, apenas fizeram-se presentes nesta oficina os municípios de Agrolândia, Agronômica, Aurora, Blumenau, Brusque, Gaspar, Ibirama, Ituporanga, Mirim Doce, Pomedore, Pouso Redondo, Presidente Nereu, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Oeste, Taió e Trombudo Central.

Olhando para esta lista, observa-se que os destinos turísticos mais conhecidos estão aí presentes (Blumenau, Brusque, Ibirama, Rio do Sul). Mas chama a atenção a ausência de municípios que vêm buscando um lugar de destaque no âmbito do turismo estadual – Presidente Getúlio, São João Batista, Alfredo Wagner, Apiúna, Nova Trento, entre outros. Fica uma interrogação sobre o motivo desta ausência: descrédito no programa? Oposição política?

Visão conservadora da atividade? Não foi possível obter estas respostas no contexto desta pesquisa.

Os resultados desta oficina estão expressos no relatório de ESPÍNDOLA (op.cit.). Não cabe aqui transcrevê-los integralmente, mas sim indicar pontualmente o que foi realizado:

- Diagnóstico e Negócio Turístico da Região Vale Europeu;
- Modelo da Instância Regional de Gestão do Turismo;
- Plano de Ação para Instituição da Instância Regional de Gestão do Turismo.

Nestes três tópicos, foram desenvolvidas diversas estratégias e dinâmicas de grupo. Dado importante para esta pesquisa é a indicação dos atores que já estão trabalhando em prol da regionalização do turismo no Vale do Itajaí:

- ADR Vale
- AMAVI (em 28 municípios)
- AMMOTUR - Associação dos Monitores Municipais de Turismo do Alto Vale do Itajaí (em 15 municípios)
- Associação Regional de Artesãos
- Associação Vales das Águas
- Associações dos municípios
- Comitê da Bacia do Vale do Itajaí
- Comitê Temático de Turismo Rural CDL – Rio do Sul
- Fundação TREMTUR
- ORT - Organização Regional do Turismo (em 17 municípios)
- Secretarias de Desenvolvimento Regional

Os avanços gerados por este programa, até o período em que se finalizaram a coleta e a análise de dados desta tese, não foram profícuos e se diluíram em meio a outros programas institucionais. Parece haver aí uma indicação de que projetos que requerem maior articulação entre os municípios encontram mais obstáculos para serem desenvolvidos que projetos locais. Ainda assim, as instituições oficiais continuam investindo na regionalização do turismo, ao menos no plano propositivo

A AMAVI destaca que a região “oferece excelentes oportunidades de investimentos. Possui infra-estrutura de comunicação e transportes (...) Na área do turismo, o potencial é elevado, gerando oportunidades de investimentos” (AMAVI, 2004, p.6).

Na revista já citada, a AMAVI dá destacada importância ao turismo, reservando boa parte do espaço da revista para divulgar as potencialidades desta atividade na região. Enquanto apresenta aspectos da agropecuária, indústria, comércio, saúde, educação, energia, comunicação e água, resumidos e agrupados em duas páginas, a atividade turística recebe uma página inteira. Além disso, nas páginas subsequentes, apresenta cada município-membro, com suas características, mas sempre ressaltando o potencial turístico de cada um com um quadro específico – o mesmo não acontece com nenhuma outra atividade econômica. Citamos tal fato por ser esta uma publicação bastante recente e, sendo representativa de todos os municípios da região, demonstra uma tendência em curso, qual seja, a de buscar uma alternativa de desenvolvimento pela via do turismo.

Atualmente, pela divisão da região em secretarias regionais de desenvolvimento, o município de Ibirama toma destaque ao sediar uma destas secretarias, criando um novo contexto de polarização de poder e barganha políticos, antes centralizados em Rio do Sul.

Assim como acontece com o Estado de maneira geral, também a região do Alto Vale do Itajaí é considerada, culturalmente, uma das mais ricas do Brasil, com união de diversas etnias, as quais mantêm suas tradições originais, através dos costumes, das danças e músicas folclóricas, bem como do artesanato e produtos típicos, da arquitetura colonial e do modo de viver de cada família.

Além disso, o Vale do Itajaí possui vasta biodiversidade que vem sobrevivendo ao processo de degradação provocado pela exploração econômica e pelo desenvolvimento sem planejamento. Neste aspecto ressaltam-se, além da riqueza da Mata Atlântica, os cânions formados sobre os diversos rios, as cachoeiras e quedas d'água, as pequenas propriedades rurais e as paisagens formadas pelo conjunto, que lembram vilarejos da Europa. Uma das ações geradas por este contexto - já apontada na Introdução – foi a titulação recebida da EMBRATUR de “Pólo de Desenvolvimento de Ecoturismo do Alto Vale do Itajaí”.

Ainda que haja todo um potencial turístico, anunciado pelo poder público e pelo empresariado local, a AMAVI (2002, p. 2) alerta para a necessidade de se buscar “um

programa de desenvolvimento, visando através da educação patrimonial⁶³, impedir os impactos negativos causados aos diversos meios existentes quando esta exploração não é organizada. Neste caso, citamos seis importantes fatores: histórico, cultural, social, religioso, natural e público”.

Por outro lado, documento do Instituto Euvaldo Lodi - IEL (2001) ressalta que não vêm sendo desenvolvidos projetos ou investimentos significativos para o desenvolvimento de atividades turísticas.

Em levantamento realizado em 1996, a região de Rio do Sul apresentava forte potencial para esse desenvolvimento em virtude da diversidade de atrativos naturais e culturais existente, fazendo parte de um circuito integrado com outras regiões denominado Vale Europeu. No entanto, carecia de infra-estrutura turística, equipamentos e serviços de apoio, dispunha de uma rede hoteleira modesta, tanto em relação ao número de leitos, quanto à oferta de produtos e serviços. Outros municípios, como os da microrregião de Ituporanga (Agrolândia, Atalanta, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia e Vidal Ramos), não se apresentavam como destino turístico efetivo. Algumas dificuldades deveriam ser sanadas para que os atrativos pudessem fazer parte, de fato, de um circuito turístico. Os equipamentos eram precários, e a microrregião carecia de bens e serviços (SEBRAE/SC-FEPESE-UFSC, 1996).

Nos dias de hoje, ainda que as diversas instituições concordem que a região está aquém do que pode apresentar em termos de serviços turísticos, houve avanços em relação ao diagnóstico de 1996. No levantamento efetuado por Ruschmann et all (SANTA CATARINA, 2004), como parte do Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer em Santa Catarina, da Secretaria de Estado de Organização do Lazer, pode-se observar que a região do Alto Vale vem apresentando um crescimento na oferta de serviços e produtos turísticos. Neste levantamento, os autores relacionam aspectos da cultura, do esporte e do turismo, os quais, conjugados, propiciam uma variada gama de possibilidades para o lazer. Ao apresentar aspectos culturais, tais como o patrimônio arquitetônico, o relatório destaca esta dimensão como atração turística. É assim também com os torneios esportivos, os quais atraem não só os competidores, mas outras pessoas interessadas em acompanhar as competições, as quais acabam, por um certo período, constituindo-se como turistas e expandindo sua visita para além

⁶³ O conceito de “educação patrimonial” apresentado pela AMAVI diz respeito a uma tomada de consciência de tudo aquilo que compõem o meio onde vivem os habitantes do Alto Vale do Itajaí: natureza, arquitetura tradicional, língua, costumes, religiões etc. Tal consciência levaria ao cuidado de cada um com o que é patrimônio de todos.

dos espaços esportivos. Realmente, a conjugação se faz necessária uma vez que estes aspectos se entrelaçam e se complementam, contribuindo cada um para que os outros se fixem como molas propulsoras do lazer na região.

Este levantamento atingiu todo o Estado, e Ruschmann et all adotaram as mesmas divisões das secretarias de desenvolvimento regional, criadas pela atual administração estadual. Desta forma, na região do Alto Vale, o estudo se concentrou nas SDR's Rio do Sul, Ibirama e Ituporanga. Algumas observações deste levantamento confirmam que esforços vêm sendo empreendidos no sentido de transformar a região em um pólo turístico.⁶⁴ Os dados deste relatório, referentes às SDR's Rio do Sul e Ibirama e aos municípios de Ibirama, Presidente Getúlio e Rio do Sul, estão nos anexos deste texto. Abaixo, seguem algumas considerações tecidas por nós em função dos dados do relatório citado.

Sobre a SDR Rio do Sul:

- As diversas culturas que formaram a região, e que ainda estão presentes, são importante fator de agregação social, contribuindo sobremaneira, especialmente nas festas, nos encontros de grupos folclóricos e de associações étnicas, para o fluxo de pessoas entre os municípios, expandindo a procura e a oferta de serviços turísticos nestas concentrações.

- Em relação aos esportes, a diversidade cultural também se faz presente em modalidades específicas, tradicionais das etnias que colonizaram a região, como o bolão e a bocha. Os torneios regionais e encontros de clubes destas modalidades também ajudam a incrementar o turismo interno.

O relatório aponta também que: “A região apresenta grande potencial para qualquer atividade de cooperação, que tenha papel de formador social e de melhoria das condições de saúde”. No entanto, não há nenhuma indicação mais detalhada, ou fato citado, que justifique esta afirmativa. O que o relatório quer dizer com isso? O que significa “grande potencial para qualquer atividade de cooperação”? Estaria este dado relacionado ao que chamamos de capital social? Seria um reflexo da capacidade articuladora do povo daquela região? Esta “característica” pode ser vista também em outras atividades, como o turismo?

⁶⁴ O relatório de Ruschmann et all recebeu duras críticas da banca examinadora da tese, especialmente pela metodologia utilizada para o levantamento e tratamento dos dados. Concordamos com as mesmas. Entretanto, admitimos a necessidade de utilizá-lo como fonte de dados em razão de sua “atualidade” e de sua caracterização como um documento oficial do estado de Santa Catarina.

Por sua vez, os esportes, identificados no relatório como *outdoors*,⁶⁵ merecem um olhar mais apurado, uma vez que podem ser praticados por atletas, em competições oficiais, mas também por pessoas comuns, em seus momentos de lazer; assim, tais práticas podem se constituir em importante atrativo turístico.

- O turismo está muito mais propenso, nesta região, ao turismo rural, com destaque para os Pesque-pagues e para alguns circuitos étnicos, como a Valada Bela Aliança, em Rio do Sul, onde alguns moradores da área rural se associaram e cada um oferece determinado serviço ou produto típico de sua propriedade. O turista, ao visitar o circuito, pode ter uma idéia geral do estilo de vida, em várias dimensões, dos colonizadores da região.

Sobre a SDR Ibirama:

- Assim como na microrregião de Rio do Sul, as diversas “culturas” que formaram a região ainda estão presentes e são importante fator de agregação social, contribuindo para o fluxo de pessoas entre os municípios, expandindo a procura e a oferta de serviços turísticos nestas concentrações.

- Também nos esportes, as duas microrregiões se assemelham: modalidades tradicionais das etnias que colonizaram a região, como o bolão, o tiro e a bocha, além de torneios regionais e encontros de clubes destas modalidades ajudam a incrementar o turismo interno. Contudo, há uma presença mais forte dos chamados esportes de aventura (ou *outdoors*), o que possibilita encontros (competições regionais, estaduais e nacionais) diferenciados, com outro público que não aquele que frequenta as competições dos esportes tradicionais.⁶⁶

- O turismo está muito mais propenso, nesta região, ao turismo de aventura, com destaque para o *rafting* e o *rapel*. O município de Ibirama é o carro-chefe desta atividade na região, sendo que seu nome vem-se tornando uma referência nacional como pólo centralizador deste tipo de atividade-turismo: “Convém destacar a operação de *rafting*, canoagem, caminhadas ecológicas, *rapel* e outros esportes no município de Ibirama, que vêm sendo

⁶⁵ Esportes *outdoors* são os esportes de aventura, tais como *rafting*, *rapel*, *treking*, vôo livre, ciclismo de montanha, entre outros.

⁶⁶ É interessante observar que uma das mais tradicionais operadoras de *rafting* da região, a Ativa, está sediada no município de Apiúna, fronteiro de Ibirama. Ainda assim, toda a publicidade da atividade refere-se ao município de Ibirama. Novamente vemos reforçada a necessidade metodológica de olhares diversos sobre a região, ora mais específicos, ora mais amplos e abrangentes.

indutores da gradativa inclusão da região nos circuitos especializados de ecoturismo nos mercados nacional e internacional” (IEL, op.cit. p.56).

- É interessante notar, especialmente pelos folhetos de propaganda impressos e pela internet, das diversas operadoras de “ecoturismo” da região, inclusive as que não estão nela sediadas, que todas fazem referência ao município de Ibirama; mas, na apresentação dos serviços prestados, verifica-se que os espaços de realização destes serviços estão distribuídos pela região em municípios diversos, constituindo – assim podemos dizer –, ao menos em germe, um território construído.

Os esportes, identificados no relatório como *outdoors*, têm atraído milhares de turistas todos os anos, sendo muito mais característicos das atividades de lazer do que de competições oficiais.

Os dados listados dizem respeito às SDRs de Rio do Sul e Ibirama e fornecem importantes informações para uma contextualização do turismo nas duas regiões. Contudo, este estudo buscou dados ainda mais específicos no que diz respeito aos três municípios que formam o pólo de ecoturismo do Alto Vale do Itajaí. Para tanto, o trabalho de Ruschmann, novamente, foi bastante útil. De qualquer maneira, será perceptível a similaridade entre as microrregiões apresentadas e estes municípios, no que diz respeito às características turísticas. Pode-se inclusive inferir, por estes dados, que são justamente estes três municípios que definem, em grande monta, as microrregiões.

Sobre Ibirama:

De Ibirama, podemos dizer que são poucas as atrações para os turistas, além do turismo de aventura. Contudo, mesmo sendo um município pequeno (pouco mais de 10.000 habitantes), possui 4 salas e 2 grupos de teatros, uma área de eventos, uma associação de artesãos, 10 corais, 5 fanfarras, um conservatório de música e um grande evento anual – o *Weihnachtmarkt* – Mercado de Natal, o qual atrai, segundo informações do SEBRAE (2001), milhares de visitantes das cidades vizinhas.

No âmbito dos esportes radicais e/ou turismo de aventura, uma singularidade: o *down hill*, atividade ciclística que consiste em descer terrenos íngremes, geralmente grandes montes, morros ou montanhas, em alta velocidade. Campeonatos de nível nacional são realizados no município.

Folheto promocional elaborado pela prefeitura, em 2002, apresenta logo na capa as possibilidades de turismo étnico, rural e ecoturismo. Em sua parte interna, o folheto destaca as seguintes atrações turísticas: as tradições germânicas e suíças, com sua arquitetura típica; o prédio do hospital *Hansahoeh*, onde funcionam museu, escola de música, escola de teatro, grupo folclórico, cinema e, também, consultórios médicos; a arquitetura da Igreja Martin Luther (confissão luterana); o prédio do fórum; o mercado de Natal *Weihnachtsmarkt*, com amplo destaque; a Casa da Cultura, onde funciona a loja da Associação dos Artesãos; as opções de turismo de aventura, como o *rafting* e o *rapel*, e o ecoturismo na Serra Mirador; a Floresta Nacional de Ibirama (FLONA), a qual, mesmo caracterizada como sendo de nível nacional, se encontra sob a supervisão da prefeitura desde 1988; e algumas alternativas para o turismo rural, como propriedades que servem de pousada e pesque-pagues.

Outro folheto da prefeitura, o Tarifário Turístico de Ibirama, ressalta na sua apresentação que “o turismo ainda é uma atividade nova para Ibirama, mesmo recebendo um número tão grande de turistas e visitantes na alta temporada, atraídos pelos esportes radicais e belezas naturais inigualáveis”, mas esclarece que a administração municipal vem envidando esforços no sentido de consolidar o turismo na cidade, inclusive, desejando ser um “exemplo de como desenvolver turismo em pequenas cidades do interior de Santa Catarina” (IBIRAMA, 2002). Neste tarifário, aparecem alguns atrativos que não estão listados no primeiro folheto: *Treking* Ferrovia das Bromélias; e Saxônia - Fábrica de brinquedos educativos em madeira.

De qualquer forma, fica bastante clara a intenção apresentar o município como um espaço privilegiado para o turismo de aventura, mas sem desacreditar na força do turismo cultural e rural, indicando, pelo menos preliminarmente, que há uma disposição em oferecer um turismo que integre os aspectos culturais, rurais e de aventura.

Sobre Presidente Getúlio:

Os dados levantados mostram algumas peculiaridades, como a presença das culturas italiana e suíça, ressaltando que isto está marcado nas edificações, na gastronomia e nas manifestações folclóricas.

Também há destaque, como acontece em Ibirama, para o turismo de aventura, mas a singularidade fica por conta das três rampas para vôo livre localizadas na Serra Mirador, com boas condições de vôo “em qualquer época do ano” (PRESIDENTE GETÚLIO, 2005).

Nos folhetos turísticos promocionais da prefeitura não há grande destaque para o turismo de aventura, apesar de o título de Vale das Cachoeiras sugerir esta possibilidade. Já, o turismo rural parece ser mais acessível a partir de uma ampla divulgação dos sítios e outras propriedades rurais que prestam serviços de pousada e alimentação; além disso, acaba se dando uma integração entre os turismos rural e de aventura pelo fato de as cachoeiras mais visitadas para as práticas de *rapel* e *canyoning* estarem localizadas dentro das mesmas propriedades rurais.

Outro dado que interessa, em função das possibilidades de integração e formação de redes, é que no *site* da prefeitura estão listadas, além de uma operadora de turismo de aventura na cidade, as operadoras situadas em municípios vizinhos (Ibirama e Apiúna). Isto acontece porque estas operadoras utilizam as cachoeiras e trechos de rios pertencentes ao município; assim, dar visibilidade a estas operadoras significa dar visibilidade também ao município e chamar turistas para seus próprios atrativos.

Apesar de o município de Presidente Getúlio se apresentar como Vale das Cachoeiras, esta titulação cabe a um território mais amplo, que compreende os municípios de Ibirama, Presidente Getúlio, Dona Emma, Witmarsum, Vitor Meireles e José Boiteux; conta com 150 cascatas em meio a trilhas na Mata Atlântica.⁶⁷ Algumas cachoeiras estão localizadas em pequenas propriedades rurais, que começam a se estruturar para receber os visitantes com café colonial, almoço típico e hospedagem.

Em artigo jornalístico de 1999, Orlando Pereira dá algumas dicas sobre o início das atividades turísticas de aventura na região: “O pioneiro em promover a descida de cachoeiras na região foi Everaldo Rocha, que criou há dois anos em Presidente Getúlio a Rapel Ecoturismo e Aventura. Foi ele quem fez o levantamento de todas as quedas d’água nos seis municípios onde a atividade é desenvolvida” (PEREIRA, 1999).

Se o texto é de 1999 e dois anos antes foi criada uma operadora de ecoturismo na cidade, podemos inferir que é, exatamente por volta de 1997, que no Alto Vale do Itajaí se começou a explorar, ainda que de maneira desordenada, o turismo de aventura e rural. Mas o texto citado destaca que Everaldo Rocha não pensava apenas na exploração econômica das

⁶⁷ Este dado é importante para a reflexão sobre a constituição de um “território” baseado na atividade turística que fazemos neste estudo. Mesmo que centrado nos três municípios sedes do Pólo de Ecoturismo, não há como não fazer menção ao Alto Vale do Itajaí como um todo ou a partes que o compõem. Isto justifica a apresentação de dados e análises ora sobre o Alto Vale do Itajaí, ora sobre o pólo, ora sobre os municípios sedes do mesmo.

cachoeiras: “Desde o início buscou parcerias com os proprietários das áreas com potencial turístico, mostrando-lhes a importância da preservação e de um desenvolvimento sustentável de mínimo impacto ambiental” (PEREIRA, 1999).

Porém, antes disso, em 1994, a Ativa Rafting, já havia instalado uma de suas bases em Apiúna, sendo a primeira operadora de turismo de aventura na região.⁶⁸

Sobre Rio do Sul:

Diferentemente de Ibirama e Presidente Getúlio, o município de Rio do Sul é um dos maiores de Santa Catarina, tanto em população como em receita; no Alto Vale do Itajaí é o maior. Além destas características, ou por isso mesmo, Rio do Sul foi, durante anos, o centro polarizador dos investimentos públicos e de instâncias de poder e decisão na região. Sediando a AMAVI há mais de 40 anos, era dali que emanavam as políticas e ações para a região. Com a criação das SDRs pelo atual governo estadual, este poder se diluiu, uma vez que os municípios da AMAVI acabaram por se situar em três SDRs diferentes: Rio do Sul, Ibirama e Ituporanga.

Apesar deste destaque, Rio do Sul não é a cidade mais lembrada quando se fala em turismo no Alto Vale. Isto fica por conta de Ibirama; esta sim é citada em revistas, jornais e *sites*, especialmente pela oferta do turismo de aventura.

Os dados obtidos e analisados por Ruschmann et al indicam um leque de opções turísticas muito mais amplo em Rio do Sul do que nos outros dois municípios do pólo. No entanto, por motivos os mais diversos, mas especialmente pela visibilidade que Ibirama adquiriu ao longo dos últimos anos através do turismo de aventura, parece que Rio do Sul caminha na esteira de Ibirama, sendo beneficiado pelo aporte de turistas que, procurando o turismo de aventura, acabam por visitar também Rio do Sul e seu entorno, incentivados então pelo turismo de compras.

Aliás, turismo de compras é o grande negócio da cidade. Desde alguns anos, Rio do Sul passou a ser reconhecido como um centro de confecção e vendas de *jeans*; o que diferencia o comércio local são dois *outlets centers*, localizados na BR-470, e o grande número de fábricas de *jeans*; 90% das mercadorias são fabricadas na própria cidade. O Fabricenter (50 lojas), no km 141, e o pólo têxtil (60 lojas), no km 140, têm capacidade para atender entre 5 e

⁶⁸ Esta operadora é uma *franchising*, com algumas bases espalhadas pelo território nacional.

10 mil pessoas, além de possuir praça de alimentação, pronto socorro, posto telefônico e amplos banheiros com chuveiro, o que facilita a vida de quem faz turismo de compras e não dispõe de tempo nem dinheiro para hotéis. Todos os dias (inclusive no período noturno, já que os centros atacadistas funcionam em horário diferenciado, das 16h às 4h), dezenas de ônibus de “sacoleiros” chegam à cidade. A maioria não sai do circuito de vendas, até mesmo porque já é noite.

Outro aspecto que chama a atenção é que a cidade foi intitulada, pela Câmara de Vereadores, como Capital Catarinense dos Esportes Radicais. Então, mesmo sendo Ibirama a principal cidade nestas atividades, Rio do Sul procura apresentar seu potencial em termos de turismo de aventura. Nos folhetos turísticos do município são anunciadas as atividades de *trekking*, *canyoning*, cavalgada e vôo livre. É interessante que não haja operadoras de ecoturismo na cidade, pelo menos não encontramos registros disto.

No artigo “Rio do Sul: o caminho da aventura”, de Rita de Cássia Schlempper, encontrado no livro *Impressão de Jornalista*, uma publicação do Laboratório de Mídia, Cultura e Estética, do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da UNIVALI, podemos ter uma idéia de como funciona o turismo de aventura na cidade, já que não há operadoras oficiais:

A primeira cachoeira do seu roteiro, a do bairro Bela Aliança, fica no caminho. Neste local, são feitas cavalgadas com guia e com diversos níveis de dificuldade. É impossível chegar em cima da hora e sair galopando. Vá até lá e combine com um dia de antecedência. São 16 quilômetros de uma pequena viagem, agradável. Na Bela Aliança se pratica caminhada ecológica e “*canyoning*”, um esporte de aventura que o desafia a passar por dentro de uma cachoeira, utilizando-se de duas cordas de segurança. Querendo fazer as duas coisas no mesmo dia, tudo bem! É só combinar com o Grupo Canyoning e Trekking e com Douglas Cruz. Há anos, este funcionário público começou a praticar esportes radicais e, com o passar do tempo, o grupo foi ganhando adeptos. O que era “hobby” virou negócio. Antes de se despedir pergunte onde encontrar mais aventura. Vão te mandar para o Bairro Itoupava (SCHLEMPER, 2001, p.4).

Aqui pode-se observar então que o contato com moradores locais, especialmente com aqueles que têm um contato mais freqüente e duradouro com as práticas de aventura é a maneira de acessar os pontos turísticos.⁶⁹ Contudo, mesmo não havendo operadoras, há “guias”, e o serviço de acompanhamento é cobrado, bem como o aluguel de cavalos para as cavalgadas. A última frase do trecho citado deixa a impressão de que “pode” haver uma cooperação entre os moradores, ao indicar outros lugares para visitar.

⁶⁹ Neste caso, os turistas se relacionam com grupos formados por moradores locais e não com operadores de ecoturismo.

A necessidade de conhecer e estabelecer contato com os moradores locais para praticar o turismo de aventura continua sendo explicitada em outro trecho do artigo:

Continue sem receio até encontrar a “Magia”, logo você verá um bar (que funciona no verão), depois olhe a sua direita, para cima de um morro. Achou uma casa? É lá que o seu anfitrião mora. Álvaro dos Santos Júnior, um paulista que deixou o agito da cidade grande para viver no campo com a mulher Nilda e a filha Mariana. Hoje já faz parte do lugar, um típico “caipira”. (...) Converse com Álvaro, diga que veio em busca de emoção e escolha o que fazer primeiro. Que tal começar cavalgando? Deixe o banho de cachoeira para a volta. O contato com o cavalo vai fazer o estresse ficar para trás (SCHLEMPER, 2001, p.5).

Novamente, fica claro que, mesmo não sendo um empreendimento oficializado, é preciso pagar pela hospitalidade: “Se tudo for combinado com antecedência, cerveja e churrasco estarão te esperando. Desembolsando no máximo 20 reais, você curte toda esta aventura. Não vá embora sem antes experimentar o queijo delicioso produzido por Álvaro. Gostou? Leve um para o sanduíche de amanhã” (SCHLEMPER, 2001, p.7).

No artigo citado, por ser de 2001, a autora fala de uma novidade em termos turísticos de aventura: o pêndulo humano. Este equipamento também está localizado no Bairro Bela Aliança, e para chegar até ele é preciso, antes, passar pelas propriedades de estilo enxaimel, típicas da colonização alemã, onde também se pode desfrutar de serviços, especialmente gastronomia e venda de produtos típicos como geléias, lingüiças e queijos (caracterizando um roteiro étnico); pelo menos é o que diz o texto extraído da internet, de autoria da jornalista Fernanda Preto. Para ela, o espírito empreendedor e a busca por novas atrações culminaram em uma prática totalmente nova. Assim diz o texto:

Foi o que fez Rubens Cezar Fronza, que procurou por uma novidade que despertasse o interesse de diferentes tipos de visitantes. Ele montou um pêndulo humano, uma espécie de *bungee jump*, que acabou se tornando a maior atração do local. Utilizando os melhores recursos de segurança disponíveis, em um vale de tirar o fôlego, Rubens montou sobre a cachoeira da Magia uma estrutura de concreto capaz de resistir a um peso de 30 toneladas, mais um cabo de aço, algumas cordas, cadeirinhas de escalada, onde o aventureiro pode se atirar para uma queda livre de 35 metros balançando em direção ao céu e as águas da cachoeira (PRETO, 2005).

Mas importa dizer que, desde 2001, a infra-estrutura montada para o pendulo humano perdeu parte de sua atratividade pelo descaso e abandono de seu proprietário, como será confirmado mais adiante. Da mesma forma, o que a jornalista chama de roteiro étnico passa por transformações atualmente e depende de uma estratégia de associação para continuar funcionando.

Voltando ao artigo de Rita Schlempper, a autora nos fala de um roteiro étnico que não aparece em nenhum outro documento pesquisado, nem nos folhetos publicitários da prefeitura, nem em guias, ainda que, já tivéssemos ouvido falar de sua existência:

Ao sair do Bairro Itoupava, pegue a BR 470 novamente, fique de olho e ao avistar uma placa “Bairro Valada São Paulo” ou Vila San Paolo, vá em frente. A estrada já é uma surpresa, a cultura italiana está no ar. Por todo o caminho, os colonos que vivem ali vendem seus produtos. Tudo é muito organizado. Na frente de cada casa, está especificado o que aquela família produz, que vai do queijo ao vinho. Veja o estilo das casas, são completamente diferentes daquele encontrado na Bela Aliança, colonizada por alemães. A cachoeira da Valada São Paulo é considerada a mais limpa e com melhor infra-estrutura. No local existe um bar que funciona nos fins de semana, área para camping, churrasqueiras e cancha de bocha (SCHLEMPER, 2001, p.8-9).

O trecho que diz “Tudo é muito organizado. Na frente de cada casa, está especificado o que aquela família produz, que vai do queijo ao vinho” aponta uma organização em torno do turismo (rural) que não se encontra em outros pontos, nem em outras localidades do município. Há na Valada São Paulo uma clara rede de cooperação entre os moradores, os quais, ligados não só pela vizinhança, mas especialmente pela cultura italiana, atuam de forma conjunta para atrair os turistas.

Apesar de o texto falar de três cachoeiras naquela localidade, não há nenhum apontamento de práticas de aventura do tipo *rapel* ou *canyoning*, apenas passeios para contemplação e banhos.

Estes dados iniciais, obtidos de fontes secundárias, foram importantes para balizar o processo de coleta de dados. De alguma forma, transformaram-se em pontos de partida para as observações realizadas e para uma nova etapa de coleta de dados pelas visitas técnicas.

Ademais, tais dados confirmam a necessidade de estudos sobre a viabilidade de implementação de projetos endógenos de desenvolvimento, desde que haja a articulação entre as instituições e a indispensável participação comunitária. A análise dos dados coletados que segue no capítulo 3 aponta neste sentido.

3. O ECOTURISMO NO ALTO VALE DO ITAJAÍ: ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os principais resultados identificados mediante a análise dos dados coletados nas diversas fontes (documentos, entrevistas, observações, periódicos) na pesquisa de campo. Buscou-se apontar, nos dados coletados, elementos que se enquadram nas categorias que constituem o modelo de análise. Importa ressaltar que os dados encontrados indicam poucas ações concretas, já definidas e/ou em execução. Em sua maioria, as políticas públicas, as iniciativas particulares e os encaminhamentos das associações civis para desenvolver o turismo na região estão num estágio pouco mais que embrionário. Isto restringe, em certa medida, as análises prospectivas, situando-as num nível mais descritivo do que explicativo.

A análise a seguir sintetiza, de forma mais particular, os dados fornecidos pelos sujeitos entrevistados na coleta de campo. Isto porque já foram apresentados até aqui os dados documentais e de outras fontes, com considerações preliminares sobre os mesmos; contudo, estes dados reaparecerão aqui, para afirmar, refutar ou complementar alguma informação fornecida pelos entrevistados.

Como já se sabe, os eixos analíticos foram constituídos por uma síntese dos princípios do Ecodesenvolvimento, do Desenvolvimento Territorial Sustentado e do Ecoturismo. Estes eixos, originados com o uso da ferramenta ATLAS, estão apresentados a seguir com as devidas análises. Importa destacar que não reproduzem *ipsis literis* os princípios dos conceitos citados, numa tentativa de evitar uma possível normatividade nas análises⁷⁰. São eixos norteadores, os quais não nos deixam perder o foco da análise, especialmente, no que diz respeito às possibilidades de um processo de DTS na região.

Eixo analítico I: Satisfação das necessidades básicas; constituição de um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente degradadas; benefícios à comunidade local.

Este primeiro eixo analítico estipula a necessidade de se redirecionarem os processos de crescimento econômico visando ao alcance de metas sociais prioritárias, promovendo a redução máxima dos atuais índices de miséria, desigualdade de oportunidades e dependência

⁷⁰ Contudo, é mister esclarecer que os conceitos de ecodesenvolvimento e de DTS são normativos. Ainda que se busque realizar análises descritivas, explicativas e preditivas, estas terão uma matriz normativa a iluminar os caminhos do pesquisador que as realiza.

no âmbito de cada nação e entre as nações; conseqüentemente, entre estados, entre municípios e entre territórios.

Através deste eixo analítico, buscou-se identificar no estudo as ações e projetos que podem constituir um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente degradadas, os benefícios à comunidade local, a sustentabilidade destas ações e projetos, as conexões com outros setores e a geração de emprego e renda.

Este primeiro eixo analítico nos remete, inexoravelmente, à questão do êxodo rural e da agregação de renda para a agricultura familiar. Estes dois aspectos estão presentes em inúmeros dados obtidos, desde as entrevistas pessoais até os projetos institucionais como o Meu Lugar, nas SDRs. Em algumas situações, o êxodo rural é citado como um fenômeno social que deve e pode ser evitado pelo ecoturismo; em outros, os dados apontam casos concretos de reversão ou interdição deste quadro.

a partir do momento em que as famílias do entorno são beneficiadas com a coleta e a compra desse excesso de matéria-prima,⁷¹ eles conseguem a partir daí aumentar a renda da propriedade e conseqüentemente e diminuir o êxodo rural, porque o jovem só fica no campo se tiver oportunidade de gerar renda; se não, ele vai pra cidade e vai trabalhar aí por dois salários mínimos e se sujeitar a tudo que a cidade tem de ruim e de bom... (Antônio)

Na comunidade Bela Aliança, onde está situada a propriedade produtora de queijo artesanal, foi registrada a volta de dois jovens que trabalhavam na cidade, em função do aumento da demanda de leite.⁷²

Em Presidente Getúlio, esta tendência também é confirmada:

Sim, porque o turismo vai indo pro interior. Tem as festas e o pessoal se prepara para elas. Então o pessoal vai ficando. (Fritz)

Na visão institucional, seja do Estado ou dos municípios, o êxodo rural é um problema sério e ainda não resolvido, e o turismo surge como uma alternativa:

Sim, o êxodo rural é um problema sério em Santa Catarina e está sendo enfrentado pelo governo. Isso porque o jovem não vê perspectiva na continuidade da vida do pai. (...) Os projetos da SDR caminham nesta direção, de incutir esta visão que é característica dos roteiros. (SDR Rio do Sul)

⁷¹ Refere-se ao excesso de leite produzido e não comercializado com os laticínios. Este excesso é comprado por um produtor de queijo artesanal, cuja propriedade é atrativo turístico para caminhadas, cavalgadas, café colonial e comercialização do próprio queijo.

⁷² Demanda de leite para a produção de queijo numa das propriedades visitadas.

É um processo recente. Ainda se vê pessoas saindo daqui para buscar trabalho melhor qualificado em outro lugar. Sobre isto, o município vai participar da implantação do Acolhida na Colônia, como uma oportunidade de manter o trabalhador rural no campo. (Dep. Tur. PG)

Os representantes das instituições observadas admitem que os agricultores familiares passam por dificuldades, o que impulsiona o êxodo rural; mas, ao mesmo tempo, pode ser constatado um processo onde a oferta de um outro tipo de trabalho, que destoa das árduas jornadas no campo, acaba sendo o fator motivacional para o êxodo. No caso deste estudo, foram apontados o setor têxtil e o de reflorestamento⁷³ como predominantes nesta dinâmica, além de outras possibilidades, mas que exigem a busca de qualificação:

Sim, inclusive porque o agricultor e também seus filhos só sabem trabalhar com a terra e as coisas da sua propriedade. Para buscar outros empregos, outras formas de renda fora da propriedade, teriam que se qualificar, que sair do campo. Assim como estamos propondo, eles terão um reforço na renda, permitindo a eles se manter no campo, com seus conhecimentos, suas tradições, suas formas de fazer as coisas. (Div. Tur. Rio do Sul).

[Você acha que o setor têxtil contribuiu para o êxodo?] Sim, é uma outra oportunidade de renda e muitos mudaram de atividade em função deste setor (...) Penso que o turismo pode ser uma alternativa para atender as necessidades atuais desta(s) comunidade(s), sem que tenham que fazer parte da dinâmica do reflorestamento. (UNIDAVI)

A coordenadora do Curso de Turismo da UNIDAVI, ainda que destacando inúmeras possibilidades e oportunidades que o turismo pode gerar nas comunidades rurais, faz questão de lembrar que o turismo não é uma saída miraculosa para atender as necessidades mais prementes:

No caso de áreas de pobreza ou necessidades materiais mais concretas, não vejo alternativas pelo turismo, mas sim ações sociais mais prementes.(UNIDAVI)

A visão da sociedade civil organizada vai na mesma direção, mas com ressalvas:

Então hoje, aqui no município, a gente deve ser, aqui na comunidade de Alto Dona Luiza, umas três pousadas rurais que ficam na própria propriedade dos agricultores, e tem a questão dos pesque-pagues instalados em função desse projeto que prevê alavancar esta questão. Então é muito importante também porque vai colaborar para a agregação de renda e o para o pequeno agricultor familiar.(APREMAVI)

O ecoturismo, ele ainda está engatinhando, eu posso dizer. Porque para nós falarmos em ecoturismo em nível de região, em nível de um planejamento que possa gerar renda,

⁷³ Apesar de o reflorestamento ser uma atividade rural, neste estudo, se está considerando como êxodo a troca da atividade agrícola familiar pela prestação de serviço aos empresários do setor.

que possa dar empregos, ainda estão faltando algumas coisas por parte do governo, poderíamos estar falando da parte de infra-estrutura por exemplo; (...) Quer dizer, não falta muito, mas falta algo mais, está começando. (ACADEMA).

Levando em conta os programas e projetos institucionais que estão sendo desenvolvidos, ou em fase de planejamento, vemos que a geração de emprego e renda está presente em todos eles como um de seus objetivos principais.

Em Rio do Sul, a administração municipal espera alcançar isto com projetos de rotas turísticas rurais. Como já apontado na nota 53, foi inaugurado recentemente o Projeto 4 Cantos, de turismo étnico e rural. Já, na SDR da mesma região, há prudência sobre o tema, mas sem deixar de buscá-lo:

Os projetos não vão enriquecer ninguém, mas além de gerar um pouco mais de receita, estes projetos terão o papel de estimular, de reanimar o pequeno agricultor que está esquecido pelo governo, relegado a um segundo plano. Além disso, o próprio turista que é da cidade vai valorizar as coisas que são deles: o jeito que eles falam, o jeito que se vestem, o pão feito em casa. (SDR Rio do Sul)

Na SDR Ibirama, há vários projetos, em andamento ou em planejamento, como o Meu Lugar, O Acolhida na Colônia e outros. Quando questionado sobre a geração de emprego e renda através dos programas da SDR, seu representante respondeu:

Eu posso dizer que sim. Apesar do pouco tempo de atuação da SDR. Ainda não há programas em pleno desenvolvimento, mas estão surgindo agora a partir da formação do Comitê Temático. O Projeto Acolhida na Colônia está iniciando e deverá ser implementado (10 municípios). Este programa está baseado em diversos aspectos (receptivo, pousada. Alimentação, cordialidade, hospitalidade, agroecologia) e deve culminar com o profissionalismo voltado ao turismo das pessoas envolvidas (...) O pequeno agricultor está desmotivado, cansado. Uma boa parte diz que se tiver oportunidade vem embora pro centro urbano. Mas logicamente é preciso que este resgate seja acompanhado de geração de emprego e renda. Sem isso, o projeto se perde. (SDR Ibirama)

Também a prefeitura de Presidente Getúlio e a AMAVI acentuam a busca de renda e emprego em seus projetos, com uma saudável alusão sobre o meio ambiente:

Acreditamos que sim. Esse é o pensamento: gerar emprego (direto e indireto). Além disso, lembrar que deve ser sustentável. (Dep. Tur. PG)

Ainda falta muita coisa. Sobre a AMAVI, os projetos têm exatamente este objetivo. Aliado à preservação de recursos naturais. (AMAVI)

Inferimos que gerar emprego e renda por meio de projetos turísticos pode constituir um objetivo bastante significativo quando inserido no bojo de ações de desenvolvimento endógeno para o meio rural. As mazelas, as dificuldades de produção e competitividade, os danos ao

meio ambiente, as necessidades materiais e as intangíveis, o êxodo rural, entre outros, tudo isso entra no rol do que deve e pode ser combatido pelos projetos.

Porém tais ações, situadas estrategicamente no meio rural, necessitam se conectar com outros setores, sejam eles da própria atividade turística ou de outros ramos; isto contribui para a formação de uma base para um processo de DTS.⁷⁴

Neste sentido, há unanimidade entre as fontes consultadas ao apontar as conexões do turismo com outras atividades turísticas e com outros setores da economia: hotelaria (desde pousadas a hotéis mais equipados), gastronomia (restaurantes), artesanato, farmácias, postos de venda de produtos da região (desde produtos típicos até roupas, como no caso do pólo do *jeans*), postos de combustíveis. Também foi dito que, a partir do setor hoteleiro, onde se oferece café e outras refeições, os alimentos consumidos são comprados diretamente dos produtores, no caso de horti-fruti-granjeiros, e que isto é ampliado posto que os turistas também fazem suas próprias compras destes produtos:

Fora produtos industrializados a gente compra tudo aqui; verduras, legumes, carnes, até frutas... os nossos hóspedes também compram aqui, acho que é uma forma de relação com o município. (Belinha)

Mas pode haver outras relações mais insólitas, como o uso de academias de ginásticas, através de parcerias com os hotéis, conforme destacou a representante da Unidavi. Estas conexões não são poucas, como ressalta o representante da SDR Ibirama:

pesquisas da Embratur apontam que mais de 50 atividades são beneficiadas pelo turismo em si. p.ex. o café da manha numa pousada depende do pãozinho da padaria da esquina, e assim por diante.

Contudo, observamos que estas ligações, ou ainda, relações de complementaridade, se dão pela necessidade ou desejo do visitante; não há, ou ao menos não foi possível identificar, uma dinâmica planejada e/ou acordos entre os setores nesta direção, com uma exceção, baseada no trabalho turístico da ACADEMA:

Eu não trabalho só com o turismo de um dia. Eu tento sempre trabalhar com turismo de 2 ou 3 dias. Se uma pessoa vai fazer uma caminhada ecológica comigo e fica numa pousada daqui então, automaticamente, ela já tem um desconto. O desconto é tão bom que só paga a metade da caminhada; aí eu incentivo ela a ficar aqui na nossa região. A questão do transporte, eu só pego pessoas que fazem transporte, que são da região e que moram aqui, que gastam, que compram e que, preferencialmente, tenham registro,

⁷⁴ As conexões aí apontadas respondem ao terceiro princípio do DTS: “estimula relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades produtivas ou não implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada”.

porque o trabalho informal acaba dando retorno apenas para quem faz o serviço. Eu trabalho também com pessoas, estou treinando guias da região, para valorizar para eles, aquela área está sendo preservada onde fazemos as caminhadas. Enfim, eu envolvo todo pessoal da região, e tem dado certo, porque eu não visio somente o recurso financeiro imediato, é como regar uma árvore, você só vai colher mais tarde, você tem que regar ela, você tem que podar ela, tem que limpar, senão ela não vai te dar o que você quer. (ACADEMA)

Apesar desta disposição da ACADEMA de ligar sua atividade a outros setores do município, destoando de outros empreendimentos observados, novamente não se vê planejamento para isto. Para a ACADEMA, o que importa é que o turista que adquire seus serviços fique o maior tempo possível na cidade; não importando se numa pousada ou num hotel, se almoça num restaurante ou na lanchonete, se compra roupas ou artesanato. O pensamento desta ONG está baseado na idéia de que o simples fato de o turista estar ali já impulsiona uma série de conexões. Não é uma lógica inadequada, mas poderia ser melhorada se os diversos setores se envolvessem num processo de planejamento organizado e desenvolvido por atores locais, valorizando os recursos naturais, o patrimônio cultural e arquitetônico, e o conhecimento local. Desta forma, seria possível estimular relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades, implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada.

O sexto princípio do DTS destaca que as conexões entre as atividades não se reduzem a uma simples justaposição de iniciativas locais, exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão descentralizado. A ausência desta dinâmica limita a construção, ou constituição, de um território no qual se poderia desenrolar um processo de DTS.

Os programas institucionais encontrados, em sua maioria baseados na elaboração e implementação de roteiros ou rotas turísticas, não vão muito além da proposição de uma conexão física, através de estradas que percorrem os diversos atrativos.

A administração de Rio do Sul aposta nas rotas étnicas (alemã e italiana)⁷⁵. Em Ibirama a aposta é no turismo de aventura, mas alicerçado na iniciativa privada. Em Presidente Getúlio, o esforço concentra-se no turismo ecológico e cultural. Estas tendências encontram eco nas respectivas SDRs, as quais reforçam as diretrizes municipais.

Praticamente, em momento nenhum das observações de campo se viu alguma ação coletiva (do território) no sentido de reforçar o pólo de ecoturismo do Alto Vale do Itajaí;

⁷⁵ Recordamos (cf. nota de rodapé 53), que a Prefeitura de Rio do Sul lançou o Projeto 4 Cantos neste ano de 2007, sendo que o mesmo não passou pela análise presente neste estudo.

especialmente na modalidade do turismo de aventura, que é apontada pelo Ministério do Turismo como destaque da região.

A satisfação das necessidades básicas – um dos itens que compõem este primeiro eixo analítico - não diz respeito apenas e tão-somente ao que o ser humano precisa em termos de necessidades como alimentação e moradia. Diz respeito também à saúde, à educação, ao saneamento, entre outros aspectos. Neste trabalho, buscou-se investigar a existência de áreas socialmente degradadas nos municípios estudados; ou seja, áreas onde os indicadores de qualidade de vida apontam para níveis de pobreza ou miséria, caracterizando assim uma degradação social e, portanto, carentes de projetos de recuperação. Um dos objetivos era verificar se os diversos projetos turísticos em andamento ou em elaboração contemplam tais áreas, buscando uma revitalização destes espaços, em todos os sentidos.

É interessante, e por que não dizer intrigante, que as entrevistas apontaram de forma quase inequívoca para a não-existência de áreas socialmente degradadas. No entanto, foram comuns falas do tipo:

Bolsões de miséria não existem aqui em Presidente Getúlio. Mas existem pessoas que passam necessidades. (Bela)

Felizmente, não temos essa realidade. Há algumas pessoas pobres, classe C ou B, mas com certeza não temos uma classe miserável. Acredito que há áreas que necessitam de uma maior inclusão social, com destaque aqui na região para os índios. As tribos passam por algumas dificuldades, mas penso que estas necessidades serão sanadas futuramente. (SDR Ibirama)

Não, na nossa região não há pobreza, há necessidades. Aqui em Rio do Sul há uma comunidade bastante carente, mas não é de agricultores e sim de imigrantes. O nosso agricultor tem necessidades, mas não é pobre. (SDR Rio do Sul)

Eu não posso dizer que aqui não tem isso, mas a Academia é sócio ambiental, nossas atividades também estão voltadas para questão social, então há, em todo lugar tem, mas não é aquela coisa, não é uma coisa de miséria, mas existe a diferença social que o Brasil enfrenta. Mas temos muitas pessoas que vêm de fora, gerando questões ambientais, onde nós devemos estar preservando, elas vão entrando ali porque precisam morar, e fazem uma barraquinha, uma casa e... (ACADEMA)

Mesmo em pequenas propriedades não há pobreza. Há pessoas com renda baixa, com algumas necessidades, mas não há bolsões de pobreza. (Dep. Tur. PG)

Não há pobreza, mas, p.ex. em Serra Canoas, há muito reflorestamento (pinus), e a comunidade entende que isso não dá futuro. Mas, por causa de suas necessidades, já que a agricultura familiar não é suficiente, acabam vendendo suas terras (ou parte delas) para o reflorestamento. (UNIDAVI)

O pequeno agricultor passa por dificuldades pela concorrência com os grandes produtores, mas possuem um diferencial que é a produção tradicional, não só do plantio, mas de outros produtos (geléias, pães, embutidos, queijos, etc.). Inclusive

porque o agricultor e também seus filhos só sabem trabalhar com a terra e as coisas da sua propriedade. (Div. Tur. Rio do Sul)

Um entrevistado apresentou certa surpresa quando falamos em pobreza:

Se existe, é por outros motivos, não por falta de emprego. (Fritz)

Foi bastante significativa a entrevista com esta pessoa, neste aspecto, pois a mesma afirmou categoricamente, várias vezes, que há uma demanda reprimida de empregos na cidade, em vários setores, desde o cerâmico, do qual faz parte, até o madeireiro e o têxtil. No entanto, não é isso que apontam os dados oficiais. Na tabela 10, já vista, observamos que, em 2000, havia um percentual de população pobre em torno dos 23%. Este número, inclusive, representa um aumento significativo da pobreza na cidade, posto que em 1991 era de 7% aproximadamente. Terá havido uma transformação tão significativa destes índices de 2000 a 2005, ano em que foi realizada a pesquisa de campo?

Por outro lado, a questão das áreas socialmente degradadas recebeu ainda interpretações diferenciadas dos entrevistados, como se pode observar com o representante da SDR Ibirama, o qual já havia afirmado que não havia “classe miserável” na região:

Há uma frase que diz que “a cidade só é boa para o turismo se for boa para o cidadão que nela vive”. Baseado nisso, temos trabalhado em varias regiões da SDR para a melhoria das cidades. Ex: plantio de 4 mil mudas de hortência em Presidente Getúlio. Mas isto não significa recuperação de áreas degradadas. Há todo uma dimensão ambiental, eu ouço falar há anos em recuperação de mata ciliar, mas projetos sérios nesta direção ainda não aconteceram. Estas ações devem ir ao encontro de projetos de outros órgãos (Epagri, Cidasc, etc.). (SDR Ibirama)

Mas uma das respostas que mais chamou a atenção foi a do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Rio do Sul.

Nas rotas, com certeza não. Há alguns lugares com famílias necessitadas, mas não há pobres (...) Não há riscos de o turismo passar por áreas degradadas. (Sec. Desenv. Econ. Rio do Sul)

Ao dizer que “não há riscos de o turismo passar por áreas degradadas”, o então secretário explicita a intenção de implementar projetos turísticos onde haja, de antemão, algumas condições, como equipamentos já instalados, pequenas pousadas em funcionamento, pequenos empreendimentos agrícolas com potencial turístico (como as destilarias de vinho), desconsiderando as possibilidades de recuperação de áreas socialmente degradadas por meio da atividade turística.

Por outra via, esta afirmação reforça a idéia apresentada por Cazella (2006, p.227) ao afirmar que ações voltadas ao agroturismo⁷⁶ “não contemplam os estratos mais empobrecidos do meio rural”. Ainda segundo este autor, tais ações, apesar de apresentarem em suas formulações o tema da pobreza rural, acabam se caracterizando por altos graus de elitismo.

Em relação à preexistência de equipamentos, esta condição foi citada na fala da representante da AMAVI ao responder sobre os critérios de escolha das comunidades para os projetos a serem desenvolvidos em parceria AMAVI/Prefeitura de Rio do Sul.

Ao mesmo tempo em que este secretário e mais a unanimidade dos entrevistados, bem como a propaganda oficial do Estado e do Ministério do Turismo, apontam para uma recuperação socioambiental através da atividade turística, observa-se que os projetos institucionais não caminham exatamente nesta direção.

Evidentemente que há um mérito nas proposições de alternativas de renda para a agricultura familiar, mas o afunilamento das ações para este setor demonstra a falta de um projeto mais amplo e abrangente de DTS. Ademais, a fala do secretário transparece um descaso com populações mais pobres, justamente as mais necessitadas, compostas de imigrantes de outras partes do Estado e de outras regiões, indo de encontro à sua função, naquele momento, de secretário de desenvolvimento econômico.

Outra questão importante aqui é a sustentabilidade – neste caso específico, a sustentabilidade proposta e possível nos projetos e ações relacionados ao turismo, mas que pode ser ampliada e ter maior alcance se disseminada a outros setores; ou seja, se esta sustentabilidade for uma meta geral, conectando, como já se disse, vários setores, constituindo assim um processo de DTS.

Sustentabilidade é entendida aqui como expressão de uma dinâmica socioambiental de longo prazo, cujos princípios balizadores não são estritamente econômicos, mas possuem uma percepção mais lúcida dos custos socioambientais envolvidos e do fato de que a economia constitui apenas um meio ou instrumento. Assim, esta expressão ressoa como a possibilidade de um processo de desenvolvimento voltado às necessidades não apenas dos seres humanos, mas de toda a forma de vida aí inserida – além disso, que seja um processo flexível, em mutação, mas perene, significativo.

Os dados obtidos indicam a sustentabilidade como um objetivo a ser buscado nos projetos e ações em andamento, mas não com as características apontadas no parágrafo anterior, que reduzem a sustentabilidade ora ao caráter temporal ora ao contexto ambiental. A

⁷⁶ Cazella chama as novas ações alternativas para o desenvolvimento rural de “três agros” – agroecologia, agroturismo e agroindústria de pequeno porte (2006, op. cit., p.227).

indicação da sustentabilidade para o turismo naquela região passa por outro aspecto destacado pelos entrevistados e pelos documentos: a necessidade de se evitar o turismo de massa. No entanto, é importante que se diga, pelas condições concretas hoje presentes naquele território, que é bastante improvável a instauração de uma dinâmica de massa deste tipo. A estrutura viária, os equipamentos de hotelaria e alimentação, a baixa oferta de serviços e opções, somados a uma cultura bastante forte de turismo de sol e praia, limitam esta possibilidade de turismo de massa.

Finalmente, o eixo analítico 1 remete a uma reflexão sobre os benefícios à comunidade local advindos, neste caso, da dinâmica turística. Vários olhares sobre este tema são possíveis, como, por exemplo, a conquista de autonomia decisória, que é um aspecto importante na construção de um território. Contudo, busca-se neste momento uma atenção aos aspectos mais materiais (socioeconômicos), deixando para adiante a análise dos benefícios dos aspectos políticos, associativos, culturais e ecológicos.

Os diversos encaminhamentos e projetos em planejamento para o território têm como meta primordial incrementar a renda dos agricultores familiares. Em sua ampla maioria, são projetos voltados ao turismo rural, baseados na oferta de pequenos serviços, diferenciados por propriedade, ao longo de um trajeto ou rota.

Infelizmente, o estágio atual – quase germinal – destas ações não permite realizar uma avaliação sobre os benefícios socioeconômicos destas atividades. Mas algumas observações de campo propiciam reflexões preliminares.

Na rota da Bela Aliança, em Rio do Sul, por exemplo, um dos empreendimentos que faziam parte do projeto inicial fechou. A Pousada Beija-flor, que compunha a rota com outros pequenos empreendimentos, teve que encerrar suas atividades por falta de clientes. Neste caso específico, é preciso levar em conta dois fatores: a) a implantação desta rota foi realizada a partir de alguns interesses individuais, com o auxílio de um vereador do município; b) a rota foi implementada isoladamente de qualquer outro planejamento mais amplo para a cidade, portanto, à margem de outras ações e políticas públicas e/ou privadas.

Atualmente, após a criação de uma associação (Associação de Turismo Rural na Agricultura Familiar - ATRAF), os membros da rota estão buscando refletir sobre os caminhos que a mesma deve seguir para “dar certo”.⁷⁷

⁷⁷ Sobre a implantação inicial desta rota, a fala do presidente da ATRAF, nos dá indícios de como aconteceu: “É o Edson Fronza [o vereador] que deu a iniciação pra gente, ele é do local, ele é daqui, então ele fez um esforço muito grande pra que essas placas fossem colocadas, essa identificação fosse feita. [O coletivo ainda não estava dado] Mesmo porque os alemães, eles são muito introvertidos; pra você fazer um coletivo... se fosse italiano aqui,

É sabido que existem iniciativas particulares que atingem bons resultados, especialmente em termos de rentabilidade. Mas, no caso do turismo rural, a dependência de fatores externos é muito grande, e, se estes não forem levados em conta, os empreendimentos podem sucumbir. Ainda no caso da Bela Aliança, os outros atrativos da rota têm como característica comum o período de um dia como suficiente para serem visitados, inclusive no seu conjunto: o turista pode chegar pela manhã, fazer uma caminhada ou cavalgada na propriedade de Antônio (queijos Bela Aliança); depois almoçar no restaurante típico da Dona Elvira; à tarde pescar trutas e carpas em outra propriedade e relaxar com um café colonial novamente na casa de Antônio, aproveitando para comprar os queijos ali produzidos. Finalmente, pouco antes de sair da estrada geral da Bela Aliança, passar por um alambique de cachaça artesanal e adquirir aí uma ou mais garrafas do produto. Assim, a pousada fica para trás, sem receber hóspedes em quantidade suficiente para justificar sua manutenção. A rota ainda possui mais um atrativo que é a Cachoeira da Magia, onde acontecem práticas de aventura (*rapel* e pêndulo humano). Antônio diz que a maior parte do público desta atividade é composta por jovens, e que os mesmos não se interessam pelos outros atrativos da rota.

Estas observações reafirmam a necessidade de um planejamento de longo fôlego na implementação de um projeto turístico que tenha como objetivo ampliar a renda dos agricultores familiares.

Outro aspecto importante sobre os benefícios socioeconômicos para a comunidade local é a geração de empregos, que geralmente se refere à renda e emprego juntos; mas esta relação não é tão direta, especialmente em se tratando do meio rural e do turismo.

É certo que ao incrementar a renda de uma propriedade agrícola familiar, ampliam-se as possibilidades de manutenção dos agricultores e seus filhos no campo. Mas não por gerar empregos e sim por dar condições de continuidade das atividades tradicionais. “Indiretamente”, agora sim, pode-se dizer que uma vaga de emprego em outras atividades, não ocupada por um ex-agricultor (porque não precisa deixar o campo), é uma vaga disponível para outros trabalhadores. Mas, ainda assim, não está claro que foi gerado emprego em função da atividade turística no meio rural.

Outro aspecto é a geração “direta” de emprego. De forma geral, não se vê este fato nas pequenas propriedades que se adaptam para o turismo; quando muito, são geradas necessidades temporárias. Foi observado que garçons e cozinheiras são os mais requisitados para “bicos”,

isso aqui tava diferente, né? Porque ele fala, ele quer brigar.. uma grande briga mas ta todo mundo junto o tempo todo; o alemão não, o alemão ele é mais pra ele, mais retraído, também tem suas qualidades, lógico”

especialmente quando uma propriedade rural que presta serviços turísticos relacionados à alimentação recebe grupos grandes.

Finalmente, os benefícios socioeconômicos, sob a perspectiva do lucro, só ocorrerão após a amortização dos gastos com a implantação da atividade. Neste sentido, o que se tem verificado é que os pequenos proprietários rurais podem ser agrupados de duas maneiras distintas: aqueles que possuem algum capital para aplicar, e aqueles que não o possuem, necessitando realizar empréstimos ou financiamentos. Entre este segundo grupo, ainda podem ser observadas diferenças entre aqueles que possuem, por motivos diversos, mais condições de buscar os recursos, e aqueles que sequer tentam.

Nas coletas de dados, verificamos que alguns organismos ou instituições são mais conhecidos e procurados – como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Meio Ambiente. Também o Projeto Microbacias, nas suas fases I e II foi usado por alguns agricultores visando a mudanças, adequações e adaptações de suas propriedades para o turismo.

Quanto às administrações municipais e estadual, praticamente não há elementos que facilitem o acesso a recursos financeiros. Os projetos em elaboração prevêm, por exemplo, a construção de pórticos turísticos nas cidades ou no início de cada rota, mas não abrangem as propriedades.

Em Rio do Sul, há lei municipal que dá incentivos fiscais para a manutenção do patrimônio arquitetônico, mas a maior parte dos beneficiados são proprietários de edificações urbanas. Neste caso, o desconhecimento da lei ou mesmo de sua amplitude de aplicação são citados como os motivos para sua baixa ou nenhuma execução no meio rural. Em entrevista com o chefe da divisão de turismo da cidade, este declarou que a lei está sob avaliação do Poder Executivo, posto que os recursos poupados com impostos, pelo proprietário, devem ser aplicados na recuperação/manutenção do patrimônio; mas, segundo o entrevistado, isto não acontece. Assim, perde o patrimônio que não recebe a manutenção e perde o erário público que não arrecada o imposto devido.

Estas são as observações mais significativas referentes ao primeiro eixo de análise.

Eixo analítico 2: Prudência ecológica ou harmonia nas relações sociedade-ambiente; Solidariedade com as gerações futuras, sustentabilidade.

Este eixo está baseado em duas proposições que se complementam: a) uma agenda que pressupõe a superação de uma percepção dicotômica presente na relação ser humano/natureza,

através do aprendizado de um padrão pautado na relação de simbiose co-evolutiva entre as partes; b) e aquela que indica, ao mesmo tempo, a necessidade de levar em conta a reversibilidade das opções de dinamização socioeconômica.

A primeira proposição, entende-se, constitui tarefa hercúlea já que se contrapõe à própria história ocidental da humanidade nos últimos séculos. A relação pautada numa visão fragmentada que aleija o ser humano da natureza vem sendo denunciada desde várias áreas do conhecimento formal, bem como por doutrinas e saberes tradicionais, especialmente aqueles advindos das sociedades não-modernas e orientais. O rompimento desta dicotomia tem sido colocado como condição para alcançarmos novos níveis de conduta ética e para um relacionamento justo entre as partes.

Neste texto não serão repetidas tais críticas. O que importa destacar é que também o ecodesenvolvimento aponta para a superação desta dicotomia como condição indispensável a processos de desenvolvimento endógenos pautados pelo princípio da prudência ecológica. Tal superação passa – como vimos – pela internalização de uma visão sistêmica de mundo.

De qualquer maneira, aponta-se para esta dinâmica como um processo de aprendizagem, de longo prazo, e que não pode estar situado em um ou outro setor da sociedade. Deve se tornar fundamento do capital social, forjado numa relação equilibrada e justa entre estes dois pólos. Projetos acadêmicos e outros, mais propositivos, como as Agendas 21, caminham nesta direção, mas seus resultados demonstram quão árdua e extensa é esta tarefa.

Esta dicotomia está presente de forma destacada nos dados coletados. Ainda que haja unanimidade em defender a conservação, a preservação e a manutenção do “meio ambiente”, e chavões como “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” sejam repetidos a miúdo, o ser humano é sempre alçado à condição de centro do processo, caracterizando a visão antropocêntrica típica da dicotomia.

Por outro lado, a segunda proposição, complementar à primeira, de reversibilidade das opções elegidas nos projetos e ações de desenvolvimento, não parece ser um objetivo posto. Tal proposição poderia estar baseada num processo de previsão dos possíveis resultados e reflexos dos projetos de desenvolvimento, a partir da formulação de modelos, mas isto é uma ação distante da realidade.

Ademais, há um entusiasmo que impele determinados projetos e empreendimentos, sem o devido planejamento, o que pode levar a transformações no meio que não sejam reversíveis; esta impossibilidade de retorno a estágios anteriores origina novas degradações ambientais, com prováveis dinâmicas de deterioração social. Isto pode se dar com a “abertura” de uma

picada na mata para chegar a uma cachoeira e que depois é abandonada por pouco uso (o que pode causar degradação em vários níveis), até o caso já citado de adaptação de uma propriedade rural para pousada, abandonado por falta de previsão e planejamento, ou ainda:

Outro lugar, o Salto Grahl, era um pequeno restaurante e foi descaracterizado pelos proprietários: mesa de sinuca; estragaram o lugar em favor do estabelecimento. Tentaram se adaptar ao público (jovem), ao invés de apresentar um projeto ambiental correto para o lugar. Era a marca de Presidente Getúlio; hoje está abandonado. Talvez este seja um espaço ótimo para o Acolhida na Colônia (Dep. Tur. PG).

Os dados apontam ainda grande preocupação com a manutenção dos atrativos turísticos naturais, posto que o meio da região do Alto Vale é sempre destacado como “lindo”, “maravilhoso”, “fantástico”, “diverso”, e por isso mesmo constitui no seu todo um forte atrativo.

É uma preocupação muito grande de você ter o ribeirão limpo, você ter as estradas bem conservadas; (...) o meio rural, ele tem que ser caracterizado como meio rural, ter as encostas bem protegidas, eu tenho que ter os ribeirões limpos, os dejetos humanos com o tratamento devido, pra que o turista venha e encha os olhos de beleza e de qualidade. Se ele chegar aqui e ver um ribeirão sujo, se ver a mata toda descaracterizada, cortada, enfim, ele vai achar ruim, para os olhos do turista, ele quer ver bonito, quer ver coisa bem conservada; quer ir numa cachoeira, ele quer que ela esteja limpa, que não tenha copo plástico (Antônio).

A presidenta do Conselho Municipal de Turismo de Presidente Getúlio demonstra a mesma preocupação, mas acrescenta a necessidade de planejamentos em parcerias:

Tem que ver o que pode e o que não pode. Não vai fazer uma coisa que depois estraga o que era pra ver.. Foi o que eu falei antes: tem que ter uma orientação técnica de que sabe o que fazer, de quem entende. Este deveria ser o papel do poder público, dar este tipo de orientação e a iniciativa privada então faz a parte dela - um trabalho conjugado. (Bela)

Outro entrevistado, prefere pensar que algumas atividades com perfil predatório (reflorestamento e beneficiamento de madeira, por exemplo) trazem vantagens diferenciadas, incrementando o leque de opções turísticas para além do turismo rural e/ou de aventura:

Inclusive nós vamos fazer o turismo de visitação das fábricas. O europeu gosta muito desse tipo de turismo. (Fritz)

Outros entrevistados seguem a mesma tendência, sempre ressaltando a necessidade de manutenção e preservação para não “estragar” o atrativo. Esta visão é compartilhada também pela maioria dos representantes institucionais, responsáveis pela elaboração, execução e

acompanhamento dos projetos turísticos para os municípios e para a região. No entanto, fazem ressalvas, têm dúvidas se o que é melhor para o turismo é também bom para o morador local.

Sobre infra-estrutura, alguns empreendedores querem asfaltar, por exemplo, o acesso a uma cachoeira. Mas será que o turista quer isso? Estamos recebendo cicloturistas de Curitiba que não querem esta estrada asfaltada... querem o contrário: uma estradinha bem do interior, de preferência, cruzando com uma carroça, ou com alguém a cavalo... Eles querem as características bem peculiares da colônia... Se preservarmos e atuar de forma profissional, teremos um grande futuro (SDR Ibirama).

Continuando sua fala sobre este tema, o representante da SDR Ibirama refere-se agora aos programas da Secretaria e aos objetivos de que estejam em harmonia com o meio ambiente:

[Os projetos prevêem a recuperação e/ou manutenção dos ambientes naturais dos destinos turísticos?] Sim, isto está nos projetos. Principalmente no meio rural, onde há consciência, mas não há ações. O projeto micro-bacias também está atuando nesta direção. São vários projetos que atuam juntos, especialmente na recuperação ambiental. Aqui se derrubava árvores para combater a malária, p.ex. é uma questão cultural que tem que mudar aos poucos... já está mudando (SDR Ibirama).

Outro representante institucional, da Divisão de Turismo de Rio do Sul, amplia um pouco a visão de manutenção dos atrativos em função apenas do turismo, para destacar que, além disso, há outros aspectos da cidade que devem ser pensados, pois revertem em melhorias para a população, a um mesmo tempo que beneficiam o turismo:

(...) a questão da venda da imagem do município, que é um aspecto difícil. Esta administração de Rio do Sul está preocupada de fato com a implantação de um turismo que venha a ser perene, não apenas planos breves e imediatistas que dão votos na próxima eleição. Já há uma consciência, mas ainda faltam incentivos, propostas de políticas públicas exequíveis etc. Muitas coisas como a desativação do lixão e outras mudanças, a coleta seletiva de lixo... tudo isso melhorou muito. E todas estas questões afetam o turismo e o ecoturismo especialmente.(Div. Tur. Rio do Sul).

Na SDR Rio do Sul, observou-se que não há consensos, mesmo dentro de uma mesma instituição – no caso, o governo estadual –, quando se trata de projetos sustentáveis e sobre o pode ou não ser realizado:

Esta é uma grande preocupação dos projetos, especialmente porque as coisas tem que ser o mais verdadeiras possíveis. Há agricultores que desejam implantar uma trilha e as vezes o projeto se coloca contrário, dependendo de aspectos ligados ao meio ambiente. Por outra via, algumas coisas que entendemos que podem ser feitas, a FATMA não permite, ou seja, órgãos do governo acabam por se colocar contrários a alguns projetos de outros órgãos. Temos buscado pessoal técnico especializado nas mais diversas questões para que os projetos turísticos sejam o melhor possível, mas que também estejam dentro das leis (SDR Rio do Sul).

Chamou bastante a atenção, na SDR Rio do Sul, o destaque dado pela entrevistada à necessidade de mudança comportamental dos atores envolvidos. Tal mudança tem que estar presente já nos projetos para então se estender a seus participantes e, depois, se disseminar para outras esferas.

(...) eu acho que alguns agricultores já mudaram seu comportamento em função do turismo. As questões mais significativas estão ligadas a água: desvio de curso de rio, poluição, construção de lagoas, mas, de uma forma geral, os proprietários tem consultado a SDR antes de qualquer atividade dessa. Sim, o turismo rural abrange não só estruturação para o turismo, mas uma mudança de comportamento. Inclusive, como já foi dito, as próximas oficinas terão o meio ambiente como tema, onde aspectos ligados a própria mudança da agricultura tradicional serão abordados, até porque, não se pode fazer propaganda de uma coisa e oferecer outra (...) O agricultor sempre viveu ao ar livre, a céu aberto, sem se preocupar com essas coisas e agora, temos que fazer ele pensar (SDR Rio do Sul).

Ao mesmo tempo, ainda na SDR Rio do Sul se encontraram, entre todos os entrevistados, as mais fortes afirmações sobre a continuidade de degradação ambiental na região. É importante destacar isto porque, de maneira geral, os outros dados obtidos, especialmente nas entrevistas de instituições públicas e também nos projetos e nos documentos oficiais de turismo, apresentam uma visão mais romântica da realidade, ou talvez, propositadamente, prefiram não citar os problemas que enfrentam:

Existe uma preocupação forte no programa. O turismo pode ser bom ou ruim, a questão do meio ambiente nos preocupa muito, a sustentabilidade. Nos nossos municípios temos consciência que boa parte da água ainda não é tratada, os esgotos acabam no rio; em alguns lugares, o lixo é enterrado porque não há coleta (de reciclagem). Ao mesmo tempo, é muito difícil modificar os hábitos e comportamentos dos agricultores. A cultura de economizar água, de dar o destino correto do lixo, de manter as florestas, é muito difícil mudar nesta direção. E é preciso pensar nestas coisas porque não se pode parar o desenvolvimento, mas tem que ser sustentável (SDR Rio do Sul).

Nas administrações dos municípios que formam o pólo este pensamento se reproduz, bem como na instituição que os congrega, a AMAVI. A dicotomia está presente e, de forma geral, as falas vão na direção de que o meio ambiente deve ser conservado e preservado para a manutenção do atrativo turístico. Ressalta-se aqui que um tom de crítica nas referências ao posicionamento destas instituições precisa ser contextualizado, pois as informações são coletadas durante uma conversa (entrevista) sobre o turismo; assim, a ênfase dada pelos entrevistados à necessidade de manutenção do meio em função de sua atratividade pode ser considerada “normal” e proposital em função da relação entrevistador-entrevistado.

Também importa ressaltar que há momentos em que as falas apontam para a sustentabilidade como componente da qualidade de vida futura, independentemente dos

projetos turísticos. Outro aspecto significativo é que sempre aparecem falas sobre a necessidade de desenvolvimento conjugado com a preservação; às vezes, para justificar projetos predatórios – mas “necessários” (como o caso da usina de Salto Pilão) –, outras vezes, para destacar a dificuldade de planejar projetos que conciliem bem estes dois aspectos, como se pode observar a seguir:

Bom, deve se desenvolver um turismo até um nível importante para nós aqui, não pode ser um turismo de massa (...) Tem dois lados: aqui está forte o reflorestamento. Aí poderia não haver nada, mas tb poderia haver mata nativa. Ao mesmo tempo, reflorestamento significa emprego e renda. Ao mesmo tempo não se pode mais desmatar, pois estas áreas já estão desmatadas ali. É uma situação sempre delicada (Dep. Tur. PG).

Ibirama é uma cidade pequena, que pode ter um grande futuro com o turismo de aventura e o turismo rural; mas para isso, precisamos preservar. Este desejo está presente na própria configuração administrativa, onde o departamento turístico está situado dentro da Secretaria de Desenvolvimento econômico e Meio Ambiente (Div. Tur. Ibirama).

Muita gente tem a consciência de que não há necessidade de, por exemplo, asfaltar os acessos. Estas pessoas sabem que isso implicaria mais em problemas do que melhorias para a comunidade. Vai à direção também de manutenção de recursos naturais (...) A mudança para agricultura orgânica, o Tremtur, são projetos que vão recuperar diversas áreas degradadas. Também há a possibilidade de criação de um centro de tratamento de animais silvestres (AMAVI).

Por outra via, a sociedade civil organizada caminha na mesma direção, ressaltando a manutenção do meio para o turismo. Contudo, e mesmo por suas características de associações de proteção do meio ambiente, pode-se observar uma visão um pouco mais ampliada, a qual aponta para uma relação mais simbiótica entre seres humanos e natureza:

A questão do ecoturismo, não se pode falar em ecoturismo se não se tem um ambiente equilibrado com boa qualidade de vida e onde realmente o local pode trazer o interesse das pessoas em visitar determinados locais. Eu penso que ecoturismo seria aquele turismo onde as pessoas vão em busca de algo assim, o atrativo com relação à natureza. Então, na verdade, é aquele turismo onde as pessoas vão de encontro a conhecer a natureza, conhecer belas paisagens; é o turismo que está ligado à natureza (Apremavi).

Eu acredito que o maior resultado das trilhas é a preservação. Então não pode fugir muito disso, porque sabendo onde nós fizemos então podemos cuidar e preservar. Lá tem cinco pontes que precisam ser preservadas, hoje você vai lá encontram um ambiente totalmente diferente. Eu conversei com o pessoal que morava lá, que eu precisava de parceiros, por que amanhã ou depois, aquilo lá poderia ser o ganha-pão deles. Uma dessas trilhas ajudou a preservar o último reduto onde se encontra o gato do mato. As lontras, que a até deu o nome para uma cidade, que hoje está em extinção, mas a gente tem lontra lá dentro, no lago se encontra por que está preservado; a capivara voltou (Academa).

O meio acadêmico (curso de Turismo da UNIDAVI) também aponta uma preocupação com o meio, espelhada em uma das ênfases que o curso oferece. A coordenadora do curso indica a questão do conflito entre os interesses do turismo e dos moradores locais:

Foi elaborado então um curso baseado em três ênfases: Eventos, Hotelaria e Meio Ambiente. Aqui para a região, a ênfase em MA se mostrou como mais forte (...) Sou contra, por exemplo, o asfaltamento de vias rurais. Mas é uma contradição: o morador quer asfalto pela comodidade de seu transporte, mas o turista quer o meio rural característico; é uma encruzilhada (UNIDAVI).

Este tema específico, o asfaltamento das vias rurais, é um dos mais controversos no debate sobre o turismo no meio rural: por um lado, a necessidade e comodidade do morador; por outro, o desejo de turistas que buscam paisagens bucólicas e originais. O poder público argumenta que, se de um lado o asfalto é bom para o morador local, por outro é ruim para o turista; Porém argumenta que o turismo é bom para o pequeno agricultor e que a ampliação ou melhoria de sua renda familiar passa por aí, devendo, então, aceitar o desejo do turista (de não ter estrada asfaltada) em troca de uma melhor qualidade de vida. Mas, qualidade de vida também significa poder efetuar o transporte de suas mercadorias por boas estradas, o que reduz os custos do produto. Como diz acima a representante da UNIDAVI: “é uma encruzilhada”.

Na Espanha, pode-se observar que a pavimentação asfáltica foi uma condição indispensável para o desenvolvimento do turismo rural e ecológico; ao menos nos sítios visitados. Na região da Comarca de Pallars Sobirà, nos Pirineus catalães (Espanha), em conversa com a secretária de turismo do município de Sort (capital da comarca), ela ressaltou que um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do turismo na região foi e continua sendo o acesso. O detalhe é que a estrada que liga o município ao restante da comarca é todo asfaltado, em condições que, no Brasil, seriam consideradas boas.⁷⁸ Além disso, o que se viu no município foi uma grande quantidade de moto-homes⁷⁹ e de carros com reboques transportando caiaques e barcos infláveis, posto que o turismo da região está baseado nas atividades náuticas no rio Noguera Polarossa. Estes veículos, é significativo registrar, procedem de muito longe dali: França, Alemanha, Inglaterra. Isto contrasta com a informação de um acesso ruim à região.

⁷⁸ Esta é uma consideração absolutamente pessoal: a estrada não possui buracos, está bem sinalizada, apresenta áreas de escape em locais perigosos e áreas para lanches (piqueniques) e mirantes de paisagem. No entanto, no dizer da secretária do município, é uma estrada lenta, por suas curvas, sem serviços ao longo da mesma e com vários trechos que poderiam encurtar a viagem se fossem construídos túneis.

⁷⁹ Veículo motorizado com estrutura interna de uma pequena casa: dormitório, banheiro, cozinha. Seu tamanho, em geral, é de um pequeno caminhão de dois eixos. Se estes veículos estão ali, significa que o acesso não é tão ruim quanto o diz a secretária de turismo.

Por outro lado, a região, que era predominantemente agrícola até finais dos anos 1980, sofreu um declínio vertiginoso com a implantação da Comunidade Europeia. Foi justamente o câmbio da atividade agrícola para a turística que revitalizou e possibilitou a permanência das pessoas locais. Segundo relatos de pessoas ligadas ao turismo naquela Comarca, se não fosse por esta atividade, provavelmente a região teria sido abandonada durante a década de 1990.

Outro aspecto, que de certa forma se contrapõe ao pensamento de não asfaltar, é que o turismo de bicicleta, ou cicloturismo, tem no transporte automotivo um ponto de apoio muito forte. Boa parcela dos cicloturistas se desloca de automóvel até lugares mais afastados para então realizar os passeios. Foi possível observar isto com mais detalhes na França, nas regiões turísticas do Vale do Loire e na Rota de Vinho de Rhonen.⁸⁰

Na região do Alto Vale do Itajaí, o acesso ruim às cidades foi sempre citado, especialmente a BR-470, quando perguntados sobre as dificuldades para o desenvolvimento do turismo na região. Já, dentro dos municípios, no deslocamento para as localidades rurais onde estão sendo desenvolvidos ou planejados projetos de turismo rural, pode-se observar a dificuldade de locomoção, principalmente após períodos chuvosos.

Finalmente, resta dizer que nos documentos oficiais, seja dos municípios ou do Estado, não foram encontrados planos de ações concretos para viabilizar uma outra relação entre seres humanos e natureza. As ações projetadas que mais se aproximam de uma “prudência ecológica” estão associadas à relação de poder antrópico que permite decidir sobre a manutenção, recuperação e/ou preservação de determinadas zonas. E, basicamente, em função da manutenção ou criação de um atrativo turístico.

Não foram observadas ações ou projetos que contemplem, de maneira mais explícita, uma relação simbiótica entre seres humanos, e muito menos, algum episódio de previsão que permita a reversibilidade dos processos caso estes não sejam adequados a uma dinâmica que se quer de DTS.

Contudo, vale a pena registrar que a participação em eventos turísticos junto à natureza, sejam eles de natureza rural, ecológica ou de aventura, possibilita um relacionamento que não está presente no cotidiano da maioria das pessoas, inclusive daquelas que retiram deste meio sua subsistência.

Estudos que vêm sendo realizados, particularmente pela área da Educação Física (BRHUNS 1997, 1999; MARINHO 1999; INACIO 2005), demonstram que há possibilidades

⁸⁰ Citamos o turismo de bicicleta, em especial, por ter sido referido pelo representante da SDR Ibirama.

de transformação no ser que pratica estas atividades: a sensibilidade requerida, o uso dos sentidos de forma mais aguçada, o respeito, as relações sociais entre os grupos praticantes, tudo isso aponta para uma possível construção de outra relação, pautada por princípios éticos e estéticos, o que, em última análise, concorre para uma relação mais simbiótica entre a humanidade e o meio que a cerca.

Eixo analítico III - Self-reliance ou AUTONOMIA; participação da população envolvida, iniciativas dos atores locais, valorização dos recursos naturais, arquitetônicos e culturais, valorização do conhecimento local e autonomia da população local em relação às oscilações externas.

O conceito de autonomia designa a capacidade que um indivíduo ou instituição tem de se autogovernar, sem que sinta imposições restritivas de ordem estranha; além disso, é um direito destes indivíduos ou instituições de se administrar livremente, dentro de uma organização mais vasta, regida por um poder central (DICIONÁRIO HOUAISS, 2006).

Este conceito geral de autonomia não dá conta das especificidades que desejamos ver contempladas num processo de DTS.

Segundo Goldim (2004), o conceito de autonomia adquire especificidade no contexto de cada teoria. Para este autor, todas as teorias concordam que duas condições são essenciais à autonomia: a) liberdade (independência do controle de influências) e, b) ação ou capacidade de ação intencional.

Por sua vez, Charlesworth introduz uma perspectiva social para a autonomia do indivíduo, podendo conduzir à própria noção de cidadania. Este autor afirma que

Ninguém está capacitado para desenvolver a liberdade pessoal e sentir-se autônomo se está angustiado pela pobreza, privado da educação básica ou se vive desprovido da ordem pública (CHARLESWORTH citado por GOLDIM, 2004, s/r).

Assim, vislumbramos que a autonomia possui uma perspectiva de vida em grupo. Significa levar em consideração fatores relevantes para agir da melhor forma para todos. Não pode haver moralidade – nem autonomia - quando se considera apenas o próprio ponto de vista.

Pensando estas definições a partir de um processo de desenvolvimento endógeno, aponta-se que a autonomia pode ser a busca de um maior grau de interferência nos processos

de dinamização socioeconômica, mediante a ação da sociedade civil organizada.

Isto remete à necessidade de uma participação cada vez mais ativa das comunidades, visando maximizar a utilização ecologicamente prudente e socialmente equitativa do potencial das pessoas envolvidas e dos recursos naturais disponíveis.

Este estudo buscou identificar as iniciativas presentes no território nesta direção, ao mesmo tempo em que observou os planos e projetos que firmam ações propositivas de associação.

Mas falar em autonomia não quer dizer que há uma negação da importância de um intercâmbio com o exterior; o objetivo é estimular a busca de alternativas aos chamados modelos tradicionais e/ou universais. Este processo passa por uma valorização dos conteúdos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais do processo de desenvolvimento. Passa também pela capacidade de identificar seus próprios problemas e de propor soluções adequadas.

O conceito de *self-reliance* está atrelado ao de capital social. O estabelecimento de redes cooperativas, baseadas em relações de confiança, passa também pela possibilidade de uma construção original, específica, de um arcabouço de necessidades e ações, pelas comunidades locais, sem a determinação de padrões externos.

O território em questão possui uma série de especificidades e particularidades que lhe conferem uma identidade bastante utilizada como *marketing*: as colonizações alemã e italiana, com suas características culturais de trabalho, religião, atividades desporto-culturais, arquitetura, aliadas a um alto grau de empreendedorismo. É possível afirmar com certo grau de tranqüilidade que há, neste território, um forte capital social, estabelecido não só pela história dos colonizadores desde que chegaram às terras brasileiras, mas também pela herança que trouxeram consigo de seus países de origem. E capital social é indispensável para a constituição de um processo positivo de associação que desemboca, finalmente, em autonomia ou *self-reliance*.

Neste sentido, cabe lembrar as formas de associação civil já listadas ao longo deste texto: ACADEMA, APREMAVI, CEMEAR, ATRAF; também as institucionais AMAVI, SDRs (através de seus conselhos), Conselhos Municipais de Turismo; e mais os sindicatos de trabalhadores rurais e a CRESOL. Ao longo da coleta de dados, buscou-se observar o significado que estas associações representam para os atores do território, além de identificar outras associações (ou formas de) que, por ventura, não tenham sido encontradas nas visitas exploratórias realizadas ainda em 2004.

A APREMAVI foi fundada em 1987 com a missão de “defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, dos bens e valores culturais, em busca da melhoria da qualidade de vida humana no âmbito do bioma Mata Atlântica”.⁸¹

Esta associação se revestiu de visibilidade nacional nos últimos anos, com projetos e ações merecedores de prêmios. Também vem assumindo assento em diversos espaços de negociação interescares nas esferas estadual e federal.

No que diz respeito ao tema específico desta tese, a associação vem implementando um programa de turismo rural no município de Atalanta. Nos dizeres de seu representante:

A APREMAVI, desde sua fundação que foi em 1987, teve uma preocupação bastante grande, principalmente com relação à questão ambiental. Então a gente vê, pegando a questão do ecoturismo, não se pode falar em ecoturismo se não se tem um ambiente equilibrado com boa qualidade de vida e onde realmente o local pode trazer o interesse das pessoas em visitar determinados locais. Então a APREMAVI, ela tem um trabalho fortemente até voltado para essa questão do ecoturismo principalmente nas questões de você conseguir que o lugar tenha uma bela paisagem, boa qualidade de vida, então ela tem impulsionado bastante o incentivo no turismo com relação a essa questão da melhoria do meio ambiente e, da paisagem local, da região (APREMAVI).

Com estes princípios, foi planejada e implementada uma pequena rota envolvendo algumas propriedades rurais, as quais se alternam em serviços de pousada, cafés coloniais e pesque-pagues. Importa destacar que a rota está situada em uma estrada rural que leva, também, ao Viveiro de Mudanças Nativas de Plantas da Mata Atlântica, lugar onde acontecem experimentos de reflorestamento com espécies nativas da Mata Atlântica, recuperação de mata ciliar e outras ações. Assim, numa via de mão dupla, o visitante do Viveiro pode utilizar os equipamentos turísticos da rota e vice-versa.

Ao mesmo tempo, em outra ação integrada com este projeto de turismo rural, a associação criou, em parceria com a prefeitura de Atalanta, um Parque Municipal, com 54 hectares, “onde guarda uma cachoeira muito bonita, que é um atrativo para os turistas. Esse parque foi criado em 2000, é bem recente, uma iniciativa entre a Apremavi e a prefeitura” (APREMAVI).

Então, também os visitantes do parque, ou do viveiro, ou os turistas rurais, acabam por circular em todos estes espaços, integrando-os e ampliando o alcance socioambiental de suas visitas. Significativa ainda é a proposta de ampliar esta integração para outros municípios:

⁸¹ Extraído de <http://www.apremavi.com.br/>, em 15/10/2006.

Então, outra questão dentro do ecoturismo que a gente está achando muito importante aqui dentro da APREMAVI, é a gente fazer uma interligação entre os vários municípios aqui do Alto Vale que tem um potencial ecoturístico; porque na verdade, quando se fala em ecoturismo já está se falando de trazer turistas de fora aqui da região. Então se nós concentrarmos o turista em um dia aqui em Atalanta, ele vai ter poucas coisas para ver; então o interessante, em termos de ecoturismo, na região do Alto Vale, é a gente tentar integrar os vários municípios que têm as suas potencialidades, para que quando virem os turistas de fora da região eles possam ficar em vários locais (APREMAVI).

Desta forma, pode-se observar que esta ONG, para além de uma série de ações e projetos em defesa do meio ambiente no Alto Vale do Itajaí, atua também no sentido de buscar uma melhoria na condição de vida do agricultor familiar pela via do turismo. Esta organização possui grande visibilidade, e suas ações já encontram forte eco nas instituições governamentais e em outros espaços nos quais participa, sendo, dessa forma, a entidade civil de defesa do meio ambiente mais reconhecida e, por isso mesmo, mais ouvida no Alto Vale do Itajaí.⁸²

Por sua vez, a ACADEMA é uma organização não-governamental que atua na mesma linha da APREMAVI mas com algumas especificidades que a diferem da primeira.

Em primeiro lugar, a ACADEMA não possui visibilidade nacional e sua representação nos espaços estaduais está um pouco mais limitada; ainda assim, faz-se presente em diversos espaços com destaque para os fóruns regionais e conselhos de turismo de algumas cidades. Apesar de desenvolver diversas ações (inclusive de educação ambiental nas escolas municipais de Ibirama), seu carro-chefe são as caminhadas ecológicas, intituladas dessa forma por seu presidente. Tal atividade se reveste fortemente de caráter turístico, pois atrai pessoas de outras regiões que se deslocam até o Alto Vale. Contudo, destaca-se que o objetivo primeiro destas caminhadas não foi o turismo:

As caminhadas ecológicas, o circuito das caminhadas ecológicas, faz parte do meu trabalho dentro da Academa, pela necessidade de preservação de alguns pontos do município e da região, que são identificados como problemáticos, que necessitam de um controle maior, montamos quatro trilhas, que se transformaram no circuito das caminhadas ecológicas da Academa, onde a gente faz todo um trabalho ambiental envolvendo o pessoal da região (ACADEMA).

Seu representante aponta modificações feitas em função do turismo nas caminhadas:

Eu acredito que o maior resultado das trilhas é a preservação. Nós mapeamos quatro lugares que estavam com problemas de ocupação, de desmatamento. Foram dois anos de planejamento de como utilizar aquelas áreas para quem não viesse também estragar

⁸² Não foi objetivo deste estudo analisar mais detidamente as ações desta e de outras organizações, mas buscar suas principais contribuições para o desenvolvimento de um modelo de turismo que contribua para um projeto de desenvolvimento endógeno da região. Fica a sugestão para futuras investigações.

aqueles lugares. Nós planejamos quantas pessoas poderíamos estar levando para as trilhas. Há trilhas, como a ferrovia das bromélias, na época em que eu comecei a fazer, lá entravam jipeiros, motoqueiros, caçadores; simplesmente aquilo era só uma trilha de lama, de barro; não tinha nem como entrar lá para dentro. O pessoal às vezes não levava comida e acabava tirando do próprio lugar para comer estragando as árvores, quebrando tudo. Uma dessas trilhas ajudou a preservar o último reduto onde se encontra o gato do mato; as lontras, que até deu nome para uma cidade, que hoje estão em extinção, mas a gente encontra lontra lá dentro, no lago se encontra por que está preservado; a capivara voltou... (Academa).

Em segundo lugar, esta organização não criou ou planejou ações integradas, a exemplo da rota rural criada pela APREMAVI, mas aponta formas de conexão com outros setores econômicos, como dar um desconto na taxa das caminhadas aos turistas que se hospedam em pousadas da região. Seu representante ressalta ainda que quando necessita de serviços de terceiros, como transporte ou alimentação, contrata sempre pessoal local e com situação legal de funcionamento. Segundo Murilo, isto ajuda a diminuir o trabalho informal, ampliando os benefícios econômicos gerados pelo turismo.

A AMAVI, cuja história de criação foi apresentada anteriormente, é um espaço institucional no qual se pode potencializar a autonomia dos atores envolvidos. É uma entidade jurídica sem fins lucrativos mantida pela contribuição mensal de 1,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), regida por seu estatuto e dirigida por uma Assembléia Geral, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal. Seu quadro profissional técnico de caráter multidisciplinar possibilita maior suporte nas ações executadas, as quais têm o objetivo de planejar e propor projetos de desenvolvimento para os municípios-membros, abrangendo diversos setores, entre eles, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Educação, Comunicação, Contabilidade, Judiciário, Informática e Social.

Através destas áreas, são vários os projetos e ações implementados pela AMAVI, concorrendo assim para formar um espírito de associação e coletividade nos cidadãos dos municípios-membros.

Em relação a representar os municípios-membros, a AMAVI tem assento no Conselho Municipal de Turismo de Rio do Sul, no Conselho Regional de Turismo, do Núcleo Alto Vale da Organização Regional do Turismo, e também está nos conselhos temáticos das três SDRs do Alto Vale.

Apesar disto, no dia-a-dia, a capacidade associativa da AMAVI encontra inúmeras barreiras, conforme explicita a assessora de turismo da associação:

Há uma dificuldade muito grande de trabalhar de forma integrada. Falar em integração e associação é fácil, mas na hora de trabalhar assim. Ainda não há uma cultura de

integração, de associação; as cidades até trabalham juntas na direção de buscar recursos, mas os projetos acontecem separadamente (AMAVI).

Na mesma direção, reforça que os maiores obstáculos para o desenvolvimento turístico da região são a “cultura política e a falta de associativismo”. Para enfrentar esta questão específica, propõe a criação de um conselho regional de turismo dentro da AMAVI. Argumentando em favor desta idéia, Joanna cita que no Vale Norte (região que engloba Ibirama, Presidente Getúlio e outras cidades adjacentes) há um forte compromisso com a cultura, com o patrimônio arquitetônico, com a culinária, entre outros; e isto porque estão unidos em torno de um projeto turístico mais duradouro (como a marca Vale das Cachoeiras). Poderia ser um exemplo para o restante dos municípios-membros, na elaboração e implementação de um projeto de “turismo sustentável, a médio e longo prazos. Um processo que deve estar funcionando daqui 30 anos ou mais” (AMAVI).

Assim, a AMAVI possui papel privilegiado na constituição/construção/conquista da autonomia de seus membros; mas há a consciência de que esta conquista é um processo, o qual encontra barreiras, especialmente na tradição política.

Outra instituição que pode facilitar a constituição de dinâmicas de construção/conquista de autonomia é a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado. Criadas pelo atual governo do Estado, as SDRs têm o objetivo de descentralização do Poder Executivo. De maneira geral, repetem a mesma estrutura administrativa do governo estadual, com pequenas alterações de acordo com as especificidades de cada região. Porém, um processo mais aberto de formação de conselhos ou comitês temáticos (de turismo, educação e desenvolvimento econômico, por exemplo) acaba por aproximar atores diversos que podem então refletir juntos sobre propostas de ações para sua região e municípios.

No caso da região em estudo, são duas as Secretarias envolvidas: SDR Rio do Sul (com o município de Rio do Sul) e SDR Ibirama (municípios de Ibirama e Presidente Getúlio). Ambas têm em seu quadro funcional pessoas ligadas ao turismo, com amplo conhecimento da região e formação profissional específica; da mesma forma, ambas abrigam um comitê temático sobre turismo com representantes das cidades abrangidas, de entidades e de ONGs.

A SDR Rio do Sul conta com projetos próprios, em parceria com municípios, a UNIDAVI e o SENAR; por sua vez, a SDR Ibirama está focando projetos que foram encaminhados pela administração estadual:

1º) Turismo no Espaço Rural - Projeto que se diferencia do turismo rural de Lages (baseado em hotéis fazenda), mas situado nas pequenas propriedades. A idéia é agregar valor a algo que já existe ou que seja produzido na propriedade. Em especial os

fumicultores têm buscado alternativas, inclusive para mudar de especialidade.

2º) Apoio ao Projeto de Agroturismo apresentado pelo Governo do Estado - Caracterizado pela visita aos sistemas produtivos das propriedades. Este projeto esta inserido no Projeto Meu Lugar da UNESCO (SDR Rio do Sul).

Apesar do tempo de atuação da SDR, ainda não há programas em pleno desenvolvimento, mas estão surgindo agora a partir da formação do Comitê Temático. O Projeto Acolhida na Colônia está iniciando e deverá ser implementado em 10 municípios. Este programa esta baseado em diversos aspectos (receptivo, pousada, alimentação, cordialidade, hospitalidade, agroecologia) e deve culminar com o profissionalismo voltado ao turismo das pessoas envolvidas. A SDR atua muito na divulgação da região como destino turístico, mas de forma muito significativa em estrutura para viabilizar que os projetos aconteçam. Sempre falamos em turismo integrado e estamos trabalhando nesta direção. Fazer com que os municípios atuem em parcerias (SDR Ibirama).

As observações feitas em campo apontaram, contudo, aspectos contraditórios no que se refere ao associativismo ou, ao menos, à formação de um senso de coletividade. Se antes da criação das SDRs os municípios dependiam de seus representantes eleitos para a execução de seus projetos, agora utilizam as SDRs como uma ferramenta de disputas de recursos e de reconhecimento. Os municípios, antes agrupados em torno da AMAVI, agora se sentem mais fortes por sua representatividade local. Este é apenas um dos muitos aspectos gerados pela implantação destas secretarias. Assim, ao mesmo tempo em que os municípios são reforçados politicamente por uma associação mais próxima, surge novo espaço de disputas, o que pode também acirrar rivalidades e confrontos.

Seria exagero apontar, neste momento, que as SDRs promovem, de fato, um espírito coletivo, cujo afunilamento poderia ser a conquista da autonomia. Contudo, é certo que vem promovendo uma participação mais intensa e esperançosa dos municípios-membros em projetos de desenvolvimento voltados aos territórios por eles compostos, bem como de seu quadro funcional:

Eu entendo que descentralizar é dividir, partilhar, por isso é uma proposta boa. Com isso, podemos desenvolver projetos próprios, independente de Florianópolis. A mudança da cultura fica mais fácil. Sim, porque é possível ter autonomia em muitos aspectos, não dependendo de outras regiões ou dos grandes pólos produtores (SDR Rio do Sul).

Em relação a projetos turísticos, as duas SDRs voltam seu olhar à pequena propriedade rural, buscando alternativas de renda para o agricultor familiar. O turismo de aventura, dado como carro-chefe para a região, segundo o projeto Pólos de Ecoturismo do governo federal, fica à margem das ações das secretarias, as quais consideram este setor mais propício à iniciativa privada. De qualquer maneira, em seus comitês temáticos de turismo, há

representantes deste setor, o que deve contribuir, de alguma forma, para sua ampliação.

Apesar disso, justamente os agricultores familiares, foco dos projetos, estão fora dos comitês, sem representação. Geralmente encontram-se apenas nas reuniões que as SDRs promovem para apresentar os encaminhamentos dos projetos turísticos ou já nas oficinas de capacitação dos mesmos:

Não, atualmente não há este espaço. Há o Conselho dos Prefeitos e o Comitê do Turismo, mas este não é aberto. Eu acho muito legal que a comunidade participe, mas esta é uma cultura que não existe aqui. E quando eu falo comunidade, é comunidade mesmo: aquele que mora lá no fundo, o que mora na cidade, o agricultor, não o representante da Associação Comercial (SDR Rio do Sul).

Neste sentido, é justamente a falta de uma associação entre os pequenos proprietários que leva à sua própria exclusão, pois os comitês não permitem assentos que não sejam representativos de algum coletivo. Este é um processo pernicioso pois impede a participação e não impulsiona um empreendimento associativo. Ainda que algumas oficinas do processo de capacitação para os projetos turísticos prevejam o associativismo, sua real implementação depende quase sempre de pessoas não familiarizadas com este tipo de encaminhamento, numa dinâmica típica de "dar o queijo mas não a faca".⁸³

Ainda que tenhamos observado que as ações e projetos das SDRs podem ser pouco abrangentes na promoção do associativismo para uma dinâmica de construção da autonomia, não se pode negar que é importante espaço. Os resultados destas ações eram ainda uma incógnita durante o período de redação desta tese. Além disso, é um espaço interescalar, articulador do diálogo entre municípios e Estado, minimizando as diferenças entre os níveis decisórios, o que pode, também, contribuir para a conquista da autonomia.

Outra instituição de promoção do associativismo é a Cooperativa Regional Agrícola do Alto Vale do Itajaí (CRAVIL). Esta cooperativa foi fundada em 1971, inicialmente com 2.059 associados, após a fusão de cinco outras pequenas cooperativas que já existiam no Alto Vale. Atualmente, a CRAVIL conta com cerca de

4.000 Associados, com ação em 39 municípios, é responsável por mais de 400 empregos diretos, tendo aproximadamente 30.000 pessoas que dela dependem direta ou

⁸³ Sobre a associação dos agricultores, a Divisão de Turismo de Rio do Sul, que vem desenvolvendo cursos de capacitação em parceria com o SENAR, propõe uma ação que caminha nesta direção: "Nos módulos de capacitação que vem acontecendo já estão sendo ministrados conteúdos de associativismo rural e outros encaminhamentos nesta direção, especialmente na direção da autonomia das associações" (Div. Tur. Rio do Sul). Além disso, segundo o representante deste setor da administração municipal, a associação dos agricultores é uma forma de garantir a continuidade dos projetos independentemente das administrações que se sucedam.

indiretamente, movimentando nesta última safra 1,6 milhões de sacas de grãos. Possui ainda um 'Quadro de Lideranças' chamados Comitês Educativos Locais e Conselhos de Produção, eleitos em Assembléia, com mandato de 2 (dois) anos. Somam-se neste trabalho, aproximadamente 300 líderes. Ao Quadro Social são direcionadas um grande número de ações que permitem qualificar e profissionalizar a atividade agrícola, com o objetivo de preparar as Famílias para o bom desempenho na condução de suas propriedades. São desenvolvidos projetos específicos nas áreas: bovinocultura de leite, milho, feijão e arroz. Ainda buscando a participação e a formação da Família de Associados com o apoio do SESCOOP, é executado um intenso trabalho com as Esposas dos Associados, Jovens e Crianças, filhos de Associados, através dos Clubes da Bezerra. No ano de 2002 implementou, em parceria com o SESCOOP e CRE, o programa COOPERJOVEM em 4 escolas estaduais da região, com o objetivo de introduzir a vivência da cooperação e da cidadania junto ao Ensino Fundamental, projeto que deverá ser ampliado já a partir do atual período. (CRAVIL, extraído de <http://www.cravil.com.br/empresa.html> em 17/06/2006).

Estes dados mostram forte inserção da CRAVIL na região do Alto Vale, o que lhe caracteriza ainda mais como instituição que pode vir a promover a autonomia da população local. Sob vários aspectos – coesão social, afinidades culturais e esportivas, projetos educativos, entre outros –, vai-se “costurando” uma teia de relações significativa para constituir capital social.

Apesar disto, é importante destacar que ações relacionadas mais diretamente ao meio ambiente não são o forte da cooperativa, especialmente se o assunto é produtividade. Uso de insumos químicos e pesticidas, práticas agrícolas baseadas no modelo da revolução verde, com alto uso de maquinaria e monoculturas, entre outras ações, dão o tom quando o objetivo é produtividade. Uma mirada sobre a página virtual da empresa explicita isto, uma vez que não há uma linha sequer sobre empreendimentos voltados à recuperação/conservação ambiental.

Outra organização que vem assumindo importância nos últimos anos, mas com abrangência restrita, é o CEMEAR, sediado em Presidente Getúlio.

Atualmente, o CEMEAR conta com 7 grupos de agricultores familiares, num total de 60 famílias, distribuídos em 7 municípios do Alto Vale do Itajaí.

A principal característica desta entidade é o fato de ela ter a participação dos agricultores familiares ecológicos dentro da sua estrutura, fazendo com que haja participação efetiva em todas as atividades do CEMEAR (planejamentos, eventos, projetos, decisões...), sendo atualmente coordenada por um agricultor. (...) Um aspecto positivo é o fato do CEMEAR estar envolvido nas redes CEPAGRO e ECOVIDA que propicia trocas de experiências com outras regiões e Estados contribuindo para o crescimento político, social, econômico e cultural das associações dos agricultores e agricultoras que compõem a entidade. (...) O CEMEAR encara como desafio à melhoria da qualidade de vida através da cooperação, da agroecologia e da agricultura familiar, buscando uma maior participação dentro deste processo (CEMEAR, extraído de http://www.encontroagroecologia.org.br/files/SC_306.rtf em 09/08/2006)

Entre as principais experiências realizadas por esta associação estão a organização e motivação dos grupos existentes com relação às questões de produção, comercialização, processamento, capacitação e formação, para o que, inclusive, foi contratado um profissional para atuar exclusivamente na entidade, o que, na visão dos dirigentes do CEMEAR, pode garantir uma aproximação entre os grupos.

Voltando à questão da abrangência restrita, destaca-se que isto é compensado por um forte trabalho de empreender parcerias, ampliando seu espectro de ações. Assim, o CEMEAR tem parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Presidente Getúlio (SC) e Região – SINTRAF; com a Cooperativa de Crédito Rural de Dona Emma (CRESOL DONA EMMA); com a Comissão Pastoral da Terra (CPT); com a Rede Cepagro; com a Rede Ecovida (o CEMEAR é o articulador da Rede Ecovida na região do Vale do Itajaí); com a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul; e com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, como parceira na difusão da filosofia do CEMEAR junto aos agricultores familiares, e na elaboração e execução de projetos e eventos.

Desta forma, o CEMEAR também vem assumindo significativo papel para o estabelecimento de relações e ligações, as quais possuem potencial de estabelecer uma dinâmica de capital social e autonomia.

À parte das instituições governamentais (municipais e estaduais) e das entidades civis com vínculo mais direto com o desenvolvimento da região (seja de uma forma geral seja em ações de defesa e recuperação do meio ambiente), existem no Alto Vale, com expressivo caráter tradicional e associativo, as organizações esportivas e culturais. Em sua maioria, baseadas na identidade cultural dos colonizadores, estas entidades promovem um senso de comunidade à população em geral, especialmente por meio de atividades como: apresentações e encontros de grupos de danças folclóricas; formação de equipes de Bocha, Tiro ao Alvo e Bolão, com encontros e competições regionais de forte caráter lúdico; resgate e manutenção da gastronomia; resgate e manutenção da língua mãe dos colonizadores; além de bailes, clubes de senhoras, confraternizações em datas festivas, entre outras.⁸⁴

Também possuem como característica, em sua grande maioria, o fato de terem sido fundadas há muito tempo (algumas com mais de cem anos), sendo importantes ao assumirem papel associativo e agregador. Se não há, especificamente, da parte destas entidades, ações

⁸⁴ A pesar de não conhecermos particularmente nenhum estudo sobre o tema, algumas das pessoas entrevistadas apontaram que a instituição dos Jogos Abertos de Santa Catarina com a inclusão destas manifestações esportivas tradicionais, acabou por efetivar um processo de rivalidade negativa entre as cidades e os clubes que não existia antes, inclusive sendo ampliada para outras dimensões da vida cotidiana: “*O esporte profissional trouxe uma rivalidade diferente da que existia antes.. a solidariedade entre as cidades pode ter sido transformada em competitividade mesmo. Acho que é uma tese que pode ter fundamento*” (SDR Ibirama).

vinculadas ao desenvolvimento do território, é possível dizer que o capital social nelas gerado/constituído ao longo de dezenas de anos, este sim, possibilita empreendimentos em outros setores que potencializam a construção da autonomia dos atores e do próprio território.

Entretanto, é preciso atenção porque os dados obtidos por um pesquisador, e sua respectiva análise, além de estarem viciados por seu próprio olhar, nem sempre refletem a história do lugar ou, ao menos, são contraditórios entre os atores entrevistados, como se pode observar abaixo:

Quando falamos em cooperativismo há certo preconceito com este termo, mas associativismo é mais aceito. Contudo, há uma cultura ainda muito forte do individual, temos que quebrar essa mentalidade. As pessoas são participativas na igreja, na escola, nos clubes, mas quando chega às questões de produção, venda, armazenamento, no econômico, aí o individualismo prevalece. Uma das ações previstas no “Meu Lugar” é a mudança deste comportamento. É interessante que em países mais desenvolvidos a cultura da organização coletiva é mais forte e aqui, mesmo sendo descendentes destes países esta cultura não pegou. Está começando a surgir (SDR Ibirama).

No que diz respeito ao turismo, cumprem também importante papel, posto que as festas típicas têm-se configurado como eventos de grande atratividade turística, e nestas, tais associações se fazem sempre presentes, planejando, organizando, apresentando, agregando.

Falar em autonomia do território requer ainda pensar sobre os aspectos e temas externos a ele, os quais podem afetar os processos de desenvolvimento. Assim, nas observações de campo buscou-se identificar as principais interferências externas que agem ou podem agir sobre o território, limitando a consecução dos projetos turísticos das administrações municipais, estadual, das entidades civis e de particulares.

Neste sentido, o fato que mais chamou a atenção é que não há estudos ou pesquisas sobre a viabilidade econômica dos diversos projetos de turismo rural e da instituição de rotas (fluxo de turistas, gastos *per capita*, tempo de permanência, influência de fatores/agentes externos). Estas “ausências” levam a uma reflexão sobre o futuro de tais projetos e os efeitos que podem produzir nas pequenas propriedades caso não sejam bem-sucedidos.

De qualquer maneira, ao questionar os atores do território sobre esta questão, encontrou-se ao menos uma resposta comum: a sazonalidade. Segundo eles, o inverno, com clima frio e úmido, é um dos grandes desafios a ser enfrentado para o estabelecimento de projetos endógenos de desenvolvimento, no que diz respeito ao setor turístico:

Eu acho que o que mais afeta a população aqui do entorno é a questão climática (Antônio).

Sim. O clima (...) É evidente que a sazonalidade interfere bastante. No lugar onde o

turismo não está bem estruturado, o frio afasta muita gente (Div. Tur. Rio do Sul).

O clima, o frio, porque nosso atrativo maior é a natureza e o frio atrapalha. Basicamente não há turistas de natureza no inverno (Dep. Tur. PG).

Mas há também os que, mesmo concordando com a limitação gerada pelo clima, apontam que a própria mudança de estação pode gerar atração; como, por outra via, destaca-se que falar em sazonalidade como variável para o fluxo turístico significa basear-se no senso comum, sem base empírica:

Eu acho que o tipo de turismo é que modifica de acordo com as oscilações. Por exemplo em Canela, Gramado, dependem muito do frio. Nos últimos invernos, para o turista que quer ver o frio, quer ver a neve, está muito complicado (Apremavi).

Sobre a sazonalidade, não se pode falar sobre isso, porque não existem dados. Meu projeto de mestrado no ano passado tinha este objetivo: efetuar um inventário amplo sobre o fluxo turístico na região, pois assim poderíamos estar planejando ações mais eficazes, mas no momento não há estes dados (Unidavi).

Sobre este tema, destaca-se outra vez que não há nos planos de ação das prefeituras, das SDRs, tampouco em outros documentos investigados, qualquer referência a encaminhamentos para superar esta suposta restrição da autonomia do território.

Por fim, sobre autonomia, ou *self-reliance*, é preciso insistir que esta é produto de um conjunto de ações e dinâmicas históricas de vários setores e atores situados no território. Por isso, refletir sobre a autonomia deste território vai além de uma mirada sobre seu capital social, e vai mais além ainda de um olhar sobre uma única atividade econômica, no caso, o turismo. Assim, as conexões com outros setores podem concorrer para isto.

Aliadas a esta constituição interna de um território, estão as ações conectadas com outros territórios; a partir destas, inclusive, pode-se vislumbrar a constituição de novos territórios, que abrangem os primeiros sem descaracterizá-los, sem lhes 'roubar' sua identidade, sua autonomia.

Uma forma apontada de conectar os municípios e microrregiões dentro da região do Alto Vale é a constituição de rotas (gastronômicas, culturais, étnicas); este é um encaminhamento citado por vários dos atores locais:

Sim, há alguns roteiros que são intermunicipais e os secretários conversam e agem sobre estas rotas. Também há os projetos advindos da Acolhida na Colônia, através das SDRs, o que leva a reunião das administrações [SDRs] (Div. Tur. Rio do Sul)

Sobre a regionalização dos projetos turísticos, para nós está claro que tem que haver ações integradas, pois o turista tem que ficar mais tempo na região (Dep. Tur. PG).

Queremos realizar o Desafio Verde Vale Colonial (Plano de Metas Div. Tur. Rio do Sul).⁸⁵

Por outro lado, conquanto se fale em regionalização do turismo no Alto Vale do Itajaí, de fato, são poucas as ações neste sentido; ou, pelo menos, há uma grande dificuldade de se refletir sobre esta regionalização, e algumas ações apontadas como ferramentas para isto (por exemplo, a elaboração de rotas intermunicipais) se situam muito mais num plano espacial do que numa dimensão de construção coletiva. Mas há uma proposta em construção que parece ser de perspectiva significativa: “Também há outra idéia, a de se criar uma matriz, pelo fato de nosso cenário ser diferente, para a região e formar uma identidade, a do Verde Vale Colonial” (Div. Tur. Rio do Sul).

Esta proposta merece ser destacada. A marca Verde Vale Colonial foi criada há mais de 15 anos para o município de Rio do Sul, “mas identificou-se que é necessário ampliar seu uso; inclusive é uma marca que foi criada pensando em reflorestamento, não em turismo; mas agora se pensa nesta alteração, pelo significado que a dimensão turística está assumindo” (AMAVI).

Assim, com a parceria da AMAVI, a cidade de Rio do Sul, detentora da marca, está disponibilizando-a para criar um cenário turístico na região, o que concorre para conexões mais concretas, duradouras e sustentáveis entre os municípios, dinamizando assim um processo de autonomia.

A par dos aspectos mencionados, todos eles podendo ser potencializadores de conquista/construção de autonomia, estudos diversos sobre a atividade turística apontam que a mesma se conecta a um grande número de outras atividades, bem como gera novas ações e empreendimentos de relação indireta, numa via de mão dupla, onde tais atividades se complementam. Os dados a seguir mostram que isto é de conhecimento dos atores envolvidos com a temática, mas praticamente não há ações mais direcionadas a planejar e/ou ampliar tais conexões, o que seria desejável num processo de desenvolvimento endógeno:

Pesquisas da Embratur apontam que mais de 50 atividades são beneficiadas pelo turismo em si. Por exemplo, o café da manhã numa pousada depende do pãozinho da padaria da esquina, e assim por diante (SDR Ibirama).

Neste aspecto [as conexões com outros setores], é preciso olhar de forma diferenciada para os municípios. Em Rio do Sul há um forte setor hoteleiro, o que é

⁸⁵ O “Desafio Verde Vale Colonial” é uma proposta de competição de esportes de aventura que deve envolver, ao menos geograficamente, vários municípios da região; mas o plano da Div. Tur. de Rio do Sul é que este evento seja promovido em conjunto por vários municípios, num processo de regionalização do turismo. Apesar de constar do plano de metas para o ano 2006, o evento não foi realizado.

carente no resto da região. Então Rio do Sul seria um pólo de hospedagem da região. Outro setor seria o de compras, especialmente, de têxteis. Mesmo turistas hospedados em outras cidades vêm a Rio do Sul para estas compras. No geral, vários outros setores, como postos de gasolinas, restaurantes, farmácias, mas em especial, os dois citados (Sec. Desenv. Econ. Rio do Sul).

Fora produtos industrializados a gente compra tudo aqui; verduras, legumes, carnes, até frutas.. Os nossos hóspedes também compram aqui, acho que é uma forma de relação com o município (D. Belinha).

Com todos.. Até mesmo uma academia, por exemplo; se um turista fica aqui por dois, três dias, o hotel pode ter uma parceria com a academia. As possibilidades de conexão do turismo são muito amplas. Toda a comunidade ganha com isso (UNIDAVI).

Como já se disse, estas conexões se dão sem planejamento, a partir de demandas espontâneas, de acordo com necessidades momentâneas de um ou outro turista. A representante da AMAVI explicita bem esta situação:

[Nestes projetos já há previsão de conexão com outros setores da economia? Por exemplo, a agricultura orgânica de um sítio que vai abastecer o restaurante ou a pousada em outro e assim por diante?] Ainda não, o processo está em fase de implantação, então ainda não há estas conexões (AMAVI).

De qualquer maneira, a constituição de um capital social ao longo da trajetória de um território, que pode confluir numa dinâmica de autonomia territorial, não passa “apenas” pelas ações dos atores locais organizados em associações diversas, tampouco somente por planos estatais de desenvolvimento regional: a cultura política de clientelismo, tão arraigada em nossa sociedade, a corrupção, o autoritarismo (muitas vezes dissimulado), impedem o avanço do associativismo social e a construção de processos autonômicos. Cazella (2005, s/p) ressalta que “parte significativa das iniciativas associativistas autônomas de caráter horizontal são reprimidas pelas elites corruptas”, e este autor cita Fox para concluir que “sociedades dominadas por poderes públicos clientelistas, autoritários e coercitivos não somente impedem a mobilização coletiva local, mas também bloqueiam a generalização de experiências bem-sucedidas”.

Assim, neste processo, o capital social (se existente) se esvai. O enfrentamento desta situação pode se dar através da inserção do Estado no cotidiano da vida social, posto que é parte deste cotidiano. Observa-se novamente que as SDRs podem se tornar efetivamente uma entrada estatal no cotidiano social, pela descentralização e horizontalização dos processos de planejamento e implementação de ações públicas e privadas, por um maior alcance do diálogo interescolar e pela partilha do poder decisório.

Na mesma direção caminham os conselhos municipais, os comitês temáticos, as consultas públicas, enfim, toda e qualquer ação estatal que partilhe com a sociedade a responsabilidade e o mérito de planejar sua própria história.

Parte-se agora ao penúltimo eixo de análise dos dados que é a Viabilidade Econômica.

Eixo analítico IV - Viabilidade econômica: consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão descentralizado; concepção de um novo sistema social

Este eixo analítico situa a necessidade de se reavaliarem os indicadores usuais de eficiência do processo modernizador, com base numa percepção mais lúcida dos custos socioambientais envolvidos e do fato de que a economia constitui apenas um meio ou instrumento. Para balizar a análise dos dados coletados neste eixo apresentam-se questões específicas:

- Em que termos pode-se avaliar o turismo que se projeta para a região do Alto Vale do Itajaí? E no interior desta questão: a) Quais são os indicadores que podem apontar sua eficiência? b) Quais podem ser os indicadores macrossociais que atestam sua viabilidade?
- O turismo que se projeta para a região diminui os custos socioambientais?
- A economia movida/gerada por ele servirá para quê?
- Qual o papel do Estado no alcance destes objetivos?

Respondendo a primeira questão, observa-se que o turismo pode ser avaliado a partir do combate ao êxodo rural; pelo resgate e manutenção da cultura; pela geração de emprego e renda (com qualificação profissional); e pela territorialização (do turismo para outros setores), ou seja, pela construção de um conjunto de relações sociais que podem definir um território.

Estes indicadores, por si sós, nos dizem qual eficiência é desejada: aquela que possibilita a manutenção do pequeno agricultor em seu lugar, porque ali terá uma vida digna. E sua viabilidade estaria baseada em avanços sociais rigorosamente confirmados de renda, habitação, educação, saneamento básico e infra-estrutura.

Neste sentido, os dados abaixo dão algumas pistas sobre a existência ou do devir (porque muitas ações ainda estão no plano das idéias) destes indicadores.

Porque o jovem só fica no campo se tiver oportunidade de gerar renda; se não, ele vai pra cidade e vai trabalhar por dois salários mínimos e se sujeitar a tudo que a cidade de ruim e de bom (Antônio).

São nove funcionários fixos e mais cinco contratados por hora quando há uma necessidade por um incremento de hospedagem (cozinha, lavação, camareiragem); todos os empregados são de Presidente Getúlio, com exceção de uma funcionária, formada em turismo, que procurou emprego e entendemos que seria interessante para o hotel esta profissional (D. Bela)

Alguns dos alunos trabalham de garçom no meu restaurante. Há períodos de baixa em que poucos têm emprego, há outros em que temos que buscar pessoal fora da cidade (Fritz).

Sobre a manutenção e retorno ao campo, tenho uma visão de que o turismo é a melhor via, hoje, para isto. A agricultura familiar está cada vez mais deplorada, a situação está difícil (Sec. Desenv. Econ. Rio do Sul).

Os programas da prefeitura estão voltados à geração de emprego e renda, especialmente para pequenos agricultores. O pequeno agricultor passa por dificuldades pela concorrência com os grandes produtores, mas possuem um diferencial que é a produção tradicional, não só do plantio, mas de outros produtos (geléias, pães, embutidos, queijos etc.). Assim como estamos propondo, eles terão um reforço na renda, permitindo a eles se manter no campo, com seus conhecimentos, suas tradições, suas formas de fazer as coisas (Div. Tur. Rio do Sul).

Sobre isto, o município vai participar da implantação do Acolhida na Colônia, como uma oportunidade de manter o trabalhador rural no campo (Depto Tur. Presidente Getúlio).

Da mesma forma, nos vários documentos oficiais, nos projetos e ações da sociedade civil organizada e nas iniciativas particulares, se observa o objetivo fortemente marcado de manutenção do meio rural, com seus devidos atores; mas agora, agregando à sua atividade principal (a agricultura) uma atividade secundária – o turismo.

Por outra via, constata-se que a conservação e/ou o resgate das tradições faz parte destas iniciativas, e é importante indicador da viabilidade para os projetos turísticos do Alto Vale:

Projeto Turismo no Espaço Rural, que se diferencia do turismo rural de Lages (baseado em hotéis fazenda), mas situado nas pequenas propriedades. A idéia é agregar valor a algo que já existe ou que seja produzido na propriedade. Os projetos não vão enriquecer ninguém, mas além de gerar um pouco mais de receita, terão o papel de estimular, de reanimar o pequeno agricultor que está esquecido pelo governo, relegado a um segundo plano. Além disso, o próprio turista que é da cidade vai valorizar as coisas que são deles: o jeito que eles falam, o jeito que se vestem, o pão feito em casa (SDR Rio do Sul).

Nossos projetos visam à preservação e recuperação de recursos naturais e recuperação e preservação da história (AMAVI).

Não podemos descaracterizar. A maior parte dos turistas quer o meio rural como é (Depto. Tur. Presidente Getúlio).

Contudo, ainda que um dos objetivos dos projetos turísticos seja a manutenção das tradições, constatou-se que demolições de casas antigas são autorizadas; isenções de imposto territorial são requeridas mas não usadas para manutenção da arquitetura como obriga a lei; edificações tradicionais são abandonadas (especialmente no meio rural); festas tradicionais são “invadidas” por outras manifestações culturais disseminadas pela mídia; as duas principais línguas-mães dos colonizadores (alemã e italiana) estão sendo esquecidas ou marginalizadas em função da suposta obrigatoriedade e/ou necessidade de aprender o inglês. Estes e outros dados encontrados apontam que há um difícil processo em curso: manter as tradições apesar da globalização padronizada – dos modos, da língua, da arte, enfim, de um mundo que, pela mídia e pelos outros meios da cultura de massa, vai se simplificando, se restringindo.

A qualificação profissional, ou minimamente uma preparação para atuar no setor turístico, também está nos objetivos das ações projetadas e pode ser um indicador de viabilidade:

O Projeto Acolhida na Colônia está iniciando e deverá ser implementado em 10 municípios. Este programa está baseado em diversos aspectos (receptivo, pousada, alimentação, cordialidade, hospitalidade, agroecologia) e deve culminar com o profissionalismo voltado ao turismo das pessoas envolvidas (SDR Ibirama).

Em situações diferenciadas, contratamos pessoas para assessoria em cozinha e outros serviços para qualificar nossos funcionários; fazemos sempre algum treinamento interno e, às vezes, enviamos os funcionários para outros locais para fazerem sua qualificação (D. Bela).

Somadas a estes aspectos estão as ações para a formação de uma identidade territorial, baseada não só nas atividades econômicas, mas também na cultura, nas religiões, nas conexões inter e transescalares, na competição cooperativa, nas redes, como se pode inferir:

Os secretários de turismo das cidades da região estão sintonizados, estão trabalhando conjuntamente; há alguns roteiros que são intermunicipais e os secretários conversam e agem sobre estas rotas. Pelo lado dos agricultores, há a idéia de que os proprietários trabalhem em parceria, para se equipar e depois, através do Verde Vale, fazermos a publicidade do que temos aqui (Div. Tur. Rio do Sul).

Então não adianta, o navio vir aqui ver os índios [aldeias de José Boiteux] e trazer o caviar junto. Nós temos que ter restaurante aqui pra atendê-los, senão não interessa pra eles. Então se o navio vem aqui e vê os índios, dá umas gorjetas pros índios e o resto não participa, então não nos interessa, tem que haver uma rede (Fritz).

O Projeto Acolhida na Colônia será implantado em dez cidades da região, formando uma rota turística importante, cada propriedade com seu produto - hospedagem, alimentação, produtos artesanais, cafês, cachaça), mas fazendo uma unidade, um produto turístico único (SDR Ibirama).

Há outra idéia, a de se criar uma matriz, pelo fato de nosso cenário ser diferente, para a região e formar uma identidade, a do Verde Vale Colonial. Mas enquanto isso não acontece, o Acolhida na Colônia é que vai apontando os caminhos do turismo rural (Div. Tur. Rio do Sul).

Penso que as coisas estão se perdendo. Por isso mesmo, estas rotas de turismo rural/agroturismo devem caminhar na direção de manter e recuperar esta tradição (AMAVI).

O CTG [Centro de Tradições Gaúchas] vendeu a cota deles da festa e isso aí está certo, porque a festa é alemã e eles são gaúchos. O que acontece muito é que aqui a nossa gastronomia não é alemão, é regional. Comidas da região. Tem o marreco assado, a polenta, o porco, não é como a Oktoberfest. Então acontece muito, nós fazemos a festa do leite, é interior, tem muita música caipira, sertaneja, e o resto é uma mistura de músicas. Mas é uma festa alemã, então a comida sim, comida é alemã (Fritz).

Ao mesmo tempo, sugerem uma possível viabilidade econômica para a região, a partir da atividade turística, ainda que não sejam indicadores de sustentabilidade, nem de outra dinâmica onde a economia não seja o centro gerador das ações sociais:

Já estão planejando um hotel de eventos pra turismo de negócios. É um cara que anda o mundo inteiro. Estão lá, estão fazendo as coisas. É em Salete (Sr. Horst).

Pensamos que o Lenda das Flores possa ser um empreendimento que vai manter o turista por mais tempo, até porque seu proprietário vai realizar marketing no exterior e quer turista estrangeiro. Um turista estrangeiro não vai ficar um ou dois dias apenas, vai ficar mais tempo. Aí será possível e viável um roteiro regional para ele (Depto. Tur. Presidente Getúlio).⁸⁶

Mas aparece uma importante informação, advinda das instituições responsáveis por planejar e implementar projetos turísticos para o Alto Vale: a de que o turismo que se está pensando não deve ter características de turismo de massa; não será um turismo para enriquecer as pequenas propriedades que aderirem a estes planos. Vislumbram-se projetos que devem ser duradouros e possibilitem uma renda mínima com valores dignos às famílias, que lhes permitam continuar trabalhando na terra, mas agora com alguma tranquilidade, conferida pelo incremento de renda oriundo da atividade turística.

Essa questão do turismo não é uma atividade que vai se um milagre, que vai salvar; e nem todas as pessoas vão estar aptas ou vão se identificar com a atividade. Mas a gente vê, que neste projeto inicial que gente fez, já tem gente, já tá fazendo a diferença para eles, é o caso dos pesque-pagues, das pousadas (APREMAVI).

⁸⁶ O Lenda das Flores é uma pousada rural inaugurada em 2006, com equipamentos que lhe conferem um *finis status*. É um empreendimento de uma pessoa não local, mas que, segundo os dados obtidos, possui largo conhecimento na área de turismo e marketing, e por isso, sua iniciativa é dada como um importante fator motivacional para que novos empreendedores se sintam confiantes em investir na região.

Assim como estamos propondo, eles terão um reforço na renda, permitindo a eles se manter no campo, com seus conhecimentos, suas tradições, suas formas de fazer as coisas (Div. Tur. Rio do Sul).

Os projetos não vão enriquecer ninguém, mas além de gerar um pouco mais de receita, estes projetos terão o papel de estimular, de reanimar o pequeno agricultor que está esquecido pelo governo, relegado a um segundo plano (SDR Rio do Sul).

Assim, estão aí alguns indícios que avalizam projetos turísticos para o Alto Vale do Itajaí, ainda que devam ser observados como em “estado germinal”, e, por isso mesmo, com o devido cuidado e discernimento que requerem estes processos que pretendem confluir a uma dinâmica de DTS.

Continuando a análise por este quarto eixo analítico, buscou-se responder uma segunda questão: O turismo que se projeta para a região pode diminuir os custos socioambientais dos projetos?

A questão pode ser abordada de diferentes ângulos: um deles, por exemplo, é a recuperação e manutenção da Mata Atlântica nas propriedades familiares, posto que, ao agregar uma renda extra ao agricultor, diminui a necessidade de novas áreas de plantio; na mesma direção, pode evitar o avanço da cultura do reflorestamento, que começa a assumir um nível significativo e, por isso mesmo, preocupante, na região.

O meio rural tem que ser caracterizado como meio rural, ter as encostas bem protegida; eu tenho que ter os ribeirões limpos, os dejetos humanos com o tratamento devido, pra que o turista venha e encha os olhos de beleza e de qualidade. Se ele chegar aqui e ver um ribeirão sujo, se ver a mata toda descaracterizada, cortada, enfim, ele acha ruim; para os olhos do turista, ele quer ver bonito, quer ver coisa bem conservada; quer ir numa cachoeira, ele quer que ela esteja limpa, que não tenha copo plástico (Antônio).

A agricultura familiar, hoje está passando por uma série de dificuldades, então proprietário vê e como última saída ampliar um pouco a área plantada em, aumentar suas lavouras. Mas, no entanto, isso é uma falsa ilusão, porque se observar, a situação está ligada a uma questão maior, do preço dos insumos, do custo da lavoura, então o agricultor aumenta a área mais aumento custo também; permanece a mesma relação. É uma questão que vai gerar um caos além de econômico, ambiental também (APREMAVI).

Por causa de suas necessidades, já que a agricultura familiar não é suficiente, acabam vendendo suas terras (ou parte delas) para o reflorestamento. Penso que o turismo pode ser uma alternativa para atender as necessidades atuais desta(s) comunidade(s), sem que tenham que fazer parte da dinâmica do reflorestamento (UNIDAVI).

Os projetos da SDR caminham nesta direção, de inculcir esta visão ambiental que é característica dos roteiros. A gente sabe de turistas que deixam de ir, por exemplo, comprar queijo num lugar porque ficam sabendo que lá se usa veneno nas plantações (SDR Rio do Sul).

Outro aspecto diz respeito à infra-estrutura requerida para implementar os projetos já citados; sendo ações que apontam para um turismo de pequeno fluxo, não serão necessárias obras volumosas para adaptar as propriedades, nem tampouco, para as áreas públicas. De uma maneira em geral, os dados indicam a necessidade de melhorias na malha viária principal da região e de algumas rodovias vicinais que ligarão as rotas; indicam ainda, a necessidade de investimentos particulares em hotelaria, especialmente em Ibirama, mas que todas estas melhorias devem estar de acordo com a conservação não só do meio ambiente, como também do patrimônio arquitetônico.

A construção da Usina de Salto Pilão, obra bastante contestada em seu processo de consulta a população (audiências públicas), com demonstrações favoráveis e contrárias típicas deste tipo de obra, recebe atualmente um trato mais ameno. É apontada, inclusive, como ferramenta que vai contribuir para o processo de recuperação e manutenção dos biomas existentes ali, como também na recuperação de áreas degradadas e de estruturas arquitetônicas como as pontes de ferro da linha férrea a ser utilizada pelo TREMTUR; ou seja, passa de vilã a parceira:

Sobre o TremTur, uma parte da paisagem fluvial também vai sumir, ou ser prejudicada. Teremos algumas paradas do Trem (Matador, Lontras e Apiúna); nestas paradas deve haver atrativos ligados à usina. Mas eu penso que deve ser diferente. A usina pode ter seu atrativo na Casa de Força. Se poderia construir um museu da usina e da ferrovia das Bromélias e sobre o projeto socioambiental da mesma (AMAVI).

Foi feito um acordo com a empresa para investir na implantação do Tremtur, através da construção de três pontes de ferro novas, reestruturação do leito da via férrea, e só isso já soma um valor que vai possibilitar a implantação inicial do Tremtur. Minimiza-se um pouco o impacto e há um aporte de recursos aos projetos turísticos. Isto pra mim é trabalhar com o real, é isso que temos que fazer; não dá pra ficar brigando contra o que está posto (Div. Tur. Rio do Sul).

Contudo, observou-se que alguns atores estão mais atentos a aspectos que não dizem respeito diretamente ao turismo, mas que estão relacionados com o meio em geral, influenciando-o também. É o caso, por exemplo, do saneamento básico.

Independentemente da usina, nós temos que trabalhar o saneamento básico na região, porque senão, daqui a dez anos, quinze anos, não vai ter rafting, o rio vai estar completamente poluído. Então, este o problema que ninguém quer o olhar, nem as empresas de ecoturismo, nem ninguém (ACADEMA).

Por fim, pode-se olhar para a questão ambiental pelos efeitos já dados em alguns lugares e propriedades, às vezes positivos, outras nem tanto:

Há um lugar muito visitado (Três Cascatas), que está abandonado atualmente. Foi feito um investimento de quiosque, banheiros, barracas, mas não houve o retorno esperado pelo proprietário. Agora o investimento e as instalações estão abandonados e o proprietário quer vender, mas não consegue. Outro lugar, o Salto Grahl, era um pequeno restaurante e foi descaracterizado pelos proprietários: mesa de sinuca, estragaram o lugar em favor do estabelecimento. Tentaram se adaptar ao público (jovem), ao invés de apresentar um projeto ambiental correto para o lugar. Era a marca de Presidente Getúlio; hoje está abandonado. Talvez este seja um espaço ótimo para o “Acolhida na Colônia”. (Depto. Tur. Presidente Getúlio).⁸⁷

Nesta mesma linha, visitou-se um investimento, em Rio do Sul, chamado de Cachoeira da Magia, situada na Rota da Bela Aliança, cuja estrutura foi construída com ajuda da administração municipal, mas que vem recebendo inúmeras críticas por seu mau uso e/ou abandono. É neste empreendimento que se pratica o “pêndulo humano”, mas, segundo algumas pessoas entrevistadas, não há cuidados de nenhum tipo com o meio e, depois dos fins de semanas, o que se observa ali é lixo descartado a céu aberto e cheiro de dejetos humanos, posto que não há estrutura sanitária adequada, entre outros.

Os projetos atuais, que vêm sendo implementados pelas instituições públicas e pelas associações se mostram bastante mais precavidos em relação a este aspecto, apresentando planos que não requerem novas edificações ou que pouco transformam as estruturas já existentes. Apesar disto, insiste-se na falta de uma investigação prospectiva sobre o fluxo turístico, pois se este não for suficiente para manter a atividade turística no meio rural, então se poderá observar os mesmos efeitos de abandono de estruturas, bem como, na perda da auto-estima e do ânimo do pequeno agricultor que aderir a estes projetos.

A terceira aqui é: a economia movida/gerada por ele servirá para que? Pensa-se que uma primeira resposta seria “para uma retroalimentação do próprio setor turístico”, possibilitando aos empreendedores deste ramo permanecer com as atividades em andamento, tornando-se referências para novos empreendedores.

Ao mesmo tempo, pelas conexões que o turismo apresenta com outros setores da economia (ainda que sem um planejamento para isto), seus efeitos se expandem a outras dimensões do território, contribuindo, inclusive, para a própria construção/afirmação do território. Inferimos que, mesmo sem uma consciência plena deste fato, os sujeitos da região indicam a necessidade destas conexões:

É preciso levar em consideração não só os benefícios que vem para os proprietários; acho que para o município pode ser importante porque pode até com a vinda desses turistas, eles vão circular a economia, a questão dos restaurantes, o pessoal que vem de

⁸⁷ Estas falas reforçam um dado que já foi destacado anteriormente, qual seja, de que não há pesquisas sobre o fluxo turístico, o que tem levado a investimentos amadores, sem apoio técnico e fadados ao abandono.

fora visitar o parque; então um mínimo de renda que se consegue agregar ela já se espalha por que o município é pequeno, então acho que para o comércio local é bastante positiva (APREMAVI).

Se uma pessoa vem fazer uma caminhada ecológica comigo e fica numa pousada daqui então, automaticamente, ela já tem um desconto. O desconto é tão bom que só paga a metade da caminhada. Aí eu incentivo ela a ficar aqui na nossa região. A questão do transporte, eu só pego pessoas que fazem transporte, que são da região e que moram aqui. Eu trabalho também com pessoas, estou treinando guias da região, para valorizar para eles, aquela área está sendo preservada onde fazemos as caminhadas. Enfim, eu envolvo todo um pessoal da região (ACADEMA).

Nas paradas, a idéia é que, num raio de 20-50 km, as comunidades deste entorno se beneficiem pela passagem dos turistas (AMAVI).

Outra resposta passa pela utilização de pessoal qualificado. Alguns dados coletados indicam que a profissionalização do setor vem se dando em níveis diferenciados (UNIDAVI, SEBRAE, SENAC, SENAR), mas que boa parte dos novos profissionais não atua nesta área ou busca outras regiões por melhores oportunidades. À medida que há uma ampliação da economia gerada pelo setor, incrementando os investimentos, vislumbra-se um maior e mais perene número de vagas especializadas.

Muitas pessoas têm feito cursos mais não trabalham na área. Os cursos têm sido oferecidos pela prefeitura e pelo SENAC em parceria. Há cursos que os alunos pagam uma parte outros são totalmente subsidiados. Há muitas pessoas com cursos na área de turismo, mas que trabalham em outros setores, não precisam trabalhar com turismo (Fritz).

Mas, apesar da presença de aspectos positivos do fenômeno turístico, se requer atenção posto que o turismo, por si só – reafirmando o que já foi dito, não será uma fonte de divisas e renda suficientemente significativa para manter e propiciar uma identidade territorial ao lugar. Alguns atores estão observando isto e, por isso mesmo, se mostram cautelosos:

No caso de áreas de pobreza ou necessidades materiais mais concretas, não vejo alternativas pelo turismo, mas sim ações sociais mais prementes (UNIDAVI).

Ele [o turismo] pode vir a contribuir, mas não está contribuindo...ao contrário, eu já vi gente que foi incentivado a construir algo com fins turísticos e faliu...depois vai embora, abandona o projeto, acha que consegue sobreviver do turismo sem outra fonte; é preciso ter coragem pra dizer isto (D. Bela).

O que queremos fazer agora são roteiros, mas eu não tenho certeza se roteiros são a melhor situação. Acho que temos que pensar no público; recebemos mais terceira idade e jovens, então não pode ser um roteiro (Fritz).

Finalmente, sobre a viabilidade econômica do território, buscou-se identificar o papel do Estado para atingir os objetivos de implementar projetos com o fim de caracterizar a região como um território identificado pela atividade turística.

Uma das maiores contribuições que podem advir do aparelho estatal é o planejamento (diagnóstico, propositivo e preditivo) para projetos no setor. Neste sentido, já foram descritas as atuações das SDRs e das administrações municipais; assim, entende-se que seu papel já está identificado. Mas há outros dois níveis que não foram citados ainda, que são os governos estadual e federal.

Se pouco ou nada houve de referência a estes dois níveis institucionais, não é por outro motivo que não a quase completa falta de ações para desenvolver um turismo de base comunitária naquele território. Sobre o governo federal, pode-se referir ao Programa de Regionalização do Turismo (PRODETUR), cujas ações em Santa Catarina estão focadas no litoral (turismo de sol e praia), abrangendo de forma indireta alguns centros urbanos mais importantes (fora do litoral), como Joinville e Blumenau; mas seu alcance é bastante restrito no que diz respeito ao Alto Vale do Itajaí.

Além disso, há o projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil, citado na introdução deste texto, mas que não apresentou nenhuma nova ação para a região além do diagnóstico apresentado em 2001.⁸⁸

Da parte do governo estadual, também não se vislumbram outras ações além daquelas apresentadas pelas SDRs, apesar de existir na organização administrativa do mesmo uma secretaria estadual e um órgão específico, a SANTUR. Entretanto, importa dizer que a SANTUR tem investido significativamente em marketing, fazendo um trabalho de divulgação turística do Estado, seja para o público interno ou para o externo, que acaba por abranger a região do Alto Vale do Itajaí.

Sendo assim, resta ao Estado uma outra função, bastante importante, que é o aporte de recursos para a implementação dos projetos já citados. Oriundo de diferentes fontes, estes recursos têm se demonstrado como indispensáveis para a execução das ações e encaminhamentos turísticos do território. Algumas falas apontam isto:

Em 2000, eu inaugurei essa unidade (aqui ele se refere a uma unidade especializada para a produção do queijo, adquirida com recursos do PRONAF). O Microbacias 1, ele se preocupou com a parte ambiental, com a parte de conservação

⁸⁸ EMBRATUR. *Pólos de desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil: planejamento e gestão*. Terragrah Artes e Informática, 2001, 183 p.

ambiental, e o 2, além da preocupação ambiental, ele ta preocupado com a renda do agricultor (Antônio).

Estamos buscando recursos junto ao governo estadual para a construção de portais turísticos, os quais deverão servir também como sede das associações. As prefeituras devem se responsabilizar pela estrutura física de estradas etc. e também de garantir representatividade das associações nos fóruns municipais. Então há a necessidade de conservação da água e das nascentes nestes locais. Acreditamos que com o projeto micro-bacias II estes problemas serão sanados. Haverá recursos para construção de sumidouros, sanitários, etc. (Div. Tur. Rio do Sul).

A SDR atua muito na divulgação da região como destino turístico, mas de forma muito significativa em estrutura para viabilizar que os projetos aconteçam. Sempre falamos em turismo integrado e estamos trabalhando nesta direção. Fazer com que os municípios atuem em parcerias. Além disso, o Acolhida possibilita a captação de recursos que outros projetos não conseguem (SDR Ibirama).

Porque para nós falarmos em ecoturismo em nível de região, de um planejamento que possa gerar renda, que possa dar empregos, ainda estão faltando algumas coisas por parte do governo, da parte de infra-estrutura por exemplo; quer dizer não falta muito, mas falta algo mais, está começando (ACADEMA).

Projetos em parceria com a Fundação Cultural e com o Ministério da Cultura, para captar recursos. Utilizando parte do imposto das empresas para isto. Tenho viajado bastante e vejo que temos muito potencial, especialmente de recursos naturais. Penso que em Rio do Sul o turismo possa vir a ser o terceiro setor da economia, especialmente pelo turismo rural. Em outros países há muito dinheiro do Estado e das pessoas (Sec. Desenv. Rio do Sul).

Além disso, as administrações podem estar propondo leis e auxílios tanto para a manutenção e preservação dos patrimônios arquitetônicos e naturais, quanto para novos empreendimentos. Um exemplo, já citado, se encontra em Rio do Sul, onde há isenção de imposto predial para os proprietários de edificações antigas que investem na sua manutenção.

Com estas análises, é possível inferir que há algumas condições de viabilidade econômica, sob o prisma do DTS, para a implementação de projetos turísticos de base local na região, os quais poderão constituir, inclusive, um território calcado na identidade turística. Mas a falta de estudos preditivos, além de investigações mais atualizadas sobre o fluxo turístico na região continua sendo importante lacuna. Infelizmente não há a devida preocupação com estes aspectos, o que pode tornar a dinâmica de planejamento e implementação destas ações em um processo de “erros e acertos”.

Eixo analítico V - Programas e possibilidades educacionais na atividade turística

Este último eixo diz respeito a programas e possibilidades educativas, seja para a comunidade local, seja para os visitantes. Estes programas devem estar na base da educação escolar formal, passando pela educação ambiental, educação para o lazer, para a cidadania,

educação cívica (o direito ao voto e à representatividade), formação profissional, até a educação para repensar modelos de desenvolvimento. Destacamos que este tipo de ação educativa pode ser mais - ou menos, significativo, dependendo de diversos aspectos. Por exemplo, no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, todas as noites são proferidas palestras e apresentados vídeos relacionados ao que é chamado Educação Ambiental, com uma assistência bastante significativa (80% a 90%) dos turistas que estão na ilha; a maior parte dos turistas que se dirigem a este destino, fica três noites no local, o que remete a um programa educacional de aproximadamente 7 horas/aula. Em outro caso, na região de Bonito, uma operadora de mergulho montou recentemente uma sala para os mesmos fins, em parceria com uma universidade local; todo o turista que realizar suas atividades com esta operadora passa, necessariamente, por uma ou duas exposições sobre o bioma da região, com especial atenção quando o destino do mergulho são cavernas.

No processo de coleta, não foram encontrados dados significativos sobre esta questão. Mas há algumas iniciativas que poderão se transformar em ações mais efetivas e de efeitos duradouros se conduzidas por meio de um processo permanente de avaliação e reconstrução. Para facilitar a compreensão, estas iniciativas serão apresentadas a partir de quatro fontes geradoras diferentes: a iniciativa particular; as administrações municipais e SDRs; as organizações ambientais e a UNIDAVI. De qualquer maneira, não seria adequado analisar cursos profissionalizantes diversos, ministrados por SENAR, SENAC, SEBRAE, etc., posto que, em sua maioria, estão voltados particularmente a uma ou outra função do setor turístico. Por sua vez, o curso de bacharelado em Turismo da UNIDAVI merece ser considerado, já que uma de suas “ênfases” é o meio ambiente.⁸⁹

Sobre as ações voltadas à educação do turista, que partem da iniciativa privada, muito pouco se observou. As empresas promotoras de atividades de aventura fazem algumas preleções sobre o entorno dos locais onde serão realizadas as atividades, mas de maneira breve. Não são ações mais concretas na direção de uma educação perene do turista.

Por sua vez, um dos proprietários que compõem a rota da Bela Aliança, caminha na mesma direção, mas destaca que a limpeza do lugar, com um possível efeito gerado disto, é a tomada de consciência do turista que está ali, e que, ao menos enquanto está ali se mantém atento a não sujar nem depredar o lugar:

⁸⁹ O curso de Turismo da UNIDAVI foi estruturado com um núcleo básico comum nos primeiros anos, e três ‘ênfases’ distintas no último: Hotelaria, Eventos e Meio Ambiente.

A gente procura mostrar que não tem bagana de cigarro no chão, então, se a pessoa chega no local limpo, ela mantém limpo; agora, se você vai num local que está cheio de sujeira no chão, se for uma pessoa consciente ela vai guardar no bolso, mas senão: “ah, um papel de bala a mais, um papel de bala a menos, não vai fazer diferença...”. Mas aqui na minha propriedade e nas outras que fazem parte da ATRAF, uma das discussões é exatamente essa: pessoas vêm para cá, pode não estar nos moldes que a pessoa pensa encontrar, mas é limpo; nas trilhas eu sempre peço para não levar alimentos, e para não levar bolacha, nenhum tipo de alimento a não ser água, mas aquele que quiser levar então leva um saquinho, ou põe no bolso, depois do retorno a gente dá o destino correto, recicla, faz alguma coisa (Antônio).

As administrações dos municípios investigados atuam de maneira diferente: Ibirama⁹⁰ não apresentou nenhum programa ou ação isolada de educação.

Já em Presidente Getúlio, as representantes do Departamento de Turismo revelam que foi numa reunião do Conselho de Turismo, do qual participou extraordinariamente a Secretária Municipal de Educação, que surgiu a 'idéia' de levar alunos da rede municipal para conhecer os diversos atrativos turísticos da cidade, e com isso

desenvolver neles uma consciência ecológica. Realizar palestras nas escolas. Porque alguns destes alunos, vão ser os administradores da cidade, vão ser empresários; ai já tem que ter uma consciência ecológica; não é com 40 anos que isso vai acontecer. Esta proposta surgiu de uma situação corriqueira e logo vai iniciar (Depto. Tur. Presidente Getúlio).

Apesar de não ter sido citada pelas representantes do turismo, há outra ação de política pública, de alguma forma ligada à educação encontrada: os uniformes dos alunos da rede municipal ostentam o símbolo do Vale das Cachoeiras, marca assumida por Presidente Getúlio e pelos outros municípios que forma o chamado Vale Norte. Esta é uma ação que também pode influenciar positivamente na direção de uma tomada de consciência ambiental, mas acrescida de um sentimento de pertencimento, de territorialidade.

Em Rio do Sul, ali sim, há um projeto em andamento, de elaboração de cartilhas de conscientização turística e ambiental. Algumas serão escolhidas e aplicadas nas escolas, através de um convênio entre prefeitura e UNIDAVI, para as turmas de 5.^a a 8.^a séries. O resultado esperado deste projeto é a criação de uma agenda escolar com fotos dos atrativos turísticos do município e frases educativas elaboradas pelos alunos da rede municipal.

O responsável pela Divisão de Turismo de Rio do Sul acena que assim é possível estabelecer uma comunicação com os alunos “o ano inteiro”; além disso, as agendas deverão

⁹⁰ A pesar de não apresentar nenhum programa educativo, o setor responsável pelo turismo em Ibirama está alocado, hierarquicamente, na Secretaria de Meio Ambiente. Segundo o responsável por este setor, há uma forte parceria quando a Secretaria empreende projetos educativos.

ser distribuídas como brinde a outros setores da sociedade local e para turistas, convertendo-se em peça publicitária que dura, no mínimo, um ano.

Na SDR Rio do Sul, não havia nenhuma ação ou projeto educativo através do turismo. Já na SDR Ibirama, foi observada a efetivação de uma dinâmica intitulada Minha escola, Meu lugar, no âmbito do Projeto Meu Lugar. Este projeto tem o objetivo de “desenvolver o sentimento de pertencimento, o que, em última análise, amplia as possibilidades turísticas” (SDR Ibirama).

As organizações da sociedade civil voltadas à proteção do meio ambiente, por sua vez, realizam ao longo dos anos, várias iniciativas, de caráter próprio ou em parcerias, na direção da educação ambiental, segundo sua compreensão de o que seja educação ambiental. Em relação ao turismo, a Apremavi centra sua atenção no projeto de turismo rural desenvolvido em Atalanta, enquanto que a Academia atua em suas próprias atividades e também nas escolas municipais.

sobre programas de educação ambiental, a APREMAVI vem trabalhando nesta direção há bastante tempo; mas pensando na atividade turística, esta educação ambiental estaria dentro do próprio projeto de turismo da Apremavi; na verdade, os projetos de educação ambiental acabaram levando ao turismo (APREMAVI).

Então pegamos um ramo que seria a caminhada ecológica e trabalhamos diversos fatores, porque ao mesmo tempo que você está dando um lazer, algo agradável a população, também estamos vendo a educação, a orientação, tudo isso junto com a caminhada, então abre um leque muito grande de possibilidades. Eu posso falar das caminhadas, eu fiz elas para envolver todos os segmentos, eu não nego conhecimento, inclusive eu estímulo nas caminhadas uma continuidade, para que todos possam pensar naquela área onde está sendo feito isso, amanhã os netos vão estar fazendo, os bisnetos vão estar fazendo aquela caminhada. Então a forma como eu faço é para ensinamento, é para a educação, você vai evoluindo, vai melhorando, vai colocando alguma coisa diferente, mas tudo de uma forma a envolver todos os segmentos da sociedade (ACADEMA)

No caso das caminhadas ecológicas organizadas pela Academia, pudemos testemunhar que a forma como são transmitidas as informações sobre o entorno, sobre o patrimônio arquitetônico, sobre a história dos lugares por onde se passa, vão além de simples informações turísticas repetidas sem sentido. Há uma intenção clara e deliberada, e um planejamento para isso, de que as informações sejam assimiladas. Com isto, o responsável por esta ONG acredita que tais conhecimentos adquiridos podem se disseminar para outras dimensões da vida das pessoas que por ali passam, reforçando a idéia de que é possível sim, educar o turista.

Na AMAVI não há nenhum programa em andamento, mas sua representante destaca o projeto da prefeitura de Rio do Sul, logo acima citado. Informa ainda que há uma prospecção da Escola Agrotécnica para verificar a viabilidade de ofertar um curso técnico em turismo.

Falta falar, então, da UNIDAVI e do bacharelado em turismo. Este curso iniciou suas atividades em 2002, após uma pesquisa de interesse que comprovou o desejo e a necessidade de tal curso para a região do Alto Vale do Itajaí. Até aí, nenhuma novidade em relação a dezenas de outros cursos que se ofertam cada ano pelo país a fora. A diferença está na organização do curso, o qual apresenta um núcleo básico e depois um aprofundamento; no caso da UNIDAVI, o que chama a atenção é o aprofundamento (ou ênfase) em meio ambiente. A informante desta pesquisa, destaca que esta ênfase em meio ambiente se mostrou bastante forte e os alunos da região do Alto Vale se identificaram rapidamente com a mesma. No aprofundamento os alunos passam por disciplinas como Ecoturismo, Fundamentos de Ecologia, Legislação Ambiental, Análise de Paisagens e Estudos de Impactos Ambientais.

Não foi identificada alguma disciplina mais voltada ao debate sobre o turismo como ferramenta de desenvolvimento endógeno, mas alguns conteúdos das disciplinas listadas acabam por passar por esta questão. Há ainda a disciplina Sociologia Aplicada ao Turismo, do núcleo comum, onde também se desenvolve, ao menos de forma preliminar, este tema. Além disso, segundo a respondente, nos estágios de aprofundamento, os alunos devem apresentar projetos e encaminhar ações que digam respeito à ênfase em meio ambiente, destacando que estes bacharéis recebem sólida formação que lhes motiva a serem profissionais comprometidos com a causa ambiental.

A análise dos dados acima apresentada, respaldada pelos princípios do DTS, possibilita, agora, empreender algumas considerações sobre o turismo na região do Alto Vale do Itajaí, apontando respostas para as inquietações apresentadas no projeto de tese, bem como para confirmar ou refutar nossa hipótese de trabalho. Com isto será possível esboçar alguns cenários que estão se descortinando para o território, no que tange à atividade turística.

Uma das interrogações geradas na construção do projeto diz respeito à contribuição da atividade turística para a formação de APLs. Recorda-se que um pólo pode ser definido como uma concentração de setores produtivos ou de serviços mais simples, diferindo assim de um APL; entendido como atributo de uma região fortemente estruturada, contendo um ou mais *clusters* e dispendo de um planejamento territorial.

Por outro lado, um pólo caracteriza-se por apresentar um mesmo perfil produtivo ou de prestação de serviços, mas a relação entre os atores do setor é bastante superficial e a

competição entre eles é acirrada. Em relação ao turismo, um pólo seria uma localidade ou região que atrai fluxo de demanda turística e, ainda, “onde as atividades ecoturísticas já vêm sendo desenvolvidas com sucesso, sendo promovidas por um número variável de agentes, **ou locais com condições naturais especiais mas poucas atividades devido à falta de infraestrutura e de organização**” (EMBRATUR, 2001, p.68).⁹¹ Para que o turismo possa ser ferramenta de um processo de implementação de um APL, pensamos que deve primeiro passar por etapas anteriores, começando com a formação de um pólo.

Neste sentido, seria necessário um pacto de interesses e ações que resultasse em um modelo específico de gestão para estas localidades e na oferta de determinados produtos a um público. Diante disso, observou-se que não existe ainda nenhum indício de sistemas de gestão compartilhada da atividade turística para o território, apesar de vários atores se referirem à regionalização do turismo como vetor privilegiado para a sua efetivação.

Refletindo sobre os espaços de manobra disponíveis, acredita-se que a formação de um pólo de turismo seria o primeiro passo a ser dado. Algumas experiências passadas mostraram que, às vezes, um pólo pode ir se formando a partir de uma dinâmica social espontânea, ou por condições de localização, de presença de matéria-prima, ou mesmo de um acúmulo de capital social que converge neste sentido. No Alto Vale já existe um processo em curso, mas ainda disperso, com poucas conexões que lhe possam conferir grau convincente de “territorialidade”.

A EMBRATUR (2001, p.69) afirma que

Não basta que uma área apresente um grande potencial representado por seus atrativos naturais e culturais para que seja considerada um pólo. Sem dúvida, a existência desses atrativos é fundamental, mas é preciso que eles estejam atendidos por facilidades tais como vias de acesso, serviços de hospedagem, alimentação e informação. Além da disponibilidade de infra-estrutura, serviços e roteiros adequados, é fundamental a vontade política dos dirigentes em buscar o desenvolvimento local através da gestão dos empreendimentos ecoturísticos.

Soma-se a esta afirmativa a proposta de que não são apenas os dirigentes políticos que devem estar empenhados nessa busca, mas o conjunto da população local. A constituição de um pólo de turismo pressupõem a implantação de conselhos ou fóruns locais, integrando as instituições, associações, ONGs, SDRs, administrações municipais e demais setores, na efetivação desse plano geral de desenvolvimento turístico para o Alto Vale do Itajaí, mas isto está distante da realidade observada. Importa destacar que o Conselho Regional de Turismo, do qual participam como membros a UNIDAVI e a AMAVI, tem uma abrangência ampla, estendendo-se do litoral, passando pela região de Blumenau, e alargando-se até o Alto Vale.

⁹¹ Grifo nosso para destacar que é nestas condições que visualizamos o território estudado.

Trata-se de um espaço importante, mas é constituído por tantos atores e com interesses tão diferenciados que se observa a necessidade de um outro fórum, mais territorial, mais imbricado com as questões próprias do Alto Vale.

Antes de seguir, entende-se como necessário refletir sobre a implantação/construção de um pólo de (eco)turismo no Alto Vale. Voltando ao quadro que diferencia pólos, *clusters*, APLs, observa-se que seria possível, posta a atual condição que a região apresenta, seguir mais além e, com um conselho regional amplamente representativo, seguir um processo mais ambicioso no sentido de pular algumas destas etapas e avançar para a construção de um território calcado na atividade turística.

Como consequência desejável da criação deste território turístico podemos imaginar um vetor de transformações profundas na socioeconomia local, principalmente “pela necessidade agregadora da diversidade de elementos componentes de atividades deste tipo. Sua natureza é da inclusão, ao contrário de outros modelos de ocupação de território pela atividade turística, onde a tônica é a da exclusão e da retirada da maior parte dos ganhos para fora da localidade onde ela ocorre” (EMBRATUR, 2001, p.82).

Enfim, numa região (ou território), que reúne condições amplamente favoráveis à atividade turística, calcada no ecoturismo, no turismo rural e no agroturismo, implantar um espaço de gestão territorial participativa e representativa, a qual pode ter como seu ponto de partida a partilha da marca Verde Vale para toda a região, pode ser o primeiro passo para que a atividade turística seja a base de um desenvolvimento local.

Assim, vislumbra-se um cenário possível de gestão sistêmica na região, desde que haja a criação deste conselho proposto. O estudo mostrou que a estratégia de formação de APLs pode ser substituída por uma estruturação territorial, seguindo os princípios deste modelo⁹² de desenvolvimento endógeno.

Outra interrogação de partida foi: “O Turismo pode ser ferramenta importante para a (re)constituição de territórios?” e “quais suas relações com o capital social?”. A busca da resposta exige recordar o que é um território sob a perspectiva do codesenvolvimento, bem como refletir sobre o que seja o capital social e, então, como ele pode ser transformado, uma vez que é fruto de um processo histórico e não de um plano mais imediato de políticas públicas ou privadas.

⁹² Apenas para destacar: “modelo” não com o sentido de ser copiado, mas como uma referência para novas experiências.

Foi afirmado no capítulo 1, com base em Milton Santos, que a constituição de territórios se dá numa trama de relações espaciais, técnicas, econômicas, políticas, sociais e ambientais, onde o território é o reflexo momentâneo destas relações - contraditórias, sempre em movimento e em transformação.

Pensar sobre a possibilidade de construção de territórios baseados no turismo significa colocar esta atividade no cerne das ações, planos e projetos, ou seja, no epicentro das relações entre os atores envolvidos nesta trama.

O Alto Vale do Itajaí é uma região que já possui algumas áreas ou setores econômicos que lhe conferem uma “vitrine” externa – o setor metal-mecânico e o setor têxtil são os principais. Diz-se isto porque não se vislumbra um cenário de transformações na região, onde as atividades já constituídas sejam abandonadas, ou marginalizadas, em função do setor turístico. O que se quer evidenciar é a possibilidade de haver um território construído sobre o turismo, mas que não perde suas características e aspectos já concretizados. Isto é garantido pela assertiva de que se pode ter dois ou mais territórios justapostos, e que se complementam, cooperam entre si, constroem um(uns) ao(s) outro(s).

Outra faceta, bastante característica do setor turístico, é de que esta é uma atividade de visibilidade e alcance mais amplos que os diversos setores produtivos. Por exemplo, o setor metal-mecânico interessa a alguns, o têxtil a outros, mas o turismo está, em geral, no imaginário social da maioria das pessoas.⁹³

Quando se evidenciou os dados turísticos do Alto Vale do Itajaí, observou-se que se trata de uma região com visibilidade no cenário nacional por suas opções de turismo de aventura, o que é um importante indicativo de que um território possa vir a ser (ou que já está em processo de ser) construído.

Por sua vez, seguindo o roteiro ditado pelos princípios do DTS, pode-se ampliar a resposta à questão apresentada:

- O turismo que se propõe para a região repousa nas iniciativas de atores locais, valorizando os recursos naturais, o patrimônio cultural e arquitetônico, e o conhecimento local disponível na área;

- Os projetos observados constituem um componente estratégico para a recuperação das áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas;

⁹³ Quando falamos em imaginário social é para destacar que o acesso ao turismo não está no mesmo nível do desejo das pessoas. Os custos de transporte, hospedagem, estadia, etc. são proibitivos, grosso modo, a uma boa parte da população brasileira. Pensamos que esta é uma situação que pode ser mudada pelo ecoturismo, posto que o interesse econômico da atividade está diluído em outros interesses (social, cultural, ambiental, etc.), permitindo um acesso mais amplo.

- Os projetos, ainda que de forma tímida, estimulam relações de complementaridade entre as diferentes atividades implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada;

- Há uma tensão permanente que leva em conta as relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental);

- Os dados apontam para a busca da autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional; contudo, os projetos encontrados estão formatados como uma justaposição de iniciativas locais (ainda que bem-sucedidas). Isto reforça a proposição de criação e consolidação progressivas de um sistema de planejamento e gestão realmente territorial, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política.

Mas esta segunda interrogação ainda inclui a perspectiva do capital social a partir da (ou para a) implementação dos projetos turísticos.

Assim como o território, capital social é fruto de um processo, e não de uma ação isolada ou da proposição de um projeto institucional. E aqui é preciso muito cuidado para não apontar o que não há, em função das informações de atores entusiasmados e pelos anúncios oficiais.

O fato é que a história do turismo no Alto Vale do Itajaí é bastante recente, e do ecoturismo mais ainda. Entretanto, é justamente sobre o turismo de aventura que se ancora boa parte da atratividade turística do Alto Vale. Apesar disto, os projetos em andamento estão direcionados a outra dimensão – o turismo rural. Isto reflete ainda outra preocupação: os investimentos turísticos em aventura são realizados pela iniciativa privada, enquanto os projetos de turismo rural estão sendo desenvolvidos pelas instituições públicas.

Resgatando a trajetória de desenvolvimento da região, vê-se que o turismo não faz parte dos diversos setores nos quais a população vem atuando desde a chegada dos colonizadores. Ao contrário, assim como em outras regiões do Estado e do país, os colonizadores foram incentivados a manter uma relação bastante predatória com o meio biofísico.

Na metade da década de 1990, quando se instalou a primeira operadora de *rafting*, não havia outro empreendimento mais significativo voltado ao desenvolvimento da atividade. A instalação desta primeira operadora cria uma nova opção de trabalho e, na sua esteira, surgiram mais algumas. Destas, sobrevivem a primeira e mais três; algumas faliram devido à falta de estrutura própria e da região, principalmente para suportar a baixa temporada (outono-inverno). O turismo rural não passava de uma atividade conhecida através dos meios de comunicação.

Como se pensar, então, em fortalecer o capital social para o desenvolvimento do turismo no Alto Vale do Itajaí? Uma pista pode ser a instalação das festas de outubro, por meio das quais a região ficou mais conhecida fora de seus limites; apesar de ser um evento bastante pontual, serviu para despertar os dois lados do turismo: o interesse do turista pelos atrativos do lugar e o interesse dos moradores pelos empreendimentos do/no setor.

Assim, o capital social se conecta com o turismo em duas dimensões: a) pela capacidade empreendedora, a qual impulsiona particularmente a iniciativa privada; b) pela identidade gerada com as tradições culturais (religião, artes, gastronomia, etc.) dos povos colonizadores. Estas duas dimensões, associadas, criam um cenário bastante favorável à implementação de projetos turísticos calcados nas características socioambientais do território.

O capital social da região pode ser vislumbrado em aspectos como o espírito empreendedor e a identidade cultural oriunda da colonização. Ao menos é isto que apontam os dados oficiais e as observações de campo realizadas. Como já se disse, carecem ainda na região estudos mais concretos sobre a viabilidade da atividade turística em pequenas propriedades, sobre o fluxo de turistas, enfim, sobre as possibilidades concretas do setor. Mas parece que também faz parte da cultura da região – portanto, de seu capital social – planejar e agir ao mesmo tempo, num processo que pode ser de erros e acertos.

Contudo, a história mostra que, por estas mesmas duas dimensões, empreendimentos turísticos podem se tornar inviáveis: a capacidade empreendedora, se não estiver calcada em planejamento, previsibilidade, resguardo de capital, entre outros aspectos, pode terminar como os casos relatados pelo Departamento de Turismo de Presidente Getúlio, onde os empreendimentos faliram, deixando em seu rastro estruturas abandonadas e zonas em estado de degradação ambiental. Por outra via, a tentativa de adaptar e/ou transformar propriedades rurais para a prestação de algum serviço turístico pode gerar comportamentos bastante diferenciados nas famílias, os quais não podem ser previstos. Há exemplos de pequenas propriedades nas quais as famílias, pouco a pouco, foram se sentindo “invadidas” pelos turistas, ou se ressentindo pela falta de descanso semanal.⁹⁴ Há ainda a simples possibilidade de as famílias não se sentirem bem com o trabalho turístico, não se identificarem com ele e, assim, abandonarem os projetos iniciados.

Por essas questões, entre outras, cresce a importância da participação das instituições locais no planejamento, proposição e desenvolvimento das atividades, uma vez que tais instituições também compõem o espectro do capital social da região. Assim, a AMAVI, com

⁹⁴ Um aspecto do turismo rural ou do agroturismo é que as famílias trabalham normalmente na agricultura e outras atividades rurais durante a semana, e recebem os turistas nos sábados e domingos.

seus mais de 40 anos de existência, pode ser situada como instituição estratégica para o desenvolvimento endógeno dos municípios de sua abrangência – também as SDRs, apesar de sua “infância”, com continuidade garantida por mais quatro anos devido à reeleição no governo estadual. Por fim, as ONGs de cunho ambientalista, cada qual com sua abrangência, seus limites e possibilidades, vão constituindo novos elementos na história do território, entre eles a instalação da atividade turística.

Neste sentido, observa-se um cenário possível para novos empreendimentos privados e investimentos públicos no turismo, como já vem acontecendo.

Mas, para a constituição de uma estratégia de DTS pelo turismo na região estudada, se requer compreender quais questões, planos e metas, nos diversos níveis de gestão (por exemplo, a construção de barragens e os projetos das SDRs), podem interferir significativamente no mesmo.

Na etapa de coleta de dados e na posterior análise destes dados, observou-se que, de maneira geral, os diversos projetos possuem um viés de regionalismo e de sustentabilidade. Assim, assume-se que tais projetos, mesmo com as críticas específicas já listadas, apontam para um processo divergente do turismo de massa, com a participação da comunidade local e outras características que lhes conferem uma dinâmica de DTS. A partir desta visão, é possível buscar respostas à esta questão.

As possíveis ações que vão interferir num processo de DTS a partir de instituições como a AMAVI, as SDRs e as ONGs, já foram exploradas neste texto. Mas é importante voltar a destacar que a AMAVI é instituição singular através da qual planos regionais de desenvolvimento sustentado podem ser planejados, refletidos e executados. Suas características de abranger todos os municípios do Alto Vale do Itajaí, de ser uma instituição apartidária e de possuir significativo quadro profissional permanente lhe conferem a função de principal órgão articulador do DTS na região. Assim, seus projetos e ações são os que, a nosso ver, podem contribuir para o estabelecimento de uma dinâmica efetivamente territorial.

Por outro lado, os planos das SDRs encontram-se restritos aos limites administrativos dos municípios-membros. Além disso, como já se identificou, há sobreposição de projetos, falta de intercâmbio, e competição por projetos e financiamentos. É claro que podem ser significativos os resultados de suas ações, mas entende-se que uma articulação que envolva as três SDRs do Alto Vale do Itajaí, buscando conectar os diversos projetos de cada uma delas, seria mais rico e proveitoso para uma dinâmica endógena de desenvolvimento.

Que cenário prever aqui? Isto depende da manutenção das SDRs num prazo maior que os próximos quatro anos, caso haja novas mudanças na esfera executiva do Estado. Mas a história política recente tem mostrado que uma mesma corrente não consegue manter-se no poder além de duas investidas. Com isso, há uma perspectiva de mudança nas próximas eleições e de uma provável reorganização administrativa com possível extinção deste modelo descentralizado.

Quanto às organizações ambientais, atuando ou não com o turismo, concluiu-se que vêm cumprindo seus objetivos e, com isso, instaurando uma consciência socioambiental que poderá ser basilar para o futuro da região.

No âmbito privado, o que se espera das operadoras de turismo de aventura e outros empreendimentos é que mobilizem o quadro funcional local, favoreça-lhes qualificação, conecte outros setores com sua atividade principal e contribua para a manutenção da cultura e das tradições locais, indo além da oferta pura e simples de práticas de aventura; e mais, que busquem estratégias conjuntas para superar os obstáculos conjunturais que o turismo enfrenta.

Sobre isto, uma das agências observadas durante a coleta de dados (Ecoadrenalina, de Ibirama) sequer possuía sede própria na cidade. Na entrevista com seu proprietário, este foi contundente em afirmar que não havia colaboração de nenhum tipo entre as empresas, e que tampouco existiam ações de conexão com outros setores da sociedade. Atualmente, esta mesma empresa inaugurou sua sede própria, com arquitetura típica da região (enxaimel). Além de serviços turísticos, vende artesanato e outros produtos elaborados na cidade; faz conexão com outras operadoras que oferecem serviços diferenciados dos seus e busca parcerias com agricultores familiares no sentido de levar seus clientes até estas propriedades para almoços e cafés coloniais. Também junto a algumas administrações municipais na manutenção e conservação de sítios turísticos, como as cachoeiras de Presidente Getúlio. Esta é uma relação (empresa-comunidade) que merece maior atenção de pesquisadores, mas por hora é o que se pode averiguar.⁹⁵

Mudando para o âmbito municipal, está claro que sua opção é o turismo rural em pequenas propriedades familiares. O fato é que, mesmo propondo planos voltados à revitalização da agricultura familiar, não se observam nos projetos estudados possibilidades concretas de perenidade. Não há garantias mínimas de fluxo turístico para manter a atividade; não há recursos satisfatórios para atender a demanda de adaptação das propriedades, tampouco

⁹⁵ Sem qualquer outra intenção, ao observarmos tal mudança nesta empresa, nos perguntamos: até que ponto a entrevista que fizemos pode ter sido – conjugada a outros aspectos – um fator motivacional para tais transformações?

segurança de que as famílias agricultoras estarão à vontade com esta atividade e com pessoas desconhecidas em sua lavoura e sua casa.

Em outro nível, é preciso destacar outros planos e ações da administração estadual (representada pela SANTUR), bem como os projetos da esfera federal.

No âmbito estadual, apesar da farta publicidade dos atrativos turísticos do Estado, e de projetos e políticas públicas, pouco tem sido direcionado ao Alto Vale do Itajaí. O governo do Estado, a exemplo de administrações anteriores, mantém seu foco no turismo de “sol e praia” (que apresenta ciclicamente todas as mazelas possíveis do turismo de massa), com projetos menos ambiciosos voltados ao interior do Estado. Mesmo com forte investimento para divulgar o Estado, não foram encontrados planos de médio e longo prazos para instaurar um turismo voltado a um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

Os setores oficiais poderão argüir que o PRODETUR está exatamente na condição de apresentar propostas para um turismo sustentável. Contudo, mantém-se a assertiva, pela leitura dos documentos e dos relatórios das ações já desenvolvidas, que este continua com a perspectiva (perversa) do turismo localizado no litoral e durante o verão. Além disso, com exceção de Blumenau e Pomerode, e dos municípios litorâneos do Vale do Itajaí, as outras cidades do Vale estão à margem do programa.

Na página da *web* da SANTUR encontramos pesquisas de fluxo e interesses turísticos que poderiam nos dar pistas de um planejamento prudente de longo prazo; contudo, tais pesquisas são realizadas apenas em alguns portais turísticos e somente com os turistas que para lá se dirigem em busca de informações.⁹⁶

No que toca à União, justamente o PRODETUR é o projeto existente para o Estado. Nem mesmo o Projeto Pólos de Ecoturismo, que designou o Alto Vale do Itajaí como uma região de grande potencial, apresenta ações para aquele pólo.⁹⁷ Entretanto, à parte deste programa, há no país um processo de regionalização do turismo, começando pelo Plano Nacional de Municipalização do Turismo, até outros níveis mais abrangentes, que poderá vir a

⁹⁶ Atualmente, há 39 portais do lazer espalhados pelo Estado. No mês de setembro de 2006 (última pesquisa divulgada), apenas 21 portais participaram da pesquisa de demanda e satisfação. Os dados, entretanto, são apresentados de forma única para o Estado, não havendo acesso a dados regionais. O portal de Ibirama, que poderia apontar dados da região estudada não participou da pesquisa nos meses de fevereiro, abril, maio, junho e julho. O Portal de Aurora, na região do Alto Vale do Itajaí, é o que mais participou destas pesquisas, mas como está situado acima (mais para o interior) das principais cidades turísticas da região, não dispõe de dados dos turistas que vêm pelo litoral.

⁹⁷ O Projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil apontou 96 pólos em 2002; entretanto, em 2005, apenas oito destes foram elencados como prioritários, recebendo uma atenção mais específica do Ministério do Turismo (planejamento, formatação de roteiros, recursos, etc.). São eles: Chapada Diamantina (BA), Pantanal (MS), Delta do Parnaíba (MA), Parati (RJ), Rio Negro (AM), Ilhéus (BA), Ribeira (SP) e Aparados da Serra (RS). Não foram encontrados documentos com os critérios para esta eleição.

influenciar de alguma maneira a atividade turística no Alto Vale do Itajaí. Estes grandes planos de ação nacionais indicam o desenvolvimento de um turismo sustentável e voltado às necessidades locais como principal objetivo.

Por outro lado, para caracterizar a complexidade da questão, no que diz respeito às responsabilidades da União para com o desenvolvimento turístico no Alto Vale do Itajaí, a duplicação da BR-470 (apontada inclusive no PRODETUR como um obstáculo a ser superado), está na pauta de políticos e da sociedade há anos. Esta obra poderá ser vital para o turismo na região, mas não há, no momento, nenhuma perspectiva de sua execução.

Por último, sobre as interferências significativas em um plano de DTS calcado no turismo, chegamos à questão da construção da Usina de Salto Pilão. Esta obra já foi exaustivamente debatida, contestada, aprovada, denunciada, e após anos de um processo de audiências públicas, embates jurídicos, enfrentamentos administrativos, foi autorizada e sua construção foi iniciada no segundo semestre de 2006. Considerada de baixo impacto ambiental, por não possuir reservatório em forma de lago, mas sim um túnel que canalizará a água até a casa de turbinas, deve gerar cerca de 2.000 empregos em sua construção e mais 100 empregos diretos, aproximadamente, após sua instalação.⁹⁸

Sobre as conexões deste empreendimento com o turismo, é possível listar: a) as compensações ambientais (recuperação do leito do rio Itajaí-Açú e de pontes da via férrea a ser utilizada pelo TREMTUR); b) o pacto de desviar a água canalizada no túnel para o leito original em função do turismo de aventura conforme calendário a ser planejado entre os atores envolvidos; c) a construção de um museu da via férrea anexo à casa de força da usina, entre outros. Ou seja, as comunidades do entorno, envolvidas com o turismo da região e de alguma forma afetadas pela construção desta usina, estão planejando, já em parceria com o consórcio construtor da mesma, uma série de ações que devem, mais do que minimizar os impactos negativos sobre o turismo, justamente ir na direção oposta impulsionando certos setores, como o TREMTUR.

A maior preocupação dos operadores de turismo de aventura é a canalização da água para o túnel, o qual deve decretar o fim de uma das calhas⁹⁹ de *rafting* entre as mais importantes do país. No entanto, na visão da maior parte dos entrevistados, isto não será um problema maior para o turismo, posto que este trecho é pouco utilizado pelo público em geral,

⁹⁸ Extraído de <http://www.perfuradores.com.br/index.php?pg=view&tema=mercado&id=13534> em 20/11/2006.

⁹⁹ Calha é o termo usado para designar as partes do leito de um rio onde podem se realizar práticas esportivas e de lazer.

apenas por atletas ou pessoas com grande experiência, o que não representa um número significativo em relação ao turismo.

De qualquer maneira, algumas ações, como campeonatos de *rafting* em nível nacional, deixarão de ser realizados, restringindo a visibilidade midiática que poderia impulsionar os atrativos turísticos do lugar.

As análises apresentadas anteriormente remetem à conclusão, mais uma vez, da necessidade de planos territoriais para a região, a fim de configurar uma identidade turística para a mesma e reforçar os laços interescares no planejamento e execução de uma política de turismo voltada ao DTS. Também indica a inserção de representantes regionais em outros níveis decisórios, como, por exemplo, o Conselho Gestor do Projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil.

Finalmente, nos questionamos sobre os limites e as possibilidades de o ecoturismo, por sua especificidade, contribuir significativamente para a conservação, recuperação e manutenção de áreas naturais e, assim, potencializar a competitividade do território.

No plano das proposições, ou seja, do que está presente nas políticas para a região, todos os projetos, desde os municipais, passando pelos regionais das SDRs, até o federal (PRODETUR), apontam o objetivo explícito de o turismo contribuir para a recuperação, manutenção e conservação dos recursos naturais dos destinos turísticos e seu entorno.

Em alguns destes projetos encontram-se propostas específicas em relação ao tema, como o TREMTUR, cujo plano prevê a recuperação ambiental de uma extensão de 500 metros para cada margem da ferrovia, incluindo aí edificações antigas, moradas rurais dos colonizadores e estações.

O projeto Acolhida na Colônia, por sua vez, preconiza a agricultura orgânica nas propriedades participantes, mesmo que suas atividades sejam apenas de hospedagem ou alimentação, por exemplo.

A rota de turismo rural organizada e implementada pela APREMAVI, em Atalanta, bem como as caminhadas ecológicas da ACADEMA, em Ibirama, vão na mesma direção.

Contudo, e reconhecendo os méritos destas iniciativas, entende-se que há toda uma dinâmica nas relações sociais e com o ambiente que deve mudar para prever um futuro com a preservação de recursos naturais no Alto Vale do Itajaí. Isto leva à afirmação de que os projetos de desenvolvimento endógeno, calcados ou não na atividade turística, só poderão ser exitosos se forem acompanhados de um projeto de educação voltado ao ecodesenvolvimento; ou, ao menos, de ações nesta direção. Seria um exemplo disto a agenda (calendário) criada pela

administração de Rio do Sul, a partir de atividades escolares. A distribuição e o uso desta agenda, pelos escolares e outras pessoas, ao longo de todo um ano, é um importante recurso educativo para estabelecer uma consciência ambiental que produza frutos no presente e no futuro.

A questão da conservação ambiental leva novamente a uma reflexão sobre capital social. Um processo educativo de longo prazo, cujas bases sejam os valores humanos e a busca justa por um mundo ambientalmente equilibrado, pode levar a uma mudança de comportamento, representando, em última análise, um novo elemento a compor o capital social daquela população.

Sendo possível observar capital social em várias regiões (ou territórios) do planeta, cada uma realçada por determinadas características, então visualiza-se, ao menos como possibilidade, alguns territórios cujo aspecto mais destacado e significativo seja a prudência ecológica de seu povo.

Se o turismo for acionado de forma a contribuir para a instauração deste processo, poder-se-á alcançar esta meta mais rapidamente. Entretanto, se a visão dos agentes decisórios for de que apenas o turismo pode dar conta desta tarefa, então será mais difícil e lento efetivá-la. Mas, como cenário futuro, observou-se que há um processo salutar em desenvolvimento de recuperação da Mata Atlântica, criação de áreas de preservação e mudanças da agricultura tradicional para a orgânica. Espera-se que o ecoturismo contribua nesta dinâmica.

Proposições e cenários futuros foram apresentados até aqui; à continuação, serão tecidas algumas considerações de ordem mais geral sobre a situação-problema identificada na região, à guisa de conclusão, buscando destacar as ações consideradas essenciais tendo em vista a concretização de um projeto de DTS para região. A indicação de uma agenda de pesquisas para o aprofundamento deste cenário completa o leque de subsídios visando auxiliar no balizamento de um caminho que atenda aos preceitos do DTS no Alto Vale do Itajaí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação, constatamos a existência de um padrão de desenvolvimento pautado em pequenas e médias empresas familiares, no Alto Vale do Itajaí, herança da lógica de distribuição de terra e atividades à época da colonização. Este padrão continua sendo veiculado como expressão de uma dinâmica de desenvolvimento regional bem-sucedida

Verificou-se que se trata de uma região detentora de indicadores socioeconômicos situados acima da média estadual e mesmo do País. Em especial, os três municípios que compõem o pólo de ecoturismo, conforme indicado pelo Ministério do Turismo, estão gerando um nível crescente de qualidade de vida para a maioria de sua população.

Ao mesmo tempo, esta região vem convivendo com um fluxo contínuo de imigrantes oriundos de outras regiões do Estado e do país em busca de emprego e melhores condições de vida. A economia baseada na agricultura familiar encontra-se em crise. Contribuem para tanto vários fatores externos como as oscilações da moeda norte-americana e a entrada de produtos produzidos a baixo custo no contexto asiático

No que diz respeito à conservação dos recursos naturais, trata-se de uma região que construiu boa parte de sua riqueza às custas da destruição progressiva da Mata Atlântica, seja na abertura de novas áreas cultiváveis, seja na exploração direta da madeira para edificações, movelaria e até mesmo como combustível. Em relação aos recursos hídricos, os municípios foram se instalando e se desenvolvendo às margens dos rios da região, o que era uma característica dos projetos de colonização do final do século XIX. À medida que foram se intensificando as atividades agrícolas, pecuárias, industriais e têxteis, os rios tornaram-se cenários de poluição cada vez mais intensa. Este processo vem sendo revertido de maneira bastante tímida, motivada mais por leis e sanções do que por uma mentalidade conservacionista.¹⁰⁰

Atualmente, em função da instalação da UNIDAVI, do crescimento demográfico, de formulação de políticas públicas e ações governamentais, demandas regionais externas por produtos e serviços, desenvolvimento tecnológico, diversificação de cursos de formação profissional, globalização econômica e cultural, entre outros, a região do Alto Vale do Itajaí passa por um processo de transformações, ao mesmo tempo em que busca novas estratégias para a manutenção de sua história e suas tradições.

¹⁰⁰ Existem casos nos quais empresas constituídas não são as fontes poluidoras; mas a terceirização de sua produção, em pequenas fabriquetas domésticas, informais e não fiscalizadas, leva ao despejo dos resíduos em ribeirões e terrenos, dificultando o processo de mudança deste comportamento.

É justamente no bojo destas transformações, e no diagnóstico dos problemas sociais existentes no território, que se buscam modalidades alternativas de desenvolvimento sistêmico. De certa forma, o turismo pode representar, na percepção dos atores envolvidos, uma inovação na região.

O quadro 5, apresentado no capítulo 2, sintetiza uma avaliação estratégica deste setor atualmente. Esta síntese fundamenta uma série de proposições ao poder público e outros atores em geral, em especial no enfrentamento das ameaças e fragilidades das trajetórias em curso:

- melhoria da malha viária de acesso à região;
- ações permanentes de prevenção de enchentes e despoluição dos rios;
- ações de minimização dos impactos originados pela Usina de Salto Pilão, com aplicação socioambiental dos recursos provenientes de compensação ambiental;
- ampliação dos fóruns de desenvolvimento e da participação interescalar nos mesmos (nas SDRs, na AMAVI, nas prefeituras);
- enfrentamento conseqüente de problemas de exclusão social dos grupos indígenas.

De maneira geral, no que diz respeito aos critérios de “satisfação de necessidades básicas”, o estudo comprovou que os projetos e ações em fase de planejamento ou execução: a) estão pautados por diversos pontos comuns e positivamente significativos, posto que objetivam incrementar a renda familiar dos pequenos agricultores e, com isto, diminuir ou evitar o êxodo rural; b) devem ser sustentáveis (no sentido de serem perenes e ambientalmente equilibrados); c) que devem reverter majoritariamente seus benefícios à comunidade local, especialmente às pequenas comunidades agrícolas.

Ao mesmo tempo, apresentam pontos comuns que deixam a desejar do ponto de vista do enfoque de DTS, tais como uma conexão frágil do setor turístico com outros setores; a ausência de políticas públicas voltadas ao fomento do turismo de aventura; e exclusão de áreas socialmente degradadas nos projetos turísticos e a preexistência, como critério, de equipamentos turísticos para selecionar as áreas que serão encampadas pelos projetos.

As proposições aqui listadas vão exatamente na direção de ampliar os aspectos positivos e superar os atuais bloqueios:

- ampliar as conexões com outros setores, de forma planejada, incrementando uma rede cooperativa e fornecendo maior importância ao setor turístico;
- planejar e implementar ações e políticas para a implantação efetiva do Pólo de Ecoturismo, conforme apontado pelo Ministério do Turismo;

- utilizar outros critérios além da preexistência de equipamentos turísticos, justamente para atender às demandas das comunidades carentes.

Em relação à prudência ecológica, não ficou claro que os projetos e ações voltados à implementação do turismo na região, independentemente de sua modalidade, apontem na direção de superar a dicotomia sociedade/natureza. Ao contrário, a natureza é vista apenas como um cenário, como paisagem para o turismo, e por ser importante componente do produto turístico deve ser conservada e/ou recuperada. Mas, apesar disto, a presença de uma consciência ecológica é significativa, ainda que baseada num modelo antropológico, onde o ser humano é o senhor que pode ou não agir sobre a natureza.

Por outro lado, os projetos estão, de certa forma, isolados de outras dimensões do desenvolvimento, sem conexões, repetindo no meio social o padrão que chamamos de “monodisciplinar” na academia. Se a interdisciplinaridade (isto sem chegar ao nível da multi ou transdisciplinaridade) é ainda quase uma abstração no meio acadêmico, quem dirá nas políticas públicas.¹⁰¹

Por sua vez, a sociedade civil organizada, com os méritos de suas ações, em grande monta voluntárias e altruístas, também se funda na dicotomia. Este segmento limita-se a estimular a preservação, conservação e manutenção dos diversos ecossistemas presentes na região, como se o ser humano estivesse à parte deles, outra vez senhor do que deve ou não deve ser empreendido.

Em relação à satisfação de necessidades básicas e à possibilidade de reversão dos projetos, a pesquisa permitiu constatar que há certo entusiasmo e mesmo uma “aposta” de que os projetos serão bem-sucedidos, que seus frutos vão ser os planejados, de que não haverá necessidade de ações mitigatórias e/ou “salvadoras” de possíveis fracassos. Aqui, recorda-se o depoimento do representante da SDR Ibirama, o qual insistia na idéia de que os projetos “têm que dar certo” para recuperar a auto-estima do pequeno agricultor. Mas não há previsão nos projetos de quem vai pagar os empréstimos realizados para adaptar as propriedades, tampouco existem indicações do que fazer com estruturas que venham a ser construídas e que percam sua utilidade pela falta de clientes, entre outros. E já que os projetos públicos estão dirigidos à agricultura familiar, o que poderá impedir o êxodo rural se tais ações não gerarem renda suficiente para atender as necessidades dos pequenos produtores?

¹⁰¹ Entretanto, sempre é bom lembrar que, por muitas vezes, o conhecimento não-acadêmico, seja um conhecimento tradicional ou não, consegue abranger níveis que os vícios da academia não lhe permitem encampar.

Outra dimensão da prudência ecológica diz respeito aos empreendimentos que, mesmo sendo considerados como ecologicamente destrutivos, são aceitos em função da “necessidade de desenvolvimento”, a exemplo da Usina de Salto Pilão e dos projetos de reflorestamento. Os atores sociais entendem que tais empreendimentos são importantes porque a região precisa se desenvolver, e os custos ambientais serão pagos pelas riquezas geradas pelos mesmos.

Estes dados explicitam que o modelo de desenvolvimento tradicional, no qual a dimensão do crescimento econômico é acentuada em detrimento das outras dimensões, ainda é bastante presente e necessita ser superado. Estas são questões que ficam em aberto e sugerem algumas proposições:

- planejamento e elaboração de um projeto de educação para o ecodesenvolvimento, pautado no pensamento sistêmico
- planejamento de projetos (ou modificação dos já existentes) integrados e de longo fôlego, conectando diversos setores e atividades
- inclusão, nestes projetos, do tema da reversibilidade;
- busca e implementação de alternativas para os grandes empreendimentos.

Sobre o eixo analítico da autonomia ou *self-reliance*, duas observações mais conclusivas podem ser feitas. A primeira é de que há uma cultura associativa na região, que compõe seu capital social e, por isso mesmo, pode ser a base de uma dinâmica cada vez mais ampla de fortalecimento das suas instituições e da sociedade local como um todo. Esta cultura tem sua origem na identidade étnica, na religião e nas tradições artísticas e desportivas. A segunda observação é a de que os projetos turísticos para a região são (como são de forma geral todos os projetos turísticos) dependentes de demanda externa. Neste estudo, os dados indicam que a demanda interna não será suficiente para gerar os frutos que se pretendem com estes projetos. Neste caso, tal dependência não é regulada apenas pelo desejo de o turista se deslocar até a região, tampouco passa apenas por uma boa campanha publicitária. A situação econômica do País, os transtornos com deslocamento por rodovias em mau estado de conservação, a sazonalidade, a falta de estrutura hoteleira, bem como uma forte competição com destinos turísticos já consolidados, são aspectos que parecem não incomodar significativamente os proponentes dos projetos e políticas até o momento.

Observou-se também que o Poder Público local não se viu refletido no Projeto Pólos de Ecoturismo, indicando assim que esta tarefa, se realizada, dependerá fundamentalmente da iniciativa privada. Ao deixar de aproveitar a visibilidade nacional que a região assumiu com os

esportes de aventura no rio Itajaí-Açú, bem como possíveis recursos e auxílios que poderiam advir do projeto dos pólos de ecoturismo, as instituições locais abdicam de via privilegiada para gerar demandas e, por implicação, sua dependência externa deverá se ampliar.

Entretanto, como vimos, há uma proposta em execução, que é a instituição da marca Verde Vale Colonial. Esta pode vir a ser uma estratégia importante para a composição de um território, posto que tem como trunfo ser uma marca dos municípios da região do Alto Vale do Itajaí. Com uma marca identitária forte, aliada ao espírito associativo e a um conselho regional gestor da atividade turística, o fortalecimento do poder decisório poderá se ampliar. No rol das propostas, indicamos o seguinte:

- a implementação de um conselho gestor para o turismo no Alto Vale do Itajaí, com representação de fato, em pirâmide, cuja base seriam as pequenas associações (nas comunidades rurais, nos bairros, etc.), passando pelos conselhos municipais de turismo, depois pelos conselhos das SDRs e chegando ao seu topo no conselho gestor, o qual, já se sugeriu, poderia ser coordenado pela AMAVI. Por sua vez, este conselho teria assento no Conselho Regional do Vale do Itajaí;

- o início de um processo de implementação do Pólo de Ecoturismo do Alto Vale do Itajaí, segundo instrui o Ministério do Turismo, ampliando as possibilidades de demanda externa à região e as opções de atividades turísticas para os empreendedores locais;

- a implementação da marca Verde Vale Europeu;

- a busca de representação da região em fóruns situados em níveis mais elevados de gestão, como o Comitê Gestor dos Pólos de Ecoturismo do Brasil.

Quanto à viabilidade econômica, seria importante retomar a questão do perfil da demanda (interna e externa). Na ausência de dados atualizados e confiáveis sobre este tópico, os projetos em elaboração ou andamento tornam-se grandes incógnitas. Haverá clientes? A renda gerada na atividade será suficiente ao menos para mantê-la? A relação econômica custo/benefício será plausível para a agricultura familiar? O tempo de amortização dos gastos de adaptação das propriedades será viável? Muitas questões permanecem sem resposta – também neste estudo. Apesar disso, podemos ressaltar a necessidade premente de um estudo sobre a demanda e o fluxo turístico na região. Este tema foi apontado pela coordenadora do curso de Turismo da UNIDAVI, a qual entende que a falta destes dados é uma lacuna no sistema de planejamento regional. Dessa forma, deveria merecer uma atenção especial dos decisores:

- a elaboração imediata de um estudo de fluxo e demanda turística em função dos produtos e serviços que a região do Alto Vale do Itajaí pretende ofertar. Sem estes dados, a visão prospectiva do turismo no Alto Vale do Itajaí se dilui no entusiasmo dos atores locais e permanece no âmbito das “apostas”.

Sobre o papel educativo do enfoque do DTS, vale a pena insistir na ausência de programas nesta direção. As associações de defesa ambiental apresentam um viés ainda muito biologizante em suas atividades e as instituições de ensino formal pouco estão avançando no enfrentamento deste problema. Com exceção do curso de turismo da UNIDAVI,¹⁰² com aprofundamento em meio ambiente, não encontramos projetos de educação pautados por princípios de sustentabilidade ambiental e justiça social.¹⁰³ Vale aqui destacar a agenda anual projetada pela prefeitura de Rio do Sul; mas esta é uma ação isolada e não parte de um processo educativo mais amplo.

Seguindo nosso roteiro para as considerações finais, chegou o momento de retomar nossa hipótese de trabalho inicial, segundo a qual **o padrão de Ecoturismo desenvolvido no Pólo de Rio do Sul configura-se como uma atividade travestida de “ecológica”, que reforça o processo de modernização conservadora e que pouco tem contribuído para a constituição de territórios sustentáveis em Santa Catarina.**

A análise das evidências constatadas parece confirmar esta hipótese. Em que pese o entusiasmo dos *stakeholders*, os projetos municipais e regionais, e os empreendimentos das organizações não-governamentais, além das ações conduzidas pela iniciativa privada, não existem evidências convincentes no Alto Vale do Itajaí sobre planos de ações sintonizadas com o enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Na maior parte dos dados analisados, observa-se uma intenção e mesmo um esforço para que os projetos se convertam em ações voltadas à sustentabilidade e à conservação do meio ambiente, mas outros aspectos que caracterizariam uma dinâmica de DTS estão sendo desconsiderados.

Por outra via, os projetos do Governo do Estado, desenvolvidos pelas SDRs, não se conectam, não se complementam, separando burocraticamente espaços que podem ser

¹⁰² Citamos aqui o curso de Turismo da UNIDAVI, mas no capítulo 3 já destacamos que não há disciplinas voltadas à conexão turismo/desenvolvimento sustentado.

¹⁰³ É importante dizer que, por motivos alheios à nossa vontade, não obtivemos dados sobre os projetos educativos da Casa Familiar Rural. Sobre a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, estudo elaborado por Luiz Alberto Ferreira indica um estágio ainda embrionário nesta direção.

agregados na construção de territórios sustentáveis. Isto reforça a assertiva de que tais projetos acabam reproduzindo no Alto Vale do Itajaí, o modelo catarinense de modernização conservadora. Este modelo é alimentado por uma cultura política do tipo “farinha pouca, meu pirão primeiro”,¹⁰⁴ e por rivalidades partidárias e bairristas. A sustentabilidade apontada caminha na direção de manter a dimensão do crescimento econômico a qualquer custo no centro das atenções.

Assim, pelos dados já apresentados e discutidos, pode-se inferir que os projetos e ações voltados à atividade turística no Alto Vale do Itajaí pouco contribuem para a constituição de um cenário de DTS. Mas, o “pouco”, neste caso, pode ser um indício de potencialidades subaproveitadas, ou seja, de que estão presentes condições para um processo de planejamento de estratégias de DTS.

Os espaços de planejamento já existentes, as associações civis, os projetos institucionais, a marca Verde Vale Europeu, a vontade em especial das pessoas que atuam tecnicamente nestas ações (não em cargos indicados), os recém-formados bacharéis de turismo com ênfase em meio ambiente, entre outros, são aspectos que não podem ser desconsiderados e que têm em si mesmos todo o potencial e a força criativa e transformadora característica do ser humano.

Na introdução deste texto, acentuamos que o estudo foi concentrado nas três cidades apontadas pelo Ministério do Turismo como significativas para a formação de um pólo de ecoturismo na região. Após o estudo exploratório, o qual incluiu um levantamento de dados em campo, percebeu-se que não seria possível limitar o estudo ao turismo de aventura e, tampouco, a essas três cidades apenas. Apesar disso, mantiveram-se como foco central os três municípios, mas ampliando-se para outras cidades e para o entorno da região. De qualquer maneira, aponta-se a necessidade de novos estudos voltados mais detidamente para o conjunto do Alto Vale do Itajaí, buscando outros indicadores de um possível cenário de DTS.

Outros estudos também poderão (e deverão) ser desenvolvidos para avaliar os projetos, em elaboração ou em fase inicial de implementação, citados ao longo deste relato. Uma vez que se observou a ausência de planejamento voltado à reversibilidade das ações, bem como a falta de pesquisas sobre fluxo turístico, apontamos a necessidade de um acompanhamento muito próximo destes projetos, para identificar rapidamente suas lacunas, seus acertos, suas falhas. Como a maior parte dos projetos em implantação está voltada às pequenas propriedades

¹⁰⁴ Dito popular que reflete o egoísmo e a miséria humana quando há pouco para repartir. Justamente na direção oposta da associação, do cooperativismo e de uma perspectiva ecológica ou sistêmica de mundo.

rurais, é preciso que as instituições proponentes estejam atentas para evitar perdas materiais e desgastes humanos desta parcela dos trabalhadores rurais.

Em relação a uma possível dinâmica, mesmo que germinal, de DTS no Alto Vale do Itajaí, os estudos de Elaine Medeiros e Luciana Butzke, já citados neste texto, devem se somar a este constituindo uma análise diagnóstico-propositiva ampla e multissetorial. Este processo disponibilizará informações e indicações ao poder público, aos setores da sociedade civil organizada e ao setor privado, que podem auxiliar estas instituições a pensar e agir sobre um modelo de desenvolvimento adequado para a região e seu futuro.

Outra possibilidade investigativa é a hipótese da Cesta de Bens para o Alto Vale do Itajaí. Que produto ou serviço seria o componente principal da cesta? O turismo? Quais as condições necessárias para isto? Será a cesta de bens uma referência significativa para a região?

Sobre a cesta de bens, é importante destacar que se buscou encontrar ao longo deste estudo elementos para compreender melhor esta hipótese, especialmente durante o estágio doutoral na Europa, ou seja, estudos de caso nos quais o turismo constitui o principal elemento de sistemas produtivos localizados. Aponta-se aqui, como uma lacuna desta investigação não ter sido possível avançar mais neste sentido. A cesta de bens, como uma alternativa de DTS encontra-se em estado de análise e avaliação, especialmente na França, e os estudos até agora realizados indicam algum produto¹⁰⁵ como componente primordial da cesta e não um serviço. Refletir sobre o turismo como componente que identifica e caracteriza a cesta de bens é uma tarefa ainda por ser realizada.

Por outra via, a participação no grupo de pesquisa sobre DTS possibilitou observar a ausência de algumas disciplinas ou campos de conhecimento no grupo; aponta-se nossa própria área de formação – a Educação Física – como exemplo. Há uma produção bastante fértil na área sobre a relação ser humano/sociedade/natureza através das práticas corporais na natureza (entre as quais, o turismo de aventura). Destaca-se também, neste contexto, os aprofundamentos teórico-metodológicos desenvolvidos nesta área, sobre o fenômeno do lazer. Essas contribuições atribuem ao fenômeno um papel social muito mais abrangente e significativo como indicador de qualidade de vida do que a mera recreação.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Por exemplo, o óleo de oliva. A este produto agregam-se outros produtos como sabonete, óleos essenciais, vinhos e, até mesmo, o turismo rural.

¹⁰⁶ Cf. apontado na nota de rodapé 37.

Estes estudos podem ser importantes parceiros para contextualizar determinados comportamentos e também para ajudar a superar a dicotomia ser humano/natureza.

Mas é justo ressaltar que os estudos no interior deste projeto estão em sua fase preliminar, numa proposta de longo esforço, e que o grupo não impõe a ausência de disciplinas como acabamos de citar; ao contrário, está claro que é reflexo de um momento, e que a proposta de multi ou transdisciplinaridade como base para o projeto está nos princípios da própria matriz teórica dos estudos, o DTS.

Findo este estudo, com sua hipótese de trabalho respaldada pelos dados coletados, resta a conclusão de que o território do Alto Vale do Itajaí apresenta um grande potencial latente para a implementação de um projeto de DTS. Apesar das lacunas apontadas, é um território que reúne vários dos requisitos para um processo de desenvolvimento endógeno. Alguns caminhos que podem levar nesta direção foram apontados mais acima. Espera-se que este estudo possa cumprir parte de seu papel subsidiando a consecução de políticas públicas e setoriais de turismo. É com este propósito e desejo que se encerra esta etapa acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS OBRAS VISITADAS

ALVES, Arildes Franco. **O caráter multifuncional da agricultura: um estudo de caso no município de Rio do Sul - Alto Vale do Itajaí-SC**. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

AMAVI. **Ferrovias das Bromélias: Projeto de revitalização da Estrada de Ferro Santa Catarina** [Síntese]. Rio do Sul: maio de 2002 [mimeo].

AMAVI. **Potencialidades e Oportunidades de Investimentos no Alto Vale do Itajaí**. Rio do Sul: Gráfica Tambosi, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

AOUN, Sabáh. **A procura do paraíso no universo do turismo**. Campinas: Papirus, 2001.

BAGER, Alex. (org.) **Anais... 2º. Simpósio de Áreas Protegidas**. Pelotas, 2003. Cd-Rom.

BARRETO, Margarita. TAMANINI, Elizabete. (org.) **Redescobrimos a ecologia no turismo**. Coleção Turismo, Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BERARD, HIRCZAK, MARCHENAY, MOLLARD, PECQUEUR. **Le panier de biens: une construction patrimoniale et territoriale. L'exemple de La Bress**. *Symposium international INRA – PSDR, Lyon 9 - 11 mars 200. TERRITOIRES ET ENJEUX DU DEVELOPPEMENT REGIONAL* »

BERGER, Samuel. **Ecoturismo e educação**. Monografia de Graduação do Curso de Educação Física da UFPR, 2000. mimeo.

BERKES, Filkret. Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up. IN: OSTROM, E. et al. (eds) **The drama of the commons**. Washington: National Academy Press, 2002, 293-321.

BERKES, Filkret. Social systems, ecological systems and property rights. In: THOMPSON & LANGILL (orgs.). **Common property. Readings and resources for community-based natural resource management researches**, vol.6. Ottawa, 1999, 87-107.

BERKES, Filkret. **Success and failure in marine coastal fisheries of Turkey**. In: Making the commons work: theory, practice and policy. San Francisco: ICS Press, 1992, 161-182.

BERKES, Filkret. FOLKE, C. **Capital cultural, capital natural y desarrollo sostenible: una perspectiva sistémica**. Gaceta Ecológica, no. 46.

BITENCOURT, Neres. **Uma proposta de cidadania para a preservação ambiental: um estudo de caso: Comunidade de Vargem do Braço no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

BLAIKIE, Norman. **Approaches to Social Enquiry**. London: Blackwell, 1993.

BLOGOSLAWSKI, Ilson P. R. **A escola alemã no alto Vale do Itajaí: sociedade escolar – Colônia Matador, 1892-1930**. Rio do Sul: Nova Era, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRAGA, Maudeth P. **Turismo e desenvolvimento local**. Anais do II Encontro Nacional da ANPPAS, Campinas, 2004. Extraído de www.anppas.org.br em 04/07/2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRUHNS, Heloisa T. & SERRANO, Célia. **Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

ALENCAR, Nájila R. CABRAL, Julião. & SOUZA, MARCELO P. de. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. São Carlos: RIMA, 2002.

CARRIÈRE, Jean-Paul. **As bases teóricas das estratégias de desenvolvimento local**. Texto para palestra no I Seminário Interno do projeto de pesquisa “DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina”. 2004, mimeo.

CARRIÈRE, Jean-Paul. CAZELLA, Ademir A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **ESFORIA**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC. V.4, no. especial. 2006, pp. 23-47.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. **O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas**. In: Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local. Disponível em <http://www.ie.ufjf.br/redesist> .Acessado em 28 de julho de 2004.

CAZELLA, Ademir A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. In: **ESFORIA**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC. V.4, no. especial. 2006, pp.225-247.

CAZELLA, Ademir A. CERDAN, Claire. VIEIRA, Paulo H. F. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos (introdução). In: **ESFORIA**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC. V.4, no. especial. 2006, pp.13-20.

CAZELLA, Ademir A. VIEIRA, Paulo H. F. **Desenvolvimento territorial: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do estado de Santa Catarina**. Projeto de Pesquisa Capes-Cofecub apresentado à FUNCITEC. 2004.

CAZELLA, Ademir A. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude**. Thierval-Grignon, INRA, Mémoires et Thèses, n° 36, 2002, 395 p. Capítulo I traduzido para o Português, 40p.

CAZELLA, Ademir A. **Vantagens diferenciadoras e mediação de conflitos: desafios das políticas de desenvolvimento territorial**. 2005. Extraído de http://www.condraf.org.br/documento/Texto_Ademir_Cazella.pdf.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. LIMA, Luiz C. **Turismo e desenvolvimento social sustentável**. Anais... I Seminário Internacional de Turismo. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. . O Ecoturismo e os hóspedes da natureza. In: BARRETO, Margarita; Tamanini, Elizabete. (Org.). **Redescobrimo a Ecologia no Turismo**. 1 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, v. 1, p. 35-59.

DAGNONI, Cátia. Colonização de Rio do Sul: alemães e italianos. In: **Rio do Sul: nossa história**. Rio do Sul: Jawi; Fundação Cultural de Rio do Sul; Arquivo Histórico. 2000. Tomo II, n.6.

De PÁDUA, Elisabete M.M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus, 1997.

DIEGUES, Antonio C.S. NOGARA, Paulo J. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

DIEGUES, Antonio C.S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. IN: BRUHNS & SERRANO (orgs). **Viagens à natureza**. Turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

DIEGUES, Antonio C.S. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec. Nupaub-CEC/USP. 1996.

DOUROJEANNI, M.J. Vontade política para estabelecer e manejar parques. In: DAVENPORT et al (org.) **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002, 347-362.

DUPUY, J.P. **Introdução à crítica a ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

EMBRATUR. **Pólos de desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil: planejamento e gestão**. Terragrah Artes e Informática, 2001, 183 p.

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO DO SUL. **Fundação**. Disponível em <http://www.eafrs.gov.br/principal.htm> . Acessado em 08 de março de 2006.

ESPÍNDOLA, T. (moderadora). **Oficina Instância de Gestão do Turismo Regional: região do Vale Europeu**. Rio do Sul, 2004.

FARIA, Ivani F. de. (Coord.). **Turismo: sustentabilidade e novas territorialidades**. Manaus: EDUA, 2001

FARIA, Ivani F. de. (Coord.). **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local**. Manaus: EDUA, 2001.

FERNÁNDEZ, Brena P. M. **O dever das ciências: isenção ou inserção de valores humanos? - Por uma ciência econômica ética, social e ecologicamente comprometida**. 2004. 254 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FERREIRA, L.C.F. e col. **Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGS no Vale do Ribeira e litoral Sul, SP**. Trabalho apresentado no I Encontro da ANPPAS-Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba, 2002.

FRANK, Beate & VIBRANS, Alexander C. Uma visão integrada da bacia hidrográfica. In: FRANK, Beate & PINHEIRO, Adilson. **Enchentes na Bacia do Rio Itajaí: 20 anos de experiências**. Blumenau: Edifurb, 2003, pp. 191-222.

FROEHLICH, José M. **Turismo rural e a agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o 'desenvolvimento'**. In ALMEIDA, Joaquim. RIEDL, Mário (org). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 181-197.

GADGIL, M. BERKES, F. **Traditional resource management systems. Resource management and optimization**. 8(3-4), 1991, 127-141.

GARCIA, Afrânio. PALMEIRA, Moacir. Transformação agrária. In: Sachs, Ignacy et all. (org.) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 38-77.

GAZETA MERCANTIL. Matéria publicada em 29 de julho de 1997.

GODARD, Olivier. A relação interdisciplinar: problemas e estratégias. IN: VIEIRA, Paulo H. F. WEBER, Jacques (org). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

GODFREY et all. O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: o caso de Belize. In HAWKINS & LINDBERG. **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. São Paulo : Editora SENAC, 1999, 257-264.

GOLDBLATT, David. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GOLDIM, José R. **Princípio do respeito à pessoa ou da Autonomia**. 2000. Disponível em <http://www.ufrgs.br/bioetica/autonomi.htm>. Acessado em 11 de julho de 2007.

SANTA CATARINA. **História de Santa Catarina**. Disponível em <http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/02reconhecimento.html>. Acessado em 15 de janeiro de 2006.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Campinas : Papirus, 1993.

GUNDERSON, L.H. HOLLING, C.S. PETERSON, G.D. PRITCHARD, L. Resilience in Ecosystems, Institutions, and Societies. In: **Beijer Discussion Paper Series nº 95**. The Royal Swedish Academy of Sciences, Estocolmo, Suécia. 1997. Mimeo, 41 pg.

GUNDERSON, L.H. Resilience in ecosystems, institutions and societies. In: **Beijer Discussion Paper Series no 95**. The Royal Swedish Academy of Sciences, Estocolmo, Suécia. 1997. Mimeo, 41 pg.

HAGUETTE, Tereza M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HAWKINS, Donald. LINDBERG, Kreg. **Ecoturismo – um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

HENRIQUES, Karyn N. R. **Territórios indígenas em espaços urbanos: um estudo da migração dos indígenas da TII Ibirama para Blumenau/SC**. Florianópolis: UFSC, 2000. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, 2000.

HOCHMAN, G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bordieu, Latour e Knorr-Cetina. In PORTOCARRERO, Vera. (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIO.CRUZ, 1994, 199-231.

HOLLING. C.S. et al. Science, sustainability and resource management. In: BERKES & FOLKE (org). **Linking social and ecological systems: practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, 342-362.

IBGE. **Cidades**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default>

IBGE. Base ESTATCART de informações municipais 2002. Cdrom, versão 2.0.

IBGE. **Cadastro de Cidades e Vilas do Brasil: Malha Digital do Brasil 1996 e Contagem da População**. 2000.

IBIRAMA. **Ecoturismo, turismo Étnico e Rural**. Prefeitura Municipal de Ibirama, 2002.

IBIRAMA. **Tarifário Turístico de Ibirama**. Prefeitura Municipal de Ibirama/Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. 200.

IEL - Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina. **PROSPECÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO REGIONAL: Região da AMAVI**, 2001, mimeo. 117 p.

INÁCIO, Humberto L. D. **Lazer, educação e meio ambiente: uma aventura em construção.** In Pensar a Prática. V.9 (1), 2006. 45-63

INÁCIO, Humberto L. D. **Ecoturismo de base local: princípios necessários.** Anais... VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local. Curitiba, 2004.

INACIO, Humberto L.D. **Ecodesenvolvimento e turismo: Bases para uma outra relação com o planeta.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 169-188

INÁCIO, Humberto L. D. **Educação Física e Ecologia: dois pontos de partida para o debate.** In Revista Brasileira de Ciências do Esporte. V.18 (n.2), 1997.

INÁCIO, Humberto L. D. **O lazer do trabalhador em um contexto de transformações tecnológicas.** Dissertação de Mestrado em Educação, UFSC, 1997. mimeo.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JOLLIVET, MARCEL. PAVÉ, Alain. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. In: VIEIRA, P.F. WEBER, J. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997, 53-112.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Suplemento especial: **Nosso Vale.** Blumenau, 19 de dezembro de 2001.

KINKER. Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas: Papirus, 2002.

LANZER, Edgar. CASAROTTO FILHO, Nelson. CUNHA, Cristiano et al. **Análise da competitividade sistêmica no setor turístico em Santa Catarina.** Florianópolis: BRDE, 1998. 135 p.

LATOUR. Bruno. **A ecologia política sem a natureza?** In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. nº 23, 2001, 31-44.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Henrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

LEIS, Hector. **A modernidade insustentável.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

LE MOS, Iomara S. SOUZA, Alceu. **Arranjo produtivo local: estratégia competitiva para o desenvolvimento sustentável do turismo.** Anais do VIII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Curitiba, 2004.

LENZI, Cristiano L. Em busca de novas alternativas para o Vale do Itajaí: uma reflexão a partir do debate sobre o esgotamento do “Modelo Catarinense”. In: THEIS, Ivo M.; MATTEDI, Marcos A. TOMIO, Fabrício R. de L. (org). **Novos olhares sobre Blumenau**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

LINS, Hoyedo N. et all. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. In VIEIRA, Paulo F. (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED Editora. 2002. 209-264.

LINS, Hoyedo N. **Florianópolis: cluster turístico?** In Revista Turismo em Anáise. 11 (2), São Paulo, nov 2000. 45-54.

LUCHIARI, MARIA T. D. P. Turismo e Território: sustentabilidade para quem?. In: BARRETO, Margarita, TAMANINI, Elizabete. (org.). **Redescobrimo a ecologia no turismo**. 1 ed. caxias do sul: educs, 2002, V. 1, P. 01-131.

MARANGON, M. A. PERALTA AGUDELO, L. P. **A inserção do tradicional na sociedade hegemônica: o caso de Serra Negra – APA de Guaraqueçaba – Paraná, Brasil**. In: BAGER, A. Anais... 2º. Simpósio de Áreas Protegidas. Pelotas: 2003.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. Campinas: Papirus, 1992.

MARQUES, Carla. S. Inovação e Gestão nas Empresas Industriais de Trás-os-Montes e Alto Douro". Anais... **VIII Encontro Nacional da APDR – Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu**, 29 de Junho a 1 de Julho. UTAD: Vila Real, 2001. pp. 15-28.

MATOS, Ralfo. **Questões teóricas acerca dos procesos de concentração e desconcentração da população no espaço**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, 1995. Extraído de abep.nepo.unicamp.br em 23/ de abril de 2006.

MULLER, Sálvio A. **Opressão e depredação**. Blumenau: Editora da FURB, 1987

NASCIMENTO, Humberto M. do. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do Município de Valente**. Dissertação (Mestrado, Instituto de Economia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2000.

NEIL, John. WEARING, Stephen. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Editora Manole, 2000.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE PODER E ORGANIZAÇÕES LOCAIS (UFBA). **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Projeto de pesquisa. Extraído de <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/> em 01 de dezembro de 2004.

OAKERSON, R.J. **Analyzing the commons: a framework**. In: BROMLEY, D. (ed.) Making the commons work. Theory, practices and policy. San Francisco: ICS Press, 1992, 41-59.

OLIVEIRA, G.B. e LIMA, J.E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável.** In: Revista da FAE, v.6, n.2. Curitiba, 2003, 29-37.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. Palestra proferida junto ao Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Brasil: [s.n.], 2005.

PECQUEUR, Bernard. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. France: [s.n.], 2004. (mimeo)

PEREIRA, O. Rafting é adrenalina pura. **Jornal A Notícia.** Joinville, 15/10/1999. Extraído de

PIACENTI, Carlos A. et alli. **BASE DE EXPORTAÇÃO: um estudo das regiões do Brasil.** Texto apresentado no I Encontro Paranaense de Economia Regional. Maringá, 2002. Disponível em <http://www.uel.br/cesa/ecopar/1ECOPAR/ART1ECO001.pdf>. Acessado em 08/09/2004.

PIRES, José S. et all. Aspectos conceituais para a gestão biorregional. In BAGER, Alex. (org.) Anais... **2º. Simpósio de Áreas Protegidas.** Pelotas, 2003. Cd-Rom.

POLEZA, Maristela M. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983.** 2003. 300 f. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). Fundação Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2003.

Práticas Corporais. Ana Márcia Silva e Iara Regina Damiani (org). Florianópolis: Ed. Nauembla Ciência e Arte, 2005. Textos do grupo: *Travessuras e artes na natureza: movimentos de uma sinfonia*, vol.2, 81-105; *Bastidores das práticas de aventura na natureza*, vol. 3, 69-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Dados econômicos. Disponível em <http://www.riodosul.sc.gov.br/portal/principal.php?pg=1029>. Acesso em: 20 fev. 2006.

PRESIDENTE GETULIO. **Esportes na natureza.** Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio. Extraído de <http://www.presidentegetulio.com.br/>, em 03/05/2005.

PRETO, F. **Aventura no interior de Santa Catarina.** Extraído de <http://www.zone.com.br/rafting/index.php?destino=noticias&id=14004&pg=2>, em 25/04/2005.

PUTNAM, Robert D. Capital social e desempenho institucional. IN: PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996, PP.173-194.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMALHO FILHO, Rodrigo. SARMENTO, MARIA E.C. **Turismo, lugar e identidade.** Anais... II Encontro Nacional da ANPPAS, Campinas, 2004. Disponível em <http://www.anppas.org.br>. Acessado em 04/07/2004.

RAUD, Cécile. As dinâmicas territoriais do desenvolvimento: reflexões teóricas e aplicação à análise do pólo têxtil-vestuário de Blumenau. In: THEIS, Ivo M. MATTEDI, Marcos A. TOMIO, Fabrício R. de L. (org). **Novos olhares sobre Blumenau**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Editora da UFSC: Florianópolis, Editora da FURB: Blumenau, 1999.

RODRIGUES, Adyr B. Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO, L. (org). **Turismo: como aprender, como ensinar**. Ed.Senac: São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In ALMEIDA, Joaquim. RIEDL, Mário (org). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 51-68.

SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa, 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Brasília: SEBRAE, 2002. p. 19-45.

SACHS, Ignacy. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. In Estudos Avançados, 9(25), 1995, 29-63.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SALVATI, S.S. **Turismo rural – conceitos e atividades**. Disponível em <http://sites.uol.com.br/ecosfera/turural.htm>. Acessado em 05 de abril de 2002.

SAMPAIO, Carlos A. C. **Desenvolvimento sustentável e turismo**. Série Meio Ambiente & Desenvolvimento Sustentável, no.2 Blumenau: EDIFURB, 2004.

SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do lazer**. (versão preliminar), 2004. Organizado por RUSCHMANN, D. cd-rom.

SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)**. Extraído de <http://www.sol.sc.gov.br/prodetur.htm>, em 22/03/2005(b).

SANTA CATARINA. **Presidente da Embratur visita Santa Catarina**. Extraído de <http://www.sol.sc.gov.br/default.asp>, em 25/04/2005(a).

SANTOS, Leandro B. dos. SPOSITO, Eliseu S. **Desenvolvimento local e atividade mineral: algumas considerações**. Anais... VI Semana de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP: Presidente Prudente. Extraído de www2.prudente.unesp.br/eventos/semana_geo/leandrobruno.pdf em 16/09/2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Edusp: São Paulo, 2002.

SANTUR. **Pesquisa mercadológica: estudo da demanda turística. Estado de Santa Catarina. Sinopse comparativa: 2002, 2003 e 2004.** Florianópolis, 2004. Extraído de <http://www.santur.sc.gov.br/FrameDemanda2004.asp?LinkEstado.htm>, em 25/04/2005.

SCHEJTMAN, Alexander. **Alcances sobre la articulación rural urbana y el cambio institucional.** Revista da REDCAPA: Políticas Agrícolas. México, Número Especial, abr. 1998.

SCHLEMPER, Rita. C. Rio do Sul: o caminho da aventura. **Impressão de Jornalista.** V.2, Laboratório de Mídia, Cultura e Estética. Itajaí: Univali, 2001. Extraído de <http://www.cehcom.univali.br/lamce/impressao/livro27.pdf>, em 02/03/2005.

SCHNEIDER, Sergio. FIALHO, Marco Antonio. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul.** In ALMEIDA, Joaquim. RIEDL, Mário. (org). Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000. 15-50.

SEBRAE/SC/FEPese/UFSC. **Turismo em Santa Catarina, Diagnóstico Básico 1996: oportunidades de negócios.** Florianópolis: UFSC, 1996

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE RIO DO SUL. **Dados do Sine.** Rio do Sul: [s.n.], 2005. (mimeo)

SERRANO, Célia M. T. A vida e os parques : proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In BRUHNS, Heloisa & SERRANO, Célia (orgs). **Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente.** Campinas: Papirus, 1997.

SIEGEL, Norberto. **A ética a partir da reciprocidade e a educação informal do povo Xokleng.** Blumenau: FURB, 2005. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, FURB, Blumenau, 2005.

SILVA, T. C. da. **Zoneamento geoambiental dos cerrados.** In: Contribuições para um novo modelo de desenvolvimento. Centro de Estudos Regionais da UFG. Goiânia: Ed. da UFG. 1995, pp. 15-26.

SIMÕES, Rodrigo F. **Localização industrial e relações intersetoriais: uma análise de *fuzzi cluster* para Minas Gerais.** Tese de Doutorado, Unicamp, Instituto de Economia, 2003.

SINGER, Paul. **Aprender economia.** São Paulo: editora brasiliense, 1983.

SOUZA, Nali J. de. **Exportações e crescimento econômico do RS — 1951-01** (Texto didático). Porto Alegre, junho de 2003. Extraído de http://www.pucrs.br/uni/poa/face/eco/text_did/njs.pdf em 13/06/2005.

SOUZA, Paulo A. S. de. **O papel do complexo educacional: Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul no desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – SC: a experiência da agricultura ecológica.** 2003. 160 f. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). Fundação Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2003. B

SOUZA, Renato S. de. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

TEIXEIRA, Carlos A. T. **Ecologia e planejamento regional**. Disponível em <http://www.puc-rio.br/jornaldapuc/agoset96/serra.html>. Acessado em 08 de março de 2006.

TERBORGH J. & van SCHAIK C. Porque o mundo necessita de parques. In DAVENPORT et al (org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002, 25-36.

TOMASINI, Daniel. HOERHNN, Rafael C. de L. e Silva. Atividades econômicas. In: KLUG, João e DIRKSEN, Valberto (org). **Rio do Sul: uma história**. Rio do Sul: UFSC, 1999.

TONNEAU, Jean P. VIEIRA, Paulo H. F. Que diretrizes para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? In: **ESFORIA**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC. V.4, no. especial. 2006, pp.311-334.

TORESAN, Luiz. GUZZATTI, Thaíse C. NART, Daniela. BITENCOURT, Roselita B. **Levantamento dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural de Santa Catarina: Localização, Categorização e Descrição Geral**. Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002a. 58 p.

TORESAN, Luiz. MATTEI, Lauro. GUZZATTI, Thaíse C. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar**. Florianópolis, SC, Instituto Cepa/SC, 2002b. xxx p.

TRICHES, Gilmar P. **A suinocultura e o desenvolvimento regional: o caso do Alto Vale do Itajaí – SC**. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional). Fundação Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2003.

TRICHES, Gilmar P. POLEZA, Maristela M. TAMBOSI, Mariel. CASAROTTO FILHO, Nelson. **Competitividade sistêmica do pólo de confecções de jeans na região de Rio do Sul - Santa Catarina**. Disponível em http://www.igea.com.br/site/index.php?secao=biblioteca&assu_id=7 Acessado em 20 de janeiro de 2006.

TRIVIÑOS, Antonio N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ. **Histórico**. Disponível em http://www.unidavi.rct-sc.br/?pagina=a_universidade_historico. Acessado em 08 de março de 2006.

VARGAS, Paulo R. O insustentável discurso da sustentabilidade. In BECKER, D.F. (ed). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 207-238.

VEIGA, José E. da. **Empreendedorismo no Brasil Rural**. (para a revista do SEBRAE, agosto 2002).

VEIGA, José E. da. **Empreendedorismo no Brasil**. São Paulo, 2002, Relatório de pesquisa Disponível em www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos. Acessado em 22 de novembro de 2005.

VEIGA, José E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIEIRA, Paulo H. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **ESFORIA**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC. V.4, no. especial. 2006, pp.249-309.

VIEIRA, Paulo H. F. WEBER, Jacques. Introdução geral: sociedades, natureza e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, Paulo H. F. WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para e pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997, 17-49.

VIEIRA, Paulo H. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, Edson. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995, 45-98.

VIEIRA, Paulo H. F. CAZELLA, Ademir A. (org). **Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa “Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina”**. Florianópolis: [s.n.], 2004. (mimeo).

VIEIRA, Paulo H. F. CUNHA, Idaulo J. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, Paulo H. F. **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, Paulo H. F. WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para e pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997, 115-145.

WITTMANN, Luiza T. **Atos de contato: história do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC**. Florianópolis: UFSC, 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFS, Florianópolis, 2005.

WWF. **Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. MITRAUD, S. (org.) Brasília: WWF Brasil, 2003.

ANEXOS

PEQUENO RELATO DA TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR

Idas e vindas, Encontros e despedidas...

Neste apêndice o autor desta tese vai 'falar' e conversar um pouco sobre sua trajetória durante o processo de doutoramento. Por isso mesmo, tem um caráter pessoal e será redigido na primeira pessoa.

Pode ser redundante, mas não indispensável, dizer que um trabalho doutoral não se encerra com a apresentação de seu relato: é mais um passo de uma caminhada iniciada algo atrás e sem um ponto definido para seu fim. É assim que reflito sobre esta etapa de minha vida.

Foram muitas as “aquisições teóricas”, as leituras e redações em campos pouco transitados, os enfrentamentos de idéias com colegas e professores. Talvez, mais do que qualquer outra situação, cursar um programa de doutorado em uma área pouco afeta à minha área de formação (isso sob uma visão conservadora do conhecimento), foi o grande desafio. Isto ficou evidente a cada novo projeto, a cada nova possibilidade investigativa, os quais requeriam novos e diferentes referenciais.

Quando cheguei, finalmente, ao projeto que originou esta tese, ai mesmo é que estes desafios se ampliaram; desta vez, mais do que nas outras alternativas pensadas anteriormente, surgiram situações de maior afastamento teórico de minha formação primeva. Enquanto os primeiros projetos mantinham, de certa forma, as práticas corporais de lazer na natureza como uma das categorias de análise, o projeto final voltou-se completamente para um aporte teórico realmente insólito: o meio rural, o desenvolvimento territorial, o ecodesenvolvimento como princípio de tudo isto.

Neste ínterim, em nenhum momento eu quis perder o horizonte da Educação Física: nem o que eu poderia - e poderei contribuir com ela a partir deste momento, bem como refletir sobre o que esta área pode trazer ao ecodesenvolvimento.

Houve mesmo um momento em que me questioneei fortemente sobre o alcance e a relevância deste meu estudo. Sem a ingenuidade daqueles que sofrem porque queriam “salvar o mundo” com seus trabalhos investigativos, mas com um olhar cientificamente rigoroso, cheguei a pensar que pouco ou nada se aproveitaria daqui. Mas tenho a tranquilidade agora de quem cumpriu a tarefa que lhe era devida. Mais do que isso, estou consciente de que tal tarefa frutificará: no grupo de pesquisa em DTS, nas aulas, pesquisas e projetos que desenvolverei daqui em diante, nos estudos e projetos de outros investigadores e de outras

investigadoras que já conheceram ou que ainda vão se encontrar com o referencial aqui utilizado e, quiçá, nas políticas públicas e setoriais do território estudado.

No que diz respeito a contribuições específicas à Educação Física, busquei inserir o enfoque do ecodesenvolvimento nos espaços pelos quais circulei - consciente de meus limites para isto, porém disposto a anunciá-lo tanto quanto me fosse possível. Em 2003, ministrei um seminário no XIII CONBRACE – Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, com o título: *Educação Física e a Questão Ambiental*, realizado na cidade de Caxambú, MG. Este seminário se fez refletir posteriormente, como o dizem os próprios autores, em produções como a dissertação de mestrado de Leodir F. Ribeiro, “*Por entre corpos, vidas e culturas: um (des)encontro entre a Educação Física Escolar e a Educação Ambiental*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (SP), em 2004; nos estudos e artigos publicados por Mirleide Char Bahia, do Grupo de Pesquisas em Lazer da Unimep, Piracicaba (SP); nas pesquisas que vem sendo desenvolvidas por Andréia Silva e seus alunos, na Escola Superior do Educandário Seráfico São Francisco de Assis, ESESFA, em Santa Tereza (ES); pelas pesquisas da Professora Dra. Elizabete Jatobá, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre outros, os quais têm buscado se apropriar da matriz do ecodesenvolvimento.

Em 2004, participei de uma pesquisa desenvolvida no Centro de Desportos da UFSC, coordenada pelas professoras Dra. Ana Márcia Silva e Dnda. Iara Damiani, com financiamento do Ministério do Esporte. O coletivo para esta pesquisa foi constituído por sete grupos distintos de investigação¹⁰⁷ em diferentes práticas corporais contemporâneas e coordenei o grupo que estudou as práticas na natureza para escolares que vivem dentro ou no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Os relatos desta pesquisa estão disponíveis em livros e pela internet.¹⁰⁸

No ano de 2005, fui convidado a ‘reprise’ o seminário de 2003, desta vez no XVIII Encontro Nacional de Recreação e Lazer, realizado em Campo Grande, MS. Nesta ocasião pude apresentar algumas premissas epistemológicas do ecodesenvolvimento, bem como

¹⁰⁷ O coletivo foi composto por 25 pesquisadores, desde professores doutores da UFSC, mestres e mestrandos, especialistas e graduandos, e ainda professores da UFPR e da Rede Estadual de Ensino (SC).

¹⁰⁸ Coletânea **Práticas Corporais**. Ana Márcia Silva e Iara Regina Damiani (org). Florianópolis: Ed. Nauemblu Ciência e Arte, 2005. Textos do grupo: *Travessuras e artes na natureza: movimentos de uma sinfonia*, vol.2, 81-105; *Bastidores das práticas de aventura na natureza*, vol. 3, 69-87. Membros do grupo: Prof. Ms. Éden Pereti, Profa. Ms. Ana Paula Salles da Silva e Professora Patrícia Athaydes Liesenfeld. Disponíveis também no portal do Ministério do Esporte: http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer/cedes/publicacoes.jsp

discuti a gestão de recursos naturais em torno dos quais se desenvolvem as práticas corporais de aventura na natureza.

Também em 2005 publiquei artigo com o título “*Lazer, educação e meio ambiente: uma aventura em construção*”, na Revista Pensar a Prática, da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás.¹⁰⁹

Finalmente, submeti à avaliação da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, artigo escrito em co-autoria com a Professora Dra. Alcyane Marinho, com o título “*Educação Física, Meio Ambiente e Aventura: um percurso por vias instigantes*”, no qual debatemos o uso e a apropriação dos recursos naturais como cenário para práticas de lazer de aventura¹¹⁰. Desta forma, foi possível manter uma relação com a Educação Física ao mesmo tempo em que me aprofundava na matriz do ecodesenvolvimento e do DTS.

Por outro lado, este período de estudos me possibilitou outras coisas que não teriam sido possíveis em dias “cotidianos”. Em especial, um tempo de estudos em Barcelona, na Espanha, sobre o que só pode falar quem já viveu a experiência de estar em outro país, com língua(s) e cultura(s) distintas. Se não encontrei na Espanha muito mais do que já estávamos avançando no interior do grupo de pesquisa, especialmente com o aporte dos ‘franceses’, outras coisas que aconteceram neste período enriqueceram de sobremaneira minha formação e meu desenvolvimento como ser deste planeta.

Nesta viagem tive a oportunidade de rever alguns conceitos e valores que estavam se cristalizando em meu dia-a-dia, sem que eu percebesse, os quais se contrapunham inclusive, aos princípios do ecodesenvolvimento. Como eu poderia realizar um trabalho cujos princípios se voltam, entre outras coisas, para uma “simplicidade voluntária”, se não a vivenciasse? E mais, sem que eu a incorporasse em minha vida? Então, coisas simples como andar de transporte público deixando o carro parado, realizar as tarefas domésticas em partilha com a família, morar num lugar pequeno, usar das coisas do mundo e da natureza com retidão e discernimento, entre outras, estiveram presentes de maneira mais forte e freqüente em meu cotidiano.

Por outro lado, em termos acadêmicos ou profissionais, um novo e amplo leque de possibilidades se abriu para minha atuação. Sinto-me agora capaz de pensar, junto com

¹⁰⁹ Inácio, Humberto L.D. *Lazer, educação e meio ambiente: uma aventura em construção*. In **Pensar a Prática**. V.9 (1), 2006. 45-63.

¹¹⁰ Este artigo foi aceito pela revista e será publicado no volume de maio-agosto do corrente ano.

outros colegas, projetos ao menos interdisciplinares, nos quais a Educação Física se conecte com áreas da Sociologia, da Ecologia, da Geografia, das Artes, da Biologia, entre outras. Vislumbro projetos amplos, voltados a pequenas comunidades, onde a dimensão das práticas corporais, com significado histórico e contemporâneo, possa contribuir com outras dimensões (cultural, econômica, social, espiritual, educativa etc.) da vida destas comunidades, concorrendo então para dinâmicas de um desenvolvimento sistêmico.

Assim, esta tese, enquanto etapa de uma caminhada, marca pontos de encontros e de despedidas, não apenas de outras pessoas, mas de mim mesmo: de alguém que existia de uma maneira em 2002 e que já não é mais o mesmo nestes tempos. Dizem que estudos como mestrados e doutorados podem transformar irreversivelmente algumas pessoas... Bem, se isto não aconteceu comigo no mestrado (ou, pelo menos, não identifiquei), com certeza se deu nestes últimos anos.

Isto dito, só me resta agradecer a todos que contribuíram direta e indiretamente para este profundo processo de mudanças profissionais e pessoais.

Até a próxima!

MODELO DE ANALISE

ETAPAS DA PESQUISA E SUA METODOLOGIA DE APLICAÇÃO

Primeira etapa

Primeira etapa da pesquisa – levantamento de dados secundários e trabalhos publicados que auxiliem na análise da trajetória do desenvolvimento do Vale dos Vinhedos nas últimas décadas.

Deverão ser rastreadas informações que auxiliarão na formação de um diagnóstico sobre a trajetória de desenvolvimento do território. Essas informações deverão ser obtidas de dados secundários, que permitam contribuir para uma análise da trajetória. Uma listagem inicial de informações através dos dados secundários que se buscará obter pode ser vista no Anexo 1. Os dados que forem obtidos poderão ser utilizados para promover ajuste na listagem de informações que se procurará obter na segunda etapa da pesquisa. Serão feitas ainda algumas entrevistas não estruturadas com membros de comunidades que poderão dar indicações importantes sobre o processo histórico do desenvolvimento da região.

Método para obtenção dos dados na primeira etapa:

- pesquisa de dados secundários junto a órgãos públicos (IBGE, INCRA, Embrapa, Emater, Secretarias Municipais), a organizações da sociedade civil (organização empresarial, sindicato de trabalhadores), a organizações mistas entre o Estado e a sociedade civil (Conselhos Municipais de Desenvolvimento), a organizações não-governamentais, e a trabalhos de pesquisa desenvolvidos na região;
- entrevistas não-estruturadas com membros das comunidades, buscando a identificação de transformações importantes no processo histórico da região.

Segunda etapa

Segunda etapa da pesquisa – entrevistas com os atores e análise do relato; análise do contexto, envolvendo os dados secundários da primeira etapa e resultados das entrevistas; análise dos conflitos, cooperações e processos de negociação; análise da institucionalidade criada.

As variáveis serão levantadas e analisadas a partir do relato dos atores sociais sobre as estratégias e ações para o desenvolvimento. Serão observados e analisados os conflitos, as negociações e os processos de cooperação resultantes, as variáveis que indiquem a dinâmica de gestão do patrimônio comum, e de que forma foram estabelecidas as institucionalidades que regem o estilo de vida local e como se inter-relacionam com outros níveis institucionais. Para isso, foram definidos conjuntos de macro-variáveis que incorporam diversas micro-variáveis, de forma a facilitar a organização dos dados coletados e das análises posteriores.

Essas variáveis deverão compreender os fatores que afetam a vida social das populações locais, envolvendo a perspectiva econômica, a social, a política, a ecológica, e a cultural, passando pela institucionalidade que determina as regras e normas locais, e sua relação com outras institucionalidades externas e que afetam a localidade. Ou seja, as macro-variáveis devem permitir obter o formato e a compreensão da trajetória de desenvolvimento do sócio-ambiente. Serão tratados cinco grupos de macro-variáveis, que deverão focalizar os seguintes pontos:

- a. político-institucionais – serão levantadas e analisadas informações que se referem às formas de planejamento, participação, regulamentação, e de gestão do patrimônio natural e cultural, ao sistema de intervenção política, à existência de espaços de negociação sobre as estratégias de desenvolvimento entre as empresas, agentes de desenvolvimento do setor público e redes de ONG's, e às modalidades de ação do Estado Nacional no território.
- b. sócio-econômicos – serão levantadas e analisadas informações que se referem aos sistemas produtivos locais e suas relações com as populações locais, às ações de combate à pobreza e atendimento às necessidades básicas da população, à forma de organização dos trabalhadores e de sua mobilização pelos seus direitos, sua participação sobre as questões de desenvolvimento, aos processos de geração de empregos e renda, e de difusão de tecnologias apropriadas, ao comportamento de grandes empresas no que se refere ao fomento do espaço local de desenvolvimento, à difusão de inovações tecnológicas e à prestação de serviços à população por parte das empresas localizadas na região;
- c. ecológicos – relacionadas à participação de movimentos sociais e de organizações não-governamentais ligados à problemática ambiental, à disponibilidade e gestão dos recursos naturais, ao nível de degradação da qualidade sócio-ambiental, às diferentes alternativas criadas para gestão de dejetos, à existência de diagnósticos e ações voltadas para a superação dos principais problemas ambientais, a identificação das principais atividades

poluidoras (internas ou externas ao território), e à participação dos trabalhadores sobre as questões ecológicas;

- d. culturais – relacionadas à presença de mecanismos de integração dos indivíduos e comunidades, de valorização do saber e da cultura local, de articulação das atividades culturais locais com outras externas à região, à participação social na valorização da cultura local, e à presença de sistemas de gestão do patrimônio cultural, paisagístico e arquitetônico;
- e. sociedade civil – relacionadas à organização e participação da sociedade civil nos processos de discussão e de gestão do desenvolvimento, à autonomia das organizações não-governamentais e suas relações com órgãos governamentais, à sua relação com os interesses da maioria da população local, ao papel das ONG's e de movimentos sociais no fortalecimento das diferentes expressões dos interesses locais, e ao papel dos neo-rurais nos conflitos de interesses e nas contribuições para a cooperação.

A definição dos atores que serão alvo das entrevistas deverá estar relacionada às representações sociais presentes na região. Deverão ser selecionados de forma a se poder cobrir os aspectos da pesquisa, representados pelas macro-variáveis. Para identificar as principais representações, devem ser identificados grupos empresariais que representem os diferentes segmentos, organizações de trabalhadores, organizações da sociedade civil (sejam movimentos sociais ou organizações não-governamentais), e agentes do poder público que atuam no local.

Para o estudo especificamente sobre o Vale dos Vinhedos, as informações necessárias para a organização das variáveis da pesquisa, de forma a permitir a análise e elaboração do diagnóstico serão levantadas junto a:

- lideranças da APROVALE¹¹¹;
- lideranças de comunidades de agricultores familiares produtores de uvas não varietais;
- lideranças de comunidades de agricultores familiares produtores de uvas varietais;
- vinícolas produtoras de vinhos finos;
- vinícolas produtoras de vinhos comuns;
- pequenas empresas agroindustriais de alimentos;
- empresas do setor de turismo;

¹¹¹ Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos - entidade de representação das organizações produtivas, co-responsável pela construção da Indicação de Procedência “Vale dos Vinhedos”, e que envolve associados produtores (vinícolas) e associados contribuintes (hotéis, restaurantes, outras atividades comerciais e agroindustriais).

- lideranças de agricultores familiares que exploram diretamente a atividade turística;
- organizações sindicais dos trabalhadores rurais, que representam tanto trabalhadores contratados por estabelecimentos rurais como agricultores familiares;
- organizações não-governamentais que atuam sobre a temática ambiental, cultural e do desenvolvimento;
- agentes do poder público que atuam na região em relação ao seu processo de desenvolvimento e redução da pobreza;
- comunidades neo-rurais presentes na região.

Método para obtenção dos dados da segunda etapa:

- aplicação de entrevistas semi-estruturadas junto aos atores que tenham legitimidade na representação dos conjuntos de atores formados pelos grupos citados acima;**
- realização de entrevistas em grupo como forma de complementar as informações individuais, e de modo a se verificar os pontos sobre os quais surgem maiores possibilidades de consensos ou divergências;**
- participação em reuniões de elaboração do Plano Diretor do Vale dos Vinhedos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da APROVALE.**

No Anexo 2 pode ser observado o conjunto inicial de informações a serem obtidas, que poderá sofrer alterações que dependerão das informações obtidas na primeira etapa (dados secundários). Seguindo proposição de SABOURIN (2002)¹¹², para facilitar a identificação das transformações ocorridas, serão utilizadas:

- tabelas sintéticas, contendo as transformações mais significativas para o território;

¹¹² SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org)

Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.

- b. fatores de transformações, identificados fora do âmbito do território e que possuem estreita relação com impactos no território, a partir dos dados levantados.

A sistematização dessas informações deverá ser feita com base cronológica e organizada em torno dos grandes temas que estão em análise.

Terceira etapa

Terceira etapa da pesquisa - análise dos fatores favoráveis e desfavoráveis ao ecodeenvolvimento; análise conclusiva dos resultados.

A partir do conjunto de informações e das análises produzidas pretende-se analisar os elementos que podem contribuir ou dificultar a implementação de um processo de sustentabilidade territorial. Ou seja, identificar os fatores presentes que são favoráveis ao estabelecimento de processos de desenvolvimento territorial sustentável e os que se apresentam como obstáculos. A adequada gestão desses fatores (favoráveis e desfavoráveis) poderia levar ao sucesso e insucesso de implementação de um processo sustentável de desenvolvimento territorial.

Em relação aos possíveis obstáculos presentes no território, que possam se traduzir em dificuldades para a implementação de processos sustentáveis de desenvolvimento do território, será dada atenção particular a alguns pontos como a utilização inadequada de recursos naturais, a inexistência ou falhas em sistemas de gestão sócio-ambiental descentralizado, a presença de uma cultura política clientelista, a influência de estratégias sócio-econômicas externas em função de espaços externos, e indutoras de efeitos negativos no nível local, e a presença de um processo produtivo voltado integralmente para a produtividade e competitividade.

ANEXO 1

Guia de orientação sobre informações para a primeira etapa da pesquisa Roteiro para a busca de dados

Caráter político-institucional

- Existência de sistemas de planejamento de longo prazo (exemplo: plano diretor, agenda 21);
- Existência de fomento de ações coletivas para a sustentabilidade do desenvolvimento (financiamento de projetos de ONG's ou de movimentos sociais, financiamento de ações diretamente pelo Estado);
- Nível de descentralização política (presença de Conselhos Municipais ou Territoriais, com participação da sociedade);
- Acompanhamento e fiscalização (ações diretas da sociedade civil, ação do Ministério Público);
- Articulações da economia local com a dinâmica dos sistemas econômicos nos níveis intermunicipal, regional, estadual, nacional ou internacional;
- Existência de políticas de apoio ao desenvolvimento territorial, adotadas por instituições governamentais;
- A modalidade de ação do Estado Nacional no contexto territorial.

Caráter sócio-econômico

- Grau de associativismo, cooperativismo e empreendedorismo;
- Existência de cluster, SPL ou “cesta de bens”;
- Formas de organização das atividades econômicas;
- Nível de emprego;
- Modalidades de geração de emprego e renda;
- Existência de processos de criação e difusão de tecnologias apropriadas;
- Existência de circuitos econômicos locais;
- Nível de integração da agricultura familiar ao mercado;
- Ações de combate à pobreza (com diferenciação entre as de cunho assistencialista e de promoção social).

Caráter ecológico

- Existência de ONG's e partidos políticos que assumam a questão sócio-ambiental como diretriz de mudanças;
- Disponibilidade e modalidade de gestão de recursos naturais;
- Nível de degradação dos recursos naturais;
- Identificação das principais atividades poluidoras;

- Alternativas de gestão de dejetos;
- Existência de diagnósticos e de ações em curso visando à superação das principais fontes de poluição e de degradação ambiental.

Caráter cultural

- Existência de mecanismos de integração social (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais);
- Existência de mecanismos de valorização do saber e da cultura local;
- Existência de patrimônio cultural e arquitetônico;
- Modalidade de gestão do patrimônio cultural.

Em relação à sociedade civil

- Existência de associações, sindicatos, instituições religiosas e movimentos sociais em torno de interesses locais;
- Fontes de financiamento das principais organizações da sociedade civil de atuação local;
- Existência de repercussões de ações em outros níveis territoriais.

ANEXO 2

Guia de orientação sobre informações para a segunda etapa da pesquisa

Roteiro para as entrevistas

Caráter político-institucional

- As leis e normas sobre a apropriação da gestão dos recursos naturais são efetivamente aplicadas?
- Quais os mecanismos de planejamento existentes no território? E de gestão do patrimônio natural e cultural? Qual a sua efetividade?
- Há efetiva participação em Conselhos e na elaboração e execução de políticas públicas?
- Os Conselhos têm efetiva influência nas decisões e implementações de políticas de desenvolvimento?
- A política local é marcada por ações autoritárias ou clientelistas?
- Existe espaço de negociação entre empresas e agentes de desenvolvimento (setor público e ONG's), sobre estratégias de desenvolvimento sustentável da localidade?

- Quais são as modalidades de ação do Estado Nacional no contexto territorial?

Caráter sócio-econômico

- Os sistemas produtivos locais estão ajustados à satisfação das necessidades básicas da população local?
- Os segmentos produtivos locais estão com acesso às suas necessidades de crédito?
- As ações produtivas estão promovendo em que nível a valorização dos recursos locais?
- Quais os mecanismos que fortalecem a qualidade e competitividade dos produtos locais? A inserção econômica é baseada em atributos genéricos ou específicos (PECQUEUR, 2000)¹¹³?
- As tecnologias empregadas são apropriadas às condições sócio-ambientais locais?
- As ações de combate à pobreza têm sido efetivas na sua aplicação? Possuem caráter assistencialista ou visam à promoção social das famílias carentes? Como ocorre o processo de geração de emprego e renda?
- As grandes empresas atuam de que forma em relação ao fomento do desenvolvimento? Que tipos de serviços prestam à população?
- Como participam os trabalhadores? Como se organizam? Como participam do debate sobre desenvolvimento?

Caráter ecológico

- A questão ecológica tem sido debatida nos espaços político-institucionais de discussão sobre desenvolvimento?
- Existem diagnósticos e ações para a superação dos principais problemas?
- A questão ecológica é efetivamente assumida por ONG's e partidos políticos? E pela empresas? E pelos trabalhadores?
- O nível de degradação ambiental na localidade é importante?
- Quais os recursos mais ameaçados?
- Existem iniciativas para a melhor gestão desses recursos?
- Quais os principais poluidores ou que mais degradam os recursos naturais? Há iniciativas quanto a uma redução desses efeitos?
- Quem sofre os maiores impactos pela degradação ambiental?

¹¹³ PECQUEUR, B. Qualite et développement – L'hypothese du panier de biens. In: *Symposium sur le développement regional*. INRA-DADP. Montpellier, 2000.

Caráter cultural

- Há um processo de valorização do saber e da cultura local? Através dos sistemas produtivos? Através de atividades culturais? Há uma inter-relação entre estas?
- Existem mecanismos de integração dos indivíduos e comunidades?
- Qual a participação dos diferentes segmentos sociais na valorização do saber e da cultura local? E das políticas públicas?
- As políticas elaboradas externamente à região provocam impactos negativos na valorização do saber e da cultura local?
- Quais os mecanismos de articulação das atividades culturais locais com outras externas ao território?
- Existem mecanismos de gestão do patrimônio cultural, paisagístico e arquitetônico? Quem está envolvido com eles?

Em relação à sociedade civil

- Quais os grupos da sociedade civil mais dinâmicos?
- Qual a força real das associações, sindicatos, instituições religiosas e dos movimentos sociais?
- As ONG's têm atuação relacionada com os efetivos interesses da maioria da população?
- As ONG's têm autonomia em suas ações em favor do desenvolvimento sustentável ou estão cooptadas por segmentos políticos ou produtivos?
- Que tipos de ações vêm sendo executados, voltadas para o desenvolvimento sustentável? Dentro destas, quais as conexões entre a sociedade civil e os setores governamentais?
- Em que medida essas organizações contribuem para a concepção e prática de ações de interesse da maioria da população local?
- Qual o papel dos neo-rurais na dinâmica social?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

As entrevistas e observações de campo devem ter como base os princípios do Ecodesenvolvimento, do desenvolvimento territorial sustentável e do Ecoturismo.

Ecodesenvolvimento:

- a satisfação das necessidades básicas;
- a solidariedade com as gerações futuras;
- a participação da população envolvida (*self-reliance*);
- a preservação dos recursos naturais;
- a elaboração de um novo sistema social, e
- a elaboração de programas de educação (em todas as dimensões).

DTS:

- repousa nas iniciativas de atores locais, valorizando os recursos naturais, o patrimônio cultural e arquitetônico e o conhecimento local disponíveis na área,
- constitui um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas;
- estimula relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades produtivas ou não implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada;
- entende e leva em conta as relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental);
- busca alcançar ao máximo possível a autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional; e
- não se reduz a uma simples justaposição de iniciativas locais (mesmo bem sucedidas), exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política.

Ecoturismo:

- Conceito oficial: “Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Embratur, 1994).

Princípios:

- sustentabilidade → “se refere primordialmente à conservação do ambiente natural como pré-requisito para a manutenção do Ecoturismo a longo prazo” (WWF, 13)
- educação do visitante
- benefícios à comunidade local

Possíveis atores a serem entrevistados:

- 1- AMAVI
- 2- SECRETARIOS MUNICIPAIS TURISMO
- 3- FORUM REGIONAL DE TURISMO
- 4- SOL (???)
- 5- SANTUR (???)
- 6- SDR's
- 7- DIREÇÃO PORTAIS TURISTICOS
- 8- COORDENAÇÃO CURSO TURISMO UNIDAVI
- 9- APREMAVI
- 10- Outras ONG's → **ACADEMA (Ibirama), CEMEAR (Pres. Getúlio).**
- 11- OPERADORAS DE ECOTURISMO (empresários e empregados)
- 12- COORDENADORES E PROPRIETÁRIOS RURAIS DOS ROTEIROS ÉTNICOS
- 13- TURISTAS

1 - Sobre os conceitos de Ecodesenvolvimento, DTS e Ecoturismo:

- 1.1) O que significa Ecodesenvolvimento (desenvolvimento sustentável)? (para todos)
- 1.2) O que entende por DTS? (para todos)
- 1.3) O que entende por Ecoturismo? (para todos)

2 - Sobre a satisfação das necessidades básicas, recuperação de áreas socialmente degradadas, sustentabilidade, conexão com outros setores da atividade econômica: EMPREGO E RENDA

- 2.1) Há ações de Ecoturismo, no território, voltadas à satisfação de necessidades básicas das comunidades envolvidas? (EMPREGO E RENDA) (1,2,3,4,5,6,11,12)
- 2.2) Há ações de Ecoturismo, no território, voltadas à recuperação de áreas socialmente degradadas? (MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL E BOLSÕES DE POBREZA) (1,2,3,4,5,6,11,12)
- 2.3) Desta forma, as ações acima trazem que benefícios às comunidades locais? (1,2,3,4,5,6,11,12)
- 2.4) De que formas e com que outros setores econômicos o Ecoturismo se conecta? (1,2,3,5,6,7,11,12,13)

3 – Sobre a solidariedade com as gerações futuras e a manutenção do ambiente natural para preservação do Ecoturismo: GESTÃO DE RECURSOS

- 3.1) As ações de Ecoturismo, no território, têm aspectos que possibilitam/potencializam a solidariedade com as gerações futuras? (manutenção da população em seu local de origem, acesso aos bens atuais, transmissão de conhecimento) (1,2,3,4,5,6,8,11,12)
- 3.2) As ações de Ecoturismo possibilitam/potencializam a preservação dos atrativos ecoturísticos? (1,2,3,4,5,6,8,11,12)
- 3.3) As estruturas que vêm sendo projetadas/construídas (estradas, acessos, pousadas, eletrificação etc.) para desenvolver o Ecoturismo, não estão prejudicando as áreas atrativas? (1,2,3,4,5,6,11,12)

3.4) As estruturas que vêm sendo projetadas/construídas (estradas, acessos, pousadas, eletrificação etc.) para desenvolver o Ecoturismo, não estão prejudicando outras áreas não atrativas? (1,2,3,4,5,6,11,12)

3.5) Quais são as UC's existentes, em projeto, não oficiais, etc..

3.6) Quais as conseqüências da barragem do Salto Pilão?

4 – Sobre a participação da população local, sobre sua autonomia, suas iniciativas, a valorização do conhecimento tradicional, a autonomia do território em relação às oscilações econômicas e sobre os benefícios à comunidade. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL

4.1) As ações políticas voltadas ao Ecoturismo, no território, partem de iniciativas de agentes locais? (1,2,3,6,8,9,11,12)

4.2) Qual é a representatividade das comunidades nestes espaços de discussão/decisão? (1,2,3,6,8,12)

4.3) Os empreendimentos voltados ao Ecoturismo, no território, partem de iniciativas de agentes locais? (1,2,3,6,8,9,11,12)

4.4) De que formas os benefícios gerados pelo Ecoturismo chegam às comunidades? (1,2,3,6,8,11,12)

4.5) De que formas o Ecoturismo utiliza e valoriza o conhecimento tradicional? (quais são os conhecimentos tradicionais do território? Saber-fazer RURAL, DA COLONIZAÇÃO, NOVAS PRÁTICAS) (1,2,3,6,8,11,12)

4.6) O Ecoturismo, no território, é afetado por que tipo de oscilações externas (econômicas, sazonais, locais etc.)? Quais ações estão sendo desenvolvidas para minimizar isso? (1,2,3,5,6,7,11,12,13)

4.7) De que formas e com que outros setores turísticos o Ecoturismo se conecta? (1,2,3,5,6,7,11,12,13)

5 – Sobre a preservação dos recursos naturais, recuperação e manutenção de áreas ambientalmente degradadas, e sobre a manutenção dos atrativos ecoturísticos:

5.1) Que ações, geradas exatamente a partir do Ecoturismo, vêm sendo implementadas no sentido de preservar, recuperar e manter áreas naturais? (1,2,3,6,9,11,12,13)

5.2) Que outras ações, direta ou indiretamente ligadas ao Ecoturismo, vêm sendo implementadas no sentido de preservar, recuperar e manter áreas naturais? (1,2,3,6,8,9,11,12)

5.3) Nos locais que já são cenários/espços do Ecoturismo, que ações estão sendo implementadas para preservar, recuperar e manter tais espaços? (1,2,3,6,8,9,11,12,13)

5.4) Pelo contrário, que ações vêm sendo projetadas/implementadas que podem degradar o ambiente natural e os atrativos ecoturísticos? (1,2,3,6,8,9,10,11,12,13)

5.5) Há projetos de formação de redes? Plantio orgânico, outras práticas sustentáveis, redes???

6 – Sobre novas formas de gestão e planejamento sociais:

6.1) Que ações vêm sendo implementadas para estimular relações de complementaridade entre os empreendimentos de Ecoturismo? (1,2,3,6,11,12,13)

6.2) Que ações vêm sendo implementadas para estimular relações de complementaridade entre o Ecoturismo e outros empreendimentos da atividade econômica? (2.4) (1,2,3,6,11,12,13)

6.3) Quais planos e metas estão sendo elaborados/implementados, a médio e longo prazos, para o desenvolvimento do Ecoturismo, conectado com outros setores diversos? (1,2,3,5,6,8,11,12,13)

6.4) Quais os níveis e as instituições existentes para planejar/implementar um processo de desenvolvimento endógeno, seja pelo Ecoturismo ou por outros setores? (4.2) (1,2,3,6,8,9,11,12)

7 – Sobre programas de educação:

7.1) Há programas voltados à educação dos atores envolvidos diretamente com o Ecoturismo no território? Quais? (1,2,3,5,6,8,11,12,13)

7.2) Há programas voltados à educação da comunidade em geral que possam contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no território? Quais? (1,2,3,5,6,8,9,11,12,13)

7.3) Há programas voltados à educação do ecoturista que possam contribuir para o desenvolvimento do Ecoturismo no território? Quais? (1,2,3,5,6,8,9,11,12,13)

7.4) Os programas de educação (se existem), para os atores envolvidos e para os turistas possibilitam estabelecer outras/novas relações com o território para e além da atividade turística? (1,2,3,5,6,8,9,11,12,13)

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÕES DE CAMPO

(adaptado de Taller internacional de ecoturismo....., 1998)

1) OBSERVAÇÃO DAS OPERADORAS ECOTURÍSTICAS e ROTEIROS ÉTNICOS

A EMPRESA (operadora, pousada, roteiro étnico, hotel, restaurante etc.):

1) Sobre políticas e programas

- Monitora os impactos ambientais negativos de sua atividade?
- Possui planos para mitigar tais impactos?
- Participa de programas de melhoria ambiental?
- Faz parte de organizações que trabalhem efetivamente em questões sócio-ambientais?

2) Sobre resíduos e dejetos

- ❖ Controla a qualidade da água servida a seus clientes?
- ❖ Possui um sistema de tratamento ou despejo das águas residuais utilizadas?
- ❖ Denuncia fontes de contaminação da água?
- ❖ Sinaliza zonas poluídas para advertir sobre os riscos de contaminação?

3) Sobre áreas verdes

- A vegetação nas imediações da empresa é composta por mata nativa?
- Espécies exóticas introduzidas não estão se propagando?
- Há identificação das espécies nativas?
- Os folhetos e outras formas de publicidade da empresa destacam as áreas nativas?
- Utiliza algum produto químico em suas instalações?

4) Sobre áreas protegidas

- Mantêm informação sobre as áreas protegidas da região?
- Incentiva os clientes a visitarem as áreas protegidas da região?
- Cumpre as leis e regras de manejo para as áreas onde desenvolve suas atividades?
- Apóia a manutenção de áreas protegidas na região?

5) Sobre proteção de fauna e flora

- ❖ Orienta os clientes para a não-extração de plantas ou animais?
- ❖ Denuncia a venda e comércio ilegal de fauna e flora?
- ❖ Mantém espécies silvestres em cativeiro?
- ❖ Permite a alimentação artificial da fauna silvestre?
- ❖ Características da atividade (sons, iluminação, fogueira, amarrações, resíduos etc.) podem influenciar o ambiente ou o comportamento da fauna?

6) Sobre sustentabilidade

- Possui e divulga sua política de sustentabilidade?
- Seus empregados conhecem tal política?
- Possui registros da implementação e progressão de sua política de sustentabilidade?

7) Sobre consumo de água

- Qual a origem da água utilizada?
- Monitora seu consumo de água?
- Possui um plano de economia de água em suas instalações?
- Incentiva empregados e clientes a economizar água?
- Possui dispositivos de controle de água nas torneiras e vasos sanitários?

8) Sobre consumo de energia elétrica

- ❖ Monitora seu consumo de energia?
- ❖ Possui um plano de economia de energia em suas instalações?
- ❖ Incentiva empregados e clientes a economizar energia?
- ❖ Utiliza ao máximo a iluminação natural?
- ❖ Utiliza equipamentos aprovados pelos órgãos competentes?
- ❖ Possui dispositivos de economia de energia?
- ❖ Possui dispositivos de energia alternativa para iluminação?
- ❖ Possui dispositivos de energia alternativa para aquecimento de água?

9) Sobre o consumo de produtos

- Utiliza produtos que observam critérios ambientais e sociais?
- Comercializa produtos ou serviços que tenham contra-indicações ambientais?
- Utiliza material reciclado em seus folhetos publicitários?
- Incentiva o uso de utensílios pessoais perenes?

10) Sobre alimentos e bebidas

- Utiliza produtos industrializados ou frescos para oferecer aos clientes?
- Utiliza produtos orgânicos?
- Oferece pratos típicos?
- Utiliza vasilhames perenes para servir?
- Utiliza utensílios perenes para uso pessoal?

11) Sobre limpeza

- ❖ Utiliza produtos de limpeza biodegradáveis?
- ❖ Produtos de higiene pessoal oferecidos são biodegradáveis?
- ❖ As embalagens dos produtos de limpeza e higiene pessoal são recicláveis ou reutilizáveis?

12) Sobre o manejo de dejetos

- Monitora a produção de dejetos oriundos de sua atividade?
- Possui um plano de redução de produção de dejetos?
- Utiliza recipiente adequado para dejetos orgânicos?
- Qual o fim dos dejetos orgânicos?
- Utiliza recipiente adequado para separação de dejetos inorgânicos?
- Existe coleta seletiva e destinação específica para os dejetos inorgânicos?

13) Sobre capacitação dos empregados

- Todos os empregados recebem informações e conhecem a política de sustentabilidade?
- Existe um programa de capacitação dos empregados que atenda critérios sócio-ambientais?
- Há reuniões frequentes para discutir com os empregados as questões sócio-ambientais?

14) Sobre comunicação e participação do cliente

- ❖ Informa os clientes sobre características histórico-culturais do território onde está a empresa?
- ❖ Informa os clientes sobre atividades sócio-culturais que se desenvolvem no território ?
- ❖ Informa os clientes de sua política de sustentabilidade?
- ❖ Seu material promocional faz referência à sua política de sustentabilidade?
- ❖ Incentiva o cliente a participar dos programas de sustentabilidade?

15) Sobre as condições de hospedagem

- O quarto (dormitório, apto, suíte, etc.) possui informação e facilidades para que o cliente possa separar seus dejetos?
- O quarto possui informação e facilidades para que o cliente possa economizar energia elétrica?
- Possui área específica e sinalizada para fumantes e destino específico para os resíduos do cigarro?

16) Sobre o manejo de grupos

- Possui pessoal capacitado para o trabalho com grupos?
- Monitora eficientemente o grupo para a manutenção, limpeza e conservação das áreas visitadas?
- Informa claramente aos clientes sobre como conduzir-se nas áreas visitadas?
- Comercializa serviços e produtos que promovem uma interação construtiva entre cliente, comunidade e meio ambiente?
- Possui um instrumento de avaliação de suas atividades, de seus programas e de sua política de sustentabilidade pelo cliente?

17) Sobre os benefícios econômicos diretos

- ❖ É de propriedade ou gerenciada por pessoa da comunidade ou território?
- ❖ Emprega pessoas da comunidade ou território?
- ❖ Contribui e/ou apóia a formação de seus empregados para atividades complementares?

- ❖ Contrata pessoal de forma ilegal ou sob condições precárias?
- ❖ Comercializa serviços e produtos que geram conflitos sócio-ambientais?

18) Sobre os benefícios econômicos indiretos

- Informa seus clientes sobre outros serviços e/ou produtos comunais ou de outras empresas locais?
- Informa seus clientes sobre atividades significativas que se desenvolvem no território?
- Participa de ações comunais nos mais diversos âmbitos?
- Aproveita e promove produtos e serviços locais?
- Em sua loja vende produtos locais?
- Utiliza produtos locais para decoração de sua sede?
- Possui ou apóia uma relação comercial com pelo menos uma outra empresa do mesmo território, do setor turístico ou não?

19) Sobre meios de transporte

- Utiliza e incentiva o uso de transporte não poluente?
- Mantém um programa de manutenção de seus veículos para evitar desperdício e poluição?
- Dispõe de sua estrutura de transporte para a comunidade em caso de necessidade?

20) Sobre sua contribuição ao desenvolvimento cultural do território

- ❖ Integra elementos culturais do território em suas atividades?
- ❖ Promove e incentiva manifestações culturais locais?
- ❖ Dispõe de espaço próprio para e apóia a expressão de manifestações culturais locais?
- ❖ Dispõe de suas instalações para uso comunitário em temas importantes para a comunidade?
- ❖ Seu material publicitário não fere nem ignora a cultura local?

21) Sobre infra-estrutura e segurança

- Participa direta ou indiretamente de obras específicas de infra-estrutura para seus serviços ou para a comunidade?
- Aplica seus conhecimentos ou influência em apoio para resolver problemas de infra-estrutura da comunidade?
- Participa de comitês, fóruns, associações, que trabalhem para a melhoria das condições gerais do território onde opera?

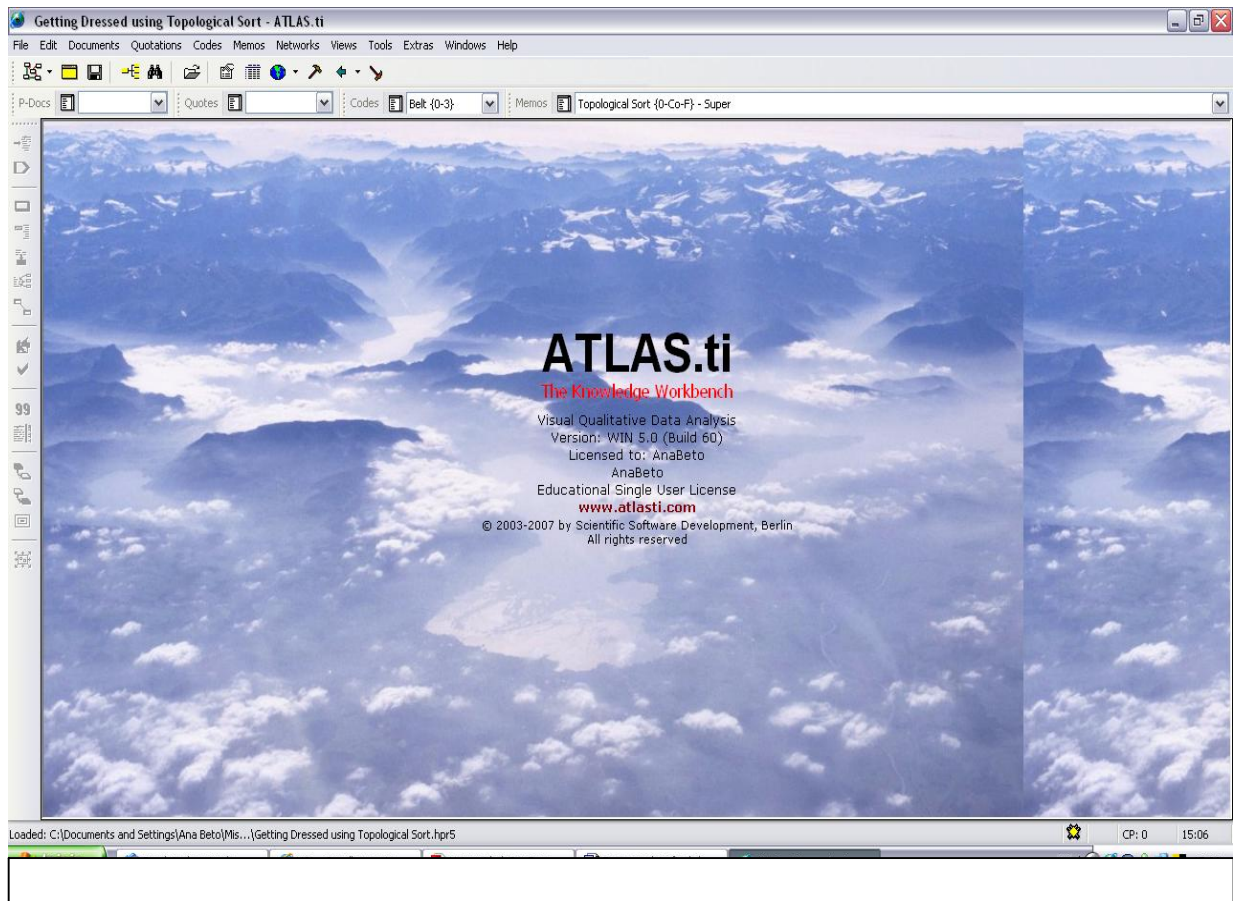
LISTA DE ENTREVISTADOS ¹¹⁴

- Produtor de queijo artesanal, receptor turístico para caminhadas, cavalgadas e café colonial **(Antônio)**.
- Empresário do setor cerâmico, proprietário do Solar das Palmeiras (restaurante típico) e membro do Conselho Municipal de Turismo de Presidente Getúlio **(Sr.Fritz)**
- Proprietária do Hotel Cayorá, em Presidente Getúlio, presidenta do Conselho Municipal de Turismo da mesma cidade **(D. Bela)**.
- Divisão de Turismo de Ibirama, Sr. Paulo Roberto Thiel **(Div. Tur. Ibirama)**.
- Departamento de Turismo de Presidente Getúlio, nas pessoas das Sras. Ana Paula Marchetti e Gladys, ambas turismólogas **(Depto. Tur. PG)**.
- Plano de Metas para 2005 do Departamento de Turismo de Presidente Getúlio **(Metas PG)**.
- Chefe da Divisão de Turismo de Rio do Sul, Sr. Eduardo Schulze, turismólogo **(Div. Tur. Rio do Sul)**.
- Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo de Rio do Sul, Sr. Jackson **(Sec. Desenv. Econ. Rio do Sul)**.¹¹⁵
- Plano estratégico para 2005 da Divisão de Turismo de Rio do Sul **(Metas Rio do Sul)**.
- Divisão de Turismo de Ibirama, Sr. Paulo Roberto Thiel **(Div. Tur. Ibirama)**.
- Secretaria de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Sra. Silvana, turismóloga **(SDR Rio do Sul)**.
- Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ibirama, Sr. Osnir Cucco **(SDR Ibirama)**.
- AMAVI - Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, Sra. Johanna Pellizetti, turismóloga **(AMAVI)**.
- UNIDAVI - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Coordenação do Curso de Turismo, Sra. Ariane Neckel **(UNIDAVI)**.
- APREMAVI - Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, Sr. Leandro Casanova, Engenheiro Agrônomo **(APREMAVI)**.
- ACADEMA - Associação Catarinense de Assistência e Defesa do Meio Ambiente, Sr. Silvio Murilo Cristóvão da Silva **(ACADEMA)**.
- EcoAdrenalina Rafting, empresa de esportes de aventura, Sr. Norberto, proprietário da empresa **(EcoAdrenalina)**.

¹¹⁴ Os nomes dos/as entrevistados/as que representam instituições aparecem aqui sob explícita concordância dos/as mesmos/as. Os outros nomes são “fantasia”, preservando a privacidade dos sujeitos respondentes.

¹¹⁵ Esta secretaria passou por mudanças, e o secretário atual (a partir de outubro de 2006) é o Sr. Marco Aurélio Rosar.

O *Software* ATLAS



Este *software* foi utilizado no auxílio do tratamento dos dados de campo, documentos, observações, artigos, textos e fichamentos, devidamente digitalizados. É um programa que permite ao usuário conectar os dados nele inseridos, buscar palavras-chaves, cruzar informações, identificar rapidamente os autores dos dados significativos.

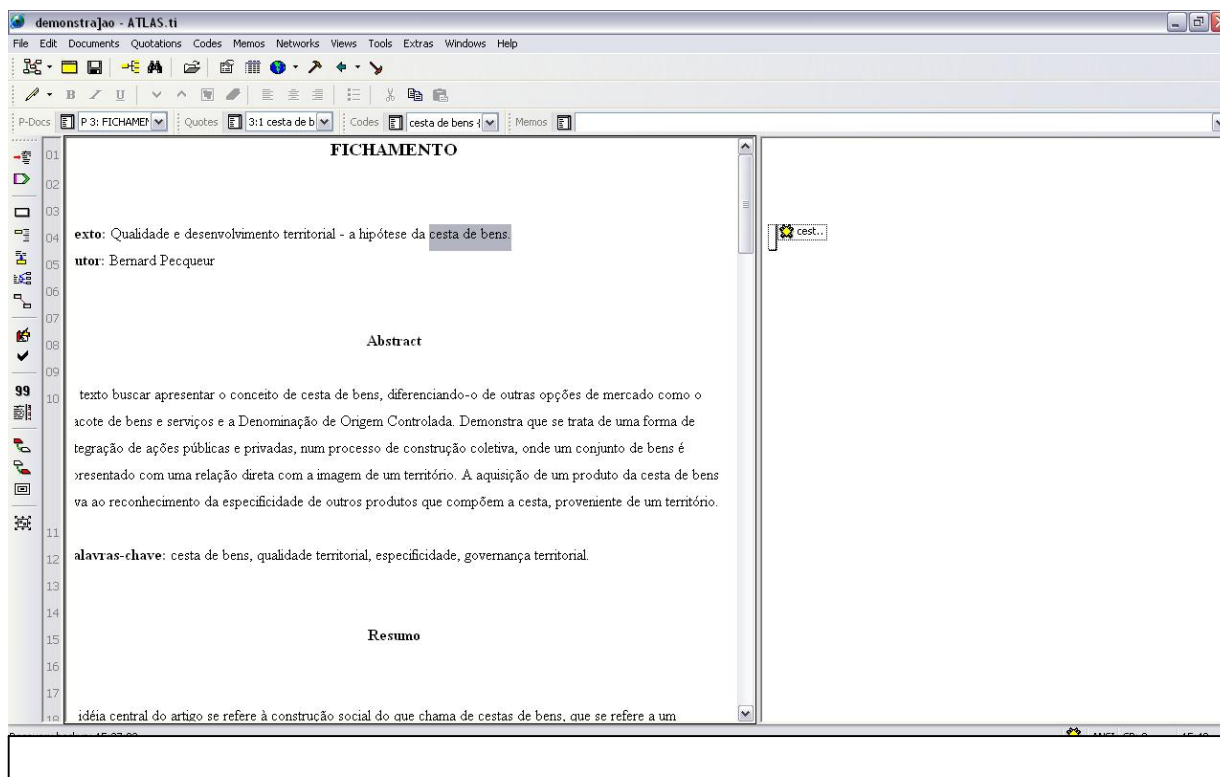
Além disso, possibilita um afinamento das informações inseridas – e que o pesquisador vai destacando - no sentido de estabelecer eixos de análise ou mesmo categorias. Ou, na direção oposta, partir de eixos de análise ou categorias para chegar aos dados que se relacionem com estes.

A maneira básica de utilização do programa inicia com a inserção dos dados, que são chamados de “documentos” ou “*documents*”.¹¹⁶ Após esta etapa, o pesquisador começa o tratamento destes dados.

O usuário do programa pode, a partir da leitura dos documentos inseridos, destacar as partes que entender serem significativas para a pesquisa. Neste primeiro momento, esta

¹¹⁶ O programa está em versão com língua inglesa.

interpretação se assemelha ao que é conhecido como *brainstorm*, ou seja, uma chuva de idéias, pela qual não há uma preocupação mais estreita em buscar dados precisos para a pesquisa, mas sim, ressaltar ao máximo possíveis dados significativos. Estes dados ressaltados são identificados no programa como “*quotes*”. Abaixo, exemplo de um documento inserido e da tela de análise do mesmo, com uma *quote* destacada:



Na figura acima, está destacada a expressão “cesta de bens” e aparece uma estrela amarela na grade ao lado do documento. Se o usuário, utilizando o referido programa, passar o *mouse* sobre esta estrela, aparecerá o nome do documento e a linha na qual está situada a expressão destacada. Ao clicar com o *mouse* sobre a estrela aparece um quadro de opções, como, por exemplo, editar comentário (*edit comment*). Ou seja, ao destacar uma determinada parte de um documento, o pesquisador pode redigir um comentário sobre tal destaque e toda vez que voltar àquela *quote* o comentário estará disponível para visualização. Esta é uma ferramenta importante se o pesquisador pensa em algo relacionado com aquela *quote*, mas que não será utilizado naquele exato momento. Mais tarde, ao lapidar o tratamento dos dados, o comentário ajudará o pesquisador a lembrar-se de tal relação. Este processo segue em cada documento e para todos os documentos inseridos. Num único documento, o número de *quotes*, geralmente, é bastante alto. Neste estudo, 908 *quotes* foram destacadas em todos os documentos.

Apesar de nosso exemplo apresentar simplesmente a expressão “cesta de bens”, o programa permite ao usuário destacar qualquer quantidade de texto. Assim, uma *quote* pode ser uma frase ou, até mesmo, um parágrafo inteiro de um *document*.

A etapa seguinte consiste em relacionar as *quotes* umas com as outras, criando os “*codes*”. Nesta etapa se começa a utilizar a ferramenta *networks*, a qual mostra ao usuário uma figura onde aparece o *code* ligado às diversas *quotes* a ele relacionadas. Em nossa análise, elaboramos 30 *quotes*.

Finalmente, estes *quotes* são novamente filtrados e relacionados às “*families*”, as quais, no nosso caso, foram os cinco eixos analíticos dos dados, conforme já apresentado.

Em cada uma destas etapas é possível criar as *networks*, permitindo ao usuário visualizar na tela cada *famílie* relacionada aos *codes* e estes relacionados aos *quotes*. Também se pode editar comentários para cada *code* e para cada *famílie*.

Quando o pesquisador utiliza os dados e as partes destacadas para estabelecer as *families*, estas serão suas categorias centrais ou eixos de analíticos.

Se o pesquisador já sabe quais são as *families* (que foi o caso deste estudo), vai buscar, nos documentos inseridos, dados que possam ser relacionados de alguma forma com estes eixos analíticos ou categorias.

O uso deste programa não limita nem exclui toda a subjetividade envolvida na análise qualitativa de dados. O que ele possibilita é um acesso rápido e eficaz às informações que o pesquisador destacou como importantes, bem como às conexões entre os diversos dados. Esta tarefa, sem o *software* teria que ser realizada manualmente e a busca de tais informações, cada vez que o pesquisador precisasse delas, seria bem mais difícil.

É preciso ressaltar que o programa oferece muitos outros recursos, mas estes não foram utilizados neste estudo.